

ÁLVARO DIAS



**MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**



**PARANÁ
1988**

353.0313
4760.55
1988
584

TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1987

GOVERNADOR

Álvaro Dias

VICE-GOVERNADOR

Ary Veloso Queiroz

SECRETÁRIOS DE ESTADO

CASA CIVIL

Gilney Carneiro Leal

CASA MILITAR

Darcy Cooper

ADMINISTRAÇÃO

Mário Pereira

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Osmar Fernandes Dias

ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Luiz Felipe Haj Mussi

Iran Roberto Brzezinski

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Luiz Fábio Campana

CULTURA

Rene Ariel Dotti

DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Ary Veloso Queiroz

EDUCAÇÃO

Belmiro Valverde Jobim Castor

ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ascêncio Garcia Lopes

ESPORTE

Edson Gradia

FAZENDA

Luiz Carlos Jorge Haully

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

José Carlos Gomes de Carvalho

JUSTIÇA

Antonio Acir Breda

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Francisco de B. B. de Magalhães Filho

POLÍTICA HABITACIONAL

Odeni Villaca Mongruel

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Wagner Brussolo Pacheco

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Jerônimo de Albuquerque Maranhão

SAÚDE

Delcino Tavares da Silva

SEGURANÇA PÚBLICA

Antonio Lopes de Noronha

TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Rubens Bueno

TRANSPORTES

Heinz Georg Herwig

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	I
2. DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	3
2.1 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	5
2.2 PROGRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL	6
2.3 PROGRAMA ESTADUAL DE INVESTIMENTOS URBANOS	6
2.4 USO DO SOLO E MELHORAS URBANAS NO LITORAL	7
2.5 DEFESA DO MEIO AMBIENTE	7
2.5.1 Controle da Erosão Urbana	8
2.5.2 Preservação Ambiental nos Empreendimentos Hidrelétricos	8
2.6 SANEAMENTO BÁSICO	9
2.6.1 Saneamento Rural	9
3. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	11
3.1 POLÍTICA AGRÍCOLA	11
3.2 PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE	13
3.2.1 Manejo Integrado de Solos e Água	13
3.2.2 Irrigação e Drenagem	14
3.2.3 Desenvolvimento Florestal	14
3.2.4 Incentivo ao Uso de Sementes	15
3.2.5 Produção Animal	15
3.2.6 Capacitação Técnica	15
3.2.7 Defesa Agropecuária	16
3.3 ABASTECIMENTO ALIMENTAR	17
3.3.1 Programa de Abastecimento	17
3.4 ARMAZENAMENTO E ESCOAMENTO DE SAFRAS	18
3.5 CRÉDITO, SEGURO E PREÇOS	18
3.6 PARANÁ RURAL	19
3.7 PEQUENO PRODUTOR	20
4. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	23
4.1 AÇÃO INSTITUCIONAL	23
4.1.1 Desenvolvimento Industrial e Comercial	23
4.1.2 Atração de Investimentos e Tecnologia	24
4.1.3 Desenvolvimento do Artesanato	24
4.1.4 Programa Nosso	25
4.1.5 Programa Paranaense de Microdestilaria	25
4.2 AÇÃO FISCALIZADORA E NORMATIVA	25
4.3 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA	26
4.4 FOMENTO À PRODUÇÃO MINERAL	26
4.5 TURISMO	27
4.5.1 Promoção e Eventos	28
4.6 AÇÕES DE FOMENTO	28
5. ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	31
5.1 ENSINO SUPERIOR	31
5.2 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	32
5.2.1 Ações Realizadas	32

6.	TRANSPORTES	33
6.1	A POLÍTICA DOS TRANSPORTES	33
6.2	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	35
6.2.1	Rede de Conservação	36
6.2.2	Principais Obras Concluídas	37
6.2.3	Desempenho dos Principais Programas	37
6.2.4	Pesquisa e Desenvolvimento	39
6.3	TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	40
6.3.1	Hidrovia do Ivaí	40
6.3.2	Hidrovia do Paranapanema e Tibagi	41
6.3.3	Transportes Hidroviários do Litoral	41
6.3.4	Controle das Travessias	41
6.4	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	42
6.4.1	Ferroeste	42
6.4.2	Desvio Ribas—Tibagi	44
6.4.3	Ramal Ferroviário Pinhais—Rio Branco do Sul	44
6.5	TRANSPORTE AEROVIÁRIO	45
6.6	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E DE CARGAS	46
6.6.1	Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal	46
6.6.2	Terminais Rodoviários, Pontos de Parada e Abrigos	46
6.6.3	Transportes de Cargas	47
6.7	ATIVIDADES PORTUÁRIAS	47
6.7.1	Movimentação de Mercadorias	48
6.7.2	Receita Cambial	49
6.7.3	Investimentos Portuários	50
6.7.4	Ampliação do Pátio de Triagem pelo DNER	50
6.7.5	Investimentos da Iniciativa Particular	51
7.	ENERGIA	53
7.1	GERAÇÃO	53
7.1.1	Usina de Segredo	53
7.2	TRANSMISSÃO E TRANSFORMAÇÃO	54
7.3	DISTRIBUIÇÃO URBANA	54
7.4	ELETRIFICAÇÃO RURAL	55
7.5	OPÇÕES ENERGÉTICAS	55
7.5.1	Opções Energéticas para Transporte	57
7.6	REAVALIAÇÃO DO POTENCIAL HIDRELÉTRICO	57
7.7	FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS	57
8.	EDUCAÇÃO	59
8.1	DIMENSÃO PEDAGÓGICA	59
8.2	DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	60
8.3	DIMENSÃO LOGÍSTICA	61
8.4	DIMENSÃO COMUNITÁRIA	62
9.	SAÚDE	63
9.1	IMPLEMENTAÇÃO DO SUDS	63
9.2	RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS	64
9.3	REGIONALIZAÇÃO E INFORMAÇÕES DE REGIONALIZAÇÃO	64
9.4	CONTROLE E AVALIAÇÃO	65

9.5	INTEGRAÇÃO CULTURAL	65
9.6	RECUPERAÇÃO DA REDE FÍSICA	66
9.7	PROJETOS ESPECIAIS	66
9.8	PRIORIDADES PARA 1988	67
10.	TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	69
10.1	DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	69
10.2	DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES DO TRABALHO	70
10.3	AÇÃO SOCIAL	70
11.	ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	73
11.1	PROBLEMAS INSTITUCIONAIS	73
11.2	APOIO AOS ASSENTAMENTOS	74
12.	JUSTIÇA	75
12.1	DEFENSORIA PÚBLICA E PRÓ-CIDADANIA	76
13.	SEGURANÇA PÚBLICA	79
14.	HABITAÇÃO	81
14.1	CAPTAÇÃO DE RECURSOS	81
14.2	PRODUÇÃO DA COHAPAR	82
14.3	PRODUÇÃO DAS COHAB'S	82
14.4	DESEMPENHO ESTADUAL	82
15.	CULTURA	85
15.1	ARTES PLÁSTICAS	85
15.2	MÚSICA E TEATRO	86
15.3	SUPLEMENTO CULTURAL	86
15.4	CONCURSO DE CONTOS	87
15.5	DESCENTRALIZAÇÃO	87
15.6	PROJETO MEMÓRIA	88
15.7	COOPERAÇÃO	88
16.	ESPORTES	89
16.1	DIAGNÓSTICO	89
16.2	REFORMA DISCIPLINAR	89
16.3	EVENTOS	90
16.4	ESTRUTURAÇÃO PARA 1988	91
16.5	TRANSFERÊNCIAS, SUBVENÇÕES E DOAÇÕES	91
17.	COORDENAÇÃO E ACESSORAMENTO	93
17.1	PLANEJAMENTO	93
17.2	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	94
18.	ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	97
18.1	ARRECADAÇÃO	97
18.2	FISCALIZAÇÃO	98
18.3	DÉFICIT PÚBLICO E MORALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	98
18.4	ADMINISTRAÇÃO AVANÇADA	99

19. ADMINISTRAÇÃO GERAL	101
19.1 GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	101
19.1.1 Solução Inovadora	101
19.2 OUTRAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS	102
APÊNDICE ESTATÍSTICO	105
CONVENÇÕES	105
Agricultura e Abastecimento	106
Indústria e Comércio	117
Ciência e Tecnologia	149
Transportes	153
Energia	197
Educação	205
Saúde	215
Habitação	225
Administração Fazendária	239
Administração Geral	259

1. INTRODUÇÃO

Exigência constitucional, memória da ação administrativa, testemunho das opções políticas, documento histórico, a mensagem anual do Executivo — não raramente — é reduzida a uma narcotizante enumeração de obras e impudente culto da personalidade.

Em 1929 o obscuro Prefeito de Palmeira dos Índios mandou ao Governador de Alagoas o Relatório de seu primeiro ano de gestão. Rudemente sincero, redigido numa linguagem admirável, esse documento é antológico. Justamente célebre, não fez escola, não teve seguidores oficiais; é inimitável como o seu autor, Graciliano Ramos.

Mestre Graça, além do estilo literário intransferível, nos deixou também uma lição de sinceridade, deu um exemplo de franqueza. Estas — a lição e o exemplo — podem e devem ser seguidas, imitadas. Sinceridade e franqueza são exigências da democracia, obrigações de governante legítimo, direito do contribuinte, do eleitor, do cidadão. Sejamos sinceros.

Antes de 15 de março de 1987, o Brasil já passava do sonho do crescimento com estabilidade para o pesadelo da mais intensa explosão inflacionária de sua história, conjugada à sombria certeza da desaceleração do desenvolvimento econômico. Não eram vozes isoladas que prognosticavam uma longa estação de mau tempo. Os especialistas só divergiam na intensidade e extensão da tormenta. O impacto do choque abalou a economia. O pior, porém, foram as suas repercussões no corpo social. As expectativas da população mudaram, giraram 180 graus. Fomos dormir otimistas, confiantes, e acordamos pessimistas, hesitantes.

No Paraná, embalado pelas projeções enganosas, determinadas pelo plano cruzado, e acompanhando o clima de euforia incontrolável, o Governo anterior legou compromissos dificilmente honráveis no novo e duro contexto do País; às três dívidas — a externa, a interna e a social — acrescentava-se agora a dúvida. Esses compromissos não eram com obras e projetos contingentes, mas expressão de necessidades indiscutíveis, de urgências aflitivas. O programa rodoviário servirá de exemplo: 2.200 quilômetros de estradas pavimentadas não são um luxo ou sinal de “status”; na verdade, elas são vitais e devemos construí-las, apesar das constrangedoras dificuldades financeiras, já que sem qualquer fonte ou previsão de recursos para financiá-las.

O nó financeiro segue um processo clássico: menor atividade econômica, nível mais baixo de arrecadação, receitas corroídas pela escalada inflacionária — e pronto! O efeito, tão previsível como as fases da lua, produziu este estrago: o ICM, Imposto sobre Circulação de Mercadoria, recolhido pelo Tesouro em 1987, ficou 15% aquém do resultado de 86, em termos reais obviamente. Não omitiremos dois fortes coadjuvantes do apertado nó financeiro que nos ameaça: o desalinhamento dos preços agrícolas e os sugestivos disparos do gatilho salarial. O desalinhamento achatou a receita; os disparos ampliaram as despesas. A compreensão dos funcionários públicos, aliada à engenhosidade dos técnicos, permitiu ao Governo cumprir as determinações legais. Mas o Estado pagou um alto preço! No ano passado, o Poder Público Estadual consumiu 92% da receita do ICM em pessoal, superando largamente a marca história dos 70%, um dos melhores índices do Brasil.

E como esquecer uma singularidade do Estado do Paraná? Somos a unidade da Federação que mais financia seus gastos com o ensino superior! E como não lembrar: o quadro de aposentados, que há dez anos não passava de um décimo do quadro de efetivos, hoje está próximo de um terço. Francamente o irrealismo e a generosidade da legislação concorrem para o alarmante crescimento da massa dos salários do Governo, acima das taxas de desenvolvimento de nossa economia.

O esforço para manter a máquina pública funcionando, honrar os compromissos e implementar o programa de obras obrigou-nos à drástica redução das despesas, redobrado empenho na obtenção de recursos federais, firmes ações para cobrar débitos fiscais, combater a sonegação e aumentar a arrecadação. Esse obstinado esforço, necessário, não foi suficiente.

Senhores Deputados

Devemos denunciar a situação pré-falimentar da estrutura pública no País. A coluna dos gastos operacionais — com pessoal, custeio e encargos da dívida — é maior que a coluna da receita operacional — impostos, taxas e transferências federais. Isso significa que a poupança real do Governo, ou sua capacidade de investir, caiu abaixo de zero.

O Paraná não foge à regra. Apesar disso, continuamos a investir, e muito! Da despesa total, 20% foram investidos. O ritmo da ação governamental foi sustentado. A dívida do Estado também cresceu quase 20%. E, aqui, impõe-se um esclarecimento. A soma da dívida é pouco superior a 1,5 bilhão de dólares. Parte da dívida externa, contratada em moedas, que não o dólar — em yen, por exemplo — é aumentada simultaneamente com a desvalorização da moeda americana ou a valorização de outras moedas. Essês periódicos reajustes cambiais escapam do nosso controle. Neste ano de 88, a dívida crescerá, somente em juros, 106 milhões de dólares (9,010 bilhões de cruzados em valores de 31 de janeiro), ou seja, 9% da receita estadual. Somente as Secretarias da Educação e dos Transportes gastam mais. Recebemos recursos do BIRD, BNDES e da Caixa Econômica, derivados de contratos anteriores. Somos responsáveis por duas operações de antecipação da receita e dois financiamentos do Banco do Brasil para custeio, amplamente justificados pela situação exposta. Não nos assusta a dívida de 1,5 bilhão de dólares quando comparada ao produto real e às potencialidades da economia paranaense.

O que deve nos preocupar é a crescente incapacidade dos governos para gerar recursos e investí-los. O uso da poupança de terceiros, via empréstimo, não pode se transformar num abuso cotidiano e irresponsável. O papel do Estado precisa ser redefinido, sua atuação reorientada, seus órgãos reformados. Não é tarefa fácil; é um desafio que aceitamos.

Desde antes da posse, sustentamos a necessidade de enfrentar o enorme problema da gerência do setor público. Convencidos de sua autonomia, afirmamos que a crise do setor público é, sobretudo, uma crise de gerenciamento. E, se quisermos superá-la, teremos de olhar para dentro da grande máquina, promover as alterações inadiáveis, capazes de injetar racionalidade, eficiência e eficácia nos seus mecanismos.

Desde o primeiro dia de Governo, nos empenhamos nessa cruzada e continuaremos assim até o último momento do mandato. Apoiados em estudos, realinhamos a estrutura administrativa à nova realidade. Apressamo-nos na tradução dos estudos para a linguagem da lei, que esta casa aprovou diligentemente. Extinguimos e fundimos órgãos, eliminamos cargos, dispensamos pessoal, permitindo contratações indispensáveis apenas para setores fundamentais.

Associamos à ação reformadora uma postura de moralidade e de sinceridade, marcas indeléveis deste Governo, características que o Paraná orgulhosamente apresenta ao Brasil. Sejam claros: a moralidade, a punição dos culpados por desvios de fundos públicos, o combate à impunidade, a adoção de regras severas no trato do bem comum, compõem com a racionalização e o correto gerenciamento um só tecido, mas não apenas isso, pois são as balizas do conjunto dos padrões morais sobre os quais uma sociedade se constrói.

Temos combatido e punido a corrupção, o enriquecimento e o favorecimento ilícitos. Tivemos que empregar para isso até antigos instrumentos legais, como a prisão administrativa. Temos transmitido a todos, principalmente aos gestores públicos, a certe-

za de que o desvio de recursos, a dilapidação por incúria ou desleixo não serão mais admitidos. E nos assombra a sua repercussão! Aquilo que para nós corresponde ao mínimo que se deve esperar de um Governo, é tido nacionalmente como algo novo e inusitado, amostra de uma sociedade que perdeu a confiança na seriedade e honestidade dos que a dirigem.

Sinceridade, racionalização, moralidade, confiança, credibilidade, Senhores Deputados, são pilares de um Governo. É sobre eles que podemos agir, política e tecnicamente, no sentido de construir nosso futuro.

Quando pleiteamos recursos externos — nacionais ou estrangeiros — sentimos o que vale estarmos respaldados pela vontade e apoio populares. Capitalizar esse apoio significa armar-se para conquistar os recursos necessários ao crescimento e à superação dos obstáculos financeiros que a crise nos impôs.

Estamos lutando diuturnamente para abrir portas, negociar, convencer, sempre apoiados em projetos de qualidade técnica, de indiscutível viabilidade econômica, financeira e social. Não nos colocamos contra ou a favor de ninguém. Há regiões e populações cujas necessidades são maiores que as nossas. Não pleiteamos privilégios. Não queremos favores. Sugerimos apenas que o insubornável critério de custo/benefício seja uma rotina da União.

Temos obtido muito. Não tudo o que precisamos, certamente menos do que merecemos. Mas o necessário para sustentar o nível dos investimentos públicos durante o que acreditamos tenha sido a fase mais difícil da crise.

Senhores Deputados

A sinceridade nos levou à dissertação sobre a crise. Mas não estamos aqui apenas para administrar a crise. Não foi para isso que fomos eleitos, nem é isso o que o Paraná e seu povo esperam de nós. Temos compromisso com o novo Paraná. Assu-

mimos obrigações com a construção de seu futuro, pois não cedemos à tentadora resignação, ao conformismo ou à abulia. Confortados pela certeza de que as crises passam — não sem levar as sementes do novo tempo —, cultivamos a esperança racional de preparar o futuro, e já começamos a colher os frutos.

O investimento privado que recua em tantas áreas tem imigrado para cá e aqui é acolhido sem discriminação de sua origem. Grupos nacionais e internacionais já anunciaram investimentos de cerca de 2 bilhões de dólares durante este período de Governo e em setores relevantes: Biotecnologia, fluorita, produção de cimento, papel e celulose, tecelagem, reparos navais, só para citar alguns. Esse é o caminho para a elevação dos níveis de crescimento da nossa economia e a superação de crônicas dificuldades financeiras.

Do Governo Federal, obtivemos o compromisso de execução e duplicação das rodovias Curitiba a Joinville (já iniciada), Curitiba a São Paulo; da conclusão do anel rodoviário leste de Curitiba, da ponte rodoviária sobre o Rio Paraná, ligando o Mato Grosso do Sul ao novo sistema viário e ao Porto de Paranaguá, em ampliação. Organismos nacionais e internacionais de fomento, embasados na qualidade técnica e viabilidade dos nossos projetos, conseguiram recursos para parte de programas como as rodovias rurais, desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Curitiba — PIRMC, ampliação de sistemas de saneamento básico e a construção da Usina de Salto Segredo.

Para o Projeto Paraná Rural, estamos pleiteando recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e do Banco Mundial; o desenvolvimento urbano, que inclui parte do PIRMC, e o programa de cidades-pólo; o programa de irrigação e drenagem, em parte já em execução com recursos estaduais e federais. O Programa de armazenagem, apresentado ao BNDES.

Mas o grande símbolo da construção do futuro é o projeto da estrada de ferro Paraná Oeste, a Ferroeste. Antiga aspiração das principais regiões produtoras de grãos, o projeto começa a sair do papel para os trilhos. Viável — técnica, econômica e financeiramente — a Ferroeste ensina a desatar o nó financeiro. Projetada, bancada, construída e operada por empresas privadas com somente o indispensável apoio institucional e a minoritária participação acionária do Poder Público, a Ferroeste, mais que um “caminho de ferro”, é a estrada real para o futuro. O novo Paraná que construímos resolve problemas, dá exemplos. O novo Paraná toma o seu lugar à frente do comboio, marca encontro com o futuro, marcha para o seu destino. Por isso, é preciso ousar. Vamos continuar ousando.

Curitiba, 1º de março de 1988

ALVARO DIAS
Governador do Paraná

2 DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

O Paraná convive, nesta segunda metade dos anos 80, com a fase mais aguda do acelerado processo de transformação que caracterizou o desenvolvimento estadual nas duas últimas décadas.

A modificação estrutural da economia “essencialmente agrícola” dos anos 50 e 60 — o peso da agricultura na formação do produto interno paranaense diminuiu de 31,5% em 71 para 23,3% em 85, enquanto o setor industrial cresceu a uma taxa de 21% ao ano na década 1970/80, contra 9% da média nacional — agravada com a “modernização” do campo, orientada para atender às exigências do modelo econômico exportador, refletiu-se, principalmente, em dois fenômenos que se acentuaram nos anos recentes: a drástica mudança na distribuição espacial da população, que vem se urbanizando de maneira desordenada em consequência do êxodo rural — só 36% da população vivia nas áreas urbanas, em 1970, percentual que cresceu para 59%, em 1980, e deve estar, hoje, em torno de 68% — e a crescente deteriorização do meio ambiente, determinada pelo uso extensivo e sem controle dos insumos químicos na agricultura, as práticas predatórias ainda dominantes na utilização dos solos rural e urbano e o manejo inadequado dos resíduos industriais e domésticos nas cidades.

A discussão das Diretrizes de Governo com as lideranças representativas dos diversos segmentos da sociedade paranaense e a análise da experiência do anterior período de governo peemedebista fundamentaram a atitude da atual administração de enfrentar, desde o início, com firme determinação política, as questões que afetam o Estado com essa transformação no seu perfil demográfico e com todas as formas de agressões que comprometem nosso patrimônio natural e o ambiente físico em que vivemos.

A primeira providência nesse sentido foi incluir, no projeto de reforma administrativa encaminhada ao Poder Legislativo, a proposta de criação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

A nova Secretaria começou a trabalhar de maneira ainda incipiente, pois a preocupação com o estabelecimento de políticas governamentais coerentes, eficazes e duradouras nessas duas áreas ainda é muito recente no Brasil. Além disso, as características próprias do país, desde o meio físico até as condicionantes culturais, fazem difícil a simples transposição de práticas adotadas em outros países.

Mesmo assim, pode-se afirmar que o Paraná avançou muito, nesse setor. De um lado, pela aplicação coerente da doutrina da administração participativa, preocupada em responder com ações executivas concretas as demandas sociais mais prementes; num outro plano, pelo aproveitamento da experiência pregressa do Estado, principalmente na implementação do Programa de Ação Municipal, caracterizado pelo sistema descentralizado de gestão, desde a escolha das prioridades, definidas pelas comunidades envolvidas, até a execução das obras — pequenas, de alcance social — realizadas pelas prefeituras municipais.

Pode-se dizer, portanto, que a decisão política do Governo, aliada ao “know how” adquirido pelos seus técnicos nos quatro anos de gerenciamento do PRAM, são a base sobre a qual começam a ser desencadeado os trabalhos de montagem do Programa Estadual de Investimentos Urbanos, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. O ante-projeto desse programa já está sendo analisado pelo Banco Mundial, vez que seus objetivos enquadram-se nas linhas de financiamento daquela instituição.

A idéia central dessa nova proposta baseia-se no fato incontestável de que, apesar da reforma agrária constituir-se em um dos temas mais apaixonantes no cenário atual das lutas por novas conquistas sociais, os problemas mais graves em relação à qualidade de vida, moradia, carência de serviços públicos essenciais e até mesmo desemprego estão nas grandes concentrações urbanas, especialmente nas principais cidades das regiões metropolitanas do país.

O Paraná não foge à regra. Os indicadores mostram que, no início da próxima década, dois terços da população do Estado estará vivendo nas 20 maiores cidades paranaenses e pouco mais de um terço — 34% — na Região Metropolitana de Curitiba. A principal preocupação do Executivo, ante esta expectativa, é estabelecer o planejamento de um conjunto de ações que possibilitem, em relativamente curto período de tempo, corrigir as distorções mais graves provocadas pelo desordenado crescimento até então registrado nessas regiões e antecipar medidas preventivas em relação a outros problemas, ainda mais sérios e de erradicação quase impossível, que a experiência de outras metrópoles demonstra inevitáveis se suas causas não forem previamente controladas.

Duas grandes linhas de ação impõem-se na política governamental, nessa área. De um ponto de vista mais abrangente, direcionar programas específicos de trabalho de diferenciados setores da administração do Estado para o objetivo de melhorar as condições de vida das populações rurais: ampliar a eletrificação rural, melhorar as condições de tráfego das estradas rurais, expandir o saneamento rural propiciar melhores perspectivas de produção e produtividade ao pequeno produtor rural para que aumente sua renda e tenha segurança na posse de sua propriedade, são exemplos da atuação do Governo nesse sentido; por outro lado, atuar diretamente no controle e na racionalização do crescimento das cidades.

A proposta fundamental, neste caso, é fixar parâmetros para que o desenvolvimento urbano do Estado se distribua em pólos regionais, evitando-se, na medida do possível, que prossiga o processo de concentração demográfica da Região Metropolitana de Curitiba. Este é o projeto chave na área específica do desenvolvimento urbano que envolve, necessariamente, a componente de preservação do meio ambiente condição indispensável para assegurar uma melhor qualidade de vida aos paranaenses, tanto nas áreas urbanas como no campo.

2.1 Região Metropolitana de Curitiba

O Governo empenhou-se para definir, em 1987, um diagnóstico referencial das carências na Região Metropolitana de Curitiba, trabalho que envolveu, inclusive, reuniões formais com as agências de financiamento, a exemplo da CEF, BNDES e BANCO MUNDIAL (BIRD). Mereceu destaque, entre estes encontros, a missão de supervisão do BIRD realizada em outubro, que, em conjunto com o MHU, analisou favoravelmente o esforço técnico realizado pela COMEC na elaboração do PIRMC — Programa de Investimentos da Região Metropolitana de Curitiba, com recomendações favoráveis à inserção deste projeto mais amplo — o Programa Estadual de Investimentos Urbanos — que terá em todo o território paranaense. Para o PIRMC, já estão sendo aportados recursos no montante de US\$ 150 milhões, financiados pela Caixa Econômica Federal e outros US\$ 23 milhões estão sendo negociados com o BNDES.

Os investimentos serão direcionados de acordo com as seguintes prioridades:

- áreas periféricas já adensadas;
- centro expandido de Curitiba;
- áreas urbanas centrais dos demais municípios da RMC
- pequenas comunidades urbano/rurais.

Para completar os recursos que são necessários à implementação de diversos projetos previstos no PIRMC, está em fase de negociação, com o Banco Mundial, um financiamento de US\$ 150 milhões, a ser aplicado no período de 4 anos.

Quanto ao desempenho, em 1987, dos demais programas em desenvolvimento na RMC, mereceu referência:

- pavimentação de 6,5km de itinerários de transportes coletivos nos municípios de Colombo e Almirante Tamandaré com recursos do PROPAV;
- procedimentos iniciais para desapropriação da faixa de domínio e contratação das obras do anel do contorno norte, sub-trecho BR 277-PR-092, com extensão de 14,10 km e execução de estudos e avaliações sócio-econômicas dos projetos de transportes urbanos do IV Programa EBTU/BIRD;
- conclusão de 64 km de projetos finais de engenharia para o sistema viário dos municípios da região, nos programas BIRD IV e PIRMC;

— execução da carta cadastral da sede do Município de Contenda, na escala 1:2000, parte do projeto UNIBASE, iniciado em 1987, que se destina a realizar a carta cadastral de toda a região.

A COMEC absorveu, em 1987, o gerenciamento das ações do projeto de preservação ambiental da bacia do Passaúna.

2.2 Programa de Ação Municipal

O PRAM, destinado a realizar obras de melhora urbana em municípios de até 50 mil habitantes, conforme o censo de 1980, com recursos do Banco Mundial, do Tesouro do Estado e das comunidades envolvidas, aplicou, em 1987, Cz\$ 1.983,1 milhões.

Paralelamente à continuidade na implementação do programa, cujos investimentos cresceram 172,5% em relação a 1986 — em cruzados correntes —, o exercício de 1987 caracterizou-se por novas negociações entre o Estado e o Banco Mundial, no sentido de modificar diversos critérios do contrato até então em vigor, de modo a possibilitar maior agilidade na implementação do programa.

As questões que foram objeto de renegociação, com as 4 primeiras já aceitas, são as seguintes:

1 — Modificação dos prazos de notificação para cartas-convite (de 15 para 3 dias), tomada de preços (de 30 para 15 dias) e concorrência pública (30 dias), nas licitações de obras e serviços do programa, para adequarem-se ao Decreto-Lei nº 2.300, de 21.11.86;

2 — Mudança dos critérios de enquadramento das prefeituras nos benefícios do programa, passando a ser considerada a estimativa demográfica do IPARDES, em lugar do censo demográfico de 1980, do IBGE;

3 — Adoção de novos critérios para o Programa de Assistência Técnica do PRAM, possibilitando melhora da capacidade administrativa dos municípios.

4 — Dilação da data de encerramento das atividades do programa, que deveria ser 31 de dezembro de 1987, para 31 de dezembro de 1988, com possibilidade de nova prorrogação até meados de 1989.

5 — Utilização de novo mecanismo operacional para comprovação das despesas efetuadas pelas prefeituras nas obras executadas à custa do programa, de modo a permitir ao Estado maior saque de dólares, em cada exercício, sem modificar o percentual de participação do Banco no rateio dos investimentos.

2.3 Programa Estadual de Investimentos Urbanos

O Programa Estadual de Investimentos Urbanos está sendo analisado nos departamentos técnicos do Banco Mundial, do BNDES e da Caixa Econômica Federal para receber o apoio financeiro destas instituições.

Enquanto isso, definiram-se, em 1987, os principais parâmetros para sua implementação. Além da mobilização das municipalidades, para levantamento das carências urbanas a serem atendidas nos projetos setoriais do programa,

realizou-se, em novembro, um seminário sobre desenvolvimento urbano e política habitacional, com a participação de técnicos brasileiros e do exterior. Entre as principais conclusões destacam-se as seguintes, incorporadas às diretrizes gerais do programa:

- Participação popular em todas as fases do planejamento das cidades;
- Planejamento e gestão regionalizados.
- Inserção dos planos de investimento no quadro das políticas e estratégias globais do desenvolvimento do Estado.
- Aprofundamento dos estudos sobre relações interurbanas: equilíbrio das cidades segundo potencialidades e tamanho; e intra-urbanas: conflitos internos, impostos pelas relações capitalistas de produção e apropriação e uso do espaço urbano.
- Compatibilização da política urbana estadual com a política nacional de desenvolvimento.
- Reconhecimento de que o desenvolvimento urbano é a prioridade da atual questão social brasileira.
- Manutenção e atualização constante de informações pertinentes ao planejamento urbano.

2.4 Uso do Solo e Melhoras Urbanas no Litoral

Ainda em relação ao desenvolvimento urbano, destacam-se, entre as ações do Executivo, em 1987, a conclusão de 17 planos de uso do solo para municípios do Estado, encontrando-se em andamento, em dezembro, outros 33.

O objetivo desses planos é orientar a expansão do espaço urbano e o desenvolvimento das cidades, dotando-as de legislação urbana básica que discipline e racionalize os investimentos municipais pertinentes.

Nos seis municípios do litoral foram aplicados, em 1987, recursos da ordem Cz\$ 68,5 milhões, da Caixa Econômica Federal, em obras de infra-estrutura e em equipamentos urbanos. Esses investimentos fazem parte do Projeto Cura Litoral administrado pela FAMEPAR — Convênio Promessa CV 86/87, iniciado em 1986 — e destinado a projetos indicados pela municipalidade.

O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense teve sua atuação reforçada em 1987, com a assinatura de convênio mediante o qual o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná passou a colaborar na fiscalização dos empreendimentos irregulares.
a colaborar

2.5 Defesa do Meio Ambiente

A preservação ambiental é uma preocupação que permeia os programas de ação de todos os órgãos do Governo. O Programa Integrado de Manejo e Uso dos Solos e Águas, conduzido pela Secretaria da Agricultura, por exemplo, tem uma componente preservacionista tão importante quanto a função de aumentar a produção e a produtividade agrícola.

Mas as ações institucionais e as medidas de identificação, fiscalização e controle dos principais agentes poluidores, destacando-se os de origem industrial e urbana, são de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

No exercício de 87 foi instalado o Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente — CEDA —, instituído pela Lei nº 7978 de novembro de 1984. Tendo como competência básica formular uma política estadual do ambiente, com caráter global e integrado, o CEDA é composto por 22 membros: seis Secretários de Estado (Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, Justiça, Saúde, Educação e Transporte); o Procurador Geral do Estado; os Presidentes das Comissões de Ecologia e Meio Ambiente e Saúde e Agricultura, da Assembléia Legislativa; sete representantes de associações conservacionistas e cinco representantes de instituições universitárias.

2.5.1 Controle da Erosão Urbana

Em 1987, os investimentos para obras de controle da erosão urbana, em 95 municípios foram da ordem de Cz\$ 48 milhões, dos quais Cz\$ 34 do Tesouro do Estado e Cz\$ 14 repassados pelo Governo Federal. Um novo convênio foi formalizado, entre o Estado e a União, representada pelo Ministério do Interior, no valor de Cz\$ 250 milhões. Em dezembro, foi liberada a primeira parcela de Cz\$ 50 milhões, a ser aplicada em 45 municípios.

Um projeto pioneiro, para controle da erosão na microbacia de Pérola foi iniciado em 1987 mediante convênio entre a ACARPA e a SUCEAM, que unem esforços e experiências para de forma integrada, implementarem um programa de trabalho de controle da erosão do solo em áreas peri-urbanas — transição entre as áreas urbanas e rural — que sempre se constituíram em sério entrave ao desenvolvimento dos municípios. Este projeto recebeu, em 1987, do Ministério de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente — através da SEMA — Cz\$ 600 mil, com contrapartida, por parte do Governo do Estado, de Cz\$ 500 mil.

2.5.2 Preservação Ambiental nos Empreendimentos Hidrelétricos

O impacto ambiental decorrente dos grandes projetos hidrelétricos é uma das questões que mais têm sensibilizado a sociedade brasileira, crescentemente preocupada com os problemas ecológicos. O Paraná, que teve sua paisagem bastante alterada com as represas construídas em seu território, sente esse problema com muita intensidade. O governo, empenhado em cumprir os compromissos enunciados nas “Diretrizes”, está aproveitando a larga experiência da COPEL — pioneira no campo da avaliação dos efeitos de suas obras sobre o meio ambiente e na execução de programas de preservação e recuperação das condições ambientais — está estimulando a empresa no sentido de desenvolver e bancar novas iniciativas nessa área.

Desse modo, aquela empresa estadual foi uma das pioneiras no setor elétrico brasileiro na obtenção de “licenças ambientais”, entregando à SU-

REHMA, em maio, um relatório de impacto ambiental relativo à Usina de Segredo e, em agosto, um estudo das influências sobre o ambiente da linha de transmissão em 138 KV da Usina 60 Governador Parigot de Souza a Paranaguá.

Além disso, tiveram continuidade os trabalhos nos parques ambientais de União da Vitória e de Campo Mourão, este último destinado a recriar, a pedido da comunidade local, floresta similar à que foi extinta na região em consequência de incêndio florestal. No reservatório da Usina Governador Parigot de Souza, no rio Capivari, foram liberados 200 mil alevinos de curimatá e bagres e está sendo estudada a aclimação de mais três espécies de peixes naquele ecossistema. A COPEL organizou ainda, em Curitiba, com apoio da Universidade Federal do Paraná, um curso de avaliação de impactos ambientais ministrado por especialista da Colorado State University, para mais de 200 profissionais de todo o Brasil.

2.6 Saneamento Básico

O ano de 1987 registrou um marco de alto significado na área de saneamento básico, do Paraná: a milionésima ligação de água na área de atuação da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR. Entre janeiro e dezembro foram realizadas 60 mil novas ligações de água e ampliada em 1.800 km a rede de distribuição da empresa. Com esta expansão, passaram a ser atendidas 516 comunidades beneficiando uma população superior a 5 milhões de pessoas. Os investimentos correspondentes totalizaram Cz\$ 1.097,9 milhões, dos quais Cz\$ 871,3 milhões em comunidades médias e grandes, Cz\$ 202 milhões em comunidades de pequeno porte e Cz\$ 24,6 milhões em minicomunidades.

O programa de fluoretação, destinado a reduzir a incidência da cárie dental, incorporou mais 33 cidades, estendendo esse benefício a mais 350 mil pessoas. O total da população do Estado servida com água fluoretada, na área de atendimento da SANEPAR era, em dezembro, da ordem de 3,9 milhões de pessoas.

Foram realizadas, no exercício, 12 mil novas ligações de esgotos sanitários estendendo-se este serviço a mais 60 mil pessoas. Em dezembro, haviam 236 mil ligações cadastradas na empresa estadual, rede que beneficiava 1,4 milhão de habitantes. Os investimentos realizados até 31 de dezembro totalizaram Cz\$ 538 milhões.

O Governo do Estado firmou um Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica, com o MHU — interveniência da CEF — credenciar-se aos recursos do PROSANEAR, programa destinado a realizar obras de saneamento básico para beneficiar populações com renda familiar de até 3 salários mínimos em cidades ou aglomerados com, no mínimo, 50 mil habitantes.

2.6.1 Saneamento Rural

Em outubro, o Governo do Estado firmou convênio com o Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, com interveniência da SE-

PLAN, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Ministério da Saúde, para a elaboração de um programa destinado a prover pequenas comunidades rurais, com menos de 5 mil habitantes e não atendidas pelo Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), de serviços de abastecimento de água potável. O Programa Estadual de Saneamento Rural (PESR) deverá atender, prioritariamente, comunidades com predominância de pequenas propriedades rurais, que não disponham de serviço integrado de abastecimento de água e tenham possibilidade de organizar associação comunitária capaz de administrar o sistema a ser implantado

O Programa de Micropoços, implementado pela SUREHMA, realizou, em 1987, 68 perfurações, 75% das quais com resultado positivo.

3 AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Embora o Paraná contribua com cerca de 25% da produção nacional de grãos, uma análise, mesmo superficial, do desempenho da agricultura paranaense nos últimos anos demonstra que esta posição, aparentemente privilegiada, encerra uma séria distorção: a estratégica situação geográfica do Estado, em relação aos principais centros consumidores do País, deveria ter orientado nossos esforços para a produção de alimentos; entretanto, as principais culturas alimentícias, como arroz e feijão, sofreram drástica redução tanto na área plantada como na produtividade.

Esse contra-senso é o resultado da política do Governo Federal, que estimulou as culturas de exportação em detrimento da produção de alimentos, e da omissão de governos estaduais anteriores, que não promoveram programas para corrigir o equívoco dessa política.

Além disso, todo o setor agropecuário brasileiro, em geral, vem sofrendo um processo acentuado de descapitalização com a transferência de renda para outros setores, privilegiados no processo recente do desenvolvimento brasileiro. Em consequência, a improvisação tem sido a característica mais marcante da nossa agricultura. Descapitalizada, ela não tem condições para aproveitar a abundante tecnologia à disposição no mercado e dar o salto qualitativo que lhe falta para acompanhar a evolução da agropecuária mundial.

3.1 Política Agrícola

A política do Governo na área de agricultura e abastecimento leva, em conta essa realidade: a descapitalização da agropecuária paranaense e a perda de produtividade, especialmente das culturas de alimentação.

O Programa de Irrigação e Drenagem, um dos principais instrumentos para a recuperação dessa produtividade na produção de alimentos, fez com que mais de 12 mil hectares fossem aproveitados, em 1987. Seu direcionamento para as várzeas cumpre dois objetivos igualmente importantes: aumentar a produtividade, principalmente do arroz, que de 1.500 kg por hectare alcança 4.500 em áreas drenadas e 6.000 em áreas sistematizadas e ocupar a última fronteira agrícola do Estado: as várzeas que existem em todas as pequenas propriedades e estão praticamente inaproveitadas, já que o Paraná, até agora, tem menos de 30 mil hectares irrigados. Em menos de seis meses do início

da implementação do programa foram irrigados mais de 12 mil hectares, quase a metade de tudo que havia sido, realizado até então.

O Programa de Manejo Integrado de Solos e Água, em execução desde o governo passado, também contempla, além do objetivo de conservação dos solos — ênfase que lhe era atribuída anteriormente — a finalidade de incrementar a produção e a produtividade: fazem parte do seu elenco de subprogramas desenvolver o hábito da adubação verde e da calagem do solo, práticas que atendem aos dois propósitos e estão, agora, sendo incentivadas.

Todos os programas implementados em 1987 pela Secretaria da Agricultura caracterizam-se por essa persistente procura do aumento da produtividade da terra e do trabalho levando em conta, sempre, o fato de possuirmos uma produção agregada muito boa e no entanto importarmos alimentos. Esta incoerência, que em última análise leva os paranaenses a pagar custos adicionais, inclusive de frete, pelos alimentos que consome, suscitou a prioridade da política do atual Governo para o setor agropecuário: conduzir todos os programas tendo como referência o abastecimento alimentar.

Assim, a nova denominação do órgão encarregado de aplicar essa política, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, não significa simplesmente uma troca de nomes: reflete a decisão e o empenho de reverter o processo que conduziu a produção agropecuária do Estado ao impasse em que se encontra.

Todo o empenho do Executivo para realizar a política agrícola definida no Plano de Governo não elide a circunstância de que não será no Paraná que venceremos a batalha final da produção e da produtividade da agropecuária paranaense. Enquanto prevalecer o atual quadro institucional do País, em que a União detém o poder de manejar, praticamente com exclusividade, os principais instrumentos e recursos que viabilizam ou dificultam as atividades econômicas, o Governo do Estado tem que utilizar, junto às ações diretamente exercidas através da implementação de programas de trabalho de âmbito estadual, o seu poder de pressão sobre a Administração Federal.

No desempenho desse dever o Governo assumiu, sempre ao lado do produtor, uma atitude crítica em relação às medidas equivocadas que têm caracterizado a política agrícola distorcida e inadequada que o Governo Federal tem levado avante.

Por iniciativa do Paraná os Secretários de Agricultura de todos os Estados reuniram-se em Brasília e pleitearam do Governo Federal o fortalecimento do Ministério da Agricultura. Um dos resultados imediatos dessa proposta foi o deslocamento, da área do Ministério da Fazenda para a do Ministério da Agricultura, dos órgãos responsáveis pela política de abastecimento do País. Esta mudança era uma proposição que vinha sendo defendida pela Secretaria da Agricultura do Paraná, com o apoio de todas as lideranças da agropecuária do Estado.

A firmeza com que o Governo tem se posicionado em relação ao Governo Federal, reivindicando tratamento compatível com os sacrifícios que o Estado tem feito em favor do desenvolvimento do País — como os 360 mil hectares de terras férteis inundadas que o Paraná perdeu para que se produza a energia elétrica necessária ao fortalecimento de outros setores produtivos, em outros

Estados — já resultou em substancial aumento dos recursos alocados aos programas estaduais de apoio à agropecuária: nos sete meses e meio da atual gestão destinou-se o dobro, em valores corrigidos para 1987, de tudo o que foi aplicado com a mesma finalidade no último período de 4 anos de governo.

No plano institucional o Governo tem lutado, com apoio de todas as entidades do setor privado representativas dos diversos segmentos da agropecuária paranaense, para que se estabeleça uma política agrícola nacional coerente.

Em documentos encaminhados pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento ao Governo Federal e à Assembléia Nacional Constituinte, elaborados em conjunto com o Conselho Consultivo da Política para a Agricultura e o Abastecimento, são colocadas as seguintes proposições do Paraná:

— A formulação de uma política clara de comercialização, incluindo-se importação e exportação de produtos agropecuários, que impeça a repetição dos abusos e dos equívocos que têm prejudicado o setor: por exemplo, a importação de feijão quando os produtores iniciavam o plantio da safra.

— O acesso de todos os produtores, inclusive os que não têm acesso ao crédito rural, ao seguro das safras agrícolas.

— O estabelecimento de critérios claramente definidos para a liberação dos estoques estratégicos do Governo, para que não sejam lançados no mercado em momentos inoportunos, com prejuízos para o produtor.

— A adoção do crédito proporcional, que assegure ao produtor taxas de juros compatíveis com a variação do preço do produto cuja safra foi financiada.

3.2 Produção e Produtividade.

3.2.1 Manejo Integrado de Solos e Água

O Programa de Manejo Integrado de Solos e Água — PMISA, de crucial importância para a preservação do patrimônio natural do Estado é, também, um dos principais instrumentos do Governo para fomentar a produção e a produtividade, principalmente das médias e pequenas propriedades. A expansão das suas atividades, em 1987, foi compatível com os compromissos do Plano Estadual de Agricultura e Abastecimento: a aplicação de recursos orçamentários na sua implementação aumentou de Cz\$ 14 milhões para Cz\$ 179 milhões, o que possibilitou mais do que duplicar o número de produtores atendidos — 33 mil, em 1986, e 77 mil em 1987 — e expandir, de um para dois milhões de hectares, a área das microbacias trabalhadas, no total de 688, em 258 municípios.

Comparando os últimos três anos, os recursos aplicados no programa, em 1987, equivalem à soma, em valores constantes, de 84,85 e 86. A área manejada aumentou, entre 84 (ano em que o programa teve início) e 85, em 33%; de 85 para 86, em 13,5% e de 86 para 87, em 100%. O número de produtores atendidos cresceu 18%, de 84 para 85; 21% entre 85 e 86 e 136,6% de 86 para 87.

3.2.2 Irrigação e Drenagem

O incentivo ao uso permanente da irrigação e da drenagem, objetivando, principalmente, incorporar à esfera produtiva a última fronteira agrícola inexplorada no Estado, as áreas de várzeas irrigáveis, é um instrumento inovador na prática agrícola do Paraná.

O Programa de Irrigação e Drenagem — PROID, conduzido pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, visa, além de fomentar o aumento da produção e da produtividade, proporcionar garantia de estabilidade à produção, através do controle de importantes variáveis básicas de exploração. O uso adequado da irrigação chega a proporcionar um acréscimo médio de produtividade em torno de 200% em algumas culturas, como arroz e leguminosas, com o conseqüente aumento da renda real do produtor.

Lançado oficialmente em 4 de abril, no Município de Londrina, o PROID contou com recursos totais da ordem de Cz\$ 500 milhões, dos quais Cz\$ 215 milhões do Governo Federal e Cz\$ 285 milhões, do Governo do Estado, destinados à adequação da estrutura estadual de apoio aos produtores. Com esta finalidade foram adquiridas 94 máquinas e implementos de apoio e contratados 198 técnicos, o que permitiu atender na primeira fase de implementação do programa, que correspondeu a menos de um terço de um exercício normal da administração, cerca de 1.800 produtores, incorporando esse novo instrumento de trabalho da agricultura paranaense a uma área de 12.140 hectares, em 116 municípios, com o envolvimento de quase uma centena de empresas privadas.

Vale destacar, ainda, nesse período inicial de atuação do PROID, o levantamento agro-sócio-econômico da bacia do rio Ivaí, abrangendo cerca de 60 mil ha de várzeas, trabalho este que permitirá a elaboração do 1º Relatório de Impacto Ambiental em Várzeas, em nível nacional.

Para compensar a inexistência de relatórios ambientais para projetos de várzes foram instaladas 11 câmaras técnicas para levantar, ao nível do Estado, os problemas de meio ambiente possivelmente gerados pelo programa e indicar as providências corretivas a ser adotadas.

3.2.3 Desenvolvimento Florestal

A ação do Governo nesse setor realiza-se por intermédio do Programa de Desenvolvimento Florestal Integrado. Seu enfoque é a reposição florestal não só como instrumento de proteção ao meio ambiente ou cumprimento de exigências legais, mas, principalmente, como alternativa de renda para os pequenos e médios produtores rurais do Estado.

Através de técnicas como o manejo sustentado de florestas difundiu-se o reflorestamento e os sistemas agrosilvopastoris como culturas alternativas, para uso em solos de pouca aptidão para culturas anuais. Em 1987, foram distribuídas cerca de 7 milhões de mudas, beneficiando mais de 9 mil produtores e implementando, na prática, o estímulo à reposição florestal do Estado.

3.2.4 Incentivo ao Uso de Sementes

O simples uso de semente, ao invés de grão, para plantio, proporciona aumentos significativos na produtividade. Entretanto, devido a fatores econômicos grande parte dos pequenos produtores não fazem uso desta tecnologia ocorrendo casos, como a cultura do feijão, onde em apenas 10% da área plantada é comum a utilização de sementes.

O Programa de Sementes à Base de Troca coloca à disposição dos pequenos produtores sementes de milho, arroz e feijão, na época de plantio, para pagamento na época da comercialização. Em 1987 foram atendidos cerca de 50 mil produtores, com 1.800 toneladas de sementes para uso em uma área de 65.000 ha, envolvendo recursos da ordem de Cz\$ 57 milhões.

3.2.5 Produção Animal

No campo da produção animal o Governo concentra ações nas áreas de melhoramento genético, sanidade e alimentação animal, pois o descuido com estes fatores compromete seriamente a produtividade. O fortalecimento das associações de criadores estimulando-as, com apoio técnico e institucional, a assistirem seus associados nessas áreas, foi um dos recursos utilizados nesse primeiro ano de governo. Um dos resultados obtidos foi a criação da UPAC — União Paranaense das Associações dos Criadores, órgão que deverá assumir papel relevante no planejamento das ações da pecuária.

A qualidade sanitária dos produtos de origem animal que são consumidos motivou a criação, no exercício de 87, do SIP — Serviço de Inspeção do Paraná, que visa, entre outros objetivos, estimular a criação de abatedouros municipais, ampliando o controle sanitário dos produtos pecuários ofertados à população.

3.2.6 Capacitação Técnica

O aumento da produção e da produtividade é decorrência, entre outros fatores, do acesso e incorporação das inovações tecnológicas, tanto pelos produtores como pelos técnicos que os assistem. Neste sentido, o Governo intensificou esforços para ampliar o treinamento do pessoal técnico envolvido com a implementação de programas prioritários, principalmente nas áreas de manejo integrado de solos e água e de irrigação e drenagem.

Foram instalados três núcleos de profissionalização rural, para atender principalmente os produtores de baixa renda, nas quais a educação está vinculada às práticas de campo desde o período escolar básico. A ênfase, nesse projeto, é ampliar os conhecimentos e a prática das técnicas de produtividade do trabalho, fator fundamental para o aumento da produção rural.

3.2.7 Defesa Agropecuária

A primeira medida do Governo nessa área foi o retorno do Departamento de Fiscalização (DEFIS) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento ao âmbito da administração direta.

Entre as principais ações desencadeadas em 1987, destaca-se a proibição da internalização no território paranaense do café africano suspeito de contaminação e importado pelo IBC que ficou confinado no Porto de Paranaguá para posterior reembarque para o exterior. Esta medida evitou a entrada de uma doença exótica no País, a CDB. Com idêntica justificativa foi determinado o fechamento temporário das fronteiras com o Rio Grande do Sul e São Paulo, para o trânsito de animais, com vistas a impedir a entrada de novos tipos de vírus de febre aftosa em nosso Estado. Devido a ocorrência de focos de febre aftosa na região de Paranavaí, foram suspensos, por 90 dias os eventos agropecuários programados naquela área.

Como os problemas sanitários não ficam limitados às divisas geográficas dos Estados, foi criado, por iniciativa do Paraná, o Conselho Centro-Sul de Defesa Sanitária Animal, com vistas a uniformização das medidas a serem adotadas no controle das diversas enfermidades.

Na área de saúde pública, intensificaram-se os trabalhos de combate ao morcego hematófago, para conter o surto de raiva que vinha atacando os animais, especificamente nas regiões de Curitiba, Ponta Grossa e Litoral, e para sustar, através de campanhas de vacinação, o avanço da peste suína clássica no Estado.

O Paraná alcançou, em 1987, os melhores índices de vacinação animal no País, não ficando nenhum foco de doença sem o devido atendimento.

Após 30 anos de espera, campanhas irregulares e desperdícios de recursos, em 1987 foi reativada a Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico, com maior aporte de verbas federais. Foi dada prioridade a liberação de áreas para plantio de citros de acordo com o interesse dos produtores, medida que contribui para que o Paraná fique melhor protegido contra os interesses de grupos econômicos e de outros Estados.

A campanha de Controle e Combate do Bicudo do Algodoeiro, também atingiu os objetivos em 1987, restringindo o ataque desta praga a cerca de 6% da área total de algodão, sem contudo causar danos econômicos significativos à cultura.

O ano de 1987 pode também ser considerado como da efetiva implementação da Lei Estadual de Agrotóxicos e a do Uso do Solo Agrícola, graças ao aperfeiçoamento da estrutura fiscalizadora, adoção de modelo gerencial e maior apoio recebido do Poder Judicial.

Também para dar suporte às atividades de defesa agropecuária, foram dinamizadas as ações do Laboratório Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti, único do gênero no Estado. Foi criada, ainda a Coordenadoria Estadual de Sementes e Mudas, com objetivo de melhorar o desempenho do Estado nesse importante setor de apoio às atividades agropecuárias, com maior e melhor atuação e um mínimo de custos.

Em 1987 cerca de 150 mil produtores receberam orientação e apoio na prática de saúde animal e vegetal; utilização de agrotóxicos e produtos veterinários; produção de sementes e mudas; uso do solo; e outras técnicas e procedimentos de importância essencial para o aumento da produção e da produtividade no setor agropecuário.

3.3 Abastecimento Alimentar

A maioria dos Programas implementados pelo Governo do Estado no setor agropecuário objetivam, sobretudo, a conquista da auto-suficiência produtiva de alimentos básicos, para atender as necessidades crescentes da população urbana paranaense, bem como fornecer matéria-prima para agroindustrialização e excedentes comercializáveis.

O controle da água no solo, através da drenagem e irrigação, não somente permite incremento considerável na produtividade, como também na produção em período de entressafra, principalmente de olerícolas. Além disto, o PROID se destina basicamente à exploração de culturas da alimentação básica, aspecto fundamental para atender a demanda da população.

A ação integrada entre Governo e iniciativa privada permite a aproximação dos produtores, através de projetos comunitários junto a associações de produtores, com consumidores, através de suas associações e de programas específicos, reduzindo a intermediação. O Programa de Irrigação e drenagem também está contribuindo para o aprimoramento desse processo com o incremento de projetos específicos — irrigação por aspersão e plasticultura para leguminosas, principalmente — em conjunto com sistemas de abastecimento existentes nos grandes centros — sacolões, mercados populares, etc. — e Programa de Compras Comunitárias que tem ampla atuação em todo o Estado.

3.3.1 Programa de Abastecimento

Este programa, que é integrado a todos os outros desenvolvidos pelo Governo no setor da agropecuária, uma vez que o destino último da produção é o consumo em suas várias modalidades, objetiva proporcionar mecanismos que valorizem a produção, ao nível dos produtores, e ofertar os produtos a preços mais acessíveis ao nível dos consumidores mais carentes. Em tese, os mecanismos de abastecimento utilizados proporcionam uma redução real nos preços dos produtos da ordem de 20%.

O programa de Compras Comunitárias que atendeu, em 1987, aproximadamente 27.000 famílias com renda familiar inferior a 3 salários mínimos, em 47 Municípios do Estado, comercializou cerca de 8.000 t de produtos básicos. Além disto, as ações de orientação mercadológica e de apoio estrutural na área de atacado somaram-se no sentido de tornar as atividades de produção e comercialização mais eficientes e a oferta de produtos mais constante e equilibrada. Neste sentido, foram intensificados os trabalhos junto às associações de produtores, possibilitando a cerca de 1.000 pequenos produtores o acesso direto ao mercado sem intermediações desnecessárias e onerosas, com a comercialização de cerca 10.000 t de produtos.

3.4 Armazenamento e Escoamento de Safras

Os primeiros meses do Governo foram marcados pela difícil situação da armazenagem paranaense, que, se não é insuficiente, foi inadequada ao agasalhamento da grande safra obtida. Num primeiro momento, com a aprovação da COPAB, foi instituída uma comissão de movimentação de safras que, unindo os esforços do Governo e da iniciativa privada, buscou soluções para amenizar a situação encontrada.

Medidas paliativas, entretanto, não resolvem o problema do déficit de armazenagem do Paraná. Na busca de soluções o Governo elaborou, em colaboração com empresários, um Programa de Ampliação da Rede Armazenadora do Estado, tendo o BNDES como agente financiador e objetivando ampliar a capacidade armazenadora ao nível de propriedades, comunidades, reguladora e estratégica. Foi concluído em 1987, o Armazém Frigorífico de Guarapuava, com capacidade para 7.000 toneladas.

3.5 Crédito, Seguro e Preços

O início do atual período de governo coincidiu com a fase final de declínio do Plano Cruzado. A curva descendente daquele projeto, com a retomada do processo inflacionário, a queda do poder de compra dos salários e a retração do consumo dos produtos alimentícios, atingiu em cheio a economia paranaense.

O processo de reação em cadeia teve maior impacto na pecuária, com o desabastecimento do leite — longas filas de consumidores na busca do produto; crise na suinocultura, decorrente da contração do mercado pelo ingresso inoportuno de milhares de toneladas de carne suína importada da Europa; excesso da oferta de frangos — aumento da produção conjugado com retração de exportações — agravada com a incapacidade do mercado de absorver o excedente da produção.

Este quadro de desajustes projetou-se além do período agudo da crise, exigindo a presença permanente do Governo ao lado dos produtores para apoiar os seus pleitos e encaminhar suas reivindicações, principalmente nas questões referentes a crédito, seguro e preços.

As políticas de crédito, seguro e preços para o setor agropecuário são definidas pelo Governo Federal. Não obstante, o Governo do Estado empenhou-se, dentro das limitações institucionais da sua esfera de ação, em obter definições que beneficiassem o produtor paranaense e lutou com intransigência contra injustiças e discriminações que têm penalizado a agricultura brasileira.

Desse modo, enquanto não se estabelecem novos parâmetros na divisão de poderes entre Estado e União, restaurando-se o princípio federativo e atribuindo-se às unidades da Federação, como o Paraná, a capacidade de definir e aplicar — com base em uma participação maior na divisão dos recursos tributários — políticas próprias em setores de grande ponderação

para o desenvolvimento regional — como a agricultura em nosso caso — a atuação possível do Executivo estadual é reivindicar.

Assim, o Governo encaminhou aos órgãos competentes da União diversos pleitos, de interesse dos produtores agropecuários paranaenses, destacando-se os que requerem:

- fixação de uma política nacional integrada e coerente, sugerida no documento: Propostas de Diretrizes para a Política Agrícola Nacional, elaborado pelo Conselho Consultivo da Política para Agricultura e Abastecimento do Paraná — COPAB.

- isenção de correção monetária para os financiamentos contraídos pelos produtores durante o Plano Cruzado;

- melhores níveis na fixação dos valores básicos de custeio dos preços mínimos dos produtos agrícolas, tendo sido revisto, em 5,6%, o valor sobre o preço do trigo previamente fixado;

- retorno da tarifa diferenciada de energia elétrica para fins de irrigação, pleito vitorioso no Ministério das Minas e Energia;

- substituição do PROAGRO pelo seguro rural;

- regras mais eficazes de intervenção do Governo Federal na comercialização de produtos agrícolas, para que o agricultor não seja surpreendido por medidas que inviabilizem seu investimento, à época da colheita;

- isenção de ICM sobre leite e aves e medidas efetivas para absorção do excedente da produção de leite do Estado;

- nova padronização para o feijão — a partir de estudo iniciado pela CLASPAR — e abrandamento no rigor do padrão físico exigido pelo Ministério da Agricultura para o algodão, reivindicações que foram atendidas.

Linhas de crédito do BNDES foram utilizadas para financiar investimentos de pequenos produtores rurais — 315 da Microrregião do Alto Ribeira e 350 da Microrregião de Santo Antonio da Platina — e comercialização de sementes de arroz, milho e feijão, a prazo de safra, para 46.351 produtores, inclusive assentados, de 169 municípios. O crédito rural educativo foi utilizado para financiar programa de extensão rural que beneficiou 9.800 agricultores, com recursos da ordem de Cz\$ 593,6 milhões.

3.6 Paraná Rural

Encontra-se em fase final de detalhamento o Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná — Paraná Rural, idealizado para promover investimentos em atividades de pesquisa, assistência técnica, irrigação e drenagem, produção animal, desenvolvimento florestal, fruticultura, calagem, abastecimento alimentar, regularização fundiária, armazenagem, crédito rural, estradas rurais, educação e saúde, no período de 4 anos, com o objetivo principal de aumentar a renda e a qualidade de vida do pequeno e médio produtor rural.

Subdividido em dois subprogramas, denominados Apoio ao Produtor Rural e Manejo e Conservação do Solo, o Paraná Rural está orçado em US\$ 671 milhões e seu financiamento está sendo negociado em duas agências financeiras internacionais: o Banco Interamericano de Desenvolvimento —

BID e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento — BIRD (Banco Mundial).

3.7 Pequeno Produtor

Um dos instrumentos de apoio ao produtor rural é o crédito. Apesar das limitações institucionais que praticamente impedem uma atuação eficaz dos Estados nesse setor, o Governo intensificou programas que utilizam recursos repassados pelos bancos estaduais de fomento.

O BADEP realizou em 1987, 2.200 operações de crédito apoiando direta ou indiretamente, via associações, cooperativas e federações, 7.440 pequenos produtores rurais, com ênfase nos projetos:

— **Armazenagem Comunitária:** Financia a construção de armazéns para associações de pequenos produtores rurais. Foram apoiados 4 empreendimentos, beneficiando 100 famílias.

— **Abastecimento da Região Metropolitana:** Apoiou 2.147 pequenos produtores, através de 18 associações, para a comercialização direta de sua produção no programa Mercado Popular desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

— **PROCERA I:** Beneficiou agricultores instalados em assentamentos oficiais. A primeira etapa atendeu cerca de 1.300 famílias em 11 assentamentos em ações de custeio e investimentos.

— **Capital de Giro para Associações:** Atendeu 31 entidades entre associações, cooperativas e federações beneficiando cerca de 1.480 famílias;

— **Reaplicações FINSOCIAL II e III:** Financiou, com o retorno das aplicações feitas em anos anteriores, atividades ou equipamentos de uso comunitário, tais como: armazéns, barbaquás, máquinas agrícolas para uso coletivo, etc. Foi direcionado aos assentamentos, e beneficiou cerca de 1.040 famílias.

— **Moinhos Coloniais:** Financiou 14 moinhos coloniais em 10 Municípios beneficiando diretamente 2.350 famílias.

— **Recuperação da Região Alto da Ribeira:** Orientou recursos para apoiar atividades como fruticultura, em Cerro Azul e Adrianópolis, recuperando antiga vocação da região; sericultura, oferecendo nova alternativa econômica para os pequenos produtores; pecuária leiteira; e ampliação de duas associações de produtores.

Dos Cz\$ 5,8 bilhões contratados pelo BRDE/PR, em 1987, 28,9% dos recursos (Cz\$ 1,7 bilhão) destinaram-se a financiamentos rurais, destacando-se, entre eles, os que foram orientados para apoiar programas integrados de cooperativas agropecuárias, tais como: aquisição de máquinas e implementos e construção nos setores avícola, suinícola e leiteiro, beneficiando diretamente 115 produtores rurais, associados de 4 cooperativas; e aquisição de máquinas e implementos e construção de armazéns e silos e aquisição de instrumentos agrícolas, beneficiando diretamente 12 produtores associados à Cooperativa Mista Agrária de Entre Rios, em Guarapuava.

Além disso, 8,0% do total dos recursos dirigidos ao setor industrial representaram apoio indireto ao produtor rural, pois destinaram-se a apoiar projetos

da indústria de produtos alimentares e 17,7% dos financiamentos para o setor de serviços foram encaminhados para cooperativas agropecuárias, principalmente para armazenagem agrícola (14 cooperativas receberam financiamento com esta finalidade) e beneficiamento de sementes.

4 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

O desenvolvimento dos setores comercial e industrial do Estado mereceu atenções especiais do Governo, com prioridade às medidas destinadas a preservar e consolidar o parque produtivo instalado no Paraná e a promover a expansão e a diversificação da base produtiva atual.

A industrialização do Estado não depende só de uma boa infraestrutura de energia elétrica, rodovias, telecomunicações, malha ferroviária e porto. É necessária a determinação do Governo, com a implementação de um programa objetivo, capaz de entrosar a ação do poder público e os esforços do empresariado. A decisão para adotar esse caminho está expressa, entre outras medidas, na mudança do percentual destinado à Secretaria da Indústria e do Comércio no Orçamento do Estado, de 0,7% para 23%, no próximo ano.

4.1 Ação Institucional

A ação institucional do Governo, na área da indústria, do comércio e do turismo, é encaminhada com a participação da iniciativa privada. Em 1987 ampliou-se a representação do empresariado paranaense no COIND — Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná —, com a instalação de mais quatro comissões: Radiodifusão, Siderurgia e Metalurgia, Extração de Minerais e a de Jovens Empresários, sem vínculo direto com uma categoria específica.

No decurso do ano o COIND elaborou um Caderno de Sugestões à Constituinte, com as propostas dos empresários paranaenses, e coordenou o segmento empregador na formulação do Acordo do Paraná, pacto que estabeleceu um programa de ação, obtido mediante consenso entre lideranças empresariais, sindicatos e federações de trabalhadores, com a mediação do Governo do Estado, para enfrentar a crise econômica nacional.

4.1.1 Desenvolvimento Industrial e Comercial

O esforço desenvolvido em 1987, em programas de desenvolvimento industrial e comercial, esteve voltado para o fortalecimento do empresariado

paranaense, apoio para a capacitação técnico-gerencial, apoio à criação de novos empreendimentos mediante um programa de fomento industrial, apoio à realização e promoção de feiras e exposições, pesquisa e divulgação de indicadores conjunturais da indústria e do comércio, além de um conjunto de programas especiais visando a expansão do parque industrial instalado.

Na área de desenvolvimento gerencial, utilizou-se a estrutura e o corpo docente das universidades estaduais e faculdades isoladas para apoiar o empresariado do interior do Estado. Vários convênios foram realizados com entidades de classe, com aplicação de recursos da ordem de Cz\$ 3,5 milhões no setor de micro, pequenas e médias empresas paranaenses.

Intensificou-se a promoção de produtos e empresas paranaenses, sobretudo com apoio técnico e financeiro para a promoção de feiras e exposições municipais, regionais e nacionais. Dos 47 eventos realizados no ano, 35 receberam ajuda financeira do Estado, da ordem de Cz\$ 7,5 milhões.

Cerca de dez mil empresas tiveram apoio gerencial e 19 mil empresários e seus colaboradores diretos receberam treinamento e orientação através de mais de 600 eventos — cursos, seminários, encontros, etc.

Para viabilizar esse programa foram repassados ao CEAG — Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná, órgão da estrutura do CEBRAE — Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, mediante convênio, recursos da ordem de Cz\$ 27,5 milhões.

Para custear atividades de apoio ao desenvolvimento industrial, como projetos de viabilidade técnico — econômica — financeira, realização de seminários de desenvolvimento industrial, coordenação de projetos especiais, como o de aproveitamento de resíduos urbanos, a SEIC destinou, no exercício, Cz\$ 15 milhões.

4.1.2 Atração de Investimentos e Tecnologia

Em maio, foi criada, na estrutura da Secretaria da Indústria e do Comércio, a Coordenadoria Estadual de Atração de Investimentos e Tecnologia — CATI. Uma das prioridades da CATI foi fortalecer, no Estado, o Programa Nacional de Microagroindústria e Silos (PRONAMAI), que já está atuando em 35 municípios onde levantou, em 1987, 183 consultas. Destas, 42 resultaram em solicitação para que se elaborassem projetos de engenharia e de viabilidade econômica.

Entre os novos projetos industriais e a ampliação da atual capacidade instalada, 36 grandes empresas privadas estão realizando investimentos da ordem de 1,2 bilhão de dólares, dos quais uma significativa parcela orienta-se para o setor agroindustrial. Só um grupo empresarial, a Cooperativa Agrícola de Cotia, está instalando três novas unidades industriais que exigirão recursos da ordem de US\$ 263 milhões.

4.1.3 Desenvolvimento do Artesanato

O Paraná atingiu um bom nível quanto ao atendimento de artesãos e à promoção de seus trabalhos. A SEIC tem mais de 6.000 artesãos cadastrados e 4.000 credenciados. Em 1987 foram cadastrados 661 e credenciados 589.

Os artesãos cadastrados são atendidos, principalmente, pelas entidades que os congregam, criadas com o apoio do Estado: 74 associações e 4 cooperativas de artesãos das quais duas, as de Ivaiporã e Imbituva foram instaladas em 1987.

Com a finalidade de promover a comercialização dos produtos dos artesãos foram realizadas no ano 17 feiras regionais e 2 estaduais. Os artesãos paranaenses participaram, também, de eventos nacionais.

A promoção destes eventos conta com apoio técnico e ajuda financeira da SEIC. Em 1987 o faturamento global destas feiras e lojas mantidas pelas associações somam a Cz\$ 10,7 milhões, o custo operacional destes eventos foi de Cz\$ 497.050,00.

4.1.4 Programa Nosso

O crescimento nas vendas do Programa Nosso em 1987 foi de 98,85%, com um volume de vendas da ordem de Cz\$ 54,5 milhões, expansão atribuída ao maior apoio dado às lojas instaladas no interior do Estado e ao aumento dos produtores cadastrados. Atualmente o Programa Nosso atua em 26 cidades.

As lojas de Marechal Cândido Rondon e Londrina, inauguradas neste ano, já se destacam entre as primeiras do Estado em volume de vendas. Em Londrina, as vendas totalizaram Cz\$ 4,8 milhões e, em Marechal Cândido Rondon, Cz\$ 1,6 milhão. Foram cadastrados, no decorrer do ano, 1.360 novos produtores. Em agosto, foi firmado contrato de exportação com a Nova Zelândia no valor de US\$ 14,3 mil. Diversas empresas importadoras de outros países mantiveram contato com o Programa Nosso, manifestando interesses pelos seus produtos.

4.1.5 Programa Paranaense de Microdestilarias

As Microdestilarias, por definição, são unidades produtoras de álcool hidratado com capacidade nominal de até 5.000 litros diários, cujo destino principal é o autoconsumo nas propriedades rurais que possuam carros, veículos utilitários e tratores. Portanto, o álcool das microdestilarias pode ser incluído entre os insumos de produção, contribuindo para reduzir os custos agrícolas, pois é mais barato do que o distribuído no mercado. O Governo promove o programa com apoio técnico e tecnológico, assistência organizacional e fiscalização.

O Paraná tem 60 microdestilarias em funcionamento, 3 das quais instaladas em 1987. Outras 15 estão sendo negociadas.

4.2 Ação Fiscalizadora e Normativa

A confiança pública no comércio é fator importante para o fortalecimento do setor. O controle dos pesos e medidas de mercadorias acondicionadas cabe ao Governo. Para melhorar o desempenho desta função o Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) foi reestruturado, reaparelhado e dotado com laboratório próprio de metrologia legal.

Entre os novos programas que estão sendo implementados nesse instituto, destaca-se o Programa de Ação Conjunta IPEM — Empresários, destinado a identificar soluções para problemas do acondicionamento de mercadorias com alto teor de umidade, que perdeu peso nas prateleiras dos supermercados provocando prejuízos e acarretando, aos empresários, problemas com a fiscalização.

O IPEM iniciou, em 1987, a fiscalização de metais preciosos e do teor das bebidas.

O registro de firmas e atividades afins de competência da Junta Comercial do Paraná, tem fundamental importância no desempenho de toda a atividade econômica. O requisito essencial para que o trabalho da AJP esteja adequado às necessidades do empresariado é a rapidez. Daí os programas em andamento, para melhorar a qualidade dos serviços do órgão.

A descentralização, que permite ao empresário do interior acesso mais expedito aos documentos, foi contemplada com a abertura de 21 novos escritórios, mediante convênios com associações comerciais e prefeituras. Em dezembro, estavam funcionando 35 escritórios, em perfeito entrosamento com a administração central. Outros 16 deverão ser instalados no início de 1988.

Cumprir esse mesmo objetivo de atender com rapidez as demandas do empresariado o programa de modernização dos serviços, desenvolvido no decorrer do ano com o funcionamento do sistema de microfilmagem, a partir de maio; ampliação e aperfeiçoamento dos procedimentos de aprovação instantânea de documentos; adoção do processamento de dados, com a inclusão do órgão no projeto de informatização do Departamento Nacional de Registro do Comércio.

4.3 Desenvolvimento de Tecnologia

O Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, que atua na área de pesquisa e desenvolvimento, presta assessoria às empresas paranaenses no desenvolvimento de tecnologia e mantém laboratórios especializados, adaptou suas instalações e passou a orientar suas atividades “para apoiar com maior ênfase o esforço de industrialização do Estado.

A “produção de vacinas” anti-rábicas e de anestésico odontológico, em que o TECPAR vinha especializando-se, nos últimos anos, ampliou-se, em 1987. Foram produzidas 15 milhões e 200 mil doses de vacina anti-rábica canina e 1 milhão e 200 mil doses de vacina anti-rábica humana e seis milhões de dose de anestésico odontológico.

4.4 Fomento à Produção Mineral

Entre os avanços registrados, nessa área, destacam-se o relançamento, pela Minerais do Paraná S. A. (MINEROPAR), do Programa Descubra Minérios; o início de um programa para determinação da potencialidade mineral dos municípios; a realização de pesquisa de campo para determinar o consumo mineral na indústria de transformação paranaense; publicação e distribuição dos Mapas Geológicos e de Depósitos Minerais; e atualização do Mapa Geoló-

gico do Estado do Paraná, cuja última edição tem 25 anos.

A estrutura da empresa foi aperfeiçoada, com a criação de uma gerência para atuar na área de oportunidades de investimento. Em 1987 foram concluídos os seguintes projetos para oferta pública de lavra:

- Fluorita, em Cerro Azul: 800.000 t de CaF_2 , com teor médio de 37,63%.
- Calcário agrícola, em Sapopema 1.540.000 t de calcário agrícola tipo B, com teores médio de 21,7% de CaO e 14,95% de MgO .
- Diamante, em Ortigueira: cascalhos diamantíferos e auríferos (8 pontos/ m^3 e 26mg/ m^3 , respectivamente) sobre uma reserva medida e inferida de 75.000 m^3 .
- Ouro, em Campo Largo: concluída pesquisa de etapa para instruir as bases da negociação com a iniciativa privada.
- Quartzo para metalurgia, em Cerro Azul: identificado potencial de 700.000 t, com produção prevista de 1.200 t/mês.
- Gabro ornamental em Adrianópolis: identificado potencial de 500.000 m^3 , para produção de placas serradas.
- Calcita, em Adrianópolis: identificado potencial de 500.000 m^3 , para produção de placas serradas.
- Calcita, em Adrianópolis: pesquisadas 100.000 t, para produção de insumos químicos.
- Granito ornamental, em Bocaiúva do Sul: identificada área para produção de placas para revestimentos, com potencial de até 300.000 m^3 .

4.5 Turismo

Corrigir o conceito errôneo da abordagem do turismo exclusivamente como lazer, e considerar sua potencialidade como atividade essencialmente econômica, que gera empregos, impostos, salários e benefícios sociais, tem sido uma das principais metas do Governo.

Com esse enfoque, a Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR — desencadeou esforços para aumentar as opções ao turista que visita o Paraná, oferecendo, além dos pontos de atração já consagrados, alternativas menos conhecidas, que estão sendo divulgadas através de informações e roteiros e onde se realizam obras de infra-estrutura e estimula-se a ampliação e a melhora dos serviços de hotelaria.

Nesse setor podem ser destacadas, entre as providências adotadas no exercício de 1987, a recuperação física e melhora nas condições de atendimento do hotel da Estância Hidromineral de Santa Clara, no município de Guaraçuva; a revisão hidráulica e elétrica no Parque Turístico de Primeiro de Maio; a recuperação e restauração dos sanitários do Parque Estadual do Monge da Lapa; a conclusão dos pontos de água, construção de mesas, churrasqueiras, portão e portal de entrada do Parque Estadual de Campinhos, em Bocaiúva do Sul; e apoio financeiro para a construção de dez churrasqueiras e intermediação para pavimentação do estacionamento do Terminal Turístico de Santa Terezinha do Itaipu.

No Parque Estadual de Vila Velha, no Município de Ponta Grossa, foi duplicado o número de equipamentos básicos de lazer junto à Lagoa Dourada, executados os serviços de contenção da erosão junto ao asfalto que dá acesso à Lagoa e arrendadas as lanchonetes da região das piscinas e das furnas. Iniciou-se a construção do Centro de Artesanato, que deverá ser inaugurado no início de 1988.

Os campings da PARANATUR em Matinhos e Guaratuba foram reformados e passaram a ser administrados pela própria empresa.

4.5.1 Promoção e Eventos

Dada a carência de instalações adequadas, no Estado, para abrigar a realização de eventos de grande porte, merecem destaque o início da construção dos Centros de Convenções de Foz do Iguaçu e Curitiba e do estudo de viabilidade para o de Londrina.

Foram impressos aproximadamente 600 mil folhetos sobre pontos de atração paranaense, em sete idiomas, além de 80 mil "posters" e diversas fitas de videocassete, para distribuição e exibição no Brasil e no exterior.

A publicação do documento Indicadores de Turismo, com pesquisas sobre o tráfego turístico no Estado, foi de grande auxílio para o planejamento das atividades dos empresários do ramo. A promoção conjunta com as prefeituras, em eventos tradicionais e pioneiros, ampliou o leque de atividades da empresa.

Na tarefa de classificação e controle de qualidade dos empreendimentos turísticos do Estado, que executa por delegação da EMBRATUR, a PARANATUR destacou-se em primeiro lugar, entre os 26 órgãos oficiais de turismo do Brasil, pelo alto índice de atuação e eficiência e introdução de novas técnicas de aferição e premiação dos estabelecimentos que mais se destacaram, durante o ano, no atendimento correto aos turistas.

4.6 Ações de Fomento

Em 1987 o BADEP destinou 99,9% do total de Cz\$ 5.398,8 contratados, para a iniciativa privada, beneficiando 2.930 empresas — incluídas as operações com recursos do FINSOCIAL e do PROMICRO — e induzindo investimentos da ordem de Cz\$ 7.160,3 nas atividades produtivas do Estado. Estima-se em 7.163 os empregos gerados com esses financiamentos. Houve uma redução em torno de 20%, relativamente a 1986, fato que demonstra o grau de apreensão dos empresários na tomada de decisão quanto a novos investimentos.

Do valor contratado, 50% destinou-se a empresas do interior do Estado, principalmente para as microrregiões Campos de Ponta Grossa, Norte Novo de Maringá, Campos de Guarapuava, Extremo Oeste Paranaense, Campos de Jaguariaíva e Norte Novo de Londrina que, em conjunto, receberam 36,4% dos financiamentos concedidos.

Quanto aos desembolsos efetuados no ano — valores repassados às empresas, inclusive referentes a financiamentos contratados em anos anteriores — foram da ordem de Cz\$ 5,2 bilhões com crescimento real, em relação a 1986, de 6,1%. Esse volume de aplicações contribuiu para que o saldo de aplicações — recursos totais dos financiamentos do banco em poder das empresas —, no final de 1987, atingisse Cz\$ 41 bilhões, com uma evolução efetiva real de 22,4% sobre a posição de 31 de dezembro de 1986.

Dentre os principais empreendimentos, no setor industrial, apoiados em 1987, destacam-se:

— apoio financeiro da ordem de Cz\$ 3,0 milhões, através de participação societária com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) para a conclusão da implantação de uma unidade piloto da BioFill — Indústria e Comércio de Produtos Biotecnológicos, empresa paranaense que desenvolveu, com tecnologia própria, um revolucionário produto, sem similar, para uso na área biomédica. Trata-se de uma película celulósica denominada BioFill, semelhante à pele humana, adequada ao tratamento de lesões com perda de pele, principalmente queimaduras, que está sendo utilizado com êxito por mais de cem centros médicos do país.

— financiamento de capital de giro, no montante de Cz\$ 20 milhões, para a reativação do Frigorífico de Palmas, antiga reivindicação da população local, pois trata-se de importante fator para o desenvolvimento agropecuário do Sudoeste do Estado.

O BRDE/PR destinou, em 1987, 29,6% (Cz\$ 1,7 bilhão) do total dos seus financiamentos, que somaram Cz\$ 5,8 bilhões, para o setor industrial da economia paranaense apoiando 137 empresas e 14,9% (Cz\$852,5 milhões) para 62 empreendimentos do setor comercial e de serviços da iniciativa privada. A expectativa do valor do ICM a ser gerado com os créditos deferidos pelo Banco é de Cz\$ 2,3 bilhões, decorrentes da expansão do faturamento das empresas financiadas. As 343 empresas apoiadas no ano — incluídas as do setor primário — deverão criar mais 3.798 empregos e manter outros 103.520, graças aos recursos recebidos.

Do total de recursos contratados, 20% foram destinados a reforço de capital de giro e 7,7% à instalação de novas empresas, percentual que, levando-se em conta o grande volume de recursos orientados para investimento fixo do setor privado (61% do total), demonstra a cautela dos empresários para iniciar novos empreendimentos, em 1987.

As microrregiões de Curitiba, com 27,9%, Extremo Oeste Paranaense, com 24,1% e Campos de Ponta Grossa, com 7,4%, foram as mais beneficiadas.

5 ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A existência de grandes problemas na administração do sistema estadual de ensino superior, o compromisso, assumido com a comunidade científica, de intensificar os esforços do Estado no campo do fomento à ciência e à tecnologia e a necessidade de melhor entrosamento das ações do Governo no trato das questões pertinentes a esses dois setores tão importantes para o desenvolvimento do Paraná, justificaram a criação do cargo de Secretário Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

5.1 Ensino Superior

A primeira providência adotada em relação ao ensino superior foi estabelecer o roteiro de um sistema de avaliação, capaz de traçar um diagnóstico das instituições estaduais de ensino do terceiro grau, principalmente em relação às suas demandas de corpo docente e de recursos materiais, de modo a adequar as dotações orçamentárias que lhes são encaminhadas. Em 1987 esse trabalho foi realizado em relação à Universidade de Londrina.

Também foi iniciado, no decorrer do exercício, um estudo sobre custos e condições de custeio de cursos de especialização e de extensão, para aperfeiçoamento de docentes e maior oferta às comunidades, área até então muito pouco provida de recursos. As ações empreendidas nesse sentido possibilitaram atender 1.876 docentes, com o aumento do número de cursos de especialização de 35 para 60 — 70% a mais em relação ao ano anterior.

A necessidade de expansão e melhora das instalações das universidades e faculdades isoladas estaduais esbarra na escassez de recursos orçamentários. Para superar este empecilho, o Governo está empenhado em negociações com instituições financeiras nacionais e do exterior.

Em 1987 foram encaminhados à apreciação do Ministério do Planejamento, com solicitação de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, administrado pela Caixa Econômica Federal, os projetos de expansão dos campus das universidades de Maringá, Ponta Grossa e Londrina, incluindo-se, nesta última, a construção do hospital universitário.

A deficiência de equipamentos é uma das realidades com que se defrontam nossas instituições de ensino superior. Tentando corrigir esta falha o Governo

está empenhado em obter financiamentos da Alemanha Oriental para projetos específicos já elaborados pelas universidades estaduais.

Entre outras ações voltadas ao ensino do terceiro grau, destacam-se a obtenção de crédito no valor de Cz\$ 40 milhões, no Ministério da Educação, para necessidades emergenciais, das entidades de ensino superior, liberação de recursos orçamentários para o término das instalações físicas para o curso de agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa e para a conclusão das obras de construção da Faculdade de Educação Física de Jacarezinho e apoio financeiro para manutenção das casas de estudantes universitários existentes no Estado.

5.2 Ciência e Tecnologia

O fato mais importante a destacar, área de ciência e tecnologia, é a modificação no funcionamento do Conselho Estadual de Ciências e Tecnologia — CONCITEC, órgão que orienta toda a política de aplicação de recursos do Governo do Estado neste setor. Segundo a nova orientação o CONCITEC deixou de analisar diretamente os pedidos de recursos que lhe são encaminhados. Agora, os projetos de pesquisa são estudados por assessores e comitês especializados, que emitem um parecer técnico: o plenário do Conselho, à luz da política global que traçou, aprecia os pareceres técnicos e distribui os recursos.

Outra medida fundamental foi a decisão de destinar recursos orçamentários equivalentes a meio por cento do total da arrecadação do ICM no Estado, para financiar, a fundo perdido, a partir de 1988, os projetos que sejam considerados importantes para o desenvolvimento do Paraná. de 1988.

5.2.1 Ações Realizadas

Entre as principais ações desenvolvidas em 1987, na área de ciência e tecnologia, destacam-se:

— Obtenção de recursos, a fundo perdido, da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, órgão do Governo Federal, para o projeto de um sistema de informações em ciência e tecnologia, a ser desenvolvido nos primeiros meses de 1988.

— Apoio financeiro para o desenvolvimento de 158 projetos de pesquisa, publicações e realização de eventos, envolvendo recursos da ordem de Cz\$ 25 milhões.

— Assinatura de convênios com o Ministério da Ciência e Tecnologia, que repassou Cz\$ 350 mil para o Programa Paranaense de Biotecnologia (PARANABIO) e com a FINEP, que destinou Cz\$ 6 milhões para o programa de fomento a projetos de pesquisas do CONCITEC.

6 TRANSPORTES

6.1 A Política dos Transportes

A meio caminho entre o Extremo Sul e as regiões Sudeste e Centro-Oeste, bem como entre a costa do Atlântico e a área mediterrânea do Meio Paraná, na Bacia do Prata, o território do Estado do Paraná se situa como o grande corredor de transporte terrestre e indesviável na parte brasileira do Cone Sul. Além disso, pela forte reentrância da costa marítima na altura de Paranaguá, reduzindo as distâncias para a “hinterland”, seu Porto representa o ponto de menor resistência nas comunicações interioranas do continente, como epicentro de um vasto território que extrapola as divisas estaduais. Forma uma zona de influência de mais de 500 mil quilômetros quadrados, ou seja, mais do dobro da área paranaense, para atingir os Estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Sul de São Paulo, além do Paraguai e o Norte da Argentina, repúblicas vizinhas já ligadas ao nosso Estado por meio de pontes internacionais. Esta zona de influência deverá ser ampliada com a implantação de um entreposto (depósito franco) da Bolívia, em Paranaguá, cujas negociações encontram-se adiantadas.

No setor dos transportes, a atual administração definiu como objetivo executar um programa viário identificado com as peculiaridades geográficas e com a vocação sócio-econômica do Estado, assim como, no nível nacional, com a inserção geopolítica da terra e da gente paranaense no contexto sociológico da Região Sul, a segunda mais importante do País.

Até aqui, a política governamental para o setor deu grande ênfase ao sistema rodoviário, através da execução de um conjunto de rodovias troncos e alimentadoras, visando o escoamento da produção, principalmente a exportação de grãos. O Plano de Governo previu as necessárias adaptações e ajustes dessa política, conseqüência das mudanças estruturais pelas quais o Paraná vem passando. O novo enfoque que dá embasamento aos programas do setor transportes reflete as aspirações antes traduzidas no documento de diretrizes, apresentado e discutido durante a campanha eleitoral, e levou em conta o fato por todos reconhecido de que o Paraná já não é mais um Estado

predominantemente rural, mas sim uma área de cidades grandes e médias.

A austeridade administrativa e financeira imposta na atual administração não deverá prejudicar a viabilidade de projetos de porte, de que o nosso Estado não pode abrir mão sob pena de comprometer um plano de desenvolvimento regional integrado, capaz de responder às drásticas expectativas para o início da década de 1990, já tão próxima, quando o Paraná terá mais de 80% de sua população vivendo em cidades e apenas 20% no meio rural.

O programa proposto para o atual período de governo orientou-se no sentido de duas linhas principais. Num primeiro aspecto, a continuidade do tradicional esforço que se vem realizando na ampliação, melhora a conservação da rede rodoviária, com a conclusão das obras em execução. Quanto às novas obras, atribuiu-se prioridade a um programa de estradas rurais, de baixo custo de pavimentação, além de ligações com regiões vizinhas, a exemplo da ponte sobre o rio Paraná, em Porto Camargo. Deu-se atenção, também, à complementação da malha das estradas troncos e vicinais mais importantes, bem como à infra-estrutura aeroportuária e aos serviços de transporte comercial de passageiros e cargas.

Sob um segundo aspecto, o programa no campo dos transportes traduz a preocupação deste Governo em estabelecer um sistema intermodal que fortaleça o Corredor de Transportes em demanda ao Porto de Paranaguá. Trata-se de consolidar e ampliar sua área de influência, aumentando desse modo as condições básicas de integração econômica com toda a região da Bacia do Prata, através da navegação do rio Paraná e seus afluentes. Nesse sentido, três grandes empreendimentos estão em andamento: no setor ferroviário, a Ferroeste, como eixo básico do Corredor de Paranaguá, que já está atraindo capitais privados e investimentos federais; a Hidrovia do Ivaí, visando a integração fluvial do Paraná com Mato Grosso do Sul, possibilitando usos múltiplos e integrados de transporte, geração de energia, irrigação, piscicultura, etc.; e programa de Investimentos no Porto de Paranaguá com a execução de um terminal de Container para 100.000 t/ano, incluindo a construção, já iniciada, de 350 metros de cais, pátio com 210.000 m², dragagem e aterro hidráulico, edificações e aquisição de equipamentos.

Diante disso, a proposta para 1987 foi trabalhar, dentro do País, para que o setor transportes alcançasse a eficiência e a eficácia necessárias ao seu papel estratégico para o desenvolvimento do Estado.

A ênfase foi dada à manutenção, restauração e reaparelhamento da infra-estrutura rodoviária, portuária e aeroportuária, bem como ao estímulo à reorganização ou à complementação das estruturas locais e regionais de transportes mais baratos; à consolidação dos Corredores de Transportes, principalmente os que servem de ligação entre as áreas de produção e os centros de consumo e terminais portuários; à manutenção das ligações de tráfego e acessos do sistema viário; e à adoção de sistemas de transportes não convencionais, procurando sempre maior rentabilidade operacional.

A política adotada procurou atender a todas as modalidades de transportes, buscando adequar cada vez mais a capacidade da oferta às condições específicas das demandas, quer nos aspectos sociais como nos técnicos e econômicos.

6.2 Transporte Rodoviário

A construção de rodovias, constitui-se elemento indispensável na implementação e consolidação da infra-estrutura básica, em adiantado estágio, no Paraná, nos setores de energia elétrica, telecomunicações, portos e sistema viário. Representa o complemento necessário de apoio logístico com reflexos positivos diretos, não só para o desenvolvimento econômico propriamente dito, mas, sobretudo, no setor social.

Assim sendo, as responsabilidades dos diversos níveis de governo devem estar perfeitamente caracterizadas: ao Governo Federal estão afetos os grandes eixos rodoviários e a construção de novas ferrovias; ao Governo estadual a realização das ligações inter-regionais e a construção e investimento da rede de rodovias alimentadoras e vicinais; e aos Governos Municipais com apoio do Governo estadual, a construção e melhora de ligações locais e inter-municipais de pequena quilometragem.

Os programas de rodovias em andamento, portanto, não são apenas somatório de obras isoladas. Constituem parte de um esforço mais amplo tendo em vista, estrategicamente, acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social do Estado, reduzir os desequilíbrios regionais; elevar os níveis de renda da população estadual; e interiorizar desenvolvimento sócio-econômico, ampliando as perspectivas de atração de investimentos da iniciativa particular para o processo produtivo do Estado.

Do ponto de vista imediato, no horizonte do atual período de governo, o programa rodoviário proposto persegue objetivos claramente definidos:

- assegurar condições de escoamento independente de variações climáticas às safras agrícolas do Paraná, que se constituem no segundo maior volume de produção primária no país;

- assegurar a ligação entre as regiões de produção e os eixos viários mais importantes já implantados, ou em implantação;

- utilizar padrões de projetos e tecnologia de construção que permitam o barateamento dos custos, para maximizar as relações de rentabilidade econômica e social dos investimentos;

- dar prioridade a um elenco de obras que beneficie um maior número de regiões do Estado, em padrões satisfatórios de qualidade e segurança, sobre investimentos que visem a construção de pequeno número de estradas de alta sofisticação técnica e custos;

- permitir, em função da necessidade de acompanhar as cotações internacionais, que se amplie a agregação de valores à produção, através da redução dos custos de comercialização e transportes que atualmente oneram o produtor rural;

- interiorizar os equipamentos e serviços sociais a partir de uma rede eficiente de transportes no interior, reforçando o papel das cidades de porte médio;

- possibilitar a expansão do setor secundário, notadamente o agroindustrial e terciário no interior, favorecendo a fixação do homem nas regiões de produção agrícola;

— permitir a utilização integral dos sistemas de armazenagem/transportes nas vias troncais e embarque pelo Porto de Paranaguá, com a redução e/ou eliminação das incertezas de transporte entre as regiões produtoras e os pontos de escoamento.

A rede rodoviária do Estado do Paraná atingiu, no ano de 1987, a extensão total de 140.622,65 km. Desse total, apenas 8,4% são estradas pavimentadas e 25,6% oferece condições de tráfego permanente.

As rodovias do sistema federal e estadual são as que estão melhor capacitadas a assegurar tráfego permanente (com pavimentação e revestimento primário) e a baixo custo de transporte. As rodovias do sistema municipal — justamente aquelas que penetram nas fontes de produção — apresentam insignificante extensão pavimentada (79,0 km) e muito poucas permitem tráfego permanente (17,6% da extensão total do sistema municipal).

Do total de municípios paranaenses instalados, só 66 são beneficiados por serviços de estrada de ferro, ao passo que somente três restam ser ligados por asfaltamento. Lamentavelmente, a recessão que atingiu a economia brasileira no início da década dos anos 80, agravada ultimamente pelos problemas do endividamento público, externo e interno, tende a tornar dramáticas as perspectivas, a curto e médio prazos, de investimentos novos no setor de transportes.

A construção de estradas pavimentadas passou a contar, nos últimos anos, com o apoio de instituições financeiras como é o caso dos programas de rodovias alimentadoras, financiadas com recursos parciais do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e das rodovias vicinais, construídas com recursos do Banco Mundial (BIRD) e do BNDES, que se somam aos recursos do DNER e do Tesouro do Estado.

6.2.1 Rede de Conservação

As atividades de conservar e administrar estradas são tão importantes quanto as de construí-las, principalmente se considerarmos que a malha viária hoje existente no Paraná representa um investimento de magnitude, além de um patrimônio público inestimável.

Ademais, a conservação é fator de economia para os poderes públicos e de segurança para o usuário, assim como a sinalização, a fiscalização do limite de velocidade, a balança para prevenir excessos de cargas, o controle de cargas perigosas, contribuem para reduzir acidentes, racionalizar o consumo de combustíveis e evitar danos no pavimento.

Em 1987 a rede rodoviária de conservação do DER estava assim constituída: 10.816,7 km de rodovias pavimentadas, 1.922,6 km com revestimento primário, 348,4 km com leito natural e 1.243,8 km em obras.

— Rede Pavimentada	:	10.816,7 km
— Rede com Revestimento Primário	:	1.922,6 km
— Rede com leito natural	:	348,4 km
— Em obras	:	1.243,8 km

Na conservação dessa malha, foram despendidos recursos na ordem de Cz\$ 496 milhões.

6.2.2 Principais Obras Concluídas

Dentre as obras concluídas no ano de 1987, podem ser destacados os seguintes trechos rodoviários:

BR-373 — Marmeleiro - Barracão (72,00 km)

PR-449 — Mangueirinha - Palmas (lote 2 - 35,20 km)

PRT-487 — Manoel Ribas - Reserva (lote 3 - 30,28 km)

PR-151 — Palmeira - São Mateus do Sul (lotes 1 e 2 - 48,36 km)

Ligação Londrina - Warta (14,12 km)

Ligação Alexandra - Matinhos (31,18 km).

Com a conclusão da rodovia Marmeleiro - Barracão, o Paraná viabiliza um novo pólo de desenvolvimento na fronteira com a Argentina. Esse trecho rodoviário vinha sendo reivindicado há mais de 20 anos. A obra, entretanto, vinha sendo postergada por uma decisão política que favorecia o Rio Grande do Sul, já que o grande fluxo de importações/exportações do comércio entre o Brasil e a Argentina realizava-se via Uruguaiana - Paso de Los Libres.

É muito grande o interesse daquela região por essa nova estrada pavimentada, que encurta a distância entre Buenos Aires a São Paulo em 306 quilômetros. Para dinamizar o comércio entre ambos os países e atrair o fluxo de cargas rodoviárias, desviando-o de Foz do Iguaçu e de Uruguaiana, construíram-se também as Aduanas Justapostas, as quais facilitarão o desembarço da documentação inerente ao transporte, nas duas direções.

Com a conclusão do trecho Manoel Ribas - Reserva, a última fronteira agrícola do Paraná se incorpora ao contexto econômico do Estado. A ligação, Alexandra - Matinhos, beneficiando parte do litoral paranaense, abre novas perspectivas para a região, principalmente como estrada alternativa às praias, facilitando o fluxo de veranistas à orla marítima.

6.2.3 Desempenho dos Principais Programas

Programa Normal do DER — Executa obras exclusivamente com recursos do Tesouro do Estado. Em 1987, concluiu 242,55 km de terraplenagem e pavimentação, permanecendo em execução 979,06 km. Em revestimento primário foram concluídos 3.987,51 km, ficando em andamento 49,00 km. Foram concluídos, ainda, 3.987,51 m de obras de arte especiais, permanecendo em execução 3.310,89 m. Outros 277,61 km de restauração e recapeamento de rodovias, foram executados, estando em andamento 49 km.

Programa de Rodovias Alimentadoras — Implementado com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — abrange as áreas de construção, melhoramentos e reequipamento, participando o banco com aproximadamente 43% do total da obra — concluiu, em 1987, a pavimentação de 413,90 km, restauração de 619,58 km e 367,00 m de obras de arte especiais, permanecendo em andamento 359,76 km de pavimentação, 534,92 km de restauração, e 446,60 m de obras de arte especiais. Com recursos

do programa, foram adquiridos diversos equipamentos cujo valor total soma um entorno de 18 milhões de cruzados.

Programa de Rodovias Vicinais — Destinado a construir estradas que objetivam ligar os centros de produção à rede rodoviária estadual, proporcionar melhor acesso às propriedades e melhor escoamento da produção. Conta com o apoio financeiro do BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (participação de 29,5%), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD (participação 32,0%) e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER (participação de 9,1%), totalizando 70,6%.

No ano de 1987 foram concluídos 467,83 km de pavimentação, 49,24 km de revestimento primário e 229,00 m de obras de arte especiais, com o prosseguimento de 340,64 km de pavimentação e 62,03 km de revestimento primário. No subprograma PRÓ-PONTES foram construídos 40,00 m de obras de artes especiais durante o ano de 1987.

Programa Pró-Rural — O Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, cuja geração de serviços na área de transportes pertence ao DER, mantém as atividades de melhoramentos e aberturas de pequenos lances de estradas municipais, através de revestimento primário, além de construir Obras de Arte Especiais. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), agente financeiro internacional, participa com a totalidade dos investimentos (100%), cabendo a conservação das estradas do programa aos recursos do Tesouro do Estado. Em 1987 foram concluídos 578,80 km de revestimento primário e 617,48 m de obras de arte especiais.

Programa de Ação Municipal — O PRAM, executou em 1987, no setor de transportes, em 23 municípios, 356,03 km de revestimento primário mantendo em execução 93,5 km, além de 80,0 m de obras de arte especiais e 1,2 km de pavimentação concluídas. Atendeu 13 municípios com aquisição e/ou recuperação de 24 equipamentos rodoviários, num valor aproximado de 10 milhões de cruzados. Ficaram em andamento os processos para aquisição e/ou recuperação de mais 7 equipamentos em outros 7 municípios num valor total aproximado de 3 milhões de cruzados.

Patrulhas Mecanizadas — Com financiamento concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, foram adquiridos equipamentos e veículos para as Patrulhas Mecanizadas, destinadas a construir pequenas estradas municipais, em revestimento primário, com participação da mão-de-obra dos municípios. Foram construídos 3.255,73 km de estradas em todo o Estado com um investimento aproximado de 182 milhões de cruzados.

Programa de Rodovias Rurais — Com recursos da Caixa Econômica Federal, e no Programa Paraná Rural, entre 1988 e 1990, serão construídos 7.500 quilômetros de estradas rurais, com baixo volume de tráfego e localizadas em áreas onde predomina a atividade agropecuária. Em 1987 foram mantidos entendimentos com a Caixa Econômica Federal para financiar a construção de 4.000 km de rodovias do programa. Também foram iniciadas negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar a construção de aproximadamente 1.600 km de rodovias do programa.

Programa de Obras Federais — As obras de melhoramentos e restauração em rodovias federais, sobre responsabilidade do DNER, tiveram o seguinte desdobramento no Estado, em 1987:

●BR—277 — Relógio/Guarapuava: 47 km de pista e 19,3 km de faixas adicionais, com os serviços em fase de conclusão; BR—277 — Laranjeiras do Sul/Cascavel: 122 km de pista e 21,9 km de faixas adicionais, com 87 km já concluídos; BR—369 — Apucarana/Cambé: 35 km de pista — 14 km duplicados e 2,2 km de faixas adicionais — com os serviços em fase de conclusão; BR—373 — Três Pinheiros/Cel. Vidida: 98 km de pista e 8,0 km de faixas adicionais;

BR—376 — Ponta Grossa/Ortigueira: 85 km de pista — 12 km de duplicação e 17,3 km de faixas adicionais — com 80 km já concluídos; BR—376 — Curitiba/Garuva: 43 km de pista — 12,6 km de faixas adicionais e alargamentos de 3 pontes estreitas — com os serviços em fase de conclusão.

●Em fase de início de obras de restauração e melhoramentos, encontram-se os seguintes trechos: BR—116 — Divisa SP/PR/Rio Iguaçu: 64 km — 55 km pista dupla, incluídos os 9,4 km até o Pinheirinho; BR—369 — Londrina/Cambé: 7 km de pista dupla; BR—376: Maringá/Presidente Castelo Branco: 27 km. BR—376: Curitiba/Garuva: 30 km.

●Em convênio de delegação DNER/DER-PR foram realizadas as seguintes obras, que já constam nas relações por programas: Duplicação da BR—376, trecho Spréa-Ponta Grossa com 66,0 km; Pavimentação da BR—373, trecho Marmeleiro-Barracão com 72,0 km; Restauração da BR—376, trecho Spréa-Ponta Grossa com 66,0 km; Execução dos dois trevos em dois níveis em Cascavel em convênio com a Prefeitura; Em execução o trevo de acesso a Guarapuava na BR—277 em dois níveis.

Ainda em 1987 foi assinado convênio de delegação DNER/DER-PR para conclusão do contorno leste de Curitiba, ligando o Pinheirinho até a BR 277 com 26,6 km; duplicação da BR-376 de Curitiba até Garuva em Santa Catarina com 74,0 km; pavimentação da BR-476 no trecho entre Bocaiuva do Sul e Adrianópolis numa extensão de 92,0 km; ponte sobre o rio Paraná, inclusive acessos no trecho Porto Camargo (PR) Cambureí (MS).

6.2.4 Pesquisa e Desenvolvimento

Uma das principais preocupações do Governo, na área de transportes, é diminuir os custos de construção rodoviária mediante soluções novas, encontradas nas pesquisas de laboratório. Em 1987 o DER construiu aproximadamente 30,0 km de pistas experimentais e estando em execução outros 74,64 km. Outra preocupação é melhorar a qualidade do pavimento. Com esse último objetivo foram construídas duas pistas experimentais de aproximadamente 370,0 m cada, a fim de se testar um novo tipo de dosagem de concreto asfáltico que proporcionasse uma melhor aderência do veículo na pista e evitasse a ocorrência de segmentos com perigos de derrapagens.

6.3 Transporte Hidroviário

É conhecida a economicidade do transporte hidroviário, principalmente para grandes volumes de cargas a granel transportadas a média e grandes distâncias. Em condições ótimas de operação, como é o caso das hidrovias americanas e européias, o custo do transporte hidroviário pode ser até vinte vezes menor que o custo rodoviário e cinco vezes menor que o ferroviário.

No Paraná, a penetração para o interior coincidiu com o início da era automobilística, quando os veículos automotores, de maior flexibilidade de movimentos e fazendo o transporte de domicílio a domicílio, com o petróleo a dois dólares o barril, passaram a competir com a navegação fluvial. O Paraná perdeu, no momento mais intenso do desbravamento dos planaltos, o serviço de navegação fluvial no rio Paraná e a quase centenária hidrovia do rio Iguaçu, entre o Porto Vitória e o Porto Amazonas, no Sul do Estado.

O Estado do Paraná conta atualmente, com os 700 km navegáveis da Hidrovia do Paraná, desde Itaipu até a Usina de Jupiá, onde existe navegação comercial através de comboios de empurra com capacidade de 1.800 toneladas. Por esta hidrovia são movimentados diversos produtos agrícolas, gado, madeira e areia, num volume de cerca de 400.00 toneladas/ano. A partir de 1989 o rio Paraná contará com cerca de 1.000 km navegáveis que permitirão a integração hidroviária do Estado do Paraná com os Estados de Goiás e Minas Gerais, além dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul hoje já integrados ao sistema.

6.3.1 Hidrovia do Ivaí

Em 1987 tiveram continuidade os estudos para implantação da Hidrovia do Ivaí, com um imenso potencial futuro de transporte, conectada de um lado à Hidrovia do Paraná, e do outro, à malha rodoferroviária do Paraná.

O Ivaí banha a região Noroeste do Paraná e desemboca no Rio Paraná aproximadamente na altura da foz do Ivinhema, afluente da margem direita no vizinho Estado do Mato Grosso do Sul. A partir da construção da Hidrelétrica de Ilha Grande, por força do represamento para formação do reservatório da usina, os trechos navegáveis desses rios serão ampliados, melhorando muito suas condições de navegabilidade.

Desse modo, a Hidrovia do Ivaí se apresenta como alternativa econômica de transporte em trecho de 237 km de extensão, desde a foz, no rio Paraná, até a altura de Doutor Camargo, onde encontra os trilhos da RFFSA. Terá no sistema viário do Noroeste do Estado o mesmo papel que a Ferrovia da Produção, no Extremo Oeste, ao ligar Guarapuava a Cascavel.

Além de permitir a penetração por via fluvial no Centro-Oeste do País, a Hidrovia do Ivaí promoverá uma integração de transportes em três vertentes: a primeira, na parte do setentrião, que inclui a malha rodoviária em direção a São Paulo e ao mercado nacional, via Maringá — Londrina — Ourinhos; a segunda, em conexão com a navegação fluvial do rio Paraná, desde Itaipu até a Hidrelétrica de Jupiá, numa extensão de 700 km; a terceira, em direção

ao Porto de Paranaguá, desde Doutor Camargo, através dos trilhos da Central do Paraná.

Mas a Hidrovia do Ivaí pode ser, ainda, conforme estudos em andamento, a matriz de um projeto mais ambicioso de desenvolvimento regional integrado, com o aproveitamento múltiplo dos investimentos em navegação fluvial, geração de energia elétrica, controle de cheias, estímulos à piscicultura, programas de irrigação, controle da erosão e centros de lazer e turismo. Este projeto possibilitaria o assentamento de milhares de famílias de agricultores, com um investimento na ordem de US\$ 290 milhões.

6.3.2 Hidrovia do Paranapanema e Tibagi

O Governo do Estado contratou o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo, a um custo de Cz\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil cruzados) para, em colaboração com o Departamento Hidroviário de São Paulo, realizar um estudo de aproveitamento hidroviário dos rios Paranapanema e Tibagi. O objetivo é verificar a possibilidade de torná-los navegáveis, desde a foz do Paranapanema até as proximidades de Jataizinho, à margem do Tibagi, no Norte Central do Estado, numa extensão de 330 km. Os custos desses estudos foram divididos em partes iguais entre os Estados de São Paulo e Paraná.

6.3.3 Transporte Hidroviário do Litoral

O Governo tem concentrado esforços para beneficiar o sistema de transporte hidroviário em diversos trechos navegáveis do litoral. Desenvolveu-se, em 1987, o Projeto Padrão Civil e Naval que objetiva construir novos atracadouros no Município de Guaraqueçaba, com a alocação de recursos, à Prefeitura, para o custeio de partes das despesas operacionais da embarcação adquirida pelo município, em convênio com a SETR, num total de Cz\$ 170.000,00. Também destinou recursos à mesma Prefeitura, da ordem de Cz\$ 550.000,00, para a aquisição de nova embarcação que deverá operar na mesma linha. Este transporte hidroviário vem movimentando cerca de 1000 passageiros/mês entre a sede municipal e os vários povoados existentes nas ilhas, ao longo do litoral, num percurso médio de 100 km por viagem redonda.

6.3.4 Controle das travessias

Prosseguindo nas atividades de controle da navegação interior de travessias, prerrogativa que foi transferida ao Estado pela Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), a SETR vem concedendo, através do cadastramento das empresas de navegação de travessias, autorização para exploração de linhas, cálculo tarifário e controle operacional. Já foram levantados os 56 pontos de travessias no Estado e encontra-se em andamento o cadastramento das empresas e órgãos governamentais que operam estes serviços.

Também foram executados anteprojetos de atracadouros para as localidades de Pontal do Sul e Ilha do Mel visando melhorar as condições de embarque e desembarque naqueles pólos turísticos. A elaboração de projeto executivo e a realização das obras aguardam aprovação dos Conselhos do Patrimônio Cultural e de Desenvolvimento Territorial do Litoral.

6.4 Transporte Ferroviário

O sistema de transporte ferroviário para grandes distâncias e grandes volumes de cargas de baixos valores específicos, por exigir menor quantidade de energia propulsora por unidade transportadora é, comprovadamente, mais adequado que o rodoviário.

As regiões Oeste e Sudoeste do Estado, responsáveis, em conjunto, por 50% da produção paranaense de grãos, não dispõem da opção ferroviária de transporte. A produção é escoada via rodoviária, com altos custos e evidentes prejuízos para os agricultores.

A malha ferroviária do Paraná, com 2.230 km, e densidade de 11 m/km² é insuficiente, considerando-se o estágio de desenvolvimento econômico do Estado. Possui importantes segmentos, construídos no final do século passado e início deste, com características técnicas ultrapassadas e inadequadas aos volumes de carga atuais e futuros. Mesmo assim a Central do Paraná apresenta um dos maiores índices de rentabilidade do sistema da Rede Ferroviária Federal.

A Regional local da RFFSA trabalha há anos com demanda reprimida da ordem de 30%, atingindo somente uma das áreas de produção agrícola do Estado (região Norte).

6.4.1 FERROESTE

O Paraná — principalmente, o Oeste e Sudoeste do Estado — precisa da construção da FERROESTE (ex-Ferrovia da Produção), empreendimento que irá atender à região mais produtiva do Brasil em matéria de grãos.

O Executivo está profundamente empenhado na realização desta obra e desenvolve esforços no sentido de obter, para isso, parte dos recursos devidos ao Estado pelo Governo Federal, como ressarcimento aos investimentos realizados à custa do Tesouro Estadual na construção da Ferrovia Central do Paraná, que liga Apucarana a Ponta Grossa.

Com a ampliação da rede ferroviária de Guarapuava a Cascavel, em sua primeira etapa e, posteriormente, a Guaíra, indo atingir, no futuro, o Mato Grosso do Sul, Paraguai e Norte da Argentina, o Paraná terá atendido as suas regiões mais produtivas, quer para o transporte de grãos para regiões de consumo interno, quer para a exportação, via Porto de Paranaguá. Não se trata de investir em futuras áreas de produção, mas de dar condições adequadas e mais baratas de transporte a regiões que já produzem grandes excedentes exportáveis e que, com a ferrovia, terão certamente maior competitividade nos mercados mundiais. Os produtores, que hoje transportam suas mercadorias por via rodoviária, terão na ferrovia o meio adequado para o

transporte a longa distância e, conseqüentemente, serão beneficiados com o aumento da lucratividade de sua produção.

Nos primeiros meses de 87, o presidente José Sarney assinou o decreto oficializando a execução da obra. O Governo do Estado conseguiu que fosse excluído, deste decreto, um artigo anteriormente previsto que assegurava exclusividade da construção da ferrovia à Valec Engenharia e Construções Ltda., empresa subsidiária do Ministério dos Transportes.

Em conseqüência, surgiram quase que de imediato, dois grupos privados interessados na sua construção: um, canadense, representado pela Canadian Pacific Consulting Services, e outro, italiano, liderado pela FIAT. Técnicos dos dois grupos realizaram estudos sobre a viabilidade econômica e financeira do empreendimento e, em setembro, os canadenses apresentaram seu relatório, referente ao trecho Cascavel-Paranaguá.

O documento afirma que um trem, trafegando Oeste do Paraná até Paranaguá, poderia atrair, até 1991, a movimentação de aproximadamente 2,4 milhões de toneladas/ano de tráfego agrícola para os centros intermediários, principalmente Ponta Grossa, e um milhão de toneladas/ano de tráfego de exportação, diretamente até o Porto de Paranaguá.

A empresa canadense avaliou várias opções de investimentos para a Ferroeste. De acordo com a opção de investimento mínimo, a movimentação de tráfego acima exigirá a construção de uma ferrovia totalmente nova de Cascavel até Guarapuava.

Com base numa série de projetos alternativos, executados durante a última década, a Canadian calcula que o custo atual de construção de uma linha de 250 km, a partir de um ponto imediatamente a leste de Guarapuava até Cascavel, seria de US\$ 260 milhões. A construção desse trecho permitiria a ligação do Oeste com a rede ferroviária existente e operada pela Rede Ferroviária Federal S.A.

Além da linha, outros investimentos seriam necessários para a FERROESTE entrar em operação: extensões de desvios e realinhamento nas linhas existentes da RFFSA a um custo inicial de, aproximadamente US\$ 7 milhões; uma nova oficina de manutenção e equipamentos especializados, avaliados em cerca de US\$ 25 milhões; fabricação de 927 vagões e 58 locomotivas, fabricadas no Brasil, ao preço de US\$ 145,5 milhões; construção de um terminal oeste, para armazenagem de aproximadamente 200.000 toneladas de grãos, com custo estimulado de US\$ 30 milhões. O custo total da opção de investimento mínimo estimulado pela Canadian Pacific é de US\$ 476,5 milhões

O grupo canadense propõe-se a operar a FERROESTE com composições de trens de, pelo menos, 58 vagões, com locomotivas no meio do trem, com controle remoto que controlará a composição de Cascavel até o destino, com paradas para abastecimento, troca de tripulação, acréscimo ou remoção de locomotivas e verificação de freios.

Nas etapas seguintes seriam executados o novo trecho entre Engº Gutierrez — Engº Bley, melhora dos trechos Guarapuava — Engº Gutierrez e Engº Gutierrez — Ponta Grossa e construção do novo traçado entre Curitiba e Paranaguá que, no momento, é o trecho de maior demanda reprimida

da Superintendência de Curitiba — da RFFSA. Em etapa subsequente seria construído o trecho Cascavel — Guaíra, que exigirá o investimento adicional de US\$ 250 milhões.

No dia 19 de dezembro, em solenidade da qual participaram o Ministro dos Transportes, Eng.º Reinaldo Tavares, vários Secretários de Estado, Diretores da Canadian Pacific, o Presidente da Rede Ferroviária Federal S.A., presidentes de cooperativas do Oeste e Sudoeste do Estado, e o Prefeito de Cascavel, foi assinada a ata de constituição da Empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A — FERROESTE, que será responsável pelo empreendimento. As obras deverão ser licitadas e iniciadas no primeiro semestre de 1988.

6.4.2 Desvio Ribas — Rio Tibagi

A variante Desvio Ribas — Rio Tibagi é um trecho ferroviário que vai desviar todo o tráfego de trens do perímetro urbano de Ponta Grossa e irá trazer grandes vantagens para o tráfego propriamente dito, encurtando distâncias e economizando combustível e tempo no transporte de produtos que demandam a Guarapuava, Araucária, Curitiba e Paranaguá.

A “Safena”, como é chamada, é uma reivindicação antiga do Município de Ponta Grossa e sua construção tornou-se possível graças a convênio assinado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e a Rede Ferroviária Federal S.A.

A obra, com um custo estimado em Cz\$ 115 milhões de cruzados, deverá estar concluída no primeiro trimestre de 1988. O DER/PR está construindo as obras de infra-estrutura, numa extensão de 14.370 m, e o assentamento de trilhos, com uma extensão de 15.540 m, está a cargo da Rede Ferroviária Federal S/A.

6.4.3 Ramal Ferroviário Pinhais — Rio Branco do Sul

A região maior produtora de calcário, cimento e cal do Paraná está localizada nos municípios de Colombo, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul e adjacências, e é atendida, atualmente, por um ramal ferroviário da RFFSA, ligando Rio Branco do Sul a Curitiba.

Este ramal, além de ter características técnicas ruins, atravessa parte da região Metropolitana de Curitiba, de grande densidade populacional, e tem mais de trinta passagens de nível, condições que resultam em muitos transtornos à população e inúmeros acidentes.

A construção do novo ramal ferroviário ligando Pinhais a Rio Branco do Sul, além de erradicar o ramal acima citado, fará que a produção de calcário, cal e cimento daquela região, seja transportada por via férrea, em melhores condições e com menor custo.

A construção desse ramal ampliará a viabilidade econômica e financeira da FERROESTE, pois os trens que retornarem ao Oeste do Estado poderão carregar calcário, para suprimento daquela região. O grupo italiano FIAT

já demonstrou interesse em financiar sua construção, em relatório recentemente encaminhado ao Governo do Estado.

6.5. Transporte Aeroviário

No setor do transporte aeroviário o Paraná ocupa, hoje, posição de destaque no cenário nacional. Detém o segundo lugar em aeroportos pavimentados, com uma pista pavimentada em cada raio de 50 km. Ao final a atual gestão governamental, se concretizadas as obras previstas no Plano de Governo, deveremos atingir o indicador de uma pista a cada raio de 30 km.

O Estado conta com 58 aeroportos públicos homologados. Destes, 35 são pavimentados, 15 dos quais com balizamento noturno. Existem 36 aeroportos privados registrados, três deles com pavimentação.

Os aeroportos públicos são mantidos e administrados pelas prefeituras municipais, através de convênios, com exceção do Aeroporto de Paranaguá. Infelizmente, com raras exceções, as municipalidades têm dado muito pouca ou nenhuma atenção aos seus aeroportos. Nestas condições, o Governo do Estado tem procurado, dentro das suas possibilidades, por intermédio da Secretaria dos Transportes, atender os municípios nesta tarefa. O Ministério da Aeronáutica tem colaborado, com apoio de ordem técnica.

Em 1987 foram investidos pelo Governo Estadual, no setor, recursos na ordem de Cz\$ 80.000.000,00 em obras nos seguintes aeroportos: pavimentação, em Arapoti e Realeza; terraplenagem e pavimentação, em Cianorte, Goio-Erê e Medianeira; balizamento noturno, em Apucarana, Arapongas, Campo Mourão e Paranaguá; recuperação do balizamento noturno, em Cascavel, Guaira, Guarapuava, Paranavaí, Pato Branco e Ponta Grossa; recuperação do pavimento, em Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Maringá.

Estão em andamento os estudos para a construção de um novo aeroporto em Cascavel, devido à adversa condição operacional do existente (ventos fortes, transversos à pista), e a ampliação do aeroporto de Maringá, a fim de permitir a operação de aeronaves de maior porte

O Governo do Estado assinou convênio com o Ministério da Aeronáutica para a elaboração de um "Plano Aeroviário para o Estado do Paraná", para os próximos 20 anos, que deverá estar concluído em outubro de 1988. Do custo total desse estudo, da ordem de Cz\$ 26,1 milhões, o Governo do Estado participa com 33% e o Ministério da Aeronáutica com os 67% restantes, o qual deverá estar concluído em outubro de 1988.

O Governo Federal investiu no Paraná, apenas nos aeroportos administrados pela INFRAERO, destacando-se a ampliação do terminal de passageiros de Foz de Iguazu (em andamento) e a construção do novo terminal do Aeroporto Afonso Pena, na Região Metropolitana de Curitiba, em fase de projeto. As obras do terminal desse aeroporto estão estimadas em Cz\$ 250 milhões. A participação financeira do Governo do Estado, neste último projeto, deverá ser bastante apreciável, hoje estimada em Cz\$ 60 milhões, compreendendo: desapropriação das áreas do novo acesso e da nova pista, e obras de infra-estrutura.

6.6 Transporte de Passageiros e de Cargas

É competência do Estado planejar, outorgar e fiscalizar a execução dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros, a infra-estrutura de transportes de passageiros (compreendida pelos terminais rodoviários, pontos de parada e abrigos) e o transporte comercial de cargas no território estadual.

6.6.1 Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal

No Paraná, o transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros é operado por meia centena de empresas privadas, com 781 linhas e 2,6 mil veículos. Na medida em que o transporte coletivo reduz o uso do automóvel particular, gerador de desperdícios, cabe ao poder público estimular, racionalizar e melhorar a qualidade desses serviços, cuja demanda está crescendo, no Estado, de maneira impressionante. Em 1980, uma população de 7,7 milhões de habitantes gerou uma movimentação de passageiros de 86 milhões de pessoas. Em 1987, para 8,9 milhões de habitantes, o número de passageiros transportados pelas empresas de ônibus intermunicipais subiu para 146 milhões. A taxa de crescimento médio desse transporte tem sido de 10% ao ano. Entre 1986 e 1987 verificou-se um aumento em torno de 17 milhões de passageiros.

A preocupação com a qualidade do transporte levou o Executivo a elaborar estudos sobre as ligações rodoviárias que apresentam as maiores concentrações de passageiros transportados, a fim de identificar possíveis soluções alternativas para seu atendimento. Após pesquisa em aproximadamente 80 ligações optou-se pela adoção do sistema de linhas metropolitanas, mais condizente com as características do transporte exigido pelos usuários. Com essa finalidade, durante o ano de 1987 foram implantadas as linhas metropolitanas entre Francisco Beltrão — Marmeleiro e Maringá — Marialva.

Os resultados obtidos justificam plenamente a decisão adotada. Houve melhora de qualidade nos serviços, aumento de sua segurança e, principalmente redução no preço das passagens.

6.6.2 Terminais Rodoviários, Pontos de Parada e Abrigos

Os equipamentos de infra-estrutura nos transportes intermunicipais ainda são insuficientes. É necessária uma ação governamental permanente e vigorosa para eliminar o déficit de instalações e consolidar uma rede de serviços de melhor qualidade capaz de atender à demanda crescente dessa modalidade de transporte.

Apesar da escassez de recursos, o Estado prestou auxílios financeiros, em 1987 nos valores de Cz\$ 300.000,00 à Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, para a construção de um terminal; Cz\$ 300.000,00 à Prefeitura Municipal de Rolândia, para reforma de terminal; e Cz\$ 2.000.000,00 à Prefeitura Municipal de Curitiba, para remodelação do Terminal Metropolitano de Guadalupe.

O Programa de Ação Municipal também repassou recursos aos municípios para a construção de seus terminais rodoviários. Em 1987, com investimentos na ordem de Cz\$ 4,5 milhões, foram concluídos 9 terminais e, em dezembro, encontravam-se em andamento outros 12, no valor de Cz\$ 6,4 milhões.

A construção de abrigos em pontos de parada de ônibus, nas rodovias do Estado, faz parte, igualmente, do esforço do Executivo para melhorar as condições do serviço de transporte intermunicipal de passageiros. Em 1987 foram construídos 40 e realizada licitação para aquisição e montagem de outros 116, em 1988.

6.6.3 Transportes de Cargas

Na área do Transporte de cargas, a ação do Executivo estadual se concentrou na operação das Centrais de Informação de Fretes-CIFs, que têm como principal objetivo a racionalização nos deslocamentos dos caminhões quando em busca de cargas. As Centrais oferecem aos caminhoneiros as oportunidades de cargas disponíveis nas suas áreas de atuação, evitando o tráfego vazio à procura de cargas, o que diminui o custo dos fretes, reduz o consumo de combustíveis e aumenta a segurança do tráfego, principalmente nos perímetros urbanos.

Os números referentes às 8 Centrais instaladas em Curitiba, Guarapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Campo Mourão, Maringá, Londrina e Santo Antonio da Platina demonstram bem a sua importância desse instrumento no contexto do transporte de cargas em nosso Estado. Entre 1986 e 1987 aumentou em cerca de 85% o número de motoristas atendidos — de 27 para 50 mil — evitou-se para os veículos um percurso adicional de aproximadamente 8 milhões de quilômetros e propiciou-se uma economia em torno de 2,2 milhões de litros de combustíveis.

6.7 Atividades Portuárias

O Porto de Paranaguá retomou este ano os altos índices de movimentação de mercadorias, ultrapassando o recorde histórico registrado em 1985. Principal exportador de grãos do País, gerando uma receita cambial média superior a US\$ 2,0 bilhões anuais, o terminal marítimo do Estado ocupa o 3º lugar entre os portos brasileiros, tendo à sua frente, apenas, o Porto de Santos e o do Rio de Janeiro. Seu desempenho tem representado significativa contribuição para a balança comercial do País, uma vez que 92% das cargas que movimentam são de exportação e apenas 8% de importação.

Não se pode perder de vista o fato de que estamos vivendo grandes inovações no setor dos transportes marítimos. As dimensões médias dos navios triplicaram, com o conseqüente aumento na tonelagem e no calado, criando novos desafios à administração portuária. Por outro lado, a partir da década de 70 com a introdução do navio especializado para o transporte de container — que, como cofre de carga, tem a tríplice função de embalagem, estocagem e transporte porta-à-porta — o inseparável binômio navio/porto ganhou ainda mais complexidade. É que, no geral, a administração desse binômio está

dissociada, com interesses muitas vezes conflitantes: de um lado os armadores privados, que se caracterizam pela dinâmica da livre iniciativa e do desembaraço empresarial; de outro lado, as burocracias governamentais que atuam nas atividades portuárias nos serviços de atracação, manuseio de cargas, armazenagem, cobrança de tarifas, etc.

A intensificação do uso de contêineres, o intermodalismo, o uso de computadores e da avançada tecnologia de comunicações, modernizando os métodos de administração das empresas de navegação, são resultados saudáveis do progresso tecnológico. Mas, ao mesmo tempo, exigem que os poderes públicos estejam à altura de oferecer, uma infra-estrutura moderna para utilização dos transportadores terrestres e sofisticados terminais marítimos para atendimentos das empresas de navegação.

Estas novas condicionantes da atividade portuária, em geral, somadas às mudanças do perfil das cargas movimentadas em Paranaguá, conseqüente do desenvolvimento industrial e agrícola da hinterlândia, determinaram a seleção de prioridades para o período 1987/90.

Entre os principais investimentos a serem efetuados neste período, com vistas à maior eficiência dos serviços portuários, destaca-se a construção de um terminal de contêiner para 100.000 t/ano, incluindo-se as obras de ampliação de 350 m de cais, pátio com 210.000 m², dragagem e aterro hidráulico, edificações e aquisição de equipamentos. Os recursos básicos para essas obras são oriundos da PORTOBRÁS/BNDES, com apreciável participação do Governo do Estado.

Paralelamente, está sendo negociada com a União a renovação da concessão de operação do porto pelo Estado do Paraná, vez que o contrato em vigor deverá expirar em 1992. O Governo do Estado lutando para obter, definitivamente, o gerenciamento total do seu terminal marítimo, ficando o Governo Federal com as funções normativas e fiscalizadoras das operações, ao nível nacional. A aceitação dessa proposta resultará na descentralização, de direito e de fato, das administrações portuárias do País, e se insere no contexto das expectativas de toda a sociedade brasileira que aspira a restauração do sistema federativo, em todos os níveis.

A adoção de critérios de austeridade com contenção de despesas não essenciais e o retorno à responsabilidade da Portobrás dos dispêndios com a dragagem de manutenção do canal de acesso, resultado de gestões do Governo do Estado, reverteu em benefício da administração do porto. Com isso, foi possível a realização, com recursos próprios, de um extenso programa de obras e serviços de recuperação e manutenção de instalações e equipamentos, preservar e melhorar as condições físicas e operacionais do Porto.

O programa compreendeu a reforma e revitalização de berços do cais comercial e cais de inflamáveis, dragagem dos berços, reforma de guindastes, subestação, balanças, manutenção de linhas férreas, pátios, edificações e equipamentos de um modo geral.

6.7.1 Movimentação de Mercadorias

A movimentação de mercadorias, em 1987, foi de 13,4 milhões de toneladas, recorde ao longo de 52 anos de atividades do porto, o que atesta a

vital importância do terminal para a economia de sua hinterlândia. Nos últimos anos, o crescimento médio foi da ordem de 7,5% anuais. Do total movimentado, 9 milhões de toneladas correspondem a exportações para o mercado externo e 921,9 mil toneladas às importações. O comércio de cabotagem teve redução de 4,6% em relação ao ano anterior, totalizando 3,4 milhões de toneladas.

Carga Geral — Estão compreendidos nesse item: café, madeira, algodão, congelados, têxteis, cerâmicas, papel e outros produtos industrializados. Observou-se nessa categoria uma certa estabilidade no total movimentado, com uma queda inexpressiva em relação ao ano anterior.

Granéis Sólidos — Compreendendo milho, soja, farelo, fertilizantes, sal, trigo e minérios, esse grupo foi responsável por 9,0 milhões de toneladas — 67% da movimentação portuária — com incremento de 16% em relação a 1986. Destaques para os embarques de soja — 1,9 milhões de toneladas contra 1,1 milhão em 1986 — e farelos, com 5,0 milhões de toneladas para 4,2 milhões, em 1986.

Da produção paranaense de trigo foram embarcados para os portos do Nordeste do Brasil, 838,2 mil toneladas. Essa operação representou valiosa contribuição à Nação, em termos de economia de combustível e de preservação da malha rodoviária, evitando, além do mais, transtornos decorrentes da insuficiência de caminhões para o transporte dessa mercadoria àquela região.

Granéis Líquidos — Os derivados de petróleo destinados ao mercado externo atingiram 836,6 mil toneladas, registrando-se uma queda de 8,8% em relação à quantidade exportada em 1986. Já os óleos vegetais cresceram à razão de 231,5%, ou seja, mais de 319 mil toneladas que no ano anterior. Apesar do declínio do comércio de cabotagem, pela redução das exportações de derivados de petróleo para o mercado interno, o item “Granéis Líquidos” apresentou um pequeno acréscimo, da ordem de 1,6%, em relação ao exercício anterior.

Porto de Antonina — A movimentação pelo Porto de Antonina vinha decrescendo sensivelmente desde 1983, quando atingiu a tonelagem de 332 mil toneladas, até 1986, ano em que movimentou apenas 166 mil toneladas. Em 1987, deu-se uma sensível inversão. O total de mercadorias movimentadas cresceu para 190,2 mil toneladas, 14,3% a mais em relação ao ano anterior.

Entretanto, é preocupante a perspectiva de cargas para o Porto nos próximos anos, limitado que está pelas condições de acesso marítimo e, principalmente, pelas melhores condições oferecidas pelo Porto de Paranaguá.

6.7.2 Receita Cambial

A receita gerada com as exportações por Paranaguá atingiu 1,96 bilhão de dólares em 1987, com um crescimento de 7,6% em relação ao exercício anterior. A pequena exportação de café o “carro-chefe” da carga geral, e o seu baixo preço praticado em 87, no mercado internacional, impediram que a receita cambial tivesse aumento condizente com o crescimento dos volumes exportados, situação que reflete, sem dúvida, a deterioração dos preços dos produtos primários no mercado internacional.

Para se avaliar melhor esse quadro, apresentamos os resultados das exportações pelo Porto de Paranaguá, nos últimos cinco anos:

ANO	EXPORTAÇÃO (10 ⁶ t)	US\$ BILHÕES	US\$/TONELADA
1983	7,1	2,343	330,00
1984	8,0	2,415	301,87
1985	9,6	2,485	258,85
1986	7,2	1,824	253,33
1987	9,0	1,998	222,00

O acréscimo de 1,8 milhões de toneladas brutas na exportação, verificado em 1987, representou a geração adicional de, apenas, 136 milhões de dólares. Em 1981 foram exportadas 6,6 milhões de toneladas e a Receita Cambial foi de US\$ 3,044 bilhões. A participação do café, naquele ano, foi de US\$ 930 milhões.

6.7.3 Investimentos Portuários

Os portos brasileiros passaram a ocupar maior importância no contexto da economia nacional com o advento da política de exportação, notadamente em presença dos problemas de combate à inflação e equilíbrio da balança comercial.

Diante do crescimento de cargas pelo porto, fez-se necessário o incremento das instalações portuárias, vias de transporte rodoviário e ferroviário, canais de acesso e demais meios que concorrem na maior eficiência do sistema global de exportação, com conseqüente redução do custo final de transporte.

Neste enfoque, é imprescindível que os portos que atendem cada região do País acompanhem, estruturalmente, a evolução de cargas, de maneira a não represar o fluxo de mercadorias, importação e exportação, sob pena de comprometimento do plano maior da política econômica do Governo.

Em 1987 foram investidos recursos a execução das seguintes obras:

Ampliação do Pátio de Triagem pelo DNER

A capacidade nominal do pátio de triagem é de 700 caminhões. O contínuo aumento de cargas (cereais/farelos) tornou insuficiente a área atual do pátio, acarretando longas filas à margem da BR—277. Sua ampliação, já iniciada, permitirá programação de lotes maiores para cada período, acompanhando os aumentos da capacidade do corredor de exportação, além de eliminar a insegurança no trecho final da rodovia e melhorar as condições de trabalho dos caminhoneiros.

Novo Acesso Rodoviário

A conclusão das obras de ligação entre a BR—277 e o pátio de triagem ao porto trará melhor funcionalidade ao fluxo de caminhões com a transferência, para fora da área urbana, do intenso tráfego pesado.

6.7.5 Investimentos da Iniciativa Particular

A empresa **Cattalini Terminais Marítimos Ltda**, detentora da maior fatia de exportação de óleo vegetal pelo Porto de Paranaguá, está construindo um terminal marítimo junto ao cais dos Inflamáveis, com investimentos estimado em Cz\$ 185 milhões. O empreendimento representará forte atrativo para aumento da demanda de óleo vegetal e outros granéis líquidos.

Encontra-se em construção, pela empresa **Mundial de Serviços Marítimos Ltda.**, um silo horizontal particular na área do **Corredor de Exportação**, com investimento previsto de Cz\$ 520 milhões. O novo terminal será integrado ao complexo "**Corredor de Exportação**" e proporcionará um melhor índice de utilização dos dois novos "ship loaders", instalados nos berços do Corredor, e melhorará significativamente a regulação de fluxos de cereais pelo porto. Servirá, também como sistema alternativo especializado de importação para situações atípicas, como as ocorridas em 1986.

A empresa **Contriguaçu Cooperativa Central Regional Iguaçu** construiu em 1987 **silo horizontal** para 55.000 toneladas estáticas de capacidade, com investimento atual de Cz\$ 144 milhões. A nova unidade contribuirá para que o porto atenda, com maior eficiência, o escoamento de cereais.

7 ENERGIA

7.1 Geração

A ampliação da capacidade de geração de energia, sob o controle do Estado, é imprescindível ao atendimento da crescente demanda do mercado paranaense, bem como à redução das compras de energia, de outras empresas, por parte da COPEL.

Em 1987, a geração própria da empresa estadual foi suficiente para atender a 79% das necessidades do seu mercado prevendo-se que, até o final de 1991, este percentual venha a declinar situando-se em torno de apenas 55%.

7.1.2 Usina de Segredo

A entrada em operação das quatro unidades da Usina de Segredo, prevista para o final de 1991, com geração total de 1.260 MW, vai reverter o déficit previsto. Daí a importância que o governo atribui ao prosseguimento dessa obra, com obediência rigorosa aos cronogramas estabelecidos. No final de 1987 a situação das obras e serviços executados, no exercício, era o seguinte:

a) Infra-estrutura

Com exceção de algumas casas e edificações de interesse comunitário, encontravam-se concluídas, em dezembro, todas as obras de infra-estrutura necessárias à construção da usina. Foram construídos: estrada de acesso pavimentada com cerca de 18 km de extensão; uma ponte sobre o rio Jordão com 140 m de comprimento; uma ponte sobre o rio Iguazu com 160 m; acampamento dotado de ruas pavimentadas e com equipamentos urbanos necessários ao atendimento de cerca de 8.000 pessoas. As edificações perfazem um total de 113.000 m² de área construída.

b) Obras civis

As obras civis foram subdivididas em dois contratos principais. O primeiro compreende as obras civis necessárias ao desvio do rio e construção de parte da barragem: foram iniciadas em novembro de 1986. Seu andamento está em dia, e o término está previsto para agosto de 1988, de acordo com o que estipula o contrato com o Consórcio Paranaense de Consultores — CPC.

O segundo contrato abrangerá a construção da quase totalidade das obras civis e encontra-se em fase de licitação. Já foram selecionados os consórcios considerados habilitados a apresentar propostas. O período de construção está previsto em 43 meses e as obras deverão ter seu início em 1988.

c) Equipamentos eletromecânicos

As negociações de compra e montagem dos equipamentos eletromecânicos, num total de 51 contratos, encontram-se em desenvolvimento. Três contratos foram celebrados em 1987 e se encontravam em fase de negociação, no final do exercício, os contratos das turbinas e dos geradores, cujas assinaturas deverão ocorrer no início de 1988.

d) Reservatório e meio ambiente

Apesar da área do reservatório de Segredo ser reduzida (82 km², dos quais cerca de 20% correspondem ao leito dos rios) e de atingir terras que, em grande parte, têm condição topográfica inadequada para a exploração agrícola e uma população muito pequena, estão sendo tomadas todas as medidas indispensáveis para minorar os impactos ambientais decorrentes das obras. Atendendo a todos os dispositivos legais vigentes, foi elaborado e submetido à SUREHMA o Relatório de Impacto Ambiental — RIMA, que relaciona os planos e programas previstos para alcançar aqueles objetivos.

Paralelamente aos estudos ambientais já foram iniciadas as desapropriações e relocações das estradas e benfeitorias, obedecendo-se a um cronograma de liberação das áreas sujeitas a inundação ou à utilização para a construção.

7.2 Transmissão e Transformação

O sistema elétrico estadual foi ampliado com a construção de 145 km de novas linhas de transmissão em 138 kV e 230 kV, elevando o sistema de transmissão de energia elétrica sob responsabilidade da COPEL a 5.193 km.

Adicionalmente, foram construídas 26 novas subestações e ampliadas 101, totalizando aumento de 615.000 kVA e elevando para 9.917.000 kVA a capacidade global de transformação do sistema da Empresa.

7.3 Distribuição Urbana

O Programa CLIC URBANO registrou acentuada expansão, em 1987, beneficiando as populações urbanas de menor poder aquisitivo no Estado. Foram comercializadas 14.841 e efetuadas 13.390 novas ligações, no exercício, elevando a 74.158 o total de novos consumidores integrados ao sistema de distribuição da COPEL desde o início desse Programa, com benefício direto para cerca de 400 mil pessoas. Outros 42.203 consumidores residenciais urbanos foram ligados em 1987, segundo a programação normal da empresa.

Dando continuidade ao programa de melhorar o atendimento aos seus consumidores a empresa instalou 27 novas agências no Estado, elevando para 368 as unidades de atendimento. Na Capital foram instalados 5 postos de arrecadação em terminais de ônibus mediante convênios com a PM de Curitiba e a Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado — AFAB.

Deu-se continuidade ao “Programa de Descentralização da Informática” com a instalação de 16 microcomputadores e impressoras para uso em aplicações locais de processamento de dados e acompanhamento dos consumidores com “tarifação horo-sazonal”. Ao final do exercício foram atingidos os índices de 100% de descentralização do faturamento dos consumidores em alta tensão e 90% para consumidores em baixa tensão.

7.4 Eletrificação Rural

Em prosseguimento ao Programa CLIC Rural foram concluídas, durante o ano, 762 obras, o que permitiu a ligação de 26.279 propriedades. Considerando-se as ligações efetuadas por outras pequenas concessionárias e cooperativas de eletrificação rural, o número de propriedades eletrificadas em todo o Estado, até o final de 1987, elevou-se a 206.993, representando acréscimo de 15% em relação a 1986. O consumo de eletricidade no meio rural cresceu 19% em relação a 1986, tendo passado de 529 GWh para 624 GWh.

Foram concluídas, no exercício, a rede de distribuição rural para atendimento a 21 projetos de irrigação no Município de São José dos Pinhais, objeto de convênio firmado com o Programa Nacional de Irrigação — PRONI, bem como as obras, em convênio com o Município de Três Barras do Paraná, para atendimento a 346 propriedades. No último caso, a COPEL participou com transporte, custos de topografia e de comercialização das ligações, projeto, fiscalização e parte dos custos dos materiais, cabendo à Prefeitura, juntamente com a comunidade, os demais custos e a execução da obra.

Objetivando propiciar o suporte elétrico ao Programa Paranaense de Irrigação e Drenagem, foi enviada ao PRONI e à ELETROBRÁS a atualização das metas e dos recursos necessários para o período 1988/1990.

Em face da liquidação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Toledo — CERTOL, a COPEL adquiriu as redes de distribuição rural que atendem a 968 consumidores, os quais passaram a ser consumidores diretos da empresa.

7.5 Opções Energéticas

As perspectivas de escassez de determinados insumos energéticos impõem ao Estado a formulação de uma política adequada de alternativas de suprimento e o aceleração do Programa de Pequenas Centrais Hidrelétricas — PCH.

A possibilidade de suprir as indústrias paranaenses em especial as do pólo cerâmico de Campo Largo com gás natural é uma das opções em estudo. Nesse sentido, três alternativas estão sendo consideradas:

— Uso do gás oriundo da Usina de Xisto de São Mateus do Sul. Em princípio, a PETROBRÁS prevê a obtenção de aproximadamente 170 t/dia, a partir de fins de 1988.

— Uso do gás natural do Paraná, desde que as sondagens da PETROBRÁS apresentem resultados conclusivos. A previsão é de que tais trabalhos estarão concluídos até o final de 1988.

— Uso do gás natural importado da Argentina. A COPEL participa da comissão interestadual que estuda o assunto no âmbito dos três Estados do Sul do País.

Secundariamente desenvolvem-se estudos para aproveitamento do gás proveniente da biomassa, com vistas a aplicações de menor escala, a saber:

— Conforme convênio firmado entre a COPEL, a Prefeitura Municipal de Curitiba, a SANEPAR e a URBS, foi preparado o anteprojeto de unidade de captação e tratamento de gás do aterro sanitário de Lamenha Pequena, na RMC, para cuja implantação se prevê a obtenção de recursos do BIRD e da EBTU.

— Está em desenvolvimento um projeto sobre tecnologia de produção e armazenamento de metano a partir de resíduos orgânicos, visando a sua utilização a baixa pressão, em motores de combustão interna, em propriedades rurais.

Considerando-se que a disponibilidade de lenha na Região Metropolitana de Curitiba poderá estar esgotada até 1992, o Governo empenha-se na busca de uma alternativa para esse insumo, em especial para atender às necessidades das indústrias de cal, segmento que mais consome lenha na região. Nesse sentido, a COPEL o TECPAR e a CAEEB, vêm realizando testes de substituição da lenha por carvão mineral. As avaliações preliminares demonstraram que essa utilização é técnica e economicamente viável.

O Estado vem apoiando as usinas de álcool do Paraná, na difusão e incentivo à produção e utilização do bagaço de cana enfardado como opção energética para substituição da lenha, cuja disponibilidade está se esgotando na região Norte do Estado. Como resultado desse esforço, em 1987 foram instaladas três enfardadeiras, elevando-se para quatro o número de unidades em funcionamento no Estado.

Quanto ao programa PCH, estão sendo coletadas informações preliminares e analisada a viabilidade técnico-econômica da implantação de pequenas centrais hidrelétricas em mais de 150 locais do Estado. Os estudos já concluídos relativos a 15 desses locais indicam uma potência suscetível de aproveitamento superior a 70.000 kW.

O Estado já obteve do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica a concessão para construir uma pequena usina no Salto São João (no rio São João), em Prudentópolis. Da mesma forma foi concluído o projeto básico da Usina de Salto Bandeirantes, no rio Bandeirantes do Norte, em Santa Fé, o qual foi encaminhado ao DNAEE para obtenção da respectiva concessão.

O Governo vem incentivando e apoiando os esforços das empresas privadas no sentido da utilização de pequenas usinas hidrelétricas para suprimento de suas necessidades de energia. Com esse objetivo, já foi encaminhado ao DNAEE o primeiro pedido de concessão formulado por uma empresa privada paranaense, relativo ao aproveitamento do Salto dos Macacos, em Jaguariaíva. Outros estudos estão sendo realizados, nos rios Jaguariaíva e Capivari.

7.5.1 Opções Energéticas para Transportes

O Plano de Governo enfatiza a necessidade de ampliarem-se as pesquisas e os estudos de viabilidade das diferentes opções energéticas potenciais para sistemas de transportes de passageiros e de cargas.

Neste sentido, o Governo, através da COPEL e do TECPAR está apoiando a Prefeitura Municipal de Curitiba nas experiências para avaliar a viabilidade de utilização de álcool aditivado em motores de ciclo diesel.

7.6 Reavaliação do Potencial Hidrelétrico

Em 1987, foram concluídos os estudos de reavaliação do potencial hidrelétrico do Estado do Paraná, como parte do trabalho de reavaliação do potencial hidrelétrico brasileiro, coordenado pela ELETROBRÁS e executado pela COPEL. Em janeiro, foi aprovado pelo Ministério das Minas e Energia, através do DNAEE, estudo do inventário hidrelétrico do rio Ivaí. Em setembro, foi autorizada pelo DNAEE a execução dos estudos de viabilidade técnico-econômica das usinas JATAZINHO (192 MW), CEBOLÃO (194 MW), MAUÁ (472 MW) e SÃO JERÔNIMO (447 MW), no rio Tibagi e das usinas BELA VISTA DO IVAÍ (96 MW), FOZ DO ALONZO (138 MW), IVATUVA (144 MW) e TRÊS FIGUEIRAS (120 MW), no rio Ivaí.

7.7 Financiamento dos Programas de Investimento

No exercício de 1987 o Estado aplicou, nos diversos programas de investimentos em energia, recursos financeiros da ordem de Cz\$ 5.600 milhões.

O programa de eletrificação rural está recebendo recursos provenientes do contrato assinado, em 1983, com o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD (Banco Mundial), mediante interveniência da ELETROBRÁS, no valor de 104,2 milhões de dólares, dos quais 10 milhões foram desembolsados durante o ano de 1987.

Para as obras do sistema de transmissão, subestações, sistemas de comunicação e instalações de distribuição, objetos de programa de investimento com recursos também oriundos do Banco Mundial (contrato assinado em 1979) foram desembolsados durante o exercício de 1987, 9 milhões de dólares.

Ainda com relação a essas mesmas obras, foi assinado, com a FINEP, contrato de financiamento no valor de Cz\$ 2,9 milhões, destinado a um Programa de Pesquisa em Eletrônica, de cujo contrato foram sacados em 1987, Cz\$ 1,5 milhões. Foi celebrado com a ELETROBRÁS, contrato de financiamento de Cz\$ 1,8 milhão destinado a programa de substituição de lâmpadas, valor esse totalmente sacado no exercício de 1987.

O esquema financeiro para a construção da Usina Hidrelétrica de Segredo está assegurado. Com a ELETROBRÁS, estão vigorando dois contratos de financiamento: um, no valor de Cz\$ 1.974 milhões (Cz\$ 293 milhões foram sacados no exercício de 1987) para as obras civis da usina, e outro no valor de Cz\$ 1.201 milhões (Cz\$ 8,5 milhões foram sacados no exercício de 1987) para cobertura de encargos financeiros. A COPEL está negociando também

com a ELETROBRÁS mais dois contratos de financiamento, no valor global de Cz\$ 5.805 milhões, para complementação da sua participação financeira no projeto, contratos esses que deverão ser firmados no início do próximo ano.

Junto à FINAME, foi obtida a aprovação de financiamento para aquisição do pórtico rolante da usina, no valor de Cz\$ 226 milhões. O respectivo contrato será firmado no início de 1988. Foi igualmente aprovada pelo Conselho de Administração da ELETROBRÁS, a concessão de novos recursos para o projeto, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND, no montante de Cz\$ 600 milhões, que serão convertidos em capital da ELETROBRÁS — na COPEL. Os demais recursos necessários ao empreendimento encontram-se em negociação, destacando-se um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, que poderá ser aprovado e assinado no primeiro semestre de 1988.

Foram negociados também, durante o exercício de 1987, dois empréstimos externos no valor global de US\$ 32.5 milhões (US\$ 18.5 milhões com a EURO-BRAZ e US\$ 14.0 milhões com o CHASE), destinados a complementar investimentos em energia, no Estado. Para compensar o ingresso desses recursos, — que se efetivará no início de 1988 — a COPEL obteve do Banco do Brasil S.A. autorização para utilizar os benefícios do Aviso n.º 10, através do qual foram sacados recursos em montante equivalente a US\$ 32.5 milhões. Quando da assinatura efetiva e ingresso real desses recursos do EUROBRAZ e CHASE eles serão transferidos ao Banco do Brasil S.A., para saldar compromisso já contraído em 1987.

No decorrer do exercício de 1987 o capital social da COPEL foi elevado, de Cz\$ 2.472 milhões para Cz\$ 4.683 milhões.

8 EDUCAÇÃO

A preocupação básica da política educacional do atual governo é aliar a democratização do ensino com a questão da competência técnica da escola. O primeiro aspecto foi muito enfatizado nos últimos anos; o segundo deverá ser a grande prioridade dos próximos, porquanto nenhuma escola é mais democrática do que a escola competente: aquela que ensina a pessoa a ler, escrever e contar — em resumo, preparar-se para ter acesso às fontes de informação e às múltiplas formas de participação do cidadão na sociedade.

Com base nisso, o trabalho desenvolvido em 1987, no setor da educação de base, pode ser analisado em quatro áreas: a pedagógica, a administrativa, a logística e a da participação comunitária

8.1 A Dimensão Pedagógica

Subentende-se, em relação a este enfoque de análise, tudo aquilo que diz respeito ao papel substantivo da escola; ao tipo de ensino e ao seu funcionamento; ao currículo; às formas de abordagem pedagógica. Nessa área, o ano de 87 foi um período de adaptações. A grande preocupação foi avançar no problema da conceituação do ciclo básico. As duas primeiras séries do primeiro grau praticamente decidem o futuro do aluno, pois se ele sai dessas classes iniciais sabendo ler e escrever com proficiência tem condições de avançar.

Nesse sentido, reformulou-se o currículo do primeiro grau, ressaltando-se a questão fundamental do conteúdo básico — português, matemática, história, geografia e ciências — e reduzindo-se a ênfase até então atribuída a disciplinas menos importantes, como iniciação ao trabalho e outras. Paralelamente, fez-se uma adaptação do currículo do segundo grau.

Com esse objetivo, a Secretaria da Educação realizou 310 cursos, treinando 34 mil professores principalmente com a discussão das questões substantivas para a melhora da qualidade do ensino. Estabeleceu-se, desse modo, a base para o salto pedagógico que se pretende, a partir de 1988.

Outra realização importante na área pedagógica foi a consolidação do projeto Tempo de Criança, criado no governo anterior, que prolonga por mais três horas a permanência diária da criança na escola.

Esse projeto, encontrado em fase experimental implantado em 10 escolas, atendendo em torno de 1.500 crianças, chegou ao final do ano funcionando em 100 escolas com cerca de 17 mil crianças em tempo integral. Pretende-se evoluir, em 88, para 400 escolas, atendendo 50 a 60 mil alunos; para 800 em 1989 e para 1.200 em 1990.

8.2 A Dimensão Administrativa

Na área administrativa, os mais importantes avanços foram obtidos em relação à política de recursos humanos, principalmente no que se refere ao tratamento dispensado ao magistério. Implementou-se a prática do diálogo, da discussão. Todas as medidas administrativas adotadas, e que de alguma maneira poderiam afetar o magistério, foram discutidas amplamente com a Associação dos Professores. Todas, sem exceção: regulamentação do registro no Ministério do Trabalho; regulamentação do regime de lotação; regulamentação da distribuição de aulas; regulamentação das eleições nas escolas.

Esta prática facilitou muito o clima de entendimento da Secretaria da Educação com as lideranças classistas.

A definição mais importante em relação ao magistério foi a adoção do regime diferenciado de trabalho, que permite ao professor optar por jornadas de 20, 30 e 40 horas semanais. É uma grande ferramenta de profissionalização. A lei foi proposta e aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado e sancionada pelo Executivo. Sua regulamentação foi discutida com a Associação dos Professores e passará a vigorar a partir de 1988.

O redimensionamento da estrutura da Secretaria da Educação, desde a sede até as inspetorias e núcleos de ensino, foi outro passo importante no caminho da racionalização administrativa no setor do ensino público estadual.

Na sede central, em Curitiba, esse enxugamento resultou em uma redução do pessoal administrativo, de 1.100 para cerca de 800 funcionários, em dez meses. Extinguiram-se 20 inspetorias de ensino e 290 foram reduzidas de tamanho; mais de 1.500 cargos foram eliminados, nas inspetorias e nos núcleos.

Uma reformulação no sistema de lotação dos recursos humanos, incluindo-se o problema da utilização de pessoal do magistério em funções burocráticas, permitiu que houvesse um retorno às escolas, ao longo do ano, de 3.000 docentes. Muitos, em fase de aposentadoria, aposentaram-se. Não voltaram às salas de aula mas saíram da função administrativa que ocupavam indevidamente, gerando graves distorções na gestão dos recursos humanos do ensino estadual.

A chamada de 2.900 professores concursados, necessários para melhorar a eficiência da rede estadual de ensino mas que não haviam sido contratados, e o enquadramento de outros 1.000, foram providências que igualmente contribuíram para adequar a política de recursos humanos às exigências do avanço de ordem qualitativa que, a partir do ano letivo de 1988, se pretende dar ao ensino paranaense.

Com a decidida implementação dessas e de outras providências, democraticamente discutidas com as lideranças do magistério, reorganizaram-se os processos de distribuição de aulas, de lotação de professores e de aulas extraordinárias. Como consequência, a estrutura do ensino sob responsabilidade do Governo do Estado inicia o ano de 88 com toda a política de pessoal redefinida, apta para dedicar-se, com elevado sentido de profissionalização do corpo docente, à tarefa de aplicar os novos currículos.

Outra importante conquista na administração dos recursos na área do ensino foi a introdução da informática na rotina de trabalho da Secretaria da Educação. Vinte e dois núcleos regionais foram interligados, "on line", à sede e ao banco de dados, em Curitiba. É o início da implementação de um projeto ambicioso, financiado pelo Ministério da Educação, que permitirá trabalhar com computação eletrônica, em tempo real, em todas as questões que envolvam rotinas administrativas.

Nos primeiros meses de 1988, quando estará operando a plena carga, o sistema vai possibilitar que cerca de 65 mil processos, de uma média de 85 mil que vêm para Curitiba, permaneçam, fisicamente, nos locais de origem. Haverá uma simplificação burocrática fundamental que traduzir-se-á em ganhos de eficiência, rapidez e confiabilidade na administração do sistema estadual de ensino.

8.3 A Dimensão Logística

A área logística, estreitamente relacionada à administrativa, abrange as questões relacionadas ao atendimento às escolas em termos de construção, reparos, suprimento de materiais e outras necessidades do ensino. A responsabilidade maior, nesse campo, é da Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR.

Ao iniciar-se o atual período de governo não havia disponibilidade financeira para a construção de novas escolas. Os únicos recursos disponíveis estavam comprometidos com projetos, já em andamento, financiados pelo FAS, envolvendo a construção de 1.100 salas de aula. Destas, 500 foram concluídas, em 1987, encontrando-se as restantes com as obras em andamento.

A principal preocupação do governo, nessa área, foi obter recursos para retomar o processo de construção de novas salas de aula, vez que não havia, na Caixa Econômica Federal, nenhum projeto em andamento para assegurar financiamentos novos para construções escolares no exercício de 1987.

Houve um hiato que exigiu da administração estadual ingente trabalho, no decorrer do ano, para conseguir a aprovação de novos projetos no FAS. Só no final do exercício foram assegurados os recursos para que sejam retomados, em 1988, os programas de construção de novas escolas.

Em outros setores, a maior preocupação da FUNDEPAR foi reduzir entraves burocráticos. A política de suprimentos de material, cujas compras estavam centralizadas em Curitiba provocando problemas administrativos de toda ordem na distribuição para as escolas do interior, foi modificada. Criou-se um sistema, denominado Suprimento de Recursos Descentralizados (SDR), pelo qual, em vez da FUNDEPAR encaminhar material e administrar a realiza-

ção dos pequenos reparos nas unidades de ensino, credita à escola o recurso necessário e a própria administração escolar gerencia sua aplicação.

O programa que alcançou maior eficiência nessa área, entretanto, foi o Mutirão de Reparos Escolares, também caracterizado pela descentralização: a escola faz a estimativa de suas necessidades de reparos, adaptações e reformas de pequena e média complexidade e os recursos lhe são encaminhados. Com o apoio de sua comunidade a escola realiza os serviços.

Em 1987, 1.007 escolas participaram do programa. No final do ano, 300 haviam concluído as obras, 340 estavam em final de construção e 367 em fase inicial.

Os resultados foram muito favoráveis e, com raras exceções, os recursos foram muito bem aplicados. Avaliação feita sobre o desempenho do programa demonstrou que, em média, as obras custaram menos da metade do que se fossem realizadas pelos métodos convencionais. A repercussão fez com que, no final do ano, mais de 300 escolas que não demonstraram interesse pelo programa, inicialmente, estivessem na fila para uma segunda rodada do Mutirão de Reparos Escolares.

8.4 A Dimensão Comunitária

Incentivar a participação da comunidade no processo de solução de determinados problemas é, também, uma maneira de melhorar a qualidade do ensino. Quando os pais de alunos, principalmente, estão em contato constante com a administração e os professores, mesmo em campanhas como o Mutirão de Reparos Escolares que não se refere diretamente às atividades didáticas, fica mais fácil identificar problemas também na área do ensino.

Normalmente, a comunidade se organiza nas escolas através das associações de pais e mestres ou associações de pais e professores — APMs e APPs — entidades que não vinham recebendo a atenção que merecem, para sua organização e manutenção. Boa parte das APMs estavam inativas, com menos de 1.200 funcionando plenamente. A Secretaria da Educação realizou, desde a instalação do governo até o fim do ano, um intenso trabalho para fortalecer esse mecanismo, dentro das escolas. Em dezembro, cerca de 2.000 associações estavam em pleno funcionamento.

Um mecanismo importante para o fortalecimento das APMs foi a campanha Bom de Nota, desenvolvida pelas secretarias da Educação e da Fazenda, criada para estimular a fiscalização, pelos consumidores, da emissão das notas fiscais por parte dos comerciantes. Meio por cento do valor das notas fiscais encaminhadas por uma APM, para troca pelos cupões que dão direito ao sorteio, reverterá em benefício da própria associação. Esse recurso pode ser utilizado para financiar iniciativas extracurriculares da respectiva escola: fanfarras, bibliotecas, promoções esportivas e outras. No final do ano — o concurso foi lançado em outubro — as escolas que participaram dividiram um bolo de 12 milhões e 700 mil cruzados. Depois desse resultado, dezenas de escolas que não participaram do primeiro concurso inscreveram-se para 1988.

9 SAÚDE

O principal compromisso do Governo no setor saúde é consolidar a implementação das Ações Integradas de Saúde, alicerce para que tenham andamento adequado as medidas capazes de viabilizar o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — SUDS, projeto que objetiva racionalizar as ações e disciplinar os esforços das três esferas do poder — federal, estadual e municipal — no sentido de oferecer melhores serviços à população na área de saúde pública.

Para isso, a ação prioritária, em 1987, foi estabelecer parâmetros para uma rápida recuperação da rede física de atendimento, partindo das unidades municipais até aquelas administradas pelo Estado. O objetivo é alcançar, no prazo mais curto possível, a universalização do atendimento dentro de um sistema de hierarquização e regionalização que assegure resolutividade, seja eficiente e eficaz, ao ponto de readquirir, para os serviços prestados pelo Estado, credibilidade perante a opinião pública.

Do ponto de vista institucional, a implementação da estrutura das Ações Integradas de Saúde vinha ocorrendo de maneira bastante eficiente. Todos os municípios estavam incorporados ao processo, pois já haviam assinado os respectivos convênios. Além disso, todos os sindicatos rurais já participavam do Sistema de Integração. Já existe, portanto, uma descentralização administrativa bastante avançada no setor. A estadualização do INAMPS como etapa inicial para a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — SUDS, também foi um passo à frente dentro da proposta inicial.

9.1 Implementação do SUDS

Completada a primeira etapa, com a assinatura do convênio que, formalmente, integrou os serviços do INAMPS e da Secretaria da Saúde, em 30 de junho, o Governo intensificou os esforços para o desenvolvimento dos projetos de isonomia salarial, criação do Fundo Estadual de Saúde e adequação da rede física e de recursos humanos para a execução das ações unificadas e descentralizadas de saúde.

O processo de estadualização do INAMPS, que está praticamente concluído no Estado em todas as regionais — algumas com avanço maior, outras menor, mas todas trabalhando em conjunto —, a tarefa mais importante

· é harmonizar as culturas institucionais diferentes para a obtenção mais rápida da nova filosofia de atendimento que preconiza a união das ações de saúde sem a dicotomia anteriormente dominante entre a ação preventiva, feita pelo Estado e o tratamento da doença, feito pelo INAMPS.

9.2 Recursos Materiais e Humanos

Outro avanço importante, praticamente alcançado em 1987, foi coordenar todos os níveis de atuação do sistema para realizar o planejamento e orçamentação únicos, para todas as ações de saúde a serem executadas no Estado, integrando os recursos da União, do Estado e dos municípios.

Apesar da unificação já existente, muitas etapas ainda necessitam ser vencidas até que o sistema esteja funcionando dentro dos padrões esperados. Estabelecer o critério de hierarquia é um deles. As definições quanto ao processo a seguir foram adotadas no decorrer do ano, tanto em relação à adaptação de recursos humanos como à adequação da rede física capaz de abrigar todos os serviços de saúde, já unificados, no conjunto ação preventiva/ação curativa.

Em relação ao primeiro, com um estudo sobre o tipo de profissional necessário para executar cada função técnica, obedecendo-se a proposta da Secretaria da Administração para orçamentação de mão-de-obra. A segunda, elaborando-se o projeto de recuperação, reformas e ampliações necessárias para corrigir o desgaste provocado pelo abandono a que foi, por muito tempo, relegada.

9.3 Regionalização e Informações de regionalização

A proposta de regionalização foi estabelecida com base nas regionais de Saúde da SESA e INAMPS já existentes, compatibilizando-as em 23 Regiões de Saúde e com a definição de Pólos Regionais. A mudança mais significativa diz respeito a divisão da cidade de Curitiba em 3 regionais de saúde. A proposta foi esboçada e discutida com as chefias regionais. A regionalização deverá estabelecer além do limite geográfico, o sistema de referência e uma chefia única.

Outro projeto importante diz respeito à implementação de um Sistema Único de Informações de Saúde para acompanhar os resultados obtidos com as ações integradas. Até agora, cada nível de administração — federal, estadual e municipal — tem seu sistema próprio de coleta de informações, geralmente incompatíveis entre si. Esta prática dificulta análises ou comparações confiáveis do desempenho dos programas e da verdadeira situação das populações, especialmente as mais carentes e que mais dependem dos serviços de saúde ofertados pelo Estado.

Propõe-se a elaboração de um documento único para a coleta de dados de todos os serviços prestados pelo INAMPS e pela Secretaria de Saúde. Os trabalhos nesse sentido, iniciados em 1987, resultaram num primeiro bloco de informações já unificadas na área de serviços ambulatoriais, que engloba consultas médicas, atendimento odontológico, atendimento básico e atendi-

mentos especializados: consultas de enfermagem, psicologia, serviço social e acidentes de trabalho.

9.4 Controle e Avaliação

As principais dificuldades para a implementação dos SUDS referem-se à falta de mecanismos de controle e avaliação. Para enfrentá-los, a estrutura de auditoria interna, que fazia parte do organograma da Fundação Estadual de Saúde, foi transformada em auditoria de controle e avaliação do sistema, órgão encarregado de acompanhar e avaliar o correto cumprimento das medidas administrativas e gerenciais necessárias ao cumprimento do plano de metas. Trata-se de mais um instrumento para a obtenção da eficiência.

A atuação desse novo mecanismo causou, inicialmente, uma série de transtornos, porque foi interpretado como medida policial, de interferência na ação dos técnicos e administradores do sistema. Uma das principais dificuldades para a restauração do clima de confiança pública nos serviços oferecidos pelo Estado é a falta de cultura interna de acompanhamento, fiscalização e avaliação desses mesmos serviços. Daí a reação inicial. Em alguns meses, entretanto, mesmo com os inquéritos administrativos e algumas demissões de servidores em consequência dessa auditoria, ela passou a ser aceita como instrumento de grande utilidade e como meio de auxílio na solução das principais dificuldades administrativas. Incorporou-se à cultura da instituição.

9.5 Integração Cultural

Outra dificuldade natural decorreu da associação de instituições com culturas diferentes. Havia, no Estado, duas estruturas — a Secretaria da Saúde e Bem Estar e a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha — com a mesma finalidade e sob a mesma direção, mas cada uma funcionando separadamente com vontade própria, critérios e métodos próprios e até mesmo com espírito competitivo, gerador de resistências, criando obstáculos a uma atuação harmônica em benefício da população. Com a unificação das duas estruturas iniciou-se o processo de integração funcional e, ao encerrar-se o ano, estavam praticamente eliminadas as resistências e as incompreensões.

O mesmo fenômeno ocorreu com a incorporação do INAMPS. No início, constatou-se o que se denominou inércia institucional: muita gente parada, esperando para ver o que acontecia, temerosa das mudanças indispensáveis do novo sistema de trabalho em conjunto. Surgiram rivalidades e ensaiou-se um processo de formação de grupos — o grupo da FSCMR, o grupo da Secretaria, o grupo do INAMPS — que ameaçou, inicialmente, a integração. Mas o convívio diário, com todos aqueles que têm atividades afins trabalhando no mesmo local, e uma gerência empenhada, com convicção, no trabalho de integrar as estruturas, foram fatores que conduziram à redução, a níveis mínimos, daquela rivalidade institucional que ameaçou comprometer a tese do trabalho integrado do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde.

9.6 Recuperação da Rede Física

Na etapa percorrida em 1987, do projeto de unificação dos serviços de saúde no Estado, caracterizou-se, também, o estado de abandono em que se encontravam as redes físicas estadual e do INAMPS. Tanto os imóveis como os equipamentos das unidades estaduais encontravam-se em estado de conservação muito ruins. Quanto ao INAMPS, adotava uma política de imóveis inadequada, trabalhando praticamente com prédios alugados, a grande maioria deles em condições precárias de conservação.

Com os recursos adicionais do SUDS, específicos para recuperação da rede física e dos equipamentos, já se obteve a melhora das condições operacionais de algumas unidades. Em dezembro, estavam em construção os hemocentros de Francisco Beltrão e Guarapuava e os hospitais regionais de Cascavel e Londrina. Encontravam-se em fase de licitação, com recursos já definidos e concluídos os projetos de engenharia e arquitetônicos, o Centro de Pesquisa e Produção de Imunobiológicos — CPPI, o Almoarifado Central, a Central de Transportes, o CEMEPAR e hemocentros regionais.

Foram instalados 8.000 módulos sanitários e 50 clínicas odontológicas simplificadas, reequipados 15 hospitais municipais e adquiridos equipamentos para centros de saúde e sedes regionais, além de frota de veículos necessários aos serviços.

9.7 Projetos Especiais

Além das ações voltadas à implementação do SUDS, que mobilizaram todos os setores da estrutura de governo ligadas à saúde, diversos outros projetos tiveram curso em 1987, destacando-se:

- Implementação do planejamento loco-regional para administração e operação de serviços, através da Programação e Orçamentação Integrada — POI, sob a coordenação do Ministério da Saúde.

- Elaboração do Projeto de Saúde para o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado — Paraná-Rural, que prevê a construção de 108 Centros de Saúde, do Laboratório de Pesquisas Biológicas e 17 sedes distritais, e ainda a instalação de 459 clínicas odontológicas simplificadas.

- Elaboração do Projeto PIRMC — Setor Saúde para a área metropolitana de Curitiba, com recursos aprovados para construção de 134 Centros de Saúde, 37 Postos de Saúde, instalação do novo Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos e a construção do Pronto-Socorro Norte de Curitiba.

- Aplicação de testes de avaliação de doenças transmissíveis no sistema penitenciário para descoberta de casos de sífilis, hepatite e AIDS junto a 3.000 internos.

- Criação de Comissão Interinstitucional para estudo de proposta relativa a problemática do adulto incapaz.

- Implementação do Projeto Piloto de Controle de Cisticercose e Teníase Humana.

● Criação da FAMOEX — Fazenda Modelo Experimental com reaproveitamento da área extensa do Hospital Colônia Adauto Botelho e São Roque, com participação terapêutica dos pacientes.

9.8 Prioridades para 1988

O convênio que instituiu o Sistema Integrado e Descentralizado de Saúde no Paraná é complexo, pois envolve o Estado, os ministérios da Saúde e da Previdência e os 312 municípios paranaenses. Além disso, ele só foi assinado em 30 de junho. Os problemas materiais e institucionais já referidos justificam classificar o trabalho realizado em 1987 como preliminar, principalmente no que se refere à recuperação da rede física e dos equipamentos e à implantação dos projetos de descentralização.

Assim, o plano de ação para 1988 coloca como prioridade a política de trabalhar com imóveis próprios, instalando-se, nos mesmos prédios, nas sedes regionais do SUDS, os serviços do INAMPS e os do Estado, tanto de finalidade preventiva como curativa, em postos únicos de assistência médico-odontológica de referência regional.

Quanto aos centros de saúde do Estado sediados nos municípios, após reforma e ampliação serão transferidos, em comodato, às prefeituras, que passarão a administrá-los. Em 1987 foram selecionados os primeiros 27 municípios considerados em melhores condições para oferecer às respectivas populações serviços de saúde compatíveis com os padrões propostos. A transferência, que representará o primeiro passo na municipalização da saúde, deverá ocorrer no início de 1988.

10 TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Para cumprir o compromisso de apoiar o trabalhador paranaense em seus pleitos e reivindicações e assistir os segmentos carentes e marginalizados da população, na busca de soluções para os seus problemas mais graves, o Governo encaminhou ações, prioritariamente, nas áreas de desenvolvimento comunitário, desenvolvimento e relações do trabalho e seguridade social.

A providência básica foi reformular a estrutura dos órgãos da administração estadual envolvidos nessas questões. Foram extintos o Instituto de Assistência ao Menor (IAM) e a Fundação de Promoção Social do Paraná (PROMOPAR) entidades que se vinculavam à ex-Secretaria da Saúde e Bem-Estar, e criada a Fundação de Ação Social do Paraná (FASPAR) no âmbito da atual Secretaria do Trabalho e Ação Social.

10.1 Desenvolvimento Comunitário

Para agir com mais eficiência nesta área procedeu-se à reformulação do projeto Galha Azul, até então coordenado pelo Banco do Estado do Paraná, e atribuiu-se à SETA a coordenação, no Estado, das ações financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento Comunitário, do Banco do Brasil.

O projeto Galha Azul, que vinha sendo conduzido pelo BANESTADO há alguns anos, tinha como objetivo fortalecer a presença e o conceito do Banco nas cidades atendidas atuando, subsidiariamente, como fator de integração da comunidade local. O Banco financiava obras de desenvolvimento comunitário eleitas pela população, mas os recursos tinham que ser repostos, inclusive com o pagamento de juros, embora subsidiados.

O Governo mudou esta sistemática. Agora, a comunidade se organiza para debater e definir as obras que deseja mas os custos são divididos em três parcelas iguais: o Tesouro do Estado cobre um terço, outro terço é coberto com recursos do Governo Federal e só para a última parte o Banestado coloca uma linha de crédito à disposição do empreendimento, com juros subsidiados e maior prazo para o pagamento. Mas a comunidade pode completar essa parcela com recursos próprios, sem recorrer ao financiamento e sem pagar os respectivos encargos financeiros, o que está ocorrendo na

quase totalidade dos casos. Os recursos aplicados no projeto, em 1987, foram da ordem de Cz\$ 38,4 milhões.

Quanto ao FUNDEC, foram definidos recursos da ordem de Cz\$ 244,5 milhões, do Banco do Brasil, para atender projetos propostos por 96 comunidades e 45 municípios.

Os demais programas de desenvolvimento comunitário absorveram recursos da ordem de Cz\$ 67 milhões em programas de capacitação de agentes e líderes comunitários, construção de centros comunitários, instalação de oficinas comunitárias, complementação alimentar com instalação de “vacas mecânicas”, hortas viveiros e lavouras comunitárias, entre outros.

10.2 Desenvolvimento e Relações do Trabalho

Na área de desenvolvimento do trabalho a iniciativa mais importante foi o início das providências para a instalação da Universidade Popular do Trabalho, com a finalidade principal de formar quadros de dirigentes sindicais. Trata-se de uma iniciativa pioneira no Brasil pois existem apenas duas instituições desse tipo no mundo ocidental: a de Paris e a de Caracas.

Outro projeto inovador implementado em 1987 é o das Brigadas de Trabalho, que promove qualificação de mão-de-obra e alfabetização, além de prover o trabalhador com todos os documentos que lhe faltam. O projeto piloto desenvolveu-se em Medianeira, onde foi implantado com total sucesso. No final do ano estava sendo desenvolvido nos municípios de Santa Fé e Assis Chateaubriand. Os recursos investidos totalizaram Cz\$ 300 mil.

No setor de relações do trabalho desenvolveram-se vários programas de apoio às federações e sindicatos de trabalhadores. Foram aplicados Cz\$ 6,4 milhões para apoiar a realização de 26 cursos, vários deles em convênio com o DIEESE. Merece destaque o fato de que nas ações desenvolvidas nesse sentido o Governo manteve-se numa linha de absoluto respeito à independência das entidades sindicais apoiando os eventos propostos sem qualquer clientelismo ou favoritismo.

No campo do relacionamento do Poder Público com os trabalhadores o Paraná deu um exemplo, em 1987. Quando se falava na necessidade de um pacto social capaz de unir governo, trabalhadores e empresários em torno de propostas comuns para enfrentar a crise econômico-social do País, o Governo do Estado antecipou-se e promoveu a reunião das federações e sindicatos patronais com as entidades correspondentes dos trabalhadores. Obteve-se um documento, posteriormente encaminhado à Presidência da República, com propostas obtidas por consenso a respeito das questões mais polêmicas em debate.

10.3 Ação Social

A atuação do Governo na área da ação social caracterizou-se por algumas iniciativas no sentido de eliminar paralelismos e superposições na estrutura interna da administração e, através das municipalidades e das entidades privadas, descentralizar o atendimento às camadas da população mais carentes

do Estado. O acerto dessa política pode ser aferido com os resultados obtidos: em dezembro, através de convênios com a FUNABEN e a LBA, estavam sendo atendidas cerca de cem mil pessoas pelas 756 entidades privadas assistenciais apoiadas pela FASPAR; ao final do ano anterior os carentes assistidos totalizavam 51 mil.

Outro destaque importante na ação governamental, em 1987, diz respeito ao apoio dado às prefeituras para beneficiarem-se da legislação que permite quitar as dívidas para com o Sistema Integrado da Previdência Social com a prestação de serviços. A Secretaria do Trabalho e Ação Social coordenou todo o trabalho promovendo reuniões microrregionais para avaliar a situação, intermediando o contato das prefeituras com as entidades do sistema previdenciário — havia prefeituras ameaçadas de intervenção, com precatórias requisitórias contra elas já concedidas pela Justiça — e colaborando na elaboração dos projetos.

O Governo pleiteou, ainda, que os benefícios dessa legislação fossem estendidos aos sindicatos patronais e sindicatos dos trabalhadores, medida que veio a ser consumada com legislação específica em dezembro.

11 ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Consciente de que o Estado não tem poder, em face da legislação vigente, para atuar de forma decisiva na questão fundamental da reforma agrária — a desapropriação das terras necessárias à sua execução — e convencido de que a esfera de poder competente para executar essas ações — o Governo Federal — não dispõe, nos órgãos de sua responsabilidade sediados no Paraná, dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao cumprimento dessa missão, o Governo do Estado desativou a Secretaria da Reforma Agrária e instituiu a função de Secretário Especial para Assuntos Fundiários, com o objetivo de tornar mais ágil a tarefa de assentar os trabalhadores rurais sem terra, a parte subsidiária do processo e a única cuja responsabilidade a administração estadual pode assumir.

A Secretaria da Reforma Agrária, ademais, não dispunha da estrutura e do suporte necessários ao desempenho do papel que, teoricamente, lhe estava destinado. Por este motivo o Governo fez coincidir a função de Secretário Especial para Assuntos Fundiários com a Presidência do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, órgão ao qual já competiam as principais ações dos programas de assentamento, na execução da reforma agrária e na regularização fundiária no Estado.

11.1 Problemas Institucionais

Em 1987 surgiu mais um entrave para dificultar a contribuição que o Governo do Estado está decidido a oferecer para que a reforma agrária tenha andamento no Estado. O Decreto 2363, de 21 de outubro, que impede a desapropriação de imóvel rural com área inferior a 250 hectares, deveria ter sido regulamentado 30 dias após sua publicação. Encerrou-se o ano e esta regulamentação não ocorreu. Conseqüentemente, uma das questões mais importantes não ficou, ainda, perfeitamente definida: o que é, realmente, uma área em produção?

Para compensar, o Ministério da Reforma Agrária tem demonstrado grande boa vontade no sentido de autorizar negociações amigáveis. No fim do ano, foi autorizada uma operação com esse caráter, no município de Quedas do Iguaçu.

Mas a expropriação compulsória, prevista na legislação, tem-se tornado cada vez mais difícil em virtude, principalmente, da falta de recursos da Delegacia do MIRAD, no Paraná, que não tem conseguido realizar as vistorias necessárias em áreas já indicadas pelo ITCF. Como resultado de todas estas restrições só 160 famílias foram assentadas, no decorrer de 1987.

11.2 Apoio aos Assentamentos

Uma das maiores preocupações na questão fundiária é com o processo de consolidação dos 42 assentamentos existentes no Estado. Todo o empenho possível tem sido feito no sentido de torná-los definitivos e irreversíveis transformando-se os assentados em pequenos produtores rurais, produtivos e independentes.

Para alcançar este objetivo foi instituído o Programa de Apoio a Assentamentos, que adianta recursos para investimento e custeio. O pagamento do empréstimo, em alguns casos subsidiado em até 50%, é vinculado à colheita das safras. O dispêndio com esse programa totalizou Cz\$ 95 milhões, em 1987, e 3.200 famílias foram atendidas.

Nas terras passíveis de desapropriação foram vistoriadas 30 propriedades, correspondentes a cerca de 22.000 ha. Tiveram prosseguimento os serviços de levantamento do Cadastro Técnico Rural, abrangendo 550 km², no programa, pioneiro no Brasil, que recebe apoio do Governo da Alemanha Federal.

12 JUSTIÇA

O sistema penitenciário é atualmente a grande preocupação de todas as secretarias estaduais de Justiça. O Paraná não foge à regra, com uma superpopulação carcerária preocupante concentrada na Penitenciária Central, em Piraquara, e na Prisão Provisória do Ahú, em Curitiba.

Nos primeiros meses da atual gestão o Governo procurou obter recursos para iniciar o programa de descentralização do sistema penitenciário. Com esta finalidade, foi encaminhado à Caixa Econômica Federal pedido de financiamento, no valor total de 2,78 milhões de OTN — correspondendo a Cz\$ 1,45 bilhão, em dezembro —, para a construção de sete minipresídios no interior do Estado. O processo já foi aprovado naquela instituição financeira federal, no Ministério da Fazenda e no Senado Federal.

O atual sistema penitenciário também foi objeto de programas de aperfeiçoamento e melhora. Para a recuperação do Manicômio Judiciário — construção de novas galerias — e da Colônia Penal Agrícola, foram deferidos recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, da ordem de Cz\$ 61,4 milhões.

A Prisão Provisória do Ahu deverá ser desativada futuramente. Vários planos já foram elaborados, nesse sentido, nos últimos anos. Mas, enquanto não houver recursos para uma ampla descentralização do sistema penitenciário do Estado, a única solução é mantê-la procurando melhorar suas instalações. No início do ano foi realizada uma reforma geral principalmente para assegurar condições de higiene tanto para os presos como para os funcionários. Posteriormente, inspecionada pelo Conselho Nacional da Política Penitenciária — órgão do Ministério da Justiça que fiscaliza as penitenciárias e que tem, entre os seus membros quatro secretários estaduais de Justiça — foi considerada como instituição penal modelo, dentro dos padrões brasileiros. Alegando o resultado dessa avaliação o mesmo Conselho encaminhou parecer ao Governo do Estado afirmando ser um absurdo a desativação do presídio.

O Hospital Penitenciário, construído no período anterior de governo mas que não estava funcionando por falta de equipamentos, foi aparelhado e, mediante ação conjunta das secretarias da Justiça e da Saúde passou a atender as necessidades do sistema, em 1987. Com o seu funcionamento foi possível desenvolver um programa de detecção de doenças infecto-con-

tagiosas e sexualmente transmissíveis, além do uso rotineiro de exames gerais em todos os detentos, práticas inéditas no sistema penitenciário brasileiro. O Hospital Penitenciário e os seus serviços também têm sido apontados como modelares e o conjunto da ação governamental nessa área foi escolhido, pelo Conselho Nacional da Política Penitenciária, como exemplo para o País.

Na Colônia Penal Agrícola iniciou-se um processo também inédito no Brasil: centenas de detentos que trabalham ganham o salário mínimo e recebem 25% deste provento para o Fundo Penitenciário, uma das fontes de recursos utilizadas para custear a alimentação dos apenados. naquela instituição prisional.

Outro passo importante para a modernização do sistema penitenciário estadual foi a informatização dos serviços, com recursos do FAS e do BNDES. A utilização do computador já permite o registro e a recuperação instantânea de todas as informações indispensáveis sobre cada prisioneiro: sua origem, vida pregressa, nível de educação e de conhecimentos, situação familiar, desempenho no aprendizado profissional na prisão, condições da pena a que foi condenado, enfim, todos os dados possíveis, capazes de orientar o trabalho para a sua recuperação e reinserção social, após cumprir a pena ou obter liberdade condicional.

O manejo desse sistema de informações penitenciárias já possibilitou traçar o perfil do preso padrão, confinado nas unidades penais do Paraná: ele tem entre 20 e 30 anos, é analfabeto e não tem qualquer profissão. Decorre, dessa análise, a prioridade adotada na condução do problema penitenciário paranaense: concentrar esforços para alfabetizar e profissionalizar o condenado.

Entre as diversas providências adotadas em 1987, para obter esse resultado destacam-se:

- criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, pelo Decreto 1.185/87, de 19/08/87, que possibilita a fiscalização, pela comunidade, do tratamento dado aos internos das instituições carcerárias;

- implementação de projeto de ação conjunta das secretarias de estado da Justiça, Educação, Cultura e Trabalho e Ação Social para proporcionar aos detentos e funcionários do sistema penitenciário oportunidades de escolarização ao nível do 1.º e 2.º grau e de acesso a programações culturais;

- formalização de diversos convênios, termos de compromissos e de cooperação e protocolos de intenções entre a Secretaria da Justiça, empresas privadas e outros órgãos públicos estaduais e municipais, para utilização da mão-de-obra carcerária em variados tipos de serviços que ajudam o processo de socialização do preso.

12.1 Defensoria Pública e Pró-Cidadania

O Paraná difundiu por muito tempo, para uso externo, a imagem de um estado rico. Essa prática teve reflexos na percepção dos paranaenses, principalmente de suas lideranças, para os graves problemas sociais internos. Sempre foram tímidas, quando não inócuas, as tentativas de assegurar aos

contingentes cada vez maiores da população paranaense que vivem socialmente marginalizados, em níveis alarmantes de pobreza absoluta, meios para apelar pelos seus direitos e clamar por Justiça. A efetiva defesa dos necessitados, que é um dever do Estado, nunca existiu no Paraná.

As ações da Assistência Judiciária, função que integrava a estrutura do Executivo limitavam-se à Capital do Estado e alcançavam alguns dos centros urbanos de maior importância mediante convênios com universidades ou faculdades isoladas. Em face desse quadro, o Governo decidiu criar a Defensoria Pública do Estado em substituição à Assistência Judiciária Gratuita.

O novo órgão iniciou suas atividades ampliando o quadro profissional, informatizando os serviços para suprir a limitação de recursos humanos e o acúmulo de documentos e descentralizando os serviços, alocando, inicialmente, pessoal e equipamento na Prefeitura de Curitiba — em cinco administrações regionais — e nos municípios de Piraquara e Colombo.

O Projeto Pró-Cidadania, já em execução no governo anterior, foi totalmente reformulado para atender maiores parcelas das populações carentes. Atuando, anteriormente, através de equipes, que se deslocavam para os municípios do interior e lá forneciam os documentos básicos aos que não os possuíam — certidão de nascimento e de casamento, principalmente — passou a ser operacionalizado diretamente pelas prefeituras, mediante convênios com a Secretaria da Justiça. Como resultado, caíram os custos e aumentou o volume dos serviços. Em 1986 foram distribuídos 57 mil documentos; em 1987 este número passou para 350 mil. Foram assinados 13 convênios, com aplicação de recursos da ordem de Cz\$ 1,1 milhão, do Tesouro do Estado e 20, com recursos da LBA, da ordem de um milhão de cruzados. Em dezembro, encontrava-se em fase de negociação convênio com o PROVOPAR no valor de Cz\$ 5 milhões, para ampliação das atividades do projeto.

13 SEGURANÇA PÚBLICA

O processo de urbanização do Estado com o aumento das populações marginalizadas nas periferias das grandes cidades vem agravando os problemas de segurança pública. O Governo está consciente, entretanto, de que a criminalidade não pode ser enfrentada exclusivamente com a expansão dos meios à disposição dos órgãos policiais: todas as ações em favor do desenvolvimento econômico e social do Estado fazem parte de um sistema mais amplo, na ótica de um governo democrático, de contenção e combate ao crime.

No âmbito específico das estruturas policiais militar e civil as principais ações desenvolvidas em 1987 podem ser resumidas nos seguintes itens:

— Concluídas as obras de construção da sede da subdivisão de Paranavaí, da Polícia Civil, e das delegacias de Cafelândia, Renascença, Altamira do Paraná, Lupionópolis, São Jorge do Patrocínio, Centenário do Sul e Santa Terezinha do Itaipu; em dezembro, estavam em andamento as obras das delegacias de Cantagalo, Colombo, Cruzeiro do Oeste, Mandaguari, Marialva, Pitanga, Sarandi, Wenceslau Braz, São José das Palmeiras, Rosário, (Grandes Rios) e as subdelegacias de Diamante (Guaraniaçu). Foram melhoradas as instalações de 6 subdivisões policiais e de 59 delegacias, em todas as regiões do Estado.

— Inaugurado o quartel de Pato Branco, da Polícia Militar, concluídas as obras do destacamento de Paiçandu e realizados reparos e adaptações nos prédios do quartel de Ponta Grossa e da Companhia de Marechal Cândido Rondon, e na Academia Policial Militar do Guatupê.

— Concluídas as CIRETRANS de Marechal Cândido Rondon, Altônia, Dois Vizinhos, Sertanópolis, Ibaiti, Cambará, Ubiratã, Matelândia, Barracão, Coronel Vivida e área de licenciamento de Curitiba; em construção as CIRETRANS de Faxinal, Ponta Grossa e Jacarezinho (ampliação).

— Adquiridas, para a Polícia Civil, 82 viaturas com recursos do FUNRESPOL, recebidas 85, do Ministério da Justiça, e em fase de aquisição 152, financiadas pelo FAS. A frota da Polícia Militar foi acrescida de 107 viaturas — 22 adquiridas com recursos do FUNRESPAN e do Tesouro do Estado, das quais 16 para o Corpo de Bombeiros, e 85 do Ministério da Justiça — 17 motocicletas e um auto-bomba-tanque, cedido pela Petrobrás mediante comodato. Com financiamento do FAS estão sendo adquiridas 124 viaturas, 8 das quais para o Corpo de Bombeiros, e 17 motocicletas;

— Incluídos à PMPR 1.541 novos soldados e nomeados 93 escrivães, 100 agentes e 26 identificadores datiloscópicos; providos 32 funcionários do Quadro Geral para diversas carreiras; 350 agentes para detetives e 2 peritos policiais para peritos criminais;

— Realizadas operações especiais, para atender problemas específicos de segurança e prevenção, destacando-se: Operação Integrada Paraná, em ação conjunta da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Receita Federal, Receita Estadual, IBDF e DNER, com o objetivo de dar segurança aos motoristas e combater o contrabando, o furto e roubo de carros e a sonegação fiscal; e Operação Fronteira, no Oeste do Estado, com vistas à repressão ao contrabando, tráfico de entorpecentes e furto de veículos.

14 HABITAÇÃO

A necessidade de melhor ordenar as ações do Governo do Estado no setor da habitação popular, determinou a decisão de criar-se, o cargo de Secretário Especial da Política Habitacional. Com esta medida, a tarefa de coordenar os esforços de todos os órgãos envolvidos na consecução de programas habitacionais passou a ser coordenada em outro nível, no primeiro escalão do Governo, de modo a assegurar decisões e ações integradas e harmônicas, desde o processo de captação de recursos até a definição das faixas sociais de atendimento.

A principal executora dos programas propostos nessa área a Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, conseguiu, com o apoio recebido de várias instituições ligadas à questão habitacional, desenvolver um produtivo esforço com vistas a resgatar o déficit habitacional em nosso Estado, estimado hoje em 500 mil casas, aproximadamente. Ressalte-se que esta situação é semelhante em todo o território nacional pois, conforme dados oficiais divulgados pelo Governo Federal, o déficit habitacional do País é de 7,5 milhões de unidades — casas e apartamentos.

14.1 Captação de Recursos

Com negociação política e apoio técnico o Governo teve condições para assegurar uma expressiva linha de crédito junto à Caixa Econômica Federal, da ordem de Cz\$ 16,1 bilhões (30.806.114,927 OTN's), para a produção, em dois anos, de 23 mil lotes urbanizados, 27.146 unidades habitacionais no sistema de mutirão e autoconstrução e 23.200 unidades convencionais, totalizando a meta de 73.346 novas residências construídas. Considerando a situação habitacional do Estado, de maneira global, foram incluídas, além da COHAPAR, as COHAB's de Curitiba e Londrina na operacionalização dessa linha de crédito.

A definição desses financiamentos deram condições para que a COHAPAR iniciasse um importante plano de ação visando atender, de imediato, mais de 200 municípios paranaenses, em especial pelo Programa de Mutirão, que também conta com recursos do Tesouro do Estado. Ao final do primeiro semestre, reiniciou-se o desenvolvimento do Programa Convencional. Este,

entretanto, está sujeito a um trâmite mais burocrático, envolvendo a contratação de empresas construtoras, o que exige uma demanda de tempo pouco maior a fim de se poder cumprir os prazos legais de licitação.

14.2 Produção da COHAPAR

Durante o ano, a COHAPAR entregou a mais de 30 mil paranaenses um total de 5.768 casas populares, das quais 5.445 foram concluídas no atual período de Governo. Desta produção, a população de menor renda foi a mais assistida, recebendo 4.669 unidades do Programa Especial (Mutirão), com investimento de Cz\$ 500,5 milhões (957.145,0 OTN's) e a significativa participação do Estado de 37,16%. No Programa Convencional, destinado à faixa de 3 a 10 salários mínimos de renda média mensal, houve uma produção de 1.099 casas, sendo investidos Cz\$ 393,8 milhões (752.899 OTN's). O investimento total para a construção destas 5.768 casas foi de 1.710.044,0 OTN's, correspondendo a Cz\$ 894.335.921,56.

Para os próximos dezoito meses, conforme as unidades que estão em execução (9.215 casas e 86 lotes urbanizados) e os projetos que estão sendo desenvolvidos (41.912 casas e 3.744 lotes urbanizados), o Governo deverá firmar mais 54.957 contratações habitacionais. Estes números indicam a possibilidade da empresa estadual cumprir o seu programa atual de produção entregando 60.725 casas, até meados de 1989. Outras contratações poderão ser efetivadas, uma vez que já estão sendo tomadas medidas no sentido de suplementar a linha de crédito vigente.

Os recursos já assegurados e a produtividade que tem sido obtida nos projetos em execução permitem prever uma média mensal de construção de mais de duas mil casas, enquanto nos últimos anos o rendimento da COHAPAR girava em torno de 295 unidades por mês. Destaque-se o fato de que a companhia não teve qualquer acréscimo em seus recursos humanos e materiais. Pelo contrário, houve diminuição no número de funcionários.

14.3 Produção das COHAB's

Utilizando-se desta mesma linha de crédito, as COHAB's de Curitiba e Londrina já contrataram, junto à Caixa Econômica Federal, o total de 17.448 unidades habitacionais, sendo 10.833 para Curitiba e região metropolitana e 6.615 para Londrina.

Este desempenho demonstra o acerto da política de atuação integrada adotada na área habitacional, que possibilita um expressivo aumento de produção sem aumentar os custos administrativos.

14.4 Desempenho Estadual

O desempenho inicial, neste período de Governo, da COHAPAR e das COHAB's (Curitiba e Londrina), empresas que atuam na construção de casas para famílias de renda mensal de até 10 salários mínimos, permitiu ao Paraná assegurar recursos para construir, no período de janeiro de 1987 a julho de 1989,

a efetivação de 74.343 moradias e de 3.830 lotes urbanizados, totalizando 73.173 contratações habitacionais.

Este resultado assegurou ao nosso Estado, em 1987, o primeiro lugar, entre as unidades da Federação, na condução de uma política consistente de habitação popular. A coordenação centralizada, ao nível de Secretário de Estado, e a descentralização operacional, com participação cada vez maior das prefeituras, das comunidades e dos beneficiários dos programas, possibilitou o êxito da experiência.

15 CULTURA

A transição política que se opera no País, a partir do final dos anos 70, tem reflexos diretos na área cultural. A libertação do longo período de opressão intelectual que marcou os anos da repressão ditada pelo regime autoritário estimulou a capacidade criadora da sociedade.

Dentro deste panorama, a ação do Governo na área da cultura caracterizou-se pela implementação de um vasto programa de trabalho, identificado com as propostas políticas que pressupõem a expansão desses limites de liberdade.

A política que dá suporte a esse programa assenta-se na concepção de que a cultura não é sinônimo de lazer, não é ornamento social, não pode ser vista como simples distração do espírito: é um fenômeno de massa e deve significar a integração do espírito de uma sociedade em uma determinada época.

Nesse sentido, cultura é poder: o poder político e espiritual da comunidade, expresso através do teatro, do cinema, do rádio, da literatura, da música, da pintura, da escultura e todas as demais manifestações estéticas. O principal gesto político do Estado deve ser estimular a expressão desse poder da comunidade, assegurando-lhe a mais ampla liberdade.

A ação da Secretaria da Cultura leva em conta esta concepção democrática: o Estado na condução de uma política cultural não pode arvorar-se em tutor, não pode ser patrão, não pode assumir o papel de maestro. Seu dever é estimular a produção cultural sem pretender definir o que é cultura e sem estabelecer limite para as manifestações culturais.

15.1 Artes Plásticas

O principal acontecimento na área das artes plásticas, no Estado, é o Salão Paranaense. Em 1987 ele teve uma significação histórica: homenageou o movimento de rebeldia que sacudiu o cenário cultural do Paraná em 1957 quando diversos artistas plásticos, inconformados com os critérios de seleção do 14.º Salão Paranaense, demonstraram que a cultura não poderia submeter-se a qualquer tipo de ideologia e que, principalmente nas artes plásticas, seu papel é recriar o mundo e não simplesmente reproduzi-lo.

O 44.º Salão Paranaense de certa maneira procurou recuperar o espírito daquele movimento de renovação. Em primeiro lugar, com uma proposta de descentralização que permitiu, entre outros resultados, que o Salão atingisse outras capitais, como Florianópolis e Porto Alegre e outras cidades do Paraná, como Londrina e Cascavel.

Outra característica do 44.º Salão que lhe emprestou o caráter renovador foi o critério democrático da seleção de seu corpo de jurados, composto não por decisão do Estado ou da Secretaria da Cultura, mas por um membro indicado pela Associação dos Artistas Plásticos do Paraná, outro pelos próprios artistas concorrentes e o terceiro, pelo Museu de Arte Contemporânea. Além disso, os votos dos membros do júri foram públicos, com a declaração dos critérios adotados para seleção e premiação.

A adoção dessa prática elimina a improvisação de júris que, não tendo pessoas capacitadas podem através do voto secreto e sem justificção explicada arvorar-se em juizes das artes plásticas. Desse modo, o Salão Paranaense de 1987 introduziu o princípio da descentralização, com os pré-salões em outras cidades, e o critério da liberdade com responsabilidade, no processo de julgamento.

Inúmeros outros eventos para enriquecer o conhecimento dos jovens, desenvolver nas crianças o potencial da criatividade, aperfeiçoar técnicas artísticas de professores, divulgar os grandes nomes paranaenses na pintura, na gravura e na escultura, promover intercâmbio cultural com outros centros artísticos do Brasil e do exterior, realizaram-se, em 1987.

15.2 Música e Teatro

Também no campo das manifestações musicais o ano de 1987 foi fértil. Além dos eventos realizados, montou-se o projeto que instituiu 1988 o "Ano da Música". A proposta é estimular todas as formas de expressão musical, todas as escolas de música não só nos locais considerados próprios pelos padrões estabelecidos, mas nos mais variados ambientes públicos.

A preocupação com a liberdade das manifestações artísticas manifesta-se com muita ênfase, na programação das atividades teatrais. O projeto denominado Liberdade e Participação é um exemplo. Consiste no estímulo para que determinados textos de teatro, não importa qual a sua perspectiva ideológica, política ou religiosa ou a sua abordagem do fato social, seja objeto de debate por uma comunidade profundamente interessada e receptiva, que é a comunidade dos jovens: jovens universitários ou jovens trabalhadores, sejam estes industriais ou bancários, que têm a oportunidade de conhecer obras importantes do teatro, discutindo-as amplamente após cada exibição.

15.3 Suplemento Cultural

Uma identidade cultural, como a que caracteriza algumas outras unidades da Federação que têm determinados arquétipos ou estereótipos como o Rio Grande do Sul, a Bahia e Pernambuco, não é possível no Paraná.

Nosso Estado tem uma dimensão social de singular amplitude; tem o convívio de continentes, porque em seu território integram-se configurações humanas, sociais e culturais do Continente europeu, do asiático, do africano e do latino-americano. Conseqüentemente, não se poderia exigir um tipo caracteristicamente identificado do paranaense, como se ele fosse constituído de expressões monolíticas.

O paranaense é um tipo universal, provavelmente a característica mais importante da nossa identidade cultural tão procurada ao longo dos últimos anos. É, necessário assumí-la, para que o Paraná não seja mais uma servidão de passagem para os caminhos do Sul ou para os destinos do Norte do Estado.

Os projetos em implementação pelo Governo no campo das artes plásticas e das artes cênicas como da música têm como horizonte essa dimensão universal do paranaense. É ela que inspira, igualmente, o projeto literário representado pela edição regular do suplemento Nicolau, editado pela Secretaria da Cultura, iniciativa que pode ser considerada vitoriosa, após a sexta edição consecutiva, em dezembro.

Sua característica é ser um veículo aberto, de confrontação de idéias e de doutrinas, de conjugação de esforços da inteligência paranaense da atualidade; ao mesmo tempo um canal de difusão de contribuições históricas que representam um traço - de - união entre o Paraná das décadas passadas e o Paraná contemporâneo. Na última edição do ano teve tiragem de 160 mil exemplares, encartado em doze jornais do Estado.

15.4 Concurso de Contos

Outra iniciativa que caracteriza a postura do Governo, no campo cultural, foi o relançamento do Concurso Nacional de Contos. Não importa que pareça a repetição de uma iniciativa passada de um governo anterior; o importante é que tenha significação e contribua para ampliar as oportunidades de expressão literária, local e nacionalmente. O estímulo à cultura não pode estar sujeito a tais restrições e preconceitos.

15.5 Descentralização

O apoio governamental à cultura também não pode ficar restrito a Curitiba e às cidades mais importantes do Estado. Dai o projeto de descentralização que não envolve a prática de levar o produto final para os municípios: isto é, dar aos municípios, conhecimento do que se faz no Teatro Guaíra, nos museus de Curitiba ou no campo das artes plásticas na Capital. O objetivo é identificar nas cidades do interior, mesmo as mais distantes, qual a contribuição que as suas comunidades podem oferecer ao processo de avanço cultural do Estado.

Enquadra-se nesse processo de descentralização e interiorização a construção, em diversos municípios, dos Barracões de Cultura. São espaços culturais de construção barata — orçados em Cz\$ 2 milhões, em dezembro — construídos em sistema de cooperação entre o Estado, que fornece os materiais, e as prefeituras, que participam com o terreno e a mão-de-obra.

A idéia dos Barracões de Cultura surgiu da inviabilidade de construções sofisticadas de teatros, nos municípios, em número suficiente para justificar a proposta de descentralização e interiorização. Seu perfil arquitetônico revive uma figura conhecida do período pioneiro do Norte e do Sudoeste do Estado: os barracões, que serviram como hospitais, escolas, restaurantes e até sedes de prefeituras, em décadas passadas.

15.6 Projeto Memória

Um dos projetos desenvolvidos em 1987 propõe-se a resgatar os acontecimentos políticos e sociais ocorridos a partir de 1964, sob a ótica da perseguição ideológica e da perseguição social.

Denomina-se Resistência Democrática e está reunindo depoimentos de pessoas que foram presas, no regime autoritário. Pretende-se, com a edição do documento final que já está em fase de pré-edição, pois concluiu-se a coleta de material, impedir que ocorra um vazio, como aconteceu após extinguir-se a ditadura Vargas, no período de 37 a 45, quando praticamente nada se fez, nos anos seguintes, para documentar a memória do arbítrio e da perseguição que caracterizaram aquele período da nossa história

15.7 Cooperação

Nos programas em desenvolvimento na área cultural considera-se importante, ao lado do Estado, a cooperação do setor privado. Dois dos principais eventos culturais realizados em 1987 contaram com a participação de empresas que deram exemplo da possibilidade do trabalho conjunto com o Poder Público.

A exposição intitulada *Eu Leonardo, Aventura do Gênio Universal*, realizada no Palácio Iguazu, só foi possível com a participação da IBM do Brasil, possuidora do importantíssimo acervo das maquetes dos projetos industriais de Leonardo da Vinci, construídas nos Estados Unidos. Também a exibição do bailado *Lendas do Iguazu*, apresentado no cenário das Cataratas do Iguazu com o balé do Teatro Guaíra e a Orquestra Sinfônica do Paraná, pôde ser realizadas graças ao apoio do Banco Bamerindus.

16 ESPORTES

Ao decidir pela inclusão, na estrutura do primeiro escalão do Governo, de um Secretário Especial do Esporte e criar a Fundação de Esportes do Paraná, o Governo pretendeu munir-se dos instrumentos adequados para cumprir a proposta de enfatizar, também nessa área, a participação e integração de toda a comunidade, constante do Plano de Governo.

Para tanto, os órgãos governamentais ligados ao esporte foram orientados no sentido de encaminhar o processo de democratização da prática das atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras, assegurando a todos o direito de participação.

16.1 Diagnóstico

A primeira providência para implementar uma nova estratégia na área de esportes foi efetuar um diagnóstico da situação existente e estabelecer uma política de atuação. As ações realizadas com esse objetivo obedeceram à seguinte seqüência:

- reuniões com um grupo de especialistas para definição das diretrizes básicas de um plano de ação;
- debate, para avaliação das diretrizes propostas, com esportistas e com profissionais de fora da comunidade esportiva do Estado;
- levantamento dos principais problemas existentes com a participação dos antecessores na administração do setor;
- elaboração de um plano inicial, esboço de uma política, para ser discutido, analisado, criticado e aperfeiçoado em reuniões com prefeituras, faculdades de Educação Física e entidades esportivas — realizaram-se nove encontros, em Curitiba, São José dos Pinhais, Guarapuava, Cascavel, Palmas, Ivai-porã, Campo Mourão, Maringá e Londrina.

16.2 Reforma Disciplinar

Para prover as entidades que participam na organização ou na disputa de eventos esportivos estaduais de instrumentos capazes de dirimir conflitos e assegurar direitos, está sendo elaborado um Código de Justiça e Disciplina Esportiva, reformulando a forma atual de apreciação dos processos discipli-

nares durante os eventos organizados pelo Estado, como os Jogos Abertos do Paraná e suas fases regionais, os Jogos da Juventude, os Jogos Escolares e outros.

Dentre as alterações sugeridas destacam-se, como principais:

- criação do Tribunal Superior de Justiça e Disciplina Desportiva, órgão de apreciação dos recursos e do Tribunal Permanente de Justiça e Disciplina Desportiva, órgão de apreciação dos processos em primeiro grau, fora da realização dos eventos;

- proibição da aplicação do Código aos atletas com idade inferior a 12 anos;

- Introdução da Defensoria Pública como órgão de assessoramento aos participantes nos processos em que sejam partes;

- reestruturação das infrações disciplinares e das penas para os infratores;

- introdução do Mandato de Garantia, como instrumento de manutenção dos direitos líquidos e certos dos participantes dos eventos.

16.3 Eventos

Cumprindo os compromissos assumidos pelo Governo anterior, foi integralmente obedecido o calendário de eventos esportivos organizados em 1986, destacando-se:

— JOGOS ESCOLARES DO PARANÁ — FASE REGIONAL: nos meses de abril e maio, envolvendo 151 municípios, 419 escolas e 14.457 estudantes atletas.

— JOGOS ESCOLARES DO PARANÁ — FASE FINAL: realizados em Maringá e Nova Esperança, no período de 12 a 21/06, com a participação de 350 escolas, 6.500 estudantes atletas e o envolvimento de 170 municípios.

— JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS: após uma fase de treinamento, em Curitiba, foram levados a Campo Grande, para participar nos Jogos Escolares Brasileiros, 232 atletas paranaenses. O Paraná obteve o 1º lugar nas modalidades de handebol e tênis de mesa masculino e foi o segundo colocado, na classificação final.

— JOGOS ABERTOS DO PARANÁ: realizado em 8 regiões, na fase preliminar, e em Campo Mourão, na fase final, com a participação de 71 municípios do Estado e 4.751 atletas.

— JOGOS DA JUVENTUDE: com o objetivo de estimular o desporto para os nascidos a partir de 1.971, como uma estratégia indispensável para a renovação de valores, os Jogos da Juventude foram realizados em Ponta Grossa no período de 30/10 a 8/11, com a participação de 1.805 atletas e dirigentes de 35 municípios.

— JOGOS ABERTOS DO VALE DO IVAÍ: com o objetivo de promover maior intercâmbio entre os municípios dessa região, os JAVI's foram realizados no município de Ivaiporã, no período de 13 a 22/11, com a participação de 2.078 atletas e dirigentes.

— JOGOS ABERTOS REGIONAIS DO VALE DO PIRAPÓ: também visando a valorização da região, foram realizados em Centenário do Sul, com a participação de 11 municípios e 821 atletas e dirigentes.

— VIII JOGOS ABERTOS DAS ESCOLAS ESPECIAIS DE CURITIBA: realizados no período de 24 a 28/08 com a participação de 15 escolas especiais e 250 crianças portadoras de deficiências visuais, físicas e mentais.

— JOGOS NACIONAIS JUVENIS PARA PESSOAS DEFICIENTES: no período de 04 a 08/09/87, com a participação dos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, envolvendo 85 atletas portadores de deficiência visual.

— CAMPEONATO BRASILEIRO DE ATLETISMO PARA DEFICIENTES VISUAIS: no período de 09 a 12/10/87, em Curitiba, com a participação de 17 clubes de 13 Estados e 293 atletas.

16.4 Estruturação para 1988

A Fundação de Esportes do Paraná realizou, em São José dos Pinhais, um Seminário de Planejamento com a participação de 190 municípios do Estado para avaliação das atividades realizadas no exercício de 1987 e proposição da metodologia para o desenvolvimento das ações previstas para 1988.

Um encontro dos professores dos Pólos Esportivos, realizado em novembro, decidiu pela continuidade do projeto de polarização, tendo em vista os resultados obtidos. Ficou definido, entretanto, que a partir do próximo exercício os objetivos deverão ser reformulados.

16.5 Transferências, Subvenções e Doações

Em 1987 o Estado repassou os seguintes valores:

— Transferências a municípios: Cz\$ 1.780.000,00, como auxílio financeiro para custeio de competições esportivas.

— Subvenções sociais a 26 Federações Amadoras: Cz\$ 1 milhão.

— Material esportivo doado às prefeituras e a outras entidades esportivas: Cz\$ 661.769,00.

17 COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO

A reestruturação administrativa promovida pela Lei 8.485, de 3 de junho de 1987, de iniciativa deste Governo, fortaleceu o núcleo central do Poder Executivo distribuindo melhor as tarefas de coordenação, assessoramento, informação e representação que deverão caber à Governadoria.

O processo de implementação do novo sistema não é fácil. O principal entrave é a força de inércia que deriva dos hábitos adquiridos e incorporados à prática da administração. O Governo empenhou-se em superar essa resistência ao mesmo tempo em que desencadeava as ações necessárias à rápida incorporação dos preceitos da reforma à rotina administrativa do Estado.

17.1 Planejamento

A consequência imediata mais importante da nova estrutura administrativa foi a mudança de enfoque na gestão de programas governamentais de ampla repercussão econômica e social, até então conduzidos isoladamente. As novas funções atribuídas à Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral fazem-na solidária na administração desses projetos, pois ela passou a ter a responsabilidade de coordená-los. Assim, programas com o nível de complexidade e a amplitude como os que tratam do aproveitamento integrado da bacia do Ivaí, investimentos na Região Metropolitana de Curitiba, incentivos à irrigação e drenagem, descentralização das ações do Estado no campo social, estudo das perspectivas de oferta de energia e formas alternativas para o desenvolvimento industrial do Estado, por exemplo, diretamente vinculados a uma ou mais secretarias de Estado, passaram a ser coordenados, também pela Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral.

Para assumir plenamente esse papel SEPL completou, em menos de seis meses, a transferência das funções executivas que desempenhava com a administração de programas, como o PRORURAL e o PRAM, e entidades que lhe eram vinculadas, como a COMEC e a FAMEPAR. O único órgão que permaneceu vinculado foi o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná — IPARDES (Fundação Edson Vieira), que cumpre papel

decisivo como coordenador e executor de pesquisas e estudos que acompanham o processo de desenvolvimento estadual, coordena o Sistema de Informação Estatística — para conhecimento da realidade física, econômica e social do Estado — e promove as atividades de formação e desenvolvimento de recursos humanos essenciais para o planejamento e a gerência da atuação governamental.

Nessa área, o Governo empenhou-se em acelerar programas da maior relevância para aperfeiçoar a qualidade dos recursos humanos envolvidos com a administração pública estadual. Convênio formalizado com a SAREM, no valor de Cz\$ 1,2 milhão, proporcionou a realização de três cursos de especialização para técnicos de todas as secretarias de Estado que atuam nas áreas de planejamento e orçamento.

17.2 Sistema de Informações

Outra consequência imediata da reforma administrativa foi abrir possibilidades para um trabalho conjunto mais eficiente e produtivo da Secretaria do Planejamento e da Casa Civil em diversas áreas de atuação que têm reflexos sobre a totalidade da administração do Estado.

O exemplo mais efetivo, nesse caso, é a reestruturação que está sendo feita em todo o sistema de informações na órbita do Poder Executivo. O modelo em desenvolvimento, totalmente informatizado, aperfeiçoa o banco de dados com informações estatísticas sobre o Estado, colocando-o ao alcance de todos os órgãos da administração direta e indireta, e amplia o sistema de informações internas sobre o desempenho gerencial do Governo, na condução de seus planos, programas e projetos.

Em dezembro estavam assentadas as bases dos dois sistemas, com a participação de todas as secretarias de Estado e as empresas e autarquias a elas vinculadas. Quando em plena operação, esse complexo integrado e sistematizado de dados vai possibilitar maior rapidez no resgate das informações sobre a situação do Estado e a ação do Governo, assegurando melhor qualidade, precisão e confiabilidade à comunicação do Executivo com a sociedade paranaense e suas lideranças.

A troca de informações entre o Executivo e a sociedade, em clima de respeito para com a opinião pública, é um dos fundamentos dos sistemas democráticos de governo. A contrapartida dessa postura é a credibilidade pública. Um governo sem credibilidade não pode esperar que seus planos, programas e projetos tenham a repercussão e o apoio necessários para que as ações decorrentes, propostas para melhorar os serviços públicos ou fortalecer a infraestrutura econômica, sejam eficazes.

Para melhorar a coordenação desse processo interativo entre a estrutura governamental e a comunidade, principalmente com a intermediação da Imprensa, foi instituída, de forma definitiva, pela Lei 8.468, de 16 de março de 1987, a Secretaria de Estado da Comunicação Social — SECS. As principais medidas para consolidar o novo órgão do primeiro escalão, foram tomadas no sentido de implantar a Fundação Rádio e Televisão do Paraná, a ela

vinculada, instituída pela mesma legislação, e reequipar a emissora de AM — Rádio Estadual do Paraná, cuja estrutura foi aperfeiçoada.

Entre outras ações que merecem destaque nessa área central da administração estadual, destaca-se a criação e instalação do Conselho Estadual da Condição Feminina, no âmbito da Casa Civil, entidade que desenvolverá ações para valorizar a mulher como pessoa e como cidadã, propondo e exigindo o cumprimento de medidas destinadas a eliminar todas as práticas sociais discriminatórias, sancionadas ou não por dispositivos de lei.

18 ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

O atual período de Governo iniciou-se em meio a uma das maiores crises econômicas do País. Em função dessa crise e em decorrência dos problemas criados com o fracasso do Plano Cruzado, os primeiros meses foram de extrema dificuldade nas finanças do Estado. A elevação dos índices inflacionários, que chegou aos 26% nos meses de maio e junho teve pesados reflexos negativos na arrecadação. Além disso, a folha de pagamento recebeu um sério ônus com o aumento do piso salarial do Magistério. Ao encerrar-se o ano de 1987 a posição do Tesouro estadual encontrava-se em situação inédita, na história recente do Estado: o comprometimento da receita do ICM com a folha de pagamento chegou a 92%, contra uma média histórica de 71%. No período 79/83, anos da crise mais aguda que atingiu o Paraná, o percentual máximo desse comprometimento foi de 81%.

Apesar dessas dificuldades, o Executivo chegou ao fim do ano honrando todos os gatilhos salariais, cumprindo fielmente o compromisso do aumento dos professores, atendendo a todos os débitos para com os seus fornecedores e mantendo a máquina governamental funcionando de acordo com as necessidades do Estado. Além disso, era necessário manter um nível de investimento adequado para que o Paraná também não parasse em função da crise.

18.1 Arrecadação

Para manter o nível de desenvolvimento sem perder a credibilidade, o Governo teve que administrar as finanças dentro de rígidos padrões de austeridade procurando, ao mesmo tempo, alternativas para fortalecer o Tesouro.

Muitas ações foram executadas para aumentar a arrecadação do ICM, a principal receita no âmbito do Estado.

Uma delas, o Projeto Mutirão de Cobrança da Dívida Ativa, desenvolvido nas principais regiões do Estado possibilitou uma revisão completa de todas as pendências da dívida ativa que estavam engavetadas ao longo dos anos na Secretaria da Fazenda.

Erradicou-se do vocabulário do Governo a expressão “anistia fiscal”, um dos instrumentos mais perniciosos à credibilidade dos governantes porque profundamente injusto: discrimina e penaliza o contribuinte correto e honesto, que mantém seus compromissos em dia, beneficiando o sonegador.

Entre outras providências, com o mesmo objetivo, destacam-se a revisão dos enquadramentos de estabelecimentos industriais no regime de pagamento com dilação; a redução normativa de prazos para os substitutivos tributários (bebidas, cimento e destilaria); a reformulação no sistema da base de cálculo para avaliação do ITBI — Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis; a reformulação nos parcelamentos de ICM e a vinculação dos recolhimentos do tributo, relativos a parcelamentos, dívida ativa e dilação de prazo, através do BANESTADO.

Destacam-se ainda a redução do prazo para repasse do ICM efetuado pelo sistema bancário, de 4 para 3 dias, e a integração com o DETRAN na estruturação do sistema IPVA pela implantação da GR-5 (Guia de Recolhimento-5) acoplada ao DUT (Documento Único de Trânsito).

Ainda nesta área, foi desenvolvida e implantada a campanha O Bom de Nota, projeto conjunto Secretaria da Fazenda/Secretaria da Educação, destinada a incentivar o consumidor a exigir a nota fiscal, aumentando a arrecadação. Até dezembro, 2.169 escolas estavam inscritas na campanha que também as beneficia com um percentual sobre o valor das notas. A primeira etapa da campanha resultou em Cz\$ 2,2 bilhões em notas fiscais arrecadadas, o que significou Cz\$ 11 milhões de repasse às escolas.

18.2 Fiscalização

Implementaram-se novas técnicas de fiscalização, destacando-se cada vez mais à figura do Fisco, em lugar do fiscal, com o emprego do computador. Nessa área, o Projeto Corredor de Exportação vai permitir um controle “on-line” de todas as mercadorias que entram e que saem do Porto de Paranaguá. Sistema idêntico, vai exercer o mesmo controle na região da fronteira.

Outros instrumentos caracterizaram o empenho em manter estreita vigilância contra a evasão fiscal, a exemplo dos serviços permanentes de fiscalização volante em pontos estratégicos das rodovias escolhidas conforme a intensidade do fluxo de trânsito, o volume da produção escoada e o movimento de carga e descarga no perímetro urbano das principais cidades; os plantões fiscais em estabelecimentos industriais e comerciais, para acompanhamento dos níveis de produção e comercialização de mercadorias; e os procedimentos preventivos quanto à concessão de novas inscrições.

Importante, também, foi a Operação Alerta, que já atingiu 7 regiões fiscais, abrangendo 14 grandes cidades. Este projeto está integrado ao de Exação Fiscal, que também foi realizado em outros 31 municípios.

18.3 Déficit Público e Moralização Administrativa

Implantou-se um rigoroso controle do déficit público e do repasse de recursos. O regime de caixa prevaleceu sobre a previsão orçamentária de

modo que a despesa passou a ser regulada em função daquilo que o Tesouro arrecada. Unificou-se a gerência da dívida pública, antes subdividida em três áreas.

Uma das grandes prioridades do Governo é moralizar a aplicação do dinheiro público. No decorrer do exercício de 87 foram efetuados procedimentos contábeis e atos financeiros em 57 unidades da administração direta e indireta do Estado apurando-se, com rigor, todos os atos, que chegaram ao conhecimento das autoridades, lesivos ao patrimônio do Estado.

18.4 Administração Bancária

O Governo empenhou-se em implementar medidas modernizadoras e racionalizadoras no BANESTADO S/A, obtendo, como resultado, o destacado desempenho do Banco, ao nível nacional. A adoção do modelo de banco múltiplo, que propiciou a reestruturação do conjunto de empresas a ele vinculadas na forma de conglomerado financeiro, contribuiu, em grande parte, para a recuperação do sistema.

Considerada a conjuntura econômico-financeira do País e as limitações que acarreta a condição de banco oficial, o lucro de Cz\$ 1 bilhão, representando uma rentabilidade de 13,1% sobre o patrimônio líquido, foi um excelente resultado. O compromisso com seus 105 mil acionistas foi plenamente cumprido, pois o desempenho do Banco lhes assegurou um lucro de Cz\$ 2,64 por ação e dividendos de Cz\$ 0,79 por ação possuída.

Deve ser levado em conta que a obtenção desses resultados não impediu a ação do Governo, através desta sua instituição financeira, no campo social: foram aplicados Cz\$ 200 milhões para renegociar a dívida de pequenos agricultores e microempresários do Vale do Ivaí que ficaram impossibilitados de saldar seus débitos de empréstimos tomados em 1986, na vigência do Plano Cruzado, e que foram atingidos com o retorno da inflação e a recessão na economia nacional. Além disso, o Banco despendeu cerca de Cz\$ 800 milhões com a dispensa de correção monetária em empréstimos de pequenos produtores rurais, por força da Resolução 1.532, do Banco Central do Brasil.

A opção de transformar o BANESTADO em banco múltiplo, menos compartimentado e mais ágil, insere-se na postura, adotada pelo Governo em relação a todos os órgãos do aparelho do Estado, de melhorar a eficiência do conjunto da máquina administrativa estadual. A redução dos custos administrativos, da ordem de 12,2% no decorrer do exercício, os resultados financeiros alcançados e a competência e seriedade que caracterizaram sua administração, foram fatores que justificam a indicação do Banco, como modelo a ser seguido por entidades congêneres, pelas autoridades financeiras do Governo Federal e pelos técnicos do Banco Mundial que estudam a reforma bancária a ser proposta no País.

Merece destaque, ainda, no campo da administração bancária, a decisão de proceder-se a um levantamento de todas as situações que pudessem ser interpretadas como duvidosas — como é o caso do Banco del Paraná que após rigorosa investigação foi colocado à venda — e o rigor com que foi

encarado o problema das inadimplências, com a execução de um plano para recuperar créditos, especialmente dos grandes devedores, como o Grupo Atalla, cujos débitos vinham se eternizando sem perspectivas de solução.

19 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Moralizar a máquina administrativa é uma das formas de resgatar a credibilidade e a confiança do cidadão nos governos e na atividade política. Foi sob este enfoque que o Governo do Estado formulou e aplicou, em 1987, os programas de trabalho na administração das atividades governamentais.

19.1 Gerenciamento dos Recursos Humanos

Um dos maiores problemas que o Estado enfrenta, atualmente, é o percentual da receita do ICM — o tributo mais importante pelo seu peso na arrecadação total — comprometido com as despesas de pessoal: em 1987, em função do rigoroso cumprimento de todos os aumentos e reajustes determinados em lei para equilibrar a queda do poder aquisitivo dos salários e proventos, em face da inflação, aquela relação chegou a 92%, número assustador que desarticula e ameaça qualquer programa de investimento de uma sociedade empenhada em galgar novos patamares no seu processo de desenvolvimento.

A consciência de que sem uma rigorosa política de controle, nessa área o Paraná corre o risco de inviabilizar-se, incorporou-se ao raciocínio dos principais auxiliares do Governo, principalmente na área da administração geral do Estado.

Além disso, o problema da valorização do servidor público é uma questão que está na ordem do dia, não só do Paraná mas do Brasil. Mas a valorização do funcionário passa, necessariamente, pela questão da remuneração condigna. Criou-se, evidentemente, uma situação de impasse: o Governo não poderá remunerar bem enquanto crescer, desordenadamente, o quadro do pessoal do Estado.

19.1.1 Solução Inovadora

A primeira tentativa para enfrentar o problema foi a determinação de rigoroso controle sobre as contratações de pessoal, que só poderiam ocorrer, tanto na Administração Direta como na Indireta, após a análise da Secretaria da Administração e da Casa Civil, finalizada com autorização expressa do Governador. Esta decisão foi obedecida e a curva de expansão do funciona-

lismo foi contida de modo que, no final do exercício, o número total de servidores reduzira-se em 1,7%.

Apesar desse resultado positivo o governo tem consciência de que essa medida emergencial adotada não é uma solução competente: não se pode gerenciar recursos humanos por decreto. Tornava-se necessário procurar uma solução permanente.

Nos últimos seis meses do ano a Secretaria da Administração elaborou um projeto, ainda em fase de desenvolvimento mas já aplicado, experimentalmente, naquela Secretaria, denominado Orçamento Discriminado de Recursos Humanos.

Ele contrapõe-se aos conceitos, dominantes na totalidade do serviço público brasileiro, de “quadro” e de “vagas”. O quadro de vagas é estático mas a atividade de cada unidade da máquina administrativa é dinâmica: seu volume de atividades e seu orçamento variam com as prioridades globais do Governo. Conseqüentemente, suas necessidades de pessoal também variam.

A metodologia do Orçamento Discriminado de Recursos Humanos, que já está sendo gerenciado por “software” desenvolvido na CELEPAR, compatibiliza o volume de serviço necessário de cada órgão com a necessidade de funcionários para atendê-lo: no caso de excesso, este seria destinado para atender necessidades de outras unidades; o déficit seria coberto pelo mesmo mecanismo.

Um Programa de Realocação de Servidores, — PRS, em estruturação, deverá manter o equilíbrio do sistema, servindo de indicador, inclusive, para as necessidades de treinamento que deverão adaptar os servidores que trocarem de função.

19.2 Outras Medidas Administrativas

Este é o projeto fundamental em desenvolvimento, no âmbito da Secretaria da Administração. Entre as demais medidas importantes para o adequado funcionamento da máquina administrativa do Estado, destacam-se:

— Emissão mensal de boletim de custos unitários, pelo DECON, que possibilita ao Estado dispor de parâmetros confiáveis para conhecer o preço máximo aceitável, nos processos licitatórios de obras.

— Expansão, a todo o Estado, das tomadas de preço para compra de materiais. Um convênio com 81 associações comerciais do interior, que divulgam os editais no universo dos seus associados, e o sistema de encaminhá-los, via telex, a todas as agências do Banestado, abriu ao empresariado de todo o Estado a oportunidade de participar de todas as licitações.

— Simplificação do cadastramento de fornecedores do Estado; qualquer cidadão pode cadastrar-se na SEAD pelo correio habilitando-se a participar dos processos licitatórios sem necessidade de deslocar-se para a Capital do Estado.

— Investimento de Cz\$ 15 milhões na melhora do parque gráfico da Imprensa Oficial do Estado, que teve um aumento de produtividade de 200%, em 1987.

— Aperfeiçoamento dos serviços de atendimento médico do Instituto de Previdência do Estado — IPE, com a instalação do Centro de Hipertensão; do Centro de Medicina Preventiva; do Serviço de Pronto Atendimento, em regime de 24 horas; e a reabertura e reativação de farmácias.

— Conclusão e entrega de 11 conjuntos habitacionais para funcionários, pelo IPE, com 1.075 unidades; conclusão de 5 conjuntos, com 829 unidades, ainda não entregues; 9 conjuntos em construção, com 1.490 unidades.

— Ampliação do parque de equipamentos centrais da CELEPAR, para melhor atender às necessidades de seus usuários. As unidades de processamento cresceram 2,6 vezes em velocidade e a capacidade de armazenamento em discos magnéticos aumentou em 40%;

— A rede de equipamentos conectados aos computadores centrais cresceu na ordem de 33% no período, contando atualmente com 894 terminais/micros; 26 novas linhas de comunicação foram instaladas para suportar o crescimento do número de equipamentos, ampliando-se para 126 o total de linhas que interligam os diversos usuários aos computadores centrais da empresa. O número de microcomputadores alocados de forma autônoma cresceu em 58%, perfazendo um total de 352 estações de trabalho.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

CONVENÇÕES

Foram usadas nas tabelas e quadros, as seguintes convenções, adotadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES:

... O dado é desconhecido, podendo o fenômeno existir ou não.

— O fenômeno não existe.

? O dado é provisório, sujeito a retificação.

§ O dado é retificado, diferindo do publicado nas mensagens anteriores.

**AGRICULTURA E
ABASTECIMENTO**

MICROBACIAS TRABALHADAS NO PROGRAMA DE MANEJO INTEGRADO DE SOLOS E ÁGUA, SEGUNDO OS NÚCLEOS REGIONAIS DA SEAB - 1985-87

	1985				1986				1987			
	Micro- bacias	Área (ha)	Proprie- dades	Municípios Envolvidos	Micro- bacias	Área (ha)	Proprie- dades	Municípios Envolvidos	Micro- bacias	Área (ha)	Proprie- dades	Municípios Envolvidos
Campo Mourão	23	98.477	1.976	18	23	98.477	1.976	18	30	170.363	6.090	23
Cascavel	97	157.389	6.692	17	97	157.389	6.692	17	138	447.475	13.405	16
Cornélio Procopio	37	62.088	1.599	18	37	62.088	1.599	18	27	50.871	1.785	16
Curitiba	29	23.651	1.095	22	29	35.670	1.234	22	33	36.532	1.373	21
Francisco Beltrão	25	12.743	583	13	25	12.743	583	15	73	24.556	2.558	17
Guarapuava	12	15.668	409	6	20	21.873	681	6	26	84.680	1.594	06
Irati	—	—	—	—	15	21.417	887	8	16	29.436	1.101	08
Ivaiporã	14	28.410	419	14	17	47.319	1.751	15	05	14.620	774	15
Jacarezinho	8	6.338	371	8	8	6.338	371	7	10	22.752	984	08
Londrina	22	15.709	411	18	29	22.111	520	18	36	62.341	1.880	17
Maringá	30	43.160	1.090	21	33	55.586	1.340	21	43	70.311	1.179	23
Paranaguá	9	31.704	365	6	14	31.704	475	6	11	9.848	509	05
Paranavat	30	124.884	1.392	25	30	124.884	1.407	25	30	129.060	1.798	19
Pato Branco	16	13.653	396	10	21	25.443	844	11	23	28.097	1.204	11
Ponta Grossa	27	15.698	605	15	39	46.018	1.206	10	52	52.246	1.594	12
Toledo	72	207.704	8.182	12	12	219.687	9.792	14	98	737.439	37.956	14
Umuarama	27	15.943	729	17	27	15.943	729	17	30	14.649	861	20
União da Vitória	20	34.459	993	12	11	25.738	1.004	10	07	14.893	536	07
TOTAL	498	907.678	27.307	252	547	1.030.458	33.091	258	688	2.000.979	77.001	258

FONTE: SEAB

**EVOLUÇÃO DO REBANHO PECUÁRIO, SEGUNDO O TIPO DE REBANHO,
NO PARANÁ — 1983-1986**

(Em Cabeças)

TIPO DE REBANHO	§ 1983	§ 1984	§ 1985	§ 1986
Bovino	7.964.042	7.934.294	8.538.179	8.600.000
Bubalino	46.306	55.053	59.528	60.000
Suíno	4.210.724	4.191.709	4.268.703	4.600.000
Aves Total ⁽¹⁾	54.036.010	57.712.500	56.300.000	62.000.000
Aves de Corte ⁽²⁾	26.000.000	30.600.000	32.091.000	35.000.000
Aves de Postura ⁽²⁾	11.000.000	10.000.000	9.010.000	9.920.000
Aves de Subsistência ⁽²⁾	17.036.010	17.172.500	15.201.000	16.740.000
Asinino	1.710	1.825	1.865	1.800
Muar	122.343	121.792	120.782	121.000
Equino	412.899	420.261	426.937	428.000
Caprino	282.757	289.827	290.703	300.000
Ovino	248.497	261.925	279.741	280.000
Coelho	76.124	99.670	115.367	120.000
Codornas	11.897	12.680	28.703	29.000
Perus	83.342	84.685	89.856	90.000
Patos, Marreco e Gansos	645.826	620.867	621.403	622.000

FONTE: IBGE - ELABORAÇÃO SEAB/DERAL - CEPA-PR

(1) Galinhas, Galos, Frangos, Frangas e Pintos.

NOTA: Os dados de 1987 ainda não foram coletados.

**PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, SEGUNDO OS NÚCLEOS REGIONAIS
DA SEAB — 1987**

ESPECIFICAÇÃO	Produtores Atendidos	Área Beneficiada	Municípios Envolvidos
Campo Mourão	45	280	05
Cascavel	108	468	08
Cornélio Procopio	396	1.523	10
Curitiba	163	2.022	14
Francisco Beltrão	—	—	—
Guarapuava	06	248	02
Irati	13	80	05
Ivaporã	152	886	08
Jacarezinho	99	345	07
Londrina	186	1.416	11
Maringá	102	698	08
Paranaguá	43	535	05
Paranavaí	28	452	05
Pato Branco	04	144	02
Ponta Grossa	77	538	04
Toledo	137	622	07
Umuarama	28	405	09
União da Vitória	185	1.478	06
TOTAL	1.772	12.140	116

FONTE: SEAB-DAGRI

**ESTIMATIVA DA ÁREA PLANTADA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS CULTURAS
DE VERÃO, NO PARANÁ — 1987/1988**

PRODUTOS	ÁREA PLANTADA (1000 ha) ⁽¹⁾	PRODUÇÃO (1000 t) ⁽¹⁾
	1987/1988	1987/1988
Algodão	451,0	815,0
Amendoim das Águas	5,6	9,0
Arroz Sequeiro	173,0	260,0
Arroz Irrigado	22,0	95,0
Batata das Águas	32,0	480,0
Café Beneficiado	428,0	450,0
Cana-de-Açúcar	180,0	14.000,0
Feijão das Águas	700,0	430,0
Mamona	10,0	13,0
Mandioca	89,0	1.800,0
Milho	2.130,0	5.300,0
Sericicultura	23,0	6,9
Soja	2.100,0	4.300,0
Tomate	1,1	47,0

FONTE: SEAB/DERAL - CEPA-PR

(1) Segundo avaliação efetuada em dezembro/87

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA, SEGUNDO O PRODUTO, NO PARANÁ — 1983-86

PRODUTO	UNIDADE	EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA			
		§ 1983	§ 1984	§ 1985	§ 1986 ⁽²⁾
Carne Bovina ⁽¹⁾	t	187.104	139.131	155.442.897	132.187
Carne Suína ⁽¹⁾	t	107.324	90.892	98.637	110.350
Carne Avícola ⁽¹⁾	t	176.286	207.171	233.221	260.000
Pescado ⁽¹⁾	t	2.735	4.063'	4.500	5.000
Leite	1.000 litros	905.808	940.160	979.564	1.050.000
Ovos	1.000 litros	141.540	179.238	197.329	213.115
Mel	t	955	1.490	1.714	1.971
Lã	t	211	226	248	273
Ovos de Codorna	1.000 litros	78	88	171	188
Cera de Abelha	t	56	83	93	104
Casulo do Bicho-da-Seda ⁽⁴⁾	t	4.090	4.583	5.507	5.968

FONTE: MA, IBGE

(1) Referente a Abates com Inspeção Federal. (2) Estimativa DERAL-SEAG. (3) Associação Paranaense de Apicultores. (4) EMATER/PR

NOTA: Os dados de 1987 ainda não foram coletados.

EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO O PRODUTO, NO PARANÁ — 82/83 — 86/87

PRODUTO	§ 82/83		§ 83/84		§ 84/85		§ 85/86		? 86/87	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Grãos e Algodão										
Culturas de Verão										
Algodão	440.000	695.608	322.124	611.865	540.000	1.035.661	415.000	768.434	386.000	711.880
Amendoim das Águas	20.480	28.000	9.586	14.302	12.598	25.425	7.190	5.420	7.833	12.439
Amendoim da Seca	860	525	678	480	1.300	1.400	1.090	1.000	257	139
Arroz	216.400	368.313	196.700	242.570	200.000	296.000	140.000	206.000	202.923	342.844
Café Beneficiado	440.000	354.000	424.000	252.000(1)	424.000	318.000	422.825	120.000	430.000	420.000
Feijão das Águas	642.135	320.920	670.327	461.887	659.500	475.000	561.746	185.000	696.399	376.000
Feijão da Seca	57.550	26.115	70.674	17.221	64.264	24.617	65.858	30.701	51.600	28.760
Girassol	5.130	2.720	2.645	2.357	1.500	1.650	1.120	1.344	—	—
Mamona	26.500	37.100	27.220	39.556	27.157	41.306	21.215	27.350	14.300	19.000
Milho	2.361.800	5.018.870	2.447.000	5.400.000	2.332.840	5.803.713	2.300.000	4.300.000	2.846.000	7.641.800
Soja	2.022.000	4.315.000	2.177.900	4.121.000	2.196.370	4.413.000	1.745.000	2.600.000	1.718.000	3.645.000
Sorgo	12.320	33.092	15.054	39.574	7.908	24.546	9.450	35.350	4.600	18.300
Total	6.245.175	11.200.263	6.363.908	11.202.812	6.467.437	12.460.318	5.690.494	8.280.599	6.357.912	13.216.162
Culturas de Inverno										
Aveia	17.462	18.439	21.277	28.036	23.503	29.729	17.800	25.780	26.000	47.000
Centeio	1.862	1.092	2.597	1.835	10.713	11.100	3.600	2.770	2.185	3.165

continua

EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO O PRODUTO, NO PARANÁ — 82/83 — 86/87

PRODUTO	§ 82/83		§ 83/84		§ 84/85		§ 85/86		§ 86/87	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Cevada	21.442	18.915	19.574	18.400	36.297	62.512	27.600	60.000	40.670	92.000
Trigo	898.265	1.066.000	829.211	1.113.009	1.295.548	2.696.023	1.947.000	2.950.000	1.717.500	3.252.106
Total	939.031	1.104.446	872.659	1.161.280	1.366.061	2.799.364	1.996.000	3.038.550	1.786.355	3.394.271
Hortaliças										
Alho	1.360	3.580	919 ⁽¹⁾	2.258 ⁽¹⁾	800	2.400	1.126	2.905	1.300	3.480
Batata das Águas	30.128	271.000	25.904	333.415	24.888	353.708	25.019	246.596	29.000	475.000
Batata da Seca	14.876	151.870	15.000	172.500	14.104	143.814	15.490	170.000	21.155	187.129
Cebola	4.184	23.000	3.485	19.089	4.590	27.635	4.634	19.300	5.582	30.220
Tomate	1.090	46.000	1.107	45.197	1.059	40.673	1.070	35.500	1.130	47.000
Total	51.638	495.450	46.415	572.459	45.441	568.230	47.339	474.301	58.167	742.829
Outros										
Cana-de-Açúcar	110.930	9.664.965	121.696	8.428.836	140.878	10.425.000	160.000	11.600.000	174.000	13.500.000
Fumo	19.130	29.250	19.474	34.844	19.150	35.980	18.300	27.914	22.390	41.104

continua

EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO O PRODUTO, NO PARANÁ — 82/83 — 86/87

PRODUTO	§ 82/83		§ 83/84		§ 84/85		§ 85/86		? 86/87	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Mandioca	69.870	1.383.000	73.688	1.446.258	85.800	1.722.864	85.800	1.700.000	85.445	1.853.950
Rami	4.670	9.583	4.495	9.625	4.887	10.004	5.530	7.000	7.100	15.500
Sericultura	13.582	4.071	16.298	4.563	17.000	5.507	22.376	5.968	26.850	6.700
Total	218.182	11.090.869	234.353	9.881.557	267.715	12.199.355	292.006	13.340.882	315.785	15.417.254
TOTAL	7.454.026	—	7.517.335	—	8.146.654	—	8.025.839	—	8.518.219	—

FONTE: IBGE, SEAB/DERAL - CEPA/PR

(1) As diferenças verificadas nesses dados são consequência de aperfeiçoamento da metodologia de apropriação de dados.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO
(BANCOS DE FOMENTO)

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE,
NO PARANÁ — 1983-87**

(Em Cz\$ 1.000,00, valores constantes)

SETORES DE ATIVIDADE	1983		1984		1985		1986		1987	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Sector Privado	5.332.315	85,6%	3.334.147	94,0%	4.097.899	97,8%	6.901.302	98,6%	5.393.601	99,9%
Sector Primário	127.572	2,0%	162.062	4,6%	38.431	9%	161.233	2,3%	132.905	2,5%
Sector Secundário	4.897.415	78,7%	2.935.814	82,8%	3.704.993	88,4%	5.712.342	81,6%	4.011.688	74,3%
Sector Terciário	307.238	4,9%	236.271	6,7%	354.475	8,5%	1.027.727	14,7%	1.249.008	23,1%
Sector Público	894.025	14,4%	212.249	6,0%	92.163	2,2%	100.214	1,4%	5.210	1%
Total	6.226.340	100,0%	3.546.396	100,0%	4.190.062	100,0%	7.001.516	100,0%	5.398.811	100,0%

FONTE: APL - BADEP

NOTA: Os valores estão expressos em preços médios de 1987.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, NO PARANÁ — 1983-87

(Em Cz\$ 1.000,00, valores constantes)

Anos	INVESTIMENTOS TOTAIS					Valor dos		Empregos Gerados	ICM Gerado
	Fixo/Misto	Giro	San. Financ.	Total	Financiamentos e Prest. Garantias	Gerados			
1983	8.889.461	2.820.627	450.563	12.160.651	6.226.340	5.353	2.055.856		
1984	2.176.538	1.084.311	1.415.278	4.676.127	3.546.396	3.735	850.937		
1985	1.531.227	1.797.548	1.778.286	5.107.061	4.190.062	3.545	1.220.874		
1986	5.761.049	3.675.595	559.969	9.996.613	7.001.515	8.271	1.159.546		
1987	4.846.603	1.776.262	537.419	7.160.284	5.398.811	7.163	3.351.333		

FONTE: APL-BADEP

NOTA: Os valores estão expressos em preços médios de 1987.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP,
SEGUNDO OS SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1987**
(Em Cz\$ 1.000,00, valores correntes)

SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADES	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			
	N. Contratos	Investimentos	Financiamentos	Mão-de-Obra
Setor Primário	2.215	146.718	132.905	82
Setor Secundário	961	5.396.051	4.011.688	6.117
Minerais Não-Metálicos	37	141.768	103.868	319
Metalurgia	33	80.976	52.049	249
Mecânica	150	1.278.100	909.591	896
Materiais Elétricos e de Comu- nicações	43	291.582	187.194	199
Material de Transporte	6	97.946	47.645	191
Madeira	90	615.999	458.739	1.141
Mobiliário	64	180.671	145.663	897
Papel e Papelão	115	1.040.715	853.287	188
Borracha	4	4.183	2.675	11
Couro, Peles e Similares	11	52.829	32.075	93
Química	21	94.355	55.351	154
Produtos Farmacêuticos e Si- milares	2	5.774	1.475	65
Perfumes, Sabões e Velas	11	13.649	8.591	58
Produtos de Matéria Plástica	46	172.216	114.994	106
Têxtil	20	76.995	64.358	34
Vestimentas, Calçados e Arti- gos de Tecidos	49	202.011	132.217	572
Produtos Alimentares	209	795.307	623.256	844
Bebidas	12	33.423	29.887	7
Editorial e Gráfica	19	52.658	38.336	33
Diversos	19	164.894	150.437	60
Setor Terciário	407	1.610.107	1.249.008	964
Setor Privado	3.583	7.152.876	5.393.601	7.163
Setor Público	3	7.408	5.210	0
Total	3.586	7.160.284	5.398.811	7.163

FONTES: APL-BADEP

**RECURSOS DO CEBRAE E BNDES NO PROMICRO, PELO BADEP, SEGUNDO AS
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO PARANÁ — 1987**

(Em Cz\$ 1.000,00, valores correntes)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	RECURSOS APLICADOS			
	N. Contratos	Investimentos	Financiamentos	Mão-de-Obra
Curitiba	41	42.117	25.814	140
Litoral Paranaense	1	350	280	6
Alto Ribeira	0	0	0	0
Alto Rio Negro	1	88	60	1
Campos da Lapa	0	0	0	0
Campos de Ponta Grossa	8	1.540	911	17
Campos de Jaguariaíva	0	0	0	0
São Mateus do Sul	1	1.660	1.160	2
Colonial de Irati	0	0	0	0
Alto Iváí	2	566	396	6
Norte de Wenceslau Braz	1	1.150	805	4
Norte Velho de Jacarezinho	4	2.574	1.624	14
Algodoeira de Assaí	1	1.270	800	5
Norte Novo de Londrina	10	11.477	7.527	38
Norte Novo de Maringá	20	22.237	14.160	81
Norte de Paranaváí	7	7.051	4.767	27
Norte Novo de Apucarana	5	8.487	6.324	22
Norte de Umuarama	4	3.217	1.557	33
Campo Mourão	3	1.795	1.250	7
Pitanga	1	1.459	1.021	5
Extremo Oeste Paranaense	24	12.765	8.440	68
Sudoeste Paranaense	12	15.165	9.233	49
Campos de Guarapuava	0	0	0	0
Médio Iguaçu	2	1.839	1.350	10
Total	148	136.807	87.479	535

FONTE: APL-BADEP

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP,
SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO PARANÁ — 1987**
(Em Cz\$ 1.000,00, valores correntes)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			
	N. Contratos	Investimentos	Financiamentos	Mão-de-Obra
Curitiba	881	3.722.266	2.787.633	3.247
Litoral Paranaense	73	108.905	89.103	88
Alto Ribeira	740	12.627	12.486	0
Alto Rio Negro	59	5.814	5.335	1
Campos da Lapa	80	26.455	19.452	15
Campos de Ponta Grossa	124	755.408	557.088	393
Campos de Jaguariaíva	9	246.830	230.079	82
São Mateus do Sul	3	1.842	1.342	2
Colonial de Irati	15	41.221	25.871	33
Alto Ivaí	3	863	596	6
Norte de Wenceslau Braz	9	33.703	30.399	15
Norte Velho de Jacarezinho	17	67.846	55.385	114
Algodoeira de Assaí	1	1.270	800	5
Norte Novo de Londrina	152	241.088	166.268	440
Norte Novo de Maringá	110	515.396	385.738	540
Norte de Paranavaí	17	18.509	13.433	70
Norte Novo de Apucarana	26	80.988	48.019	177
Norte de Umuarama	23	65.777	38.002	504
Campo Mourão	24	131.643	94.457	71
Pitanga	196	8.029	6.187	14
Extremo Oeste Paranaense	166	440.075	305.128	474
Sudoeste Paranaense	85	140.092	99.270	280
Campos de Guarapuava	230	378.442	319.488	83
Médio Iguaçú	543	115.195	107.252	509
Total	3.586	7.160.284	5.398.811	7.163

FONTE: APL-BADEP

(1) Período de janeiro/novembro-87

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELOS BANCOS DE FOMENTO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1983-87

(Em Cz\$ 1.000,00, valores constantes)

SETORES DE ATIVIDADE	1983		1984		1985		1986		1987(1)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Sector Privado	4.989.449	85.6%	3.119.762	94.0%	3.834.405	97.8%	6.457.550	98.6%	4.113.903	99.9%
Sector Primário	119.369	2.0%	151.641	4.6%	35.960	.9%	150.865	2.3%	106.113	2.6%
Sector Secundário	4.582.513	78.7%	2.747.042	82.8%	3.466.763	88.4%	5.345.041	81.6%	3.804.911	74.9%
Sector Terciário	287.567	4.9%	221.079	6.7%	331.602	8.5%	961.644	14.7%	922.079	22.4%
Sector Público	836.540	14.4%	198.602	6.0%	86.237	2.2%	93.770	1.4%	5.210	.1%
Total	5.825.989	100.0%	3.318.364	100.0%	3.920.642	100.0%	6.551.320	100.0%	4.119.113	100.0%

FONTE: APL-BADEP

NOTAS (1) O período de 1987, está demonstrado em valores correntes.

(2) Financiamentos contratados somente pelo BADEP

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1983-87

(Em Cz\$ 1.000,00, valores constantes)

DISCRIMINAÇÃO	1983		1984		1985		1986		1987	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	2.881.009	46.3	1.654.127	46.6	1.131.257	27.0	4.035.118	57.6	3.547.895	50.7
Capital de Giro	2.915.701	46.8	791.806	22.3	1.323.268	31.6	2.406.429	34.4	1.355.997	19.4
Saneamento Financeiro	429.630	6.9	1.100.462	31.0	1.735.535	41.4	559.969	8.0	494.919	7.1
Total	6.226.340	100.0	3.546.395	100.0	4.190.060	100.0	7.001.516	100.0	5.398.811	100.0

FONTE: APL-BADEP

(1) Os valores estão expressos em preços médios de 1987.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS: CONTRATADOS PELO BADEP, AO SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1983-87

(Em Cz\$ 1.000,00, valores constantes)

DISCRIMINAÇÃO	1983		1984		1985		1986		1987	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	119.960	94,0	64.788	40,0	25.052	65,2	144.261	89,5	95.954	72,2
Capital de Giro	7.613	6,0	97.273	60,0	13.378	34,8	16.971	10,5	36.951	27,8
Saneamento Financeiro	0	.0	0	.0	0	.0	0	.0	0	.0
Total	127.573	100,0	162.061	100,0	38.430	100,0	161.232	100,0	132.905	100,0

FONTE: APL-BADEP

(1) Os valores estão expressos em preços médios de 1987.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1983-87
(Em Cz\$ 1.000,00, valores constantes)

DISCRIMINAÇÃO	1983		1984		1985		1986		1987	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	2.298.337	46,9	1.270.736	43,3	992.178	26,8	3.002.199	52,6	2.340.171	58,3
Capital de Giro	2.169.448	44,3	626.460	21,3	980.123	26,5	2.151.040	37,7	1.302.904	32,6
Saneamento Financeiro	429.630	8,8	1.038.617	35,4	1.732.693	46,8	559.103	9,8	368.613	9,2
Total	4.897.415	100,0	2.935.813	100,0	3.704.994	100,0	5.712.342	100,0	4.011.688	100,0

FONTE: APL-BADEP

(1) Os valores estão expressos em preços médios de 1987.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, AOS SETORES TERCIÁRIO E PÚBLICO,
SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1983-87**

(Em Cz\$ 1.000,00, valores constantes)

DISCRIMINAÇÃO	1983		1984		1985		1986		1987	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Setor Terciário	307.328	100.0	236.270	100.0	354.474	100.0	1.027.727	100.0	1.249.008	100.0
Inversões Fixas	107.298	34.9	122.527	51.9	89.462	25.2	788.444	76.7	1.106.560	88.6
Capital de Giro	200.030	65.1	89.745	38.0	265.013	74.8	238.417	23.2	16.142	1.3
Saneamento Financeiro	0	.0	23.999	10.2	0	.0	866	.1	126.306	10.1
Setor Público	894.026	100.0	212.250	100.0	92.164	100.0	100.214	100.0	5.210	100.0
Inversões Fixas	375.835	42.0	179.103	84.4	24.565	26.7	100.214	100.0	5.210	100.0
Capital de Giro	518.191	58.0	14.965	7.1	64.756	70.3	0	.0	0	.0
Saneamento Financeiro	0	.0	18.182	8.6	2.843	3.1	0	.0	0	.0
Total	1.201.354	100.0	448.520	100.0	446.638	100.0	1.127.941	100.0	1.254.218	100.0

FONTE: APL-BADEP

(1) Os valores estão expressos em preços médios de 1987.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP,
SEGUNDO OS SETORES E O TAMANHO DAS EMPRESAS, NO PARANÁ — 1987**
(Em Cz\$ 1.000,00, valores correntes)

SETORES E TAMANHO DAS EMPRESAS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			
	N. Contratos	Investimentos	Financiamentos	%
Setor Privado	3.583	7.152.876	5.393.601	99.9
Microempresas	2.348	220.198	171.114	3.2
Pequenas Empresas	598	1.594.736	1.104.748	20.5
Médias Empresas	259	1.595.444	1.186.084	22.0
Grandes Empresas	378	3.742.498	2.931.655	54.4
Setor Público	3	7.408	5.210	.1
Total	3.586	7.160.284	5.398.811	100.0

FONTE: APL-BADEP

MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DO BADEP, SEGUNDO AS FONTES — 1986-87
(Em Cz\$ 1.000,00, valores correntes)

FONTES	MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS			
	1986		1987	
	Valor	%	Valor	%
Tesouro Estadual (FDE)	126.262	2.3	64.465	1.1
Convênios e Repasses	3.654.063	66.0	4.337.033	72.7
BNDES	2.336.320	42.2	2.534.877	42.5
FINAME	906.339	16.4	1.690.646	28.3
BACEN	356.624	6.4	103.809	1.7
Outros	54.780	1.0	7.701	.1
Captação Líquido no Mercado	434.963	7.9	479.843	8.0
Interno (CDB)	66.604	1.2	152.500	2.6
Externo (Moeda Estrangeira)	368.359	6.6	327.343	5.5
Arrecadação Própria	396.932	7.2	167.162	2.8
Total Financiamentos	4.612.220	83.3	5.048.503	84.6
Avais/Fianças Concedidos	420.228	7.6	191.613	3.2
Total (Aplicações)	5.032.448	90.8	5.240.116	87.8
Arrecadação Própria (Custeio)	507.279	9.2	725.472	12.2
Total	5.539.727	100.0	5.965.588	100.0

FONTE: APL-BADEP

(1) Os valores estão expressos em preços médios de 1987.

PRINCIPAIS ATIVIDADES APOIADAS NO SETOR INDUSTRIAL, NO PARANÁ — 1987
 (Em Cz\$ 1.000,00, valores correntes)

DISCRIMINAÇÃO	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS		
	Financiamentos	%	Investimentos
Agroindústrias	204.190	15.9	226.719
Cooperativas	30.891	2.4	41.019
Indústria de Papel e Papelão	138.080	10.7	196.284
Indústria Metal-Mecânica	247.848	19.3	317.800
Indústria Madeireira	66.209	5.1	87.994
Indústria de Produtos Alimentares	18.750	1.5	25.208
Outras Atividades	581.368	45.1	743.666
Total	1.287.336	100.0	1.638.690

FONTE: APL-BADEP

FINANCIAMENTOS CONTRATADOS PELOS BANCOS DE FOMENTO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1983-87
Valores Constantes

SETORES DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS CONTRATADOS									
	(Cz\$ 1.000,00)									
	1983		1984		1985		1986		1987	
Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Sector Privado	4.568.842	90,29	2.470.428	100,00	2.233.556	68,27	3.249.578	87,71	4.240.057	73,44
Sector Primário	884.357	17,48	639.786	25,90	465.671	14,23	545.343	14,72	1.669.444	28,92
Sector Secundário	3.161.978	62,48	1.347.725	54,55	1.517.567	46,39	2.187.042	59,03	1.710.123	29,62
Sector Terciário	522.507	10,33	482.917	19,55	250.318	7,65	517.193	13,96	860.490	14,90
Sector Publico	491.550	9,71			1.038.263	31,73	455.186	12,29	1.533.167	26,56
TOTAL	5.060.392	100,00	2.470.428	100,00	3.271.819	100,00	3.704.764	100,00	5.773.224	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTAS: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.

(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, POR SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS, NO PARANÁ — 1987

ORIGEM DOS RECURSOS	Valores Correntes							
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor		
Recursos Próprios								
BRDE/RP-Contrapartida	1	15.000			3	122.849	4	137.849
Lease Back-Rec. Prop.						3.000	1	3.000
Lease Back-CDB					1	11.750	1	11.750
BRDE-CDB					1	50.000	1	50.000
BRDE/RP-Recursos Próprios					1	60.577	1	60.577
BRDE/PREMP				1	60.664	9.040	1	69.704
TOTAL	1	15.000	1	60.664	8	257.216	10	332.880
Recursos de Terceiros								
BACEN/PRONAGRI	14	220.844	10	190.646	1	23.036	25	434.526
BNDES/POC-FINEM-Fixo/Misto	3	17.579	9	17.661			12	35.240
BNDES/Armazenagem-PR	8	48.749	1	3.406	1	15.356	10	67.511
FINAME/Peq. e Méd. Empr.			26	15.604			26	15.604
FINAME/Longo Prazo	51	43.364	104	84.774	4	16.890	159	145.028
Resolução 63 Dólar U\$			5	2.034	6	36.658	11	38.692
BNDES/POC-FINEM-Fixo/Misto-87	5	44.820	47	729.580	8	135.013	60	909.413
BNDES/PROMIGRO-Ind. Mista			24	8.311	1	285	25	8.596
BNDES/PROINFO Usuário	1	399	3	22.193	2	11.120	6	33.712
BNDES/PROMICRO Com. Misto					13	5.599	13	5.599
FINEP/ADTEN	1	438					1	438
Res. 63 U\$ — AGCUR			4	31.445	4	87.829	8	119.274
EMBRATUR/FUNGETUR					2	76.424	2	76.424
FINAME/Automático-A			4	11.924			4	11.924
FINAME/Automático-B	24	56.441	51	200.865	2	4.197	77	261.503
FINAME/Automático-C	17	40.948	11	12.800	8	23.535	36	77.283
BACEN/PROREB			35	56.030	9	16.284	44	72.314
BNDES/DEAGR-Programa	127	168.055					127	168.055
BNDES/PROCAP-Finac.			1	46.900	1	46.900	2	93.800

continua

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, POR SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS, NO PARANÁ - 1987
 continuação

Valores Correntes

ORIGEM DOS RECURSOS	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Res. 63-U\$ Interbanc.-AGCUR								
BNDES/POC-FINEM C Ambient	1	694.230	1	10.818	1	96.259	1	96.259
BNDES/DEAGR-Projeto							1	10.818
FINAME/Especial			40	105.486	1	847.520	1	694.230
FINAME Automático	11	18.952	2	21.007	9	58.913	1	847.520
Lease Back-CDB			1	7.280	3	599.721	60	183.351
BNDES/POC-Financ.							5	620.728
BNDES/Armazenagem-PR	4	299.625					1	7.280
TOTAL	267	1.654.444	378	1.531.864	76	2.101.539	4	299.625
							721	5.287.847
Prestação de Garantias								
Garant./Fornecimento			4	73.796			4	73.796
Garant./Empr. Moeda Estr.			1	41.000			1	41.000
Garant./Empr. Moeda Nac.					1	4.902	1	4.902
Debentures/Coobrigação			1	2.799			1	2.799
Garant./Licitação			6	117.595	2	34.902	1	30.000
TOTAL							8	152.497
	268	1.669.444	385	1.710.123	86	2.393.657	739	5.773.224

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, POR SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO O OBJETIVO DO INVESTIMENTO, NO PARANÁ — 1987

OBJETIVOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)							Total Operações	Valor
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total Operações		
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor			
Pré-Investimento									
Implantação	27	68.548	48	260.059	5	118.393	80	447.000	
Expansão	234	1.569.349	232	828.197	39	1.131.640	505	3.529.186	
Relocalização			5	36.357			5	36.357	
Relocalização c/ Expansão			14	26.310	7	107.402	21	133.712	
Aumento de Produtividade			28	291.254			28	291.254	
Desenvolvimento Tecnológico	4	1.040					4	1.040	
Modernização Adm. e/ou Organiz.	1	507	4	22.392	5	30.202	10	53.101	
Fusão e Incorporação			1	15.126			1	15.126	
Proteção Ambiental			1	10.818			1	10.818	
Economia de Combustível									
Substituição de Importações									
Atendimento Mercado Externo			4	85.264	2	13.942	6	99.206	
Saneamento Financeiro			48	134.346	28	992.078	78	1.156.424	
Capital de Giro	2	30.000							
Custeio									
TOTAL	268	1.669.444	385	1.710.123	86	2.393.657	739	5.773.224	

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, SEGUNDO OS SETORES E OS GÊNEROS DE ATIVIDADE.
NO PARANÁ — 1987

Valores Correntes

SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADE (IBGE)		FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIA (Cz\$ 1.000,00)					Total	
		Empréstimos e Financiamentos Operações	Valor	Prestação de Garantias Operações	Valor	Operações Especiais Operações	Valor	Operações Valor
Sector Primário								
Agríc. e Silvicultura	173	1.538.629				173	1.538.629	
Criação de Animais	95	130.815				95	130.815	
Extracção Vegetal								
Pesca								
TOTAL	268	1.669.444				268	1.669.444	
Sector Secundário								
Extracção de Minerais	4	2.620				4	2.620	
Ind. Prod. Miner. não Met.	6	5.944				6	5.944	
Ind. Metalúrgica	11	52.224				11	52.224	
Ind. Mecânica	22	49.801				22	49.801	
Ind. Mat. Elét. Comunic.	13	55.375				13	55.375	
Ind. Mat. de Transporte	5	3.649				5	3.649	
Ind. Madeiras	15	57.414				15	57.414	
Ind. Mobilário	15	79.276	1	2.799		16	82.075	
Ind. Papel e Papelão	51	492.903				51	492.903	
Ind. Borracha	7	36.452				7	36.452	
Ind. Couros e Pel. Art. Viag.	6	5.872				6	5.872	
Ind. Química	9	160.110				9	160.110	
Ind. Prod. Farm. e Veter.								
Ind. Perf. Sabões e Velas	1	2.758				1	2.758	
Ind. Prod. Mat. Plást.	17	65.508				17	65.508	
Ind. Textil	13	37.132				13	37.132	
Ind. Vest. Calç. Artel. Tec.	6	2.724				6	2.724	
Ind. Prod. Alimentares	158	465.619				158	465.619	
Ind. Bebidas								

continua

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, SEGUNDO OS SETORES E OS GÊNEROS DE ATIVIDADE,
NO PARANÁ — 1987**

SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADE (IBGE)	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIA (Cz\$ 1.000,00)						Valores Correntes continuação	
	Empréstimos e Financiamentos		Prestação de Garantias		Operações Especiais ⁽¹⁾		Total Operações	Valor
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor		
Ind. Fumo	8	69.860					8	69.860
Ind. Editorial e Gráfica	4	15.574					4	15.574
Ind. Diversas	13	46.509					13	46.509
Ativ. Apoio Serv. Car. Indl.								
Ativ. Administrativas								
TOTAL	384	1.707.324	1	2.799			385	1.710.123
Sector Terciário								
Construção Civil	14	253.769					14	253.769
Serv. Ind. Util. Pública	2	953.460					2	953.460
Comércio Varejista	22	57.128					22	57.128
Comércio Atacadista	7	11.578					7	11.578
Transportes	12	150.221					12	150.221
Comunicações								
Serviços	29	967.501					29	967.501
TOTAL	86	2.393.657					86	2.393.657
TOTAL	738	5.770.425	1	2.799			739	5.773.224
Sector Público	5	1.533.167					5	1.533.167
Iniciativa Privada	733	4.237.258	1	2.799			734	4.240.057

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: (1) Operações de Leasing Back, participação acionária, CDC e aquisição de debêntures.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AOS SETORES SEGUNDO A FINALIDADE,
NO PARANÁ — 1987**

Valores Constantes

FINALIDADE	1983		1984		1985		1986		1987	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimentos	6.511	.13	2.480	.10						
Inversões Fixas	2.388.768	47,20	706.304	28,59	1.667.875	50,98	2.022.312	54,59	4.374.207	75,77
Capital de Giro	978.552	19,34	869.146	35,18	775.692	23,71	1.233.002	33,28	1.302.315	22,56
Saneamento Financeiro	1.686.562	33,33	892.502	36,13	828.258	25,31	449.470	12,13	96.700	1,67
TOTAL	5.060.392	100,00	2.470.428	100,00	3.271.819	100,00	3.704.764	100,00	5.773.224	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.

(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR PRIMÁRIO SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADES NO PARANÁ — 1986/87

GÊNEROS DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)						Valores Constantes	
	1986		1987		Total	Cooperativas	Total	%
	Cooperativas	%	Total	%				
Agric. e Silvicultura	427.202	96,46	529.676	97,13	1.472.191	1.538.629	92,16	
Criação Animais	15.667	3,54	15.667	2,87	12.468	130.815	,84	7,84
Extração Vegetal								
Pesca								
TOTAL	442.869	100,00	545.343	100,00	1.484.659	1.669.444	100,00	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR.

NOTA: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.

(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADES NO PARANÁ — 1986/87

Valores Constantes

GÊNEROS DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)					
	1986			1987		
	Cooperativas	%	Total	Cooperativas	%	Total
Extração de Minerais			10.218	,47	2.620	,15
Ind. Prod. Miner. não Met.			57.300	2,62	5.944	,35
Ind. Metalúrgica			94.058	4,30	52.224	3,05
Ind. Mecânica			74.206	3,39	49.801	2,91
Ind. Mat. Elét. Comunic.			172.613	7,89	55.375	3,24
Ind. Mat. Transporte			47.039	2,15	3.649	,21
Ind. Madeiras	9.517	1,72	140.307	6,42	57.414	3,36
Ind. Mobiliário			123.914	5,67	82.075	4,80
Ind. Papel e Papelão			164.599	7,53	492.903	28,83
Ind. Borracha			5.526	,25	36.452	2,13
Ind. Couros Pel. Art. Viag.			67.964	3,11	5.872	,34
Ind. Quimica	59.585	10,75	99.620	4,56	160.110	9,36
Ind. Prod. Farm. e Veter.			412	,02	2.758	,16
Ind. Perf. Sabões e Velas			75.631	3,46	65.508	3,83
Ind. Prod. Mat. Plast.	166.185	29,99	172.617	7,85	37.132	2,17
Ind. Têxtil			21.922	1,00	2.724	,16
Ind. Vest. Calç. Artef. Tec.	308.894	55,74	656.952	30,04	465.619	27,23
Ind. Prod. Alimentares			10.294	,47		
Ind. Bebidas						
Ind. Fumo						
Ind. Editorial e Gráfica			135.022	6,17	69.860	4,09
Ind. Diversas	9.963	1,80	34.433	1,57	15.574	,91
Ativ. Apoio Serv. Car. Ind.			22.395	1,02	46.509	2,72
Ativ. Administrativas						
TOTAL	554.144	100,00	2.187.042	100,00	417.202	100,00
					1.710.123	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR.

NOTA: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.

(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADES NO PARANÁ — 1986/87

GÊNEROS DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)						Valores Constantes	
	Cooperativas		Total		1987		Total	%
	%	%	%	%	%	%		
Construção Civil		11,42	111.074	11,42	253.769	10,60		
Serv. Ind. Util. Pública		46,82	455.186	46,82	953.460	39,84		
Comércio Varejista	2.531	27,54	279.974	28,79	57.128	2,39		
Comércio Atacadista		,89	8.692	,89	11.578	,48		
Instit. Créd. Seg. Capitaliz.		,03	318	,03	576.259	24,07		
Comér. Adm. Imóveis e Val. Mob.		2,97	28.912	2,97	1.017	,04		
Transportes					150.221	6,28		
Comunicações								
Serviço de Alojam. e Aliment.			2.021	,21	118.393	4,95		
Serv. de Rep., Manut. e Conserv.					1.184	,05		
Serv. Pessoais e Higiene Pes.								
Serviços Domiciliares			343	,04	47.241	1,97		
Serv. Diver. Radiodifusão Tel.			68.615	7,06	216.959	9,06		
Serv. Técnicos e Profissionais			10.277	1,06	38.392	100,00		
Serv. Aux. de Ativ. Econômica			307	,03	3.448	,14		
Serv. Comunitários e Sociais					3.000	,13		
Serv. Méd. Odontol. e Vet.								
Ensino								
Administ. Públ. Def. e Seg. Nac.								
Org. Inter. e Repres. Estrang.	6.660	72,46	6.660	,68				
Atividade não Especificada								
Total	9.191	100,00	972.379	100,00	38.392	100,00	2.393.657	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR.

NOTA: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.

(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE,
AO SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO O OBJETIVO DO INVESTIMENTO,
NO PARANÁ — 1986-87**

Valores Constantes

OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)			
	1986		1987	
	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimento				
Implantação	133.124	24,41	68.548	4,11
Expansão	242.157	44,41	1.569.349	94,00
Relocalização				
Relocalização c/ Expansão				
Aumento de Produtividade	22.593	4,14		
Desenvolvimento Tecnológico	2.913	,53	1.040	,06
Modernização Adm. e/ou Org.			507	,03
Fusão e Incorporação				
Proteção Ambiental				
Economia de Combustível	9.484	1,74		
Substituição de Importações				
Atendimento ao Mercado Ext.				
Saneamento Financeiro	10.120	1,86		
Capital de Giro	124.952	22,91	30.000	1,80
Custeio				
TOTAL	545.343	100,00	1.669.444	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.

(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE,
AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO O OBJETIVO DO INVESTIMENTO,
NO PARANÁ — 1986-87**

Valores Constantes

OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)			
	1986		1987	
	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimento				
Implantação	342.994	15,68	260.059	15,21
Expansão	832.290	38,05	828.197	48,42
Relocalização	12.260	,56	36.357	2,13
Relocalização c/ Expansão	128.994	5,90	26.310	1,54
Aumento de Produtividade	53.741	2,46	291.254	17,03
Desenvolvimento Tecnológico	15.080	,69		
Modernização Adm. e/ou Org.	45.608	2,09	22.392	1,31
Fusão e Incorporação			15.126	,88
Proteção Ambiental	33.814	1,55	10.818	,63
Economia de Combustível	535	,02		
Substituição de Importações				
Atendimento ao Mercado Ext.				
Saneamento Financeiro	369.359	16,89	85.264	4,99
Capital de Giro	352.367	16,11	134.346	7,86
Custeio				
TOTAL	2.187.042	100,00	1.710.123	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.

(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE,
AO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO O OBJETIVO DO INVESTIMENTO,
NO PARANÁ — 1986-87**

Valores Constantes

OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)			
	1986		1987	
	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimento				
Implantação	384.253	39,51	118.393	4,95
Expansão	153.466	15,78	1.131.640	47,27
Relocalização	380	,04		
Relocalização c/ Expansão	2.813	,29	107.402	4,49
Aumento de Produtividade	1.174	,12		
Desenvolvimento Tecnológico				
Modernização Adm. e/ou Org.	11.945	1,23	30.202	1,26
Fusão e Incorporação				
Proteção Ambiental				
Economia de Combustível				
Substituição de Importações				
Atendimento ao Mercado Ext.				
Saneamento Financeiro	69.971	7,20	13.942	,58
Capital de Giro	348.377	35,83	992.078	41,45
Custeio				
TOTAL	972.379	100,00	2.393.657	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.

(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO A FINALIDADE,
NO PARANÁ — 1983-87**

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)											
	1983		1984		1985		1986		1987		Valores Constantes	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimentos	3.658	,41										
Inversões Fixas	170.449	19,27	315.189	49,27	353.016	75,80	398.942	73,15	1.617.715	96,90	1.617.715	96,90
Capital de Giro	31.214	3,53	247.602	38,70	97.311	20,90	136.281	24,99	51.729	3,10	51.729	3,10
Saneamento Financeiro	679.036	76,79	76.998	12,03	15.345	3,30	10.120	1,86				
TOTAL	884.357	100,00	639.786	100,00	465.671	100,00	545.343	100,00	1.669.444	100,00	1.669.444	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.

(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO A FINALIDADE,
NO PARANÁ — 1983-87**

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)											
	1983		1984		1985		1986		1987		Valores Constantes	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimentos	2.853	,09										
Inversões Fixas	1.756.635	55,55	340.410	25,26	661.098	43,56	1.071.061	48,97	1.341.487	78,44	1.341.487	78,44
Capital de Giro	756.228	23,92	441.575	32,76	555.571	36,61	746.622	34,14	285.877	16,72	285.877	16,72
Saneamento Financeiro	646.263	20,44	565.741	41,98	300.903	19,83	369.778	16,89	82.758	4,84	82.758	4,84
TOTAL	3.161.978	100,00	1.347.725	100,00	1.517.567	100,00	2.187.042	100,00	1.710.123	100,00	1.710.123	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.

(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO A FINALIDADE,
NO PARANÁ — 1983-87**

Valores Constantes

FINALIDADE	1983		1984		1985		1986		1987	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimentos			2.480	,51						
Investos Fixas	461.684	45,52	50.705	10,50	653.761	50,74	552.309	56,80	1.415.005	59,12
Capital de Giro	191.110	18,85	179.969	37,27	122.810	9,53	350.099	36,00	964.709	40,30
Saneamento Financeiro	361.263	35,63	249.763	51,72	512.010	39,73	69.972	7,20	13.942	,58
TOTAL	1.014.057	100,00	482.917	100,00	1.288.581	100,00	972.379	100,00	2.393.657	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.
(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

**REPERCUSSÕES DO APOIO FINANCEIRO CONTRATADO PELO BRDE, AO SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE,
NO PARANÁ — 1987**

Valores Correntes

SETOR GÊNERO ATIVIDADE (FIBGE)	INVESTIMENTOS (Cz\$ 1.000,00)			VALOR FINANCIAMENTO			INCREMENTO (Cz\$ 1.000,00)			EMPREGOS GERADOS	MANUTENÇÃO EMPREGOS	EMPRESAS ATENVIDAS
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro	Total	Faturamento	ICM	Faturamento	ICM				
Agricultura e Silvicultura	1.677.830	109.909		1.787.739	1.538.629		26.557.794	1.772.323	790	50.219	56	
Criação Animais	220.013			220.013	130.815		1.958.689		117	358	87	
Extração Vegetal												
Pesca												
TOTAL	1.897.843	109.909		2.007.752	1.669.444		28.516.483	1.772.323	907	50.577	142	

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: O somatório das empresas atendidas nos subsetores pode não corresponder ao valor do setor.

REPERCUSSÕES DO APOIO FINANCEIRO CONTRATADO PELO BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1987

SETOR GÊNERO ATIVIDADE (FIBGE)	INVESTIMENTOS (Cz\$ 1.000,00)				INCREMENTO (Cz\$ 1.000,00)				Valores Correntes		
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro	Total	VALOR FINANCIAMENTO		ICM	EMPREGOS GERADOS	MANUTENÇÃO EMPREGOS	EMPRESAS ATENIDAS	
					Faturamento	8.063					
Extração de Minerais	1.746	1.806		3.552	2.620		3	31	3		
Ind. Prod. Miner. não Met.	3.153	4.289		7.442	5.944		30	187	5		
Ind. Metalúrgica	56.869	19.523		76.392	52.224		179	215	9		
Ind. Mecânica	56.701	15.969		72.670	49.801		56	604	10		
Ind. Mat. Elét. Comunic.	18.802	43.510		62.312	55.375		861	26	6		
Ind. Mat. Transporte	4.207	3.028		7.235	3.649		56	190	5		
Ind. Madeiras	60.047	52.871	477	113.395	57.414		169	2.921	9		
Ind. Mobilário	81.205	31.207	2.799	115.211	82.075		94	934	14		
Ind. Papel e Papelão	623.588	126.591		750.179	492.903		597	9.144	7		
Ind. Borracha	35.433	17.578		53.011	36.452		80		1		
Ind. Couros Pel. Art. Viag.	5.788	2.400		8.188	5.872		62		2		
Ind. Química	97.364	63.924	79.482	240.770	160.110		253	2.931	7		
Ind. Prod. Farm. e Veter.	4.101			4.101	2.758		21	16	1		
Ind. Perf. Sabões e Velas	59.890	25.965		85.855	65.508		73	2.518	8		
Ind. Prod. Mat. Plást.	40.724	10.764		51.488	37.132		60	220	3		
Ind. Têxtil	1.970	1.807		3.777	2.724		10	33	6		
Ind. Vest. Calç. Artef. Tec.	551.100	123.856		674.956	465.619		486	16.409	31		
Ind. Prod. Alimentares											
Ind. Bebidas											
Ind. Fumo											
Ind. Editorial e Gráfica	100.936	16.533		117.469	69.860		297	1.321	8		
Ind. Diversas	4.882	12.223		17.105	15.574		16	72	3		
Ativ. Apoio Serv. Car. Ind.	47.385	21.268		68.653	46.509		67	247	7		
Ativ. Administrativas											
TOTAL	1.855.891	595.112	82.758	2.533.761	1.710.123	9.676.560	2.635	38.676	143		

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: (1) Estão incluídas no setor secundário 06 empresas que receberam financiamentos no setor primário
(2) O somatório das empresas atendidas nos subsectores pode não corresponder ao valor do setor.

REPERCUSSÕES DO APOIO FINANCEIRO CONTRATADO PELO BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE,
NO PARANÁ — 1987

Valores Correntes

SETOR GÊNERO ATIVIDADE (FIBCE)	INVESTIMENTOS (Cz\$ 1.000,00)			VALOR			INCREMENTO (Cz\$ 1.000,00)			EMPRESAS		
	Razo	Ciro	Saneamento Financeiro	Total	FINANCIAMENTO	Faturamento	ICM	GERADOS	MANUTENÇÃO EMPREGOS	EMPRESAS ATENDIDAS		
Construção Civil	66.099	241.516	4.902	312.517	253.769			13	9.867	7		
Serv. Ind. Util. Pública	59.400.000	5.940.000		165.340.000	953.460			15	1.488	21		
Comércio Varejista	11.259	47.263	9.040	67.562	57.128		428	29	327	6		
Comércio Atacadista	10.838	3.695		14.533	11.578	5.314				1		
Inst. Créd. Seg. Capitaliz.		576.259		576.259	576.259				3	1		
Com. Adm. Inov. e Val. Mob.		1.272		1.272	1.017					1		
Transportes	181.471	1.600		183.071	150.221	782.166		38	909	8		
Comunicações												
Serv. de Alojam. e Aliment.	169.465			169.465	118.393	98.797		95	34	2		
Serv. Rep. Manut. e Conserv.	1.632	46		1.678	1.184			9		4		
Serv. Pess. e Higiene Pes.												
Servicos Domesticos												
Serv. Diver. Radiod. Tel.	30.720	16.735		47.455	47.241				183	5		
Serv. Tec. e Profissionais	292.288	25.107		317.395	216.959	68.765		57	368	6		
Serv. Aux. de Ativ. Econ.	5.746			5.746	3.448		459		1.078	1		
Serv. Comm. e Sociais										1		
Serv. Méd. Odontol. e Vet.		3.750		3.750	3.000				10	1		
Ensino												
Admin. Publ. Def. Seg. Nac.												
Org. Inter. e Rep. Estrang.												
Ativida. não Especificada												
TOTAL	60.169.518	6.857.243	13.942	167.040.703	2.393.657	963.832	887	256	14.267	64		

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTAS: (1) O somatório das empresas atendidas nos subsectores pode não corresponder ao valor do setor.
(2) Estão incluídas no setor secundário 06 empresas que receberam financiamento no setor primário.

DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS CONTRATADOS PELO BRDE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO PARANÁ — 1983/87

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	FINANCIAMENTOS CONTRATADOS (Cz\$ 1.000,00)										Valores Constantes	
	1983		1984		1985		1986		1987		Valor	%
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Curitiba	1.378.118	27,22	1.040.456	42,09	1.053.644	32,20	1.161.399	31,35	1.610.130	27,88	1.610.130	27,88
Litoral Paranaense	78.817	1,56	6.567	,27	53.557	1,64	2.511	,07	142.631	2,47	142.631	2,47
Alto Ribeira												
Alto Rio Negro Paranaense												
Campos da Lapa	76.828	1,52	13.656	,55	45.031	1,38	38.551	1,04	22.467	,39	22.467	,39
Campos de Ponta Grossa	214.419	4,24	274.914	11,13	170.913	5,22	219.397	5,92	429.263	7,44	429.263	7,44
Campos de Jaguariaíva	382.591	7,56	46.698	1,89	10.331	,32	4.317	,12	58.857	1,02	58.857	1,02
São Mateus do Sul												
Colônia Iritati			1.430	,06	8.268	,25	1.075	,03			2.412	,04
Alto Ivaí			512	,02	5.279	,16	2.329	,06			22.467	,39
Norte Velho de Wenc. Braz	5.853	,12			7.660	,23	20.762	,56	1.096	,02	1.096	,02
Norte Velho de Jacarezinho	57.921	1,14	47.324	1,92	7.021	,21	50.567	1,36	83.045	1,44	83.045	1,44
Algodoeira de Assaí												
Norte Velho de Londrina	609.020	12,04	192.774	7,80	239.052	7,31	318.694	8,60	144.060	2,50	144.060	2,50
Norte Velho de Maringá	75.059	1,48	201.384	8,15	338.372	10,34	169.408	4,57	166.446	2,88	166.446	2,88
Norte Novis. de Paranavaí	115.265	2,28	781	,03	11.383	,35	56.944	1,54	73.343	1,27	73.343	1,27
Norte Novo de Apucarana	21.846	,43	107.990	4,37	178.658	5,46	91.796	2,48	116.614	2,02	116.614	2,02
Norte Novis. de Umuarama	188.230	3,72	81.156	3,29	14.322	,44	42.793	1,16	20.044	,35	20.044	,35
Campo Mourão	511.883	10,12	138.779	5,62	170.337	5,21	149.061	4,02	40.877	,71	40.877	,71
Pitanga			1.967	,08							16.181	,28
Extremo Oeste Paranaense	863.187	17,06	135.021	5,47	162.082	4,95	808.507	21,82	1.393.445	24,14	1.393.445	24,14
Sudoeste Paranaense	114.863	2,27	74.806	3,03	86.889	2,66	78.055	2,11	78.843	1,37	78.843	1,37
Campos de Guarapuava	81.215	1,60	70.082	2,84	101.585	3,10	211.436	5,71	22.191	,38	22.191	,38
Médio Iguaçú	90.185	1,78	3.125	,13	11.365	,35	9.626	,26	10.059	,17	10.059	,17
Fora do Estado	195.092	3,86	31.006	1,26	596.070	18,22	267.536	7,22	1.341.220	23,23	1.341.220	23,23
TOTAL	5.060.392	100,00	2.470.428	100,00	3.271.819	100,00	3.704.764	100,00	5.773.224	100,00	5.773.224	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR.

NOTAS: (1) Os valores foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a data-base Março/86.

(2) Para 1987 os valores estão expressos em bases correntes.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO AS MICRORREGIOES HOMOGENEAS DO PARANA — 1987

Valores Correntes

	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS						Total	Valor
	(Cz\$ 1.000,00)							
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário			
Operações	Valor Operações	Operações	Valor Operações	Operações	Valor Operações	Operações	Valor	
Curitiba	3	1.398	126	493.175	40	1.115.557	169	1.610.130
Litoral Paranaense					4	142.631	4	142.631
Alto Ribeira								
Alto Rio Negro Paranaense	1	2.412	11	15.241			1	2.412
Campos da Lapa	14	7.226	80	216.704	2	2.996	25	22.467
Campos de Ponta Grossa	100	209.563	1	10.167	1	723	182	429.263
Campos de Jaguariaíva	23	47.967					25	58.857
Sao Mateus do Sul								
Colônia Irai								
Alto Ivaí								
Norte Velho de Wenceslau Braz	5	1.096	3	22.066			5	1.096
Norte Velho de Jacarezinho	25	60.979					28	83.045
Algodoeira de Assai								
Norte Velho de Londrina	12	57.770	18	65.939	5	20.351	35	144.060
Norte Novo de Maringá	12	31.478	17	122.500	4	12.468	33	166.446
Norte Novissimo de Paranavaí			17	72.057	1	1.286	18	73.343
Norte Novo de Apucarana	3	52.450	42	62.547	3	1.617	48	116.614
Norte Novissimo de Umuarama			2	19.507	1	537	3	20.044
Campo Mourão	11	38.833	1	454	3	1.590	15	40.877
Pitanga	2	16.181					2	16.181
Extremo Oeste Paranaense	32	1.121.391	24	143.353	12	128.701	68	1.393.445
Sudoeste Paranaense			8	68.293	5	10.550	13	78.843
Campos de Guarapuava	15	15.759	7	5.497	2	935	24	22.191
Médio Iguaçu			5	9.804	1	255	6	10.059
Fora do Estado	10	4.941	23	382.819	2	953.460	35	1.341.220
TOTAL	268	1.669.444	385	1.710.123	86	2.393.657	739	5.773.220

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

MONTANTE DAS LIBERAÇÕES DO BRDE, SEGUNDO OS FUNDOS, NO PARANÁ — 1986-87
(Em Cz\$ 1,00)

FUNDOS	1986	1987
RECURSOS PRÓPRIOS	61.709.807	271.323.100
Contratos Específicos	35.260.125	—
Com Fundos	7.242.503	—
Lease Back	19.207.179	—
Outros Recursos	—	271.323.100
REPASSES E		
REFINANCIAMENTOS	834.723.955	2.777.188.135
BACEN	81.984.646	309.243.023
PRONAGRI	81.984.646	236.928.741
PROREB	—	72.314.282
BNDES	282.452.115	1.732.288.519
POC	246.398.594	1.140.904.230
PROMICRO	9.742.077	15.649.274
PROINFO	9.216.794	56.968.552
PAR (Reforest.)	1.374.582	890.332
ARMAZENAGEM	15.720.068	455.828.478
PROCAP	—	46.900.000
PROÁLCOOL	—	15.147.653
FINAME	207.557.695	479.008.936
FINEP	8.788.630	7.432.187
RES. 63	178.980.085	249.215.470
CEF MINI/PIS	70.000	—
LEASE-BACK	40.172.244	—
OTE PR/FDE	34.718.540	—
DEPÓSITOS A PRAZO	—	119.846.143
TOTAL	896.443.762	3.168.357.378

**MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DO BRDE, SEGUNDO AS FONTES,
NO PARANÁ 1986 — 1987**

ESPECIFICAÇÃO	1986		1987	
	1.º SEM	2.º SEM	1.º SEM	2.º SEM
Repasse do Tesouro Estadual	2.500.000	—	—	—
Repasse e Refinanciamentos	225.318.469	571.448.761	703.997.830	2.103.165.651
Avais e Fianças Honrados	26.058.772	24.845.173	36.612.716	30.250.407
Desp. Adm. (Arrec. Própria) ⁽¹⁾	32.227.776	41.575.187	77.746.575	193.369.851

FONTE: Balanço Financeiro — AGCUR/GF

Balanços Semestrais/Balancete-Dez/87

NOTA: (1) Exclui o rateio referente ao custeio da Administração Geral.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELO CONCITEC, SEGUNDO A INSTITUIÇÃO,
NO PARANÁ — 1987**

INSTITUIÇÃO	AUXÍLIOS CONCEDIDOS		Aprovados %
	Número Auxílios	Valores	
FUEL	31	6.186.916,37	27,8
FUEM	36	6.156.328,98	27,5
UFPR	27	4.483.925,43	19,3
PUC	6	1.465.772,25	6,3
TECPAR	5	1.268.518,00	5,4
FUEPG	2	704.000,00	3,0
IPARDES	5	381.360,00	1,6
CEFET	1	287.280,00	1,2
HEL	1	230.000,00	0,9
SPVS	1	212.600,00	0,9
MP	1	206.650,00	0,8
FAFIG	2	206.152,60	0,8
CMS-PR	1	196.000,00	0,8
SUREHMA	1	194.389,00	0,8
APEEPR	1	176.000,00	0,7
FCMR	1	127.619,00	0,5
FECIVEL	1	77.160,00	0,3
ME	1	75.000,00	0,3
NÚCLEO DE CET/SESA	1	73.890,00	0,3
APAH	1	59.500,00	0,2
FPALM	1	56.000,00	0,2
IFPR	1	47.024,00	0,2
SMMA	1	40.220,00	0,1
CESULON	1	37.115,00	0,1
TOTAL (25)	131	23.234.420,63	100,0

FONTE: CONCITE-SEET

(1) FUEL — Fundação Universidade Estadual de Londrina. FUEM — Fundação Universidade Estadual de Maringá. UFPR — Universidade Federal do Paraná. PUC — Pontifícia Universidade Católica do Paraná. TECPAR — Instituto de Tecnologia do Paraná. FUEPG — Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa. IPARDES — Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná. CEFET — Centro Federal de Educação Tecnológica. HEL — Hospital Evangélico de Londrina. SPVS — Sociedade de Preservação em Vida Selvagem. MP — Museu Paranaense. FAFIG — Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava. CMS-PR — Centro de Memória Sindical do Paraná. SUREHMA — Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente. APEEPR — Associação dos Professores de Espanhol do Estado do Paraná. FCMR — Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. FECIVEL — Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Cascavel. ME — Museu da Energia. NÚCLEO DE CET da SESA. APAH — Associação Paranaense de História. FPALM — Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel. IFPR — Instituto Florestal do Paraná. SMMA — Secretaria Municipal do Meio Ambiente. CESULON — Centro de Estudos Superiores de Londrina.

**AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELO CONCITEC, SEGUNDO OS SETORES DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA — 1987**

SETORES DE CET	AUXÍLIOS CONCEDIDOS		Aprovados %
	Número Auxílios	Valores	
Pesquisa Básica	41	6.410.406,40	28,0
Biotecnologia	8	2.562.069,00	11,1
Tec. Energética	7	1.897.467,25	8,1
Tec. Ambiental	11	2.075.984,60	8,9
Tec. Industrial	6	1.629.500,00	7,0
Tec. Agropecuária	17	2.275.150,55	9,7
Tec. Biomédica	7	1.900.452,25	8,1
Desenv. Social	20	2.135.110,18	9,1
Informática	3	1.167.030,40	5,0
Publicações	11	1.181.250,00	5,0
TOTAL	131	23.234.420,63	100,0

TRANSPORTES

**EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ
1987**

(Unidade: km)

NATUREZA DA OPERAÇÃO	TIPO DE RODOVIA			Total
	Pavimentada	Rev. Primário	Leito Natural	
FEDERAL	2.985,10	82,80	52,70	3.120,60
ESTADUAL	8.717,35	1.921,30	286,50	10.925,15
MUNICIPAL	79,00	22.214,30	104.283,60	126.576,90
TOTAL	11.781,45	24.218,40	104.622,80	140.622,65

Fonte: SETR/DER/PR.

**PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA
E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Almirante Tamandaré	Vila Feliz (Estaca 0 a 44)	0,88
Almirante Tamandaré	Estrada de Lamenha Grande	1,50
Almirante Tamandaré	Estrada da Cachoeira — Jardim Gramado	1,21
Alto Paraná	Acesso a Alto Paraná	0,50
Arapoti	Acesso ao Aeroporto de Arapoti	7,21
Araucária	Passagem Inferior da BR-476	0,19
Araucária	Avenida das Araucárias	3,65
Araucária	Avenida dos Pinheiros	4,22
Barracão	BR-373 — Marmeleiro — Barracão (Lote 2)	35,00
Cambé	PR-445 — BR-369 (Cambé)	1,28
Campina Grande do Sul	Acesso ao Jardim Paulista	2,25
Campo Mourão	Acesso ao Ginásio de Esportes B. Carolo	0,85
Capanema	Contorno de Capanema	3,04
Centenário do Sul	PR-450 — Centenário do Sul — Entr. PR-340	2,00
Centenário do Sul	Acesso a Centenário do Sul	1,10
Céu Azul	Céu Azul — Boa Vista	4,54
Colombo	Itinerário linha Atuba	1,26
Colombo	Rua Leblon	1,52
Colorado	Interseção de Colorado	0,75
Contenda	Interseção de acesso à Rodovia Governador Lupion	0,40
Contenda	Interseção de acesso à Avenida São João	0,40
Contenda	Avenida Marginal — Rodovia do Xisto	1,50
Corbéia	Avenida Marginal — BR-369 — Corbéia	1,60
Cornélio Procopio	Acesso ao Distrito de Congonhas	5,88
Curitiba	Duplicação da Avenida Manoel Ribas (Lote 1)	1,70
Curitiba	Duplicação da Avenida Manoel Ribas (Lote 2)	1,90
Curitiba	1ª paralela à Avenida Manoel Ribas	2,60
Foz do Iguaçu	Porto Meira — BR-469	2,70
Guairacá	Acesso ao Núcleo de Guairacá	2,00
Guarapuava	Pátios da Copasa	2,00
Guaratuba	Entroncamento PR/412 — Avenida Atlântica	1,10
Itaguajé	Acesso à Balança de Itaquarucú	0,50
Ivaiporá	Acesso à cidade de Ivaiporá	4,60
Mandaguaçu	Ligação Vila Guadiana (Mandaguaçu) PR/552	2,10
Mandirituba	Avenida das Indústrias	0,80
Mandirituba	Avenida Marginal — BR/116	1,40
Mandirituba	Acesso ao Futuro Terminal Rodoviário	0,20
Marmeleiro	BR-373 — Marmeleiro — Barracão (Lote 1)	37,00
Matinhos	Avenida Atlântica (Matinhos) — PR-412	1,20
Matinhos	PR/508 Alexandra-Matinhos	30,00
Medianeira	BR-277 — Disp. de Acesso a Medianeira	0,70
Munhoz de Melo	Acesso a Munhoz de Melo	5,84
Nova Londrina	PR-182 — Entroncamento PR-376 — PR-182	0,80
Paranacity	Paranacity — Cruzeiro do Sul	2,90
Ponta Grossa	Acessos entre Sprea — Ponta Grossa na BR/376	9,20
Quatro Barras	Avenida D. Pedro II	0,30
Quatro Barras	Perímetro Urbano	3,00
Santa Terezinha de Itaipú	Santa Terezinha do Itaipú — Lagoa do Itaipú	13,67
São José dos Pinhais	Campo Largo da Roseira — Entr. BR-376	7,94
São José dos Pinhais	Ruas Internas do Guatupê	0,50

continua

**PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA
E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação	EXTENSÃO km
São Miguel do Iguaçu	BR-277 — Aurora do Iguaçu		7,07
São Miguel do Iguaçu	BR-277 — São Jorge		5,20
Tuneiras do Oeste	PR-323 — Marabá		2,60
Tupãssi	PR-581 — Tupãssi — Jota Esse		7,00
Ubiratã	Acesso a Ubiratã		2,80
TOTAL			242,55

FONTE: DER/SETR/PR

**PAVIMENTAÇÕES EM ANDAMENTO, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA
E/OU TRECHOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Almirante Tamandaré	PR-092 — Morro Azul (Estrada Morro Azul)	5,60
Andirá	PR-092 — Andirá — Leopoldina	10,74
Apucarana	PR-170 — Itacolomi — BR-376 — Apucarana	24,30
Arapongas	BR-369 — Duplicação do Contorno Norte de Arapongas	5,20
Arapongas	PR-444 — Arapongas — São Pedro	20,90
Bandeirantes	Contorno de Bandeirantes — BR-369	8,10
Barbosa Ferraz	PR-462 — Barbosa Ferraz — BR-487 — Iretama (Lote 1)	25,26
Barbosa Ferraz	PR-462 — Barbosa Ferraz — Iretama (Lote 2)	32,81
Borrazópolis	PR-170 — Borrazópolis — Itacolomi	27,12
Cambé	PR-536 — Cambé — Vila Prado Ferreira	42,08
Campina Grande do Sul	Rua no Jardim Paulista	2,80
Campo do Tenente	Acesso a Campo do Tenente	2,56
Campo Largo	PR-090 — Campo Magro — Bateias	9,40
Campo Mourão	PRT-487 — Campo Mourão — Cruzeiro do Oeste (Lote 1)	33,54
Campo Mourão	PRT-487 — Campo Mourão — Cruzeiro do Oeste (Lote 2)	20,86
Campo Mourão	PRT-487 — Campo Mourão — Cruzeiro do Oeste (Lote 3)	21,01
Cerro Azul	PR-092 — Rio Branco do Sul — Cerro Azul	53,65
Chopinzinho	Sede Sulina — BR-158	14,47
Colombo	PR-417 — Colombo — Bacaetava	11,90
Colombo	PR-509 — Colombo — Almirante Tamandaré	10,18
Floresta	PR-317 — Floresta	1,90
Florestópolis	PR-537 — Santa Margarida — Florestópolis	24,68
Francisco Beltrão	PR-475 — Francisco Beltrão — Verê	26,46
Grandes Rios	PR-082 — Grandes Rios (PR-451) — Ribeirão Bonito	8,90
Guairacá	BR-376 — Inter PR-180	0,60
Guarapuava	PR-540 — Cachoeira — Socorro — PR-170	9,30
Ibaiti	PRT-153 — Ibaiti — Ventania	50,24
Ibiporã	BR-369 — Duplicação de Jataizinho — Ibiporã	3,40
Ibiporã	Contorno de Ibiporã	13,14
Ibiporã	Duplicação de Ibiporã — Londrina	3,50
Iguaraçu	Contorno de Iguaraçu	1,20
Iporã	Acesso a Iporã	4,60
Laranjeiras do Sul	PRT-158 — Laranjeiras do Sul — Marquinho — Entr. PR-456 — Palmital	70,79
Londrina	Acesso ao Terminal de Combustíveis de Londrina	3,96
Mandaguari	PR-444 — São Pedro — Mandaguari	16,46
Mandaguari	BR-376 — Duplicação Mandaguari — Sarandi	21,20
Maringá	PR-323 — Contorno Sul de Maringá	12,50
Maringá	Acesso à Ceasa de Maringá	1,00
Matinhos	PR-412 — Cabaraquara	3,50
Missal	PR-495 — Entr. PR-488 (Santa Helena) — Missal	26,84
Nova Aurora	PR-575 — Palmitópolis — Nova Aurora	13,94
Nova Londrina	PR-577 — Nova Londrina — Porto São José	20,00
Paçandú	PR-323 — Usina Paçandú	4,00

continua

**PAVIMENTAÇÕES EM ANDAMENTO, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA
E/OU TRECHOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação	EXTENSÃO km
Paranavaí	PR-466 — Paranavaí — Tamboara —	PR-559	14,70
Pérola do Oeste	PRT-163 — Pérola do Oeste — Pranchita		24,95
Piraf do Sul	PR-151 — Rio Iapó — Piraf do Sul (Duplicação)		29,00
Piraquara	PR-506 — Piraquara — Quatro Barras		9,31
Planalto	PRT-163 — Planalto — Pérola do Oeste		20,58
Ponta Grossa	PR-151 — Ponta Grossa — Rio Iapó (Duplicação)		40,00
Prudentópolis	PR-160 — Prudentópolis — Entroncamento BR-277		12,57
Ribeirão Claro	PR-151 — Ribeirão Claro — Carlópolis (Lote 1)		21,90
Ribeirão Claro	PR-151 — Ribeirão Claro — Carlópolis (Lote 2)		17,20
Rio Branco do Sul	Avenida do Contorno		0,74
Rio Branco do Sul	Rua Sete de Abril		1,60
Rio Negro	BR-116 — Parque Industrial de Rio Negro		9,82
Rolândia	BR-369 — Contorno Sul de Rolândia		8,50
São Carlos do Ivaí	PR-467 — Japurá — BR-158 (São Carlos do Ivaí)		21,00
São Jorge do Patrocínio	São Jorge do Patrocínio — Pérola da Boa Esperança		10,00
Umuarama	Acesso a Cidade de Umuarama		7,20
TOTAL			979,06

FONTE: DER/SETR/PR

**RESTAURAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA
E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Agudos do Sul	PR-419 — Entroncamento BR-116 — Agudos do Sul	4,10
Antonina	PR-408 — Morretes — Antonina (LA)	10,00
Apucarana	Entroncamento BR-376 — BR-369 (RC)	4,00
Assaí	PR-090 — Assaí — São Jerônimo da Serra (RC)	6,00
Balsa Nova	Acesso a Balsa Nova	4,60
Campina da Lagoa	BR-369 — Campina da Lagoa (RJ)	3,00
Campina Grande do Sul	Acesso ao Jardim Paulista	4,80
Campina Grande do Sul	Acesso ao Jardim Paulista	5,00
Campo Largo	PR-510 — Campo Largo — Bateias	8,50
Castro	PR-340 — Castro — Castrolândia (LA)	7,00
Centenário do Sul	PR-340 — Centenário do Sul — Santo Inácio	23,00
Colombo	Estrada Velha da Graciosa (RC)	3,50
Congonhinhas	PR-435 — Rio do Peixe — Congonhinhas (RJ)	5,00
Contenda	Contenda — Serrinha	3,20
Faxinal	PRT-272 — Entroncamento Faxinal (Acostamento)	20,00
Guaíra	PRT-163 — Guaíra — Rio Guaçu (RC)	25,00
Jandaia do Sul	Entroncamento BR-369 — Rio Bom (RC)	27,00
Mandirituba	Acesso a Mandirituba	0,75
Ortigueira	Entroncamento PR-376 — Ortigueira (RC)	1,50
Palmeira	Spréa — Ponta Grossa (Lote 1)	30,40
Palotina	PR-182 — Acesso a Maripá (LA)	3,10
Paula Freitas	Perímetro Urbano de Paula Freitas (RC)	0,90
Ponta Grossa	PR-151 — Ponta Grossa — Castro	0,70
Ponta Grossa	PR-151 — Ponta Grossa — Castro	1,70
Ponta Grossa	BR/376 Spréa — Ponta Grossa (Lote 2)	36,30
Porto Rico	PR-478 — Loanda — São Pedro — Porto Rico	22,50
Porto Vitória	Perímetro Urbano de Porto Vitória (RC)	2,10
Primeiro de Maio	PR-445 — Primeiro de Maio — Bela Vista do Paraíso	12,00
Quatro Barras	Acesso a Quadro Barras (RC)	1,00
União da Vitória	Acesso a São Cristóvão (RC)	0,96
TOTAL		277,61

FONTES: DER/SETR/PR

**RESTAURAÇÕES EM ANDAMENTO, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA
E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Boa Esperança	PR-468 — Entroncamento BR-369 — Boa Esperança (RC)	3,00
Colombo	BR-476 — Entroncamento BR-116 — Guaraituba	13,50
Curitiba	Avenida Comendador Franco (Av. das Torres)	12,50
São Pedro do Ivaí	BR-369 — Bom Sucesso — São Pedro do Ivaí (RC)	21,00
TOTAL		50,00

FONTE: DER/SETR/PR

TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Abatíá	Abatíá — Divisa Ribeirão do Pinhal — Santa Amélia	10,20
Adrianópolis	Min. Plumbum — Min. Rocha	18,00
Agudos do Sul	Pavão — Pavãozinho	12,00
Almirante Tamandaré	Diversos	17,00
Altamira do Paraná	Diversos Trechos Municipais	29,00
Alto Piquiri	Alto Piquiri — Paulista	2,00
Alto Piquiri	Água Bananeira — São Domingos	19,00
Altônia	Diversos Trechos Municipais	95,50
Ampére	PR/182 — Entroncamento Ampere/Barra	30,00
Andirá	BR-369 — Timburi	7,00
Andirá	PR-092 — Guaxupé	5,10
Antonina	Diversos Trechos Municipais	31,60
Antonio Olinto	Diversos Trechos Municipais	23,00
Apucarana	BR-376 (Apucarana) — Rio Preto (Acostamento)	30,00
Arapongas	Diversos Trechos Municipais	14,00
Araruna	Sede — Divisa Terra Boa — Outros	9,40
Araucária	Estrada do Pontal	5,80
Assai	Diversos Trechos Municipais	28,00
Assai	Diversos Trechos Municipais	18,00
Assis Chateaubriand	PR/239 — Rio Lambari	14,22
Atalaia	Rod. Munic. 005/401/402	15,00
Atalaia	Diversos Trechos Municipais	18,50
Balsa Nova	Diversos Trechos Municipais	20,00
Bandeirantes	BR-369 — Santa Candelária	7,00
Barra do Jacaré	PR-092 — Coqueal	9,00
Bituruna	Diversos Trechos Municipais	12,00
Boa Esperança	Diversos Trechos Municipais	10,90
Boa Vista da Aparecida	Sede — Rio Andrada	11,90
Boa Vista da Aparecida	Diversos Trechos Municipais	14,00
Bocaiúva do Sul	Marquês de Abrantes — B. Bonita	11,00
Borrazópolis	Diversos Trechos Municipais	16,20
Braganey	Diversos Trechos Municipais	11,50
Cambará	BR/369 — Salto Grande	9,70
Cambé	Diversos Trechos Municipais	17,60
Campina da Lagoa	PR-239 — Salles de Oliveira	14,60
Campina da Lagoa	PR-471 — Campina da Lagoa — Rio Piquiri	21,00
Campina da Lagoa	Diversos Trechos Municipais	19,60
Campina Grande do Sul	Perímetro urbano/Jardim Paol	6,60
Campo do Tenente	Diversos Trechos Municipais	13,20
Campô Largo	Diversos Trechos Municipais	15,10
Campo Mourão	Diversos Trechos Municipais	10,70
Cândido de Abreu	PRT-487 — Bairro da Imbuia — Três Bicos	3,20
Cândido de Abreu	PRT-487 — Tereza Cristina — Três Bicos	1,00
Cândido de Abreu	PRT-487 — Ivaí — Três Bicos	5,50
Cantagalo	Grongoro — Pinhalzinho	58,50
Cantagalo	Diversos Trechos Municipais	58,50
Capitão Leônidas Marques	Santa Lúcia — Rio Andrade	5,00
Capitão Leônidas Marques	Diversos	18,90
Carlópolis	PR-218 — Bairro Teodoro	12,00

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO PROGRAMA
NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação
		EXTENSÃO km
Carlópolis	PR-151 — Bairro Santa Maria	8,00
Catanduvas	Sede — São Roque — Ibicaceira	30,00
Centenário do Sul	Diversos Trechos Municipais	9,25
Centenário do Sul	Diversos Trechos Municipais	9,25
Cerro Azul	Mato Preto — Mina	22,00
Cerro Azul	Barra Bonita — Sítio Novo	18,50
Céu Azul	BR/277 — Rio Treze	16,60
Cidade Gaúcha	Estrada Ilha das Pombas	0,40
Cidade Gaúcha	PR-082 — Divisa Guaporema — FJ/302	6,00
Colombo	Jardim Guaraituba	3,50
Colorado	PR-542 — Divisa Itaguaí	8,00
Conselheiro Mairinck	Diversos Trechos Municipais	16,00
Contenda	Diversos Trechos Municipais	13,80
Cornélio Procópio	Cornélio Procópio — Divisa Santa Mariana	20,00
Coronel Vivida	Diversos Trechos Municipais	29,50
Cruz Machado	Diversos Trechos Municipais	15,00
Cruzeiro do Oeste	Diversos Trechos Municipais	13,00
Cruzeiro do Sul	Diversos (Est. Municipais)	10,00
Curiúva	Curiúva — Rio Tibagi	16,00
Curiúva	Diversos (Estradas Municipais)	19,00
Dois Vizinhos	Diversos Trechos Municipais	27,30
Engenheiro Beltrão	PR-317 — Rio Ivaí — Campo Mourão	15,00
Engenheiro Beltrão	Ivaílândia — Triângulo	19,60
Fenix	Estrada Porto Velho — Estrada do Bagre	22,60
Figueira	Diversos	18,30
Flórida	PR-461 — Ângulo — Flórida	1,86
Formosa do Oeste	Diversos	17,90
Foz do Iguaçu	BR/277 — Estrada Velha	5,34
General Carneiro	Iratim — Fazenda São Bento	16,00
Goio-Eré	PR-180 — Palmital	6,10
Goio-Eré	Estrada Euclides do Vale	15,00
Guairacá	Guairacá — Nova Londrina — V. Alegre	19,00
Guapirama	PR-218 — Rio das Cinzas	11,00
Guaraci	Guaraci — Santa Rita	4,00
Guaraniaçu	BR-277 — Campo Bonito	22,50
Guaraniaçu	Guaraniaçu — São Luiz	11,60
Guarapuava	BR-373 — Rio Novo	28,80
Guarapuava	Rio Jordãozinho — Curucaca	1,10
Guaraqueçaba	PR-405 — Tromomo (Rio da Canoa)	5,00
Guaratuba	Perímetro urbano	3,16
Guaratuba	Estrada Cubatão	22,00
Ibiporã	Diversos Trechos Municipais	10,00
Icaraíma	Estrada 9 — Vila Rica — Vitória	34,00
Iguaraçu	Diversos Trechos Municipais	17,00
Ipiranga	Municipal Ipiranga — Colônia Taio	1,70
Irati	Barra do Gavião — Papua dos Fiori	7,50
Iretama	BR-487 — Água Fria — Água Quente	22,50
Itambaracá	Diversos Trechos Municipais	15,55
Itapejara do Oeste	Diversos Trechos Municipais	25,10
Itaúna do Sul	Água da Abelha — Água do Quati	17,00

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO PROGRAMA
NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANÁ — 1987**

continuação

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Ivaí	PRT-487 — Ivaí — Três Bicos	2,00
Ivaiporã	Diversos Trechos Municipais	10,30
Jaboti	Diversos Trechos Municipais	15,00
Jacarezinho	Estrada do Bairro Dourado	7,00
Jaguapitã	Diversos Trechos Municipais	12,10
Jandaia do Sul	Diversos Trechos Municipais	23,90
Janiópolis	Diversos Trechos Municipais	20,20
Japirá	Diversos Trechos Municipais	17,50
Jataizinho	Diversos Trechos Municipais	22,00
Jesuítas	Estrada Londrina	12,30
Joaquim Távora	Diversos Trechos Municipais	18,00
Jundiá do Sul	Diversos Trechos Municipais	16,00
Kaloré	Fazenda Rio Bom — Córrego São Luiz	28,80
Laranjeiras do Sul	Rio da Prata — Rio Piquiri	17,00
Laranjeiras do Sul	Vila Nova — Laranjeiras — F. Velha	8,00
Laranjeiras do Sul	Diversos Trechos Municipais	36,00
Lobato	Diversos	15,00
Lobato	Estrada Paramirim	15,50
Lobato	Estrada Selek — Água do Araca	15,50
Lobato	Estrada do Grajaú	15,50
Londrina	Diversos Trechos Municipais	10,30
Lunardelli	Madalena — Lunardelli	17,50
Mamboré	PR-553 — Rio Tricolor	17,00
Mamboré	BR-369 — Estrada Jacarandá	16,70
Mandaguacu	Sede — Pulinópolis — Moreschi	12,00
Mandirituba	Lagoa dos Ferreira — Saltinho	8,40
Mandirituba	Diversos Trechos Municipais	13,80
Mangueirinha	Diversos Trechos Municipais	11,10
Mangueirinha	Diversos Trechos Municipais	26,00
Manoel Ribas	PRT-466 — Água Fria — Rio Quietto	33,00
Marialva	Estrada do Keller — Vieira	12,40
Marilândia do Sul	BR-376 — Marilândia do Sul — Rio Bom (Acostamento)	30,00
Mariluz	Sede — São Luiz — Rio Piquiri	7,10
Maringá	PR-454 — Maringá — Granada	5,30
Maringá	PR-461 — Maringá — Ângulo	23,09
Mariópolis	Diversos Trechos Municipais	21,50
Marmeleiro	Diversos Trechos Municipais	21,60
Marumbi	Diversos Trechos Municipais	30,70
Matelândia	Diversos Trechos Municipais	39,00
Matinhos	Diversos Trechos Municipais	3,50
Miraselva	Diversos	20,00
Morretes	Estrada Rio Sagrado	4,00
Munhoz de Melo	Estrada dos Alves	5,50
Nova América da Colina	Diversos Trechos Municipais	32,00
Nova Cantu	Nova Cantu — Santo Rei	21,20
Nova Esperança	PR-555 — Bela Vista — Divisa Tamboara	15,00
Nova Esperança	Estrada Zacharias	7,50
Nova Fátima	Diversos	2,80
Nova Londrina	Diversos Trechos Municipais	42,20
Nova Santa Rosa	Sede — Vila Planalto	12,66

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO PROGRAMA
NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANÁ — 1987**

continuação

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Ortigueira	BR-376 — Monjolinho	7,00
Ourizona	Diversos (Est. Municipais)	10,00
Paçandu	Diversos Trechos Municipais	28,00
Paçandu	Diversos Trechos Municipais	28,00
Palmas	Diversos Trechos Municipais	15,00
Palmas	BR/280 — Pasmatec	17,00
Palmeira	Poço Grande — Divisa São João do Triunfo	10,30
Palmeira	BR-277 — São Pedro	2,20
Palmeira	Fazenda do Trombini	3,50
Palmital	Sede — Divisa Roncador	33,00
Paranavaí	Sede — C. Rei — Piracema — PV. 001	58,00
Pato Branco	Diversos Trechos Municipais	16,30
Paula Freitas	Diversos Trechos Municipais	14,00
Paulo Frontin	KJ/102 — Subsede — Vicinal 7	4,70
Paulo Frontin	Diversos Trechos Municipais	21,00
Peabiru	Diversos Trechos Municipais	10,40
Pien	Diversos Trechos Municipais	12,10
Pinhalão	Sede — Lavrinha	11,80
Pinhão	Dois Pinheiros — Reserva	28,00
Piraquara	Diversos Trechos Municipais	13,00
Pitanga	PR/456 — Santa Maria	12,63
Pitanga	PR/456 — São José	0,70
Planalto	Sede — São Miguel — Centro Novo	28,60
Porecatu	Diversos Trechos Municipais	13,70
Porto Amazonas	Diversos Trechos Municipais	7,00
Porto Vitória	Diversos Trechos Municipais	10,00
Pranchita	PRT-163 — Alto Aparecida — Bom Retiro	26,60
Presidente Castelo Branco	Boa Vista — Ramos	9,50
Quatiguá	Diversos Trechos Municipais	22,00
Quatro Barras	Estrada da Graciosa	3,00
Quedas do Iguaçu	Quedas do Iguaçu — Carlota	28,00
Querência do Norte	Diversos	15,00
Quinta do Sol	Estrada da Bela Vista	32,70
Rancho Alegre	Diversos Trechos Municipais	37,00
Rebouças	Conceição — Rio Bonito	3,00
Rebouças	Barra dos Andrade — Marmeleiro	5,80
Renascença	Diversos Trechos Municipais	38,50
Reserva	Val — Estação	9,00
Ribeirão Claro	PR-151 — Rio Três Passagens	25,60
Ribeirão do Pinhal	Diversos Trechos Municipais	17,00
Rio Branco do Sul	Diversos Trechos Municipais	45,00
Roncador	Sede — Alto São João	30,50
Roncador	Estrada do Meio/Nova Cantu a Santo Rei	21,00
Rondon	Diversos Trechos Municipais	3,60
Sabáudia	Diversos (Estradas Municipais)	19,00
Sabáudia	Diversos Trechos Municipais	9,50
Salto do Itararé	Bairro Farturinha	20,00
Salto do Itararé	Bairro Alecrim	3,00
Salto do Itararé	Bairro São Francisco	6,00
Salto do Itararé	Bairro Palmital	18,00

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO PROGRAMA
NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANÁ — 1987**

continuação

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Salto do Itararé	Bairro Bom Jardim	12,00
Salto do Itararé	BR-412 — BR-403	8,00
Salto do Lontra	Diversos Trechos Municipais	31,00
Santa Fé	Diversos Trechos Municipais	15,00
Santa Cruz do Monte Castelo	Diversos Trechos Municipais	15,00
Santa Inês	Sede Vila União — PR-542	18,00
Santa Inês	Sede — Divisa Santo Inácio	8,00
Santa Inês	Diversos Trechos Municipais	10,00
Santa Mariana	BR-369 — Ponte Preta	10,40
São Carlos do Ivaí	Estrada Pé de Galinha	5,00
São João	Linha Moraes — Lontrinha	10,00
São João	PR/562 — São Roque — Barra Verde	21,45
São João do Ivaí	São João do Ivaí — Imbaúna	11,70
São João do Triunfo	Água Branca — Barra Bonita	7,00
São Jorge do Oeste	PR-475 — Santa Bárbara — PR-475 — São Cristóvão — Linha Locatelli	16,00
São Jorge do Oeste	Diversos Trechos Municipais	16,00
São José dos Pinhais	Estrada do Marcelino	8,20
São Mateus do Sul	NY/302 — Espigãozinho — Água Branca	8,00
São Mateus do Sul	Diversos Trechos Municipais	18,00
São Miguel do Iguaçu	Aparecidinha — Santa Inês — Lindamar — São Vicente — Guanabara	14,10
São Miguel do Iguaçu	Diversos	14,14
São Miguel do Iguaçu	Diversos Trechos Municipais	12,20
São Pedro do Ivaí	Diversos Trechos Municipais	27,30
São Sebastião da Amoreira	Diversos Trechos Municipais	17,50
Sarandi	Estradas Aquidaban	10,50
Tapejara	Diversos Trechos Municipais	35,00
Terra Boa	Patrimônio do Malú — Outros	18,20
Terra Roxa	Mirasol — Vila Aparecidinha	7,80
Tijucas do Sul	Diversos Trechos Municipais	17,00
Toledo	Estrada São Judas	18,13
Tomasina	Diversos Trechos Municipais	25,60
Três Barras do Paraná	Sede — Itaguaçu	43,00
Tuneiras do Oeste	Ouro Verde — Ponte Preta	45,00
Turvo	PRT-466 — Braspap — Outros	40,00
Ubiratã	Diversos Trechos Municipais	6,30
Uniflor	Diversos	18,00
Uraí	Diversos	22,00
Vera Cruz do Oeste	Diversos Trechos Municipais	16,48
Verê	Diversos Trechos Municipais	22,00
TOTAL		3.987,51

FONTE: DER/SETR/PR

**RESTAURAÇÕES EM ANDAMENTO, NO PROGRAMA DE RODOVIAS ALIMENTADORAS,
POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Assis Chateaubriand	PR-239 — Assis Chateaubriand — PR-581 (LA)	21,50
Cambará	PR-431 Entr. BR-153 — Entr. BR-369	22,00
Campo Largo	PR-423 — Entronc. BR-277 (Itaqui) — Araucária	26,10
Capitão Leônidas Marques	PR-182 — Rio Iguaçu (Marmelândia) — Santa Lúcia	19,32
Cruzeiro do Oeste	PR/180 — Entronc. PR/323-Mariluz	25,08
Doutor Camargo	PR-323 Água Boa (km 19) — Rio Bertioga	29,38
Francisco Beltrão	PR-180 Franc. Beltrão — Entronc. PR-281 (Salto do Lontra)	29,70
Guarapuava	PR-170 Guarapuava — Foz do Areia	93,15
Mariluz	PR-180 Entronc. PR-468 (Mariluz) — Goio-Erê	22,90
Miraselva	PR/170 — Entronc. PR/340-Porecatu	42,00
Palmas	PRT-280 Palmas — Pato Branco (Lote 1)	40,23
Palmas	PRT-280 Palmas — Pato Branco (Lote 2)	42,30
Ponta Grossa	PR-151 Ponta Grossa — Palmeira	35,26
Quinta do Sol	PR-082 Quinta do Sol — Eng. Beltrão — Terra Boa	38,00
Rolândia	PR-170 Rolândia — Entronc. Jaguapitã	23,00
Xambê	PR-182 Xambê — Pérola (L A)	25,00
TOTAL		534,92

FONTE: DER/SETR/PR

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO EM ANDAMENTO, NO PROGRAMA
NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Cândido de Abreu	Cândido de Abreu — Rio Branco (Lote 2)	18,50
Cândido de Abreu	Cândido de Abreu — Rio Branco (Lote 1)	16,00
Ponta Grossa	Desvio Ribas — Tibagi (Terraplenagem de Plataforma Ferroviária)	14,50
TOTAL		49,00

FONTE: DER/SETR/PR

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL,
POR OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	EXTENSÃO m
Abatiá	Placa sobre o Rio Água das Pedras	10,00
Ampére	Ponte sobre o Rio Ampére	21,00
Arapongas	Viaduto sobre RFFSA (BR-369 — Contorno Norte de Arapongas)	45,00
Arapongas	Trincheira na BR-369 (Contorno Norte de Arapongas)	30,00
Arapongas	Ponte sobre o Rio Pirapó	45,00
Araruna	Bueiro Celular no Rio Água da Rá	4,36
Assaí	Bueiro Celular no Rio Tamandaçu	6,45
Bandeirantes	Bueiro Celular no Rio do Tico	3,36
Barbosa Ferraz	Ponte Ribeirão Raposo Tavares	30,00
Barracão	Ponte Rio Pinhalito II	50,00
Bituruna	Ponte sobre o Rio Milome	13,00
Bituruna	Ponte sobre o Rio Pitanguinha	13,00
Braganey	Bueiro Celular no Rio das Antas	6,45
Cambé	Ponte sobre o Ribeirão Grande	32,00
Cambira	Bueiro Celular no Rio Itacolomi	6,45
Campo Largo	Viaduto sobre a BR-277, na PR-423 — Itaqui	50,00
Campo Largo	Ponte sobre o Rio Javacaem	10,00
Campo Mourão	Ponte sobre o Rio da Várzea	15,00
Capitão Leônidas Marques	Ponte Rio Andrade	72,00
Centenário do Sul	Bueiro Celular no Rio Curvim	6,45
Corbélia	Bueiro Celular no Rio Bonito	9,60
Curitiba	Ponte sobre o Rio Barigui	28,00
Douradina	Bueiro Celular no Rio São Pedro — Marfim	9,60
Faxinal	Placa sobre o Rio das Antas	12,00
Faxinal	Bueiro Celular no Rio Três Barras	6,45
Foz do Iguaçu	Bueiro Celular no Ribeirão Boi-Ci II	9,60
Goio-Erê	Ponte sobre o Rio Água do Barreiro	27,00
Guaraniaçu	Bueiro Celular no Rio Pinhalito	6,45
Guaraniaçu	Bueiro Celular no Rio Fivela	5,45
Guarapuava	Viaduto acesso de Guarapuava	45,00
Guaraqueçaba	Ponte sobre o Rio Morato	26,00
Guaraqueçaba	Galeria no Rio Ipanema	15,00
Iporá	Ponte sobre o Rio Jangada	20,00
Itambé	Bueiro Celular no Rio Emboabas	5,45
Ivaí	Ponte sobre o Rio dos Índios	70,00
Ivatuba	Bueiro Celular no Rio Taquaruçú	4,36
Janiópolis	Bueiro Celular no Rio Belém	9,72
Juranda	Ponte sobre o Rio Sununu	26,00
Mandaguari	Ponte sobre o Ribeirão dos Dourados	45,00
Marechal Cândido Rondon	Bueiro Celular no Rio Belmont	9,60
Marechal Cândido Rondon	Bueiro Celular no Rio Guavira	6,45
Maringá	Viaduto sobre a RFFSA	30,00
Maringá	Ponte sobre o Rio Cleópatra	60,00
Maringá	Ponte sobre o Ribeirão Coqueiro	13,00
Mariópolis	Placa sobre o Rio do Veado	12,00
Medianeira	Viaduto sobre BR-277	35,00
Medianeira	Ponte Rio Refresco	30,00
Nova Aliança do Ivaí	Placa sobre o Rio Água da Onça	12,00
Nova Aurora	Ponte sobre o Rio Central	35,00

continua

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL,
POR OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	continuação	EXTENSÃO m
Nova Aurora	Ponte sobre o Rio Iguazuzinho		35,00
Ortigueira	Ponte sobre o Rio Formiga		42,00
Palotina	Ponte sobre o Rio Pioneiro		18,00
Pato Branco	Ponte sobre o Rio Vitorino		50,00
Peabiru	Ponte sobre o Rio Arurão		25,00
Pérola d'Oeste	Ponte sobre o Rio Lajeado Grande		49,00
Pinhalão	Placa sobre o Ribeirão Bonito		9,00
Piraí do Sul	Bueiro Celular no Rio Iapó		6,45
Pitanga	Ponte sobre o Rio Vora		30,00
Pitanga	Galeria no Rio 15		8,00
Prudentópolis	Ponte sobre o Rio Patos Velhos		18,45
Rio Branco do Sul	Ponte sobre o Rio Piedade		40,00
Rolândia	Placa sobre o Rio Bandeirante do Norte		12,00
Santa Amélia	Ponte sobre o Ribeirão Grande		25,00
São Carlos do Ivaí	Bueiro Celular no Córrego J Quatro		5,45
São João	Bueiro Celular no Arroio Saci		2,80
São João	Bueiro Celular no Rio Ouro Verde		3,36
São Jorge do Patrocínio	Ponte sobre o Rio Jequetiba		25,00
São Pedro do Paraná	Bueiro Celular no Ribeirão Atibaia		9,72
São José das Palmeiras	Bueiro Celular no Rio Abelha		4,36
Siqueira Campos	Placa sobre o Ribeirão Marimbondo		10,00
Tapejara	Ponte sobre o Ribeirão Tapiracui		25,00
Terra Boa	Bueiro Celular no Rio São Mateus		9,72
Tibagi	Ponte sobre o Rio Fortaleza		28,00
Toledo	Ponte sobre o Rio São Francisco		40,00
Toledo	Ponte sobre o Rio Arroio Guaçú		23,00
Tomasina	Placa no Rio Natureza		10,00
Tuneiras do Oeste	Ponte sobre o Rio Mouro		18,00
Turvo	Ponte sobre o Rio Cachoeira		35,00
Umuarama	Viaduto sobre a PR/323 em Umuarama		45,00
Vitorino	Bueiro Celular no Rio São Valentim		5,45
TOTAL			1.776,37

FONTE: DER/SETR/PR

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS EM ANDAMENTO, NO PROGRAMA NORMAL,
POR OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	EXTENSÃO m
Almirante Tamandaré	Viaduto sobre a RFFSA	102,00
Alto Paraná	Ponte sobre o Rio São Francisco	35,00
Apucarana	Viaduto Apucarana (Alargamento)	31,60
Araruna	Ponte sobre o Córrego Quarenta e Um	35,00
Assis Chateaubriand	Ponte sobre o Rio Verde	45,00
Balsa Nova	Placa sobre o Ribeirão das Mortes	9,00
Barbosa Ferraz	Ponte sobre o Rio das Lontras	35,00
Barracão	Ponte sobre o Rio Pinhalito I	35,00
Boa Vista da Aparecida	Ponte sobre o Rio Andrada	70,00
Borrazópolis	Ponte sobre o Rio Cambutão	36,00
Borrazópolis	Ponte sobre o Rio Bom	97,00
Borrazópolis	Bueiro Celular no Rio Engenho Velho	6,45
Cafelândia	Ponte sobre o Rio Verde	30,00
Campina Grande do Sul	Ponte sobre o Rio Capivari	37,00
Campo Mourão	Ponte sobre o Rio Claro	45,00
Cândido de Abreu	Ponte sobre o Rio Jacutinga	35,00
Cantagalo	Ponte sobre o Rio do Cobre	110,00
Carlópolis	Bueiro Celular no Ribeirão dos Limas	4,36
Carlópolis	Bueiro Celular no Rio Herval	2,80
Castro	Ponte sobre o Rio Iapó	90,00
Castro	Viaduto sobre a RFFSA	30,00
Castro	Viaduto sobre a RFFSA	80,00
Castro	Viaduto sobre a PR-340	60,00
Castro	Viaduto sobre o Acesso a Carambeí	46,00
Cerro Azul	Ponte sobre o Rio Ponta Grossa	33,70
Cidade Gaúcha	Ponte sobre o Ribeirão Itaoca	23,00
Congonhinhas	Bueiro Triplo Celular no Rio Imbaú	9,60
Dois Vizinhos	Placa sobre o Rio dos Micos	10,00
Enéas Marques	Placa sobre o Rio Vitória	9,00
Floresta	Bueiro no Ribeirão Caxias I	6,45
Floresta	Bueiro no Ribeirão Caxias II	9,60
Florestópolis	Ponte sobre o Ribeirão Vermelho	55,00
Francisco Beltrão	Ponte sobre o Rio Marrecas (Ampliação)	20,00
Ibaiti	Ponte sobre o Rio Laranjinha	115,00
Ibaiti	Ponte sobre o Rio Água Clara	95,00
Iretama	Bueiro Celular no Rio Água do Galdino	5,45
Itambaracá	Placa sobre o Córrego Água dos Patos	8,00
Japira	Ponte sobre o Ribeirão Grande	40,00
Jataizinho	Ponte sobre o Rio Tibagi (Alargamento)	303,00
Jussara	Ponte sobre o Ribeirão São Mateus	27,00
Lunardelli	Ponte sobre o Rio da Bulha	35,00
Mandaguari	Viaduto sobre a RFFSA (Alargamento)	52,10
Mandaguari	Viaduto sobre a RFFSA (Alargamento)	48,00
Mandaguari	Viaduto Ferroviário	27,63
Maria Helena	Ponte sobre o Rio das Antas	35,00
Marialva	Viaduto sobre a RFFSA (Alargamento)	78,00
Marilena	Ponte sobre o Rio Areia Branca	45,00
Medianeira	Ponte sobre o Rio Refresco	30,00
Missal	Ponte sobre o Rio Vicente	51,00
Moreira Sales	Bueiro Celular no Córrego Crentes	3,36
Nossa Senhora das Graças	Bueiro Celular no Rio Agua do Três	6,45

continua

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS EM ANDAMENTO, NO PROGRAMA NORMAL,
POR OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	continuação	EXTENSÃO m
Nova Londrina	Placa sobre o Ribeirão do Quati		12,00
Nova Santa Rosa	Ponte sobre o Rio Jaguarundi		28,00
Ourizona	Ponte sobre o Rio Andirá		25,00
Paiçandu	Ponte sobre o Ribeirão Bandeirantes		26,00
Palotina	Ponte sobre o Rio São Pedro		23,00
Planalto	Ponte sobre o Rio Lageado Liso		41,00
Ponta Grossa	Viaduto sobre a RFFSA (Alargamento)		28,00
Ponta Grossa	Ponte sobre o Rio Pitanguí		60,00
Ponta Grossa	Viaduto sobre a PR-151		242,66
Ponta Grossa	Passagem inferior sobre a RFFSA		12,00
Prudentópolis	Placa sobre o Rio Ponte Nova		12,40
Realeza	Bueiro Celular no Rio do Lago		3,00
Renascença	Ponte sobre o Rio Vitorino		40,00
Rolândia	Placa sobre o Ribeirão Vermelho		11,00
Rondon	Ponte sobre o Rio Tapiracuí		40,00
Santa Cecília do Pavão	Placa no Ribeirão Tigre		12,00
Santa Fé	Ponte sobre o Rio Interventor		25,00
Santana do Itararé	Placa sobre o Rio Fartura		12,00
Santo Antônio do Paraíso	Bueiro Celular no Rio Água do Tigre		2,24
Santo Antônio do Sudoeste	Bueiro Celular no Rio Jaboti		3,36
São José da Boa Vista	Bueiro Celular no Rio Água Pinhal		3,36
São Mateus do Sul	Viaduto RFFSA (Reforço)		87,50
São Pedro do Ivaí	Ponte sobre o Rio Cambará		35,00
São Tomé	Bueiro Celular no Ribeirão São Tomé		8,10
Tapira	Ponte sobre o Rio Garoa		20,00
Tibagi	Ponte sobre o Rio Preto		35,00
Tibagi	Ponte sobre o Rio Arroio das Pedras		95,00
Tomasina	Ponte sobre o Rio das Cinzas		35,00
Tuneiras do Oeste	Ponte sobre o Rio Mouro		30,00
Tuneiras do Oeste	Ponte sobre o Córrego Concórdia		35,00
Verê	Bueiro Celular no Rio Verezinho		9,72
TOTAL			3.310,89

FONTE: DER/SETR/PR

**PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS ALIMENTADORAS
POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Bocaiúva do Sul	BR-476 — Guaraituba — Bocaiúva do Sul	16,06
Cândido de Abreu	PRT-487 — Manoel Ribas — Reserva (Lote 3)	30,28
Cascavel	PR-180 — Cascavel — Juvinópolis	37,32
Coronel Vidua	PR-566 — Itapejara do Oeste — Vista Alegre	18,28
Cruz Machado	PR-447 — União da Vitória — Cruz Machado	45,82
Curiúva	PR-160 — Figueira — Curiúva	24,44
Goio-Erê	Ligação Goi-Erê — Rancho Alegre do Oeste	18,32
Goio-Erê	PR-472 Rancho Alegre do Oeste — Juranda BR-369	20,89
Londrina	Ligação Londrina — Warta	14,12
Mangueirinha	PR-449 Mangueirinha — Palmas (Lote 2)	35,20
Marechal Cândido Rondon	Ligação Marechal Cândido Rondon — Nova Santa Rosa	18,24
Marechal Cândido Rondon	PR-495 Marechal Cândido Rondon — São Clemente	40,91
Medianeira	PR-495 Medianeira — Missal	29,40
Palmeira	PR-151 Palmeira — São Mateus do Sul (Lote 1)	21,44
São Mateus do Sul	PR-151 Palmeiras — São Mateus do Sul (Lote 3)	26,92
Siqueira Campos	PRT-272 Tomasina — Siqueira Campos	16,26
TOTAL		413,90

FONTE: DER/SETR/PR

**PAVIMENTAÇÕES EM ANDAMENTO, NO PROGRAMA DE RODOVIAS ALIMENTADORAS
POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Almirante Tamandaré	PR-418 Entr. PR-092 (Alm. Tamandaré) Entr. PR-417 (Colombo)	7,02
Antônio Olinto	PR-218 Antônio Olinto — BR-476	11,56
Boa Vista da Aparecida	PR-484 Boa Vista da Aparecida — Entronc. PR-182	26,31
Campina da Lagoa	PR-354 Campina da Lagoa — Altamira do Paraná	31,10
Francisco Alves	PR-182 Francisco Alves — Palotina	26,00
Francisco Beltrão	PR-566 Francisco Beltrão — Itapejara do Oeste	32,54
Jesuítas	Jesuítas — Carajás	9,76
Londrina	PR-538 Vila Regina — São Luiz — Guaravera	29,59
Mallet	PRT-153 — Rebouças — Rio Azul — Paulo Frontin (Lote 2)	31,44
Marmeleiro	PR-180 Marmeleiro — Divisa PR/SC	33,00
Nossa Senhora das Graças	PR-317 Nossa Senhora das Graças — St: Inácio	22,00
Pitanga	PRT-487 Manoel Ribas — Entroncamento PR-460	28,50
Ponta Grossa	PR-438 Guaraji — PR-151	15,30
Rebouças	PRT-153 Rebouças — Rio Azul — Paulo Frontin (Lote 1)	36,34
Teixeira Soares	PR-438 Teixeira Soares — BR-277	19,30
TOTAL		359,76

FONTE: DER/SETR/PR

**RESTAURAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS ALIMENTADORAS
POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Alvorada do Sul	PR/090 — Alvorada do Sul — Entroncamento PR/170 (L A)	20,00
Arapongas	PR-218 Arapongas — Astorga	32,40
Assis Chateaubriand	PR-239 Assis Chateaubriand — Jesuítas	16,00
Assis Chateaubriand	PR-486 Assis Chateaubriand — Rio Piquiri (L A)	19,00
Assis Chateaubriand	PR/239 — Jesuítas-Assis Chateaubriand (L A)	13,00
Cafeara	PR-543 Cafeara — Lupionópolis (L A)	8,00
Carlópolis	PR-218 Joaquim Távora — Carlópolis — Divisa PR/SP	38,00
Catanduvas	PR-471 BR-277 — Catanduvas — Três Barras (L A)	51,00
Cruzeiro do Oeste	PR-180 Entr. PR-323 (Cruzeiro do Oeste) Entr. Mariluz (RC)	25,08
Goio-Erê	PR-180 Nova Aurora — IV Centenário	36,00
Guapirama	Guapirama — Entroncamento BR-153 (L A)	7,90
Jaguapitã	PR-170 — Entroncamento PR-340 (Jaguapitã) — Porecatu	42,00
Mandaguçu	PR-552 Mandaguçu — Ourizona — São Jorge (L A)	25,30
Matinhos	PR/412 — Matinhos-Praia de Leste (L A)	14,00
Nossa Senhora das Graças	PR-542 Guaraci — Nossa Senhora das Graças (L A)	20,00
Palmas	PRT-280 Palmas — BR-153	60,00
Paranavaí	PR-218 Paranavaí — Planaltina do Paraná	57,00
Realeza	PR-182 Realeza — Rio Iguaçu	25,00
Ribeirão do Pinhal	Jundiá do Sul — Ribeirão do Pinhal (L A)	12,70
Rondon	PR-082 Entr. PR-446 (Rondon) — Entr. PR-480 (Cid. Gaúcha) (L A)	20,00
Rondon	PR-082 — Rondon — Indianópolis — Entr. PR-467 (L A)	24,00
Rondon	PR-480 Cidade Gaúcha — Tapira (L A)	16,00
Santo Inácio	PR-340 Santo Inácio — Entronc. PR-543 (L A)	10,50
Toledo	PR-239 Novo Sarandi — PR/182	20,10
União da Vitória	PRT-280 Entronc. BR-153 — União da Vitória (L 1)	6,60
TOTAL		619,58

FONTE: DER/SETR/PR

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS
ALIMENTADORAS, POR OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	EXTENSÃO m
Almirante Tamandaré	Viaduto sobre Avenida Anita Garibaldi	41,00
Almirante Tamandaré	Passagem Inferior	9,00
Boa Vista da Aparecida	Ponte sobre o Rio Jacutinga	37,00
Itapejara do Oeste	Ponte sobre o Rio Chopim	150,00
Londrina	Ponte sobre o Rio Taquara	50,00
Pitanga	Ponte sobre o Rio Jacutinga	80,00
TOTAL		367,00

FONTE: DER/SETR/PR

OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS EM ANDAMENTO, NO PROGRAMA DE RODOVIAS ALIMENTADORAS, POR OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	EXTENSÃO m
Campina da Lagoa	Ponte sobre o Ribeirão Azul	45,00
Palotina	Ponte sobre o Rio Piquiri	341,60
Pitanga	Ponte sobre o Rio Corumbataí	80,00
TOTAL		466,60

FONTE: DER/SETR/PR

PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Altônia	PR-490 — Altônia — Iporã	28,13
Bela Vista do Paraíso	PR-090 — Bela V. do Paraíso — Sertanópolis	16,40
Cianorte	Ligação PR-323 (Cianorte) São Lourenço	23,00
Clevalândia	Acesso à Escola Agrícola (Poliédrica)	0,90
Clevalândia	Vila Operária — Rio do Banho — (Poliédrica)	3,60
Coronel Vivida	PR-562 — Bom Jesus (Poliédrica)	0,50
Coronel Vivida	PR-562 — Rio Quietinho (Poliédrica)	0,50
Coronel Vivida	BR-158 — Palmeirinha (Poliédrica)	3,60
Cruzeiro do Oeste	Cruzeiro do Oeste — Nova Olímpia	37,40
Diamante do Norte	PR-557 Diamante do Norte — Terra Rica	29,60
Enéas Marques	PR-471 Salto do Lontra — Enéas Marques	28,40
Francisco Beltrão	PR-483 — Jacutinga (Poliédrica)	2,80
Icaraíma	PR-082 Ivaté — Icaraíma	31,70
Icaraíma	PR-082 Icaraíma — Porto Camargo	15,00
Itapejara do Oeste	Sede — PR/469 (Poliédrica)	0,80
Londrina	Ligação PR-445 — Leroville	4,20
Londrina	Ligação PR-455 — Maravilha	23,00
Londrina	Ligação PR-455 — Paiqueré	6,80
Londrina	Ligação PR-445 — Guaravera	9,30
Mariluz	PR-468 Umuarama — Mariluz	30,50
Paranapoema	PR-464 Paranapoema — Entronc. PR-470	19,50
Porto Vitória	PR-446 Porto Vitória — BR-153 (Lote 1)	7,68
Porto Vitória	PR-446 — Porto Vitória — BR-153 (Lote 2)	7,64
Salto do Itararé	PR-424 Siqueira Campos — Salto do Itararé	27,60
Santa Cruz do Monte Castelo	Sta. Cruz do M. Castelo — Sta. Isabel do Ivaí	12,60
Santa Isabel do Ivaí	Santa Isabel do Ivaí — Santa Mônica	19,00
Santo Antônio do Sudoeste	PR-481 — São Pedro do Florido (Poliédrica)	0,60
Tapira	PR/576 — Tapira-Rio Ivaí (Lote 1)	9,28
Terra Boa	PR-558 Terra Boa — Malú — PR-323	20,80
Umuarama	PR-182 — Ivaté — Serra dos Dourados	26,50
Umuarama	Serra dos Dourados — Umuarama	20,50
TOTAL		467,83

FONTE: DER/SETR/PR

**PAVIMENTAÇÕES EM ANDAMENTO, NO PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS,
POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Ampére	PR-182 — São Salvador (Poliédrica)	2,60
Ampére	Sede — Vila Itaipu (Poliédrica)	3,30
Araruna	PR-558 — Araruna — Campo Mourão	19,60
Araruna	PR-567 — São Lourenço — Araruna	18,00
Barracão	BR-163 — Bom Jesus do Barracão (Poliédrica)	6,20
Chopinzinho	Chopinzinho — Bugre (Poliédrica)	13,90
Dois Vizinhos	PR-281 Santa Lúcia (Poliédrica)	7,90
Enéas Marques	Nova Esperança — São Luiz (Poliédrica)	9,00
Francisco Beltrão	PR-483 — São Pio X (Poliédrica)	9,00
Ibaiti	Vila Guai — Campinho	9,12
Ibaiti	PRT-272 — Euzébio Oliveira (Poliédrica)	7,60
Ibaiti	PRT-272 — Dist. de Amorinha (Poliédrica)	2,42
Itambé	PR-457 — Itambé — Marisa	16,70
Itapejara do Oeste	PR-469 — Balsa Rio Chopim (Poliédrica)	3,00
Itapejara do Oeste	Sede — Ponte Rio Vitorino (Poliédrica)	3,45
Itapejara do Oeste	Sede — Santa Bárbara (Poliédrica)	5,00
Nova Prata do Iguaçu	Nova Prata do Iguaçu-Gaúcha (Poliédrica)	7,50
Pérola do Oeste	PR-583 — Bela Vista (Poliédrica)	8,30
Pitanga	PR-456 São José (Poliédrica)	2,30
Pitanga	PR-456 — Santa Maria (Poliédrica)	1,50
Planalto	São Valério — Barra Grande (Poliédrica)	6,30
Realeza	Acesso à Vista Alegre (Poliédrica)	2,90
Realeza	PR-182 — Barra do Sarandi (Poliédrica)	8,40
Renascença	PRT-280 — Canela (Poliédrica)	7,50
Rolândia	PR-547 Pitangueiras — PR-218	6,22
Salto do Lontra	PR-281 — Sede da Luz (Poliédrica)	2,40
Salto do Lontra	PR-281 — São Domingos (Poliédrica)	3,80
Salto do Lontra	PR-281 — Pinhal da Vargem (Poliédrica)	1,10
Santa Isabel do Ivaí	PR-576 Sta. Isabel do Ivaí — Sta. Mônica — Rio Ivaí	14,78
Santa Izabel do Oeste	Sede — Anunciação (Via Volta Alegre) (Poliédrica)	7,25
Santa Mariana	PR-518 Santa Mariana — Porto Quebra Canoa	29,90
Santo Antônio do Caiuá	PR-557 Terra Rica — Sto. Antônio do Caiuá	29,70
Santo Antônio do Sudoeste	PR-481 — Pinhal São Bento (Poliédrica)	15,90
São João	Vila Paraíso — Nova Lourdes (Poliédrica)	10,00
São Jorge do Oeste	São Jorge do Oeste-Iolópolis (Poliédrica)	8,80
São Pedro do Ivaí	PR-457 — Marisa — São Pedro do Ivaí	12,70
Verê	Alto Verê — Sede Progresso (Poliédrica)	7,90
Vitorino	PR-482 — São Braz (Poliédrica)	7,20
Vitorino	PR-482 — Caçador (Poliédrica)	1,50
TOTAL		340,64

FONTE: DER/SETR/PR

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS, POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Grandes Rios	PR-535 Rio Branco — Entronc. PR-082 (Rosário)	18,90
Quedas do Iguaçu	PR-484 Rio Guarani — Quedas do Iguaçu	23,07
Três Barras do Paraná	PR-484 Três Barras do Paraná — Rio Guarani	7,27
TOTAL		49,24

FONTE: DER/SETR/PR

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTOS PRIMÁRIOS EM ANDAMENTO,
NO PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS, POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Barbosa Ferraz	PR-462 Barbosa Ferraz — BR-487 (L.1)	25,23
Barbosa Ferraz	PR-462 Barbosa Ferraz — BR-487 (L.2)	32,80
Grandes Rios	Variante da Serra (Rio Branco — Rosário)	4,00
TOTAL		62,03

FONTE: DER/SETR/PR

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS NO PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS,
POR OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	EXTENSÃO m
Altônia	Ponte sobre o Ribeirão Iporázinho	40,00
Araruna	Ponte sobre o Ribeirão Veríssimo	30,00
Santa Isabel do Ivaí	Ponte sobre o Rio Taquara	34,00
Três Barras do Paraná	Ponte sobre o Rio Guaraní	125,00
TOTAL		229,00

FONTE: DER/SETR/PR

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS NO PROGRAMA PRÓ-PONTES,
POR OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIO	OBSTÁCULO	EXTENSÃO m
Londrina	Ponte sobre o Rio Taquara	40,00
TOTAL		40,00

FONTE: DER/SETR/PR

**TERRAPLENAGENS E REVESTIMENTOS PRIMÁRIOS CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA PRÓ-RURAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Castro	Socavão — Divisa Rio Branco do Sul	32,20
Castro	Entroncamento PR-151	7,00
Cruz Machado	FV/319 IV Vicin Vitória — Rio Areia	10,20
Cruz Machado	Zaios — Rio Palmital — Divisa União da Vitória	10,50
Guaraqueçaba	PR-405 — Rio Bananal	3,20
Guaraqueçaba	Batuva — Utinga	2,00
Guaraqueçaba	Potuguaara — Ponto Bronze	3,30
Guaratuba	Morretes — Canavieiras — Cubatão	25,00
Imbituva	Guamiranga — Pedra Preta — Boa Vista	15,30
Imbituva	Água Suja — Mato Branco — Palmar	14,70
Ipiranga	Lustosa — Rio Capivari (Divisa Rio Tibagi)	13,60
Ipiranga	PRT-487 — Lustosa	7,20
Irati	Cadeado de Santana-Cadeadinho	4,10
Irati	Cadeado de Santana — Palmital — Cerro do Canhadão	6,30
Irati	Arroio Grande-Estrada Geral	5,60
Irati	Armazém dos Ribeiros — Stroparo — Armazém dos Vosnieck	6,70
Irati	Itapará — Campina Branca	6,70
Irati	Anel do Rio Corrente	3,00
Ivaí	Rio dos Índios — Divisa Prudentópolis	7,00
Ivaí	Entroncamento PR-522 — Serra dos Dias	5,00
Ivaí	Entroncamento PR-522 — Serra dos Grandes	7,00
Lapa	Palmital-Passa Dois — BR-427	4,00
Lapa	Canoeiro — Água Azul — Palmital	12,00
Mangueirinha	Honório — Serpa — Dario — Divisa Pato Branco	25,10
Morretes	Marumbi II — Pau Oco	1,20
Ortigueira	Entr. BR-376 — Briolândia	21,50
Ortigueira	Entr. BR-376 — Palmital — Rosário — Rio do Peixe — Divisa Grandes Rios	32,00
Ortigueira	Entroncamento BR-376 — Pinhalzinho — Vista Alegre	18,50
Palmas	Encruzilhada Coronel Domingos Soares — Rio Iratim	30,40
Palmas	Posto Fiscal — Serraria Zugman	13,50
Piraí do Sul	Sede — Cachoeira	10,00
Porto Vitória	Alto da Serra	3,80
Porto Vitória	Alto da Serra — Jangada	2,80
Porto Vitória	Linha Jangada	3,70
Porto Vitória	Riskowski	2,80
Porto Vitória	Dona Emília — BR-446	4,10
Porto Vitória	Colônia Amazonas — Flor da Serra	5,20
Rebouças	PR-364 — Barro Branco	10,00
Reserva	Anta Magra — Barreiro — Sabugueiro — Palmital	33,20
Reserva	Sertãozinho — Botucudos	7,00
Reserva	Rio Novo — Pinhalzinho — Entroncamento Faxinal Fino	17,00
Reserva	Reserva — Palmital	13,00
Reserva	Campina Bela — Serra dos Macados	11,60
Rio Azul	Rio Azul dos Soares — Vila Nova	8,60

continua

**TERRAPLENAGENS E REVESTIMENTOS PRIMÁRIOS CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA PRÓ-RURAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação EXTENSÃO km
Rio Azul	Barra da Cachoeira — Água Quente dos Meira	6,40
São José dos Pinhais	Estrada do Castelhana	14,00
São Mateus do Sul	Emboque — BR-476	4,00
Sengés	Sengés — Postinho	12,00
Sengés	Sengés — Erva Doce	10,00
Sengés	PR-151 — Bairro Pesqueiro	10,00
Sengés	PR-151 — Barrinha	4,00
Teixeira Soares	Guaraúna — Ribeirão de Baixo	13,10
Teixeira Soares	BR-277 — Faxinal dos Mineiros	7,00
Teixeira Soares	Alto do Rio D'Areia de Baixo	3,00
Tibagi	PR-090 Água Clara	8,70
TOTAL		578,80

FONTE: DER/SETR/PR

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA PRÓ-RURAL,
POR OBSTÁCULOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	EXTENSÃO m
Arapoti	Bueiro Celular no Rio Não Nominado	3,36
Cândido de Abreu	Ponte sobre o Rio Ubazinho	45,00
Castro	Bueiro Celular no Rio Barra/Paina	5,45
Castro	Placa sobre o Rio Barrinha	12,00
Castro	Placa Sobre o Rio Socavão	12,00
Castro	Ponte sobre o Rio Guararema	23,00
Cerro Azul	Ponte sobre o Rio Turvo	50,00
Guaraqueçaba	Ponte sobre o Rio Cedro	23,00
Guaraqueçaba	Ponte sobre o Rio Pasmado	18,00
Guaraqueçaba	Bueiro no Rio Inhate	4,36
Imbituva	Ponte sobre o Rio Ribeira	31,60
Ivaí	Bueiro Celular sobre o Rio Enxada Velha	6,45
Lapa	Ponte sobre o Rio Ribeirão Fundo	20,00
Lapa	Placa sobre o Rio Pocinho	14,00
Mallet	Ponte sobre o Rio Claro	35,00
Mandirituba	Placa sobre o Rio Antas	12,00
Ortigueira	Placa sobre o Rio Apucarana I	14,00
Ortigueira	Ponte sobre o Rio Apucarana	30,00
Palmas	Ponte sobre o Rio São Pedro	25,00
Paulo Frontin	Ponte sobre o Rio Claro	45,00
Piraf do Sul	Bueiro Celular no Rio Butiá	5,45
Piraf do Sul	Bueiro Celular no Rio Iapó	6,45
Piraf do Sul	Placa sobre o Rio Piraf	12,00
Piraquara	Ponte sobre o Rio Atuba	20,00
Reserva	Bueiro Celular no Rio Sabugueiro	4,36
Reserva	Placa sobre o Rio Campina Belo	10,00
Rio Branco do Sul	Ponte sobre o Rio Ribeirinha	50,00
Teixeira Soares	Ponte sobre o Rio das Almas	30,00
Tijucas do Sul	Ponte sobre o Rio da Várzea	50,00
TOTAL		617,48

FONTE: DER/SETR/PR

CONSERVAÇÕES DE RODOVIAS MUNICIPAIS CONCLUÍDAS, (REVESTIMENTO PRIMÁRIO), NO PROGRAMA PrAM, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987

MUNICÍPIOS	EXTENSÃO km	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO
Carlópolis	7,00	Cz\$ 80.000,00
Engenheiro Beltrão	42,00	Cz\$ 224.795,00
Francisco Alves	10,45	Cz\$ 30.000,00
Nova Cantu	45,00	Cz\$ 161.639,00
Pato Branco	13,70	Cz\$ 397.730,00
Salto do Lontra	18,90	Cz\$ 267.492,00
Barracão	9,50	Cz\$ 137.582,00
Capitão Leônidas Marques	5,00	Cz\$ 129.937,00
Faxinal	12,50	Cz\$ 230.006,00
Guaíra	11,00	Cz\$ 153.337,00
Imbituva	7,00	Cz\$ 92.267,00
Ivaiporã	9,99	Cz\$ 326.449,00
Jardim Alegre	7,50	Cz\$ 134.171,00
Matelândia	77,00	Cz\$ 778.339,00
Nova Aurora	8,30	Cz\$ 191.672,00
Nova Prata do Iguaçu	7,40	Cz\$ 115.003,00
Quedas do Iguaçu	9,80	Cz\$ 283.674,00
São João do Triunfo	5,58	Cz\$ 76.669,00
Teixeira Soares	12,00	Cz\$ 223.660,00
Ubiratã	12,01	Cz\$ 245.339,00
Vera Cruz do Oeste	13,90	Cz\$ 162.000,00
Uraí	10,50	Cz\$ 500.000,00
TOTAL (22 municípios)	356,03	Cz\$ 4.941.761,00

FONTE: DER/SETR/PR

CONSERVAÇÕES DE RODOVIAS MUNICIPAIS EM ANDAMENTO, (REVESTIMENTO PRIMÁRIO), NO PROGRAMA PrAM, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987

MUNICÍPIOS	EXTENSÃO km	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO
Guapirama	4,00	Cz\$ 100.000,00
Nova Prata do Iguaçu	7,00	Cz\$ 412.600,00
União da Vitória	82,50	Cz\$ 314.342,00
TOTAL	93,50	Cz\$ 826.942,00

FONTE: DER/SETR/PR

OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA PrAM, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987

MUNICÍPIOS	EXTENSÃO m	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO
Enéas Marques	29,00	Cz\$ 190.899,00
Cambará	15,00	Cz\$ 136.500,00
São Miguel do Iguaçú	36,00	Cz\$ 574.780,00
TOTAL (03 municípios)	80,00	Cz\$ 902.179,00

FONTE: DER/SETR/PR

PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA PrAM, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987

MUNICÍPIO	EXTENSÃO m	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO
Irati	1.198,00	Cz\$ 630.000,00

FONTE: DER/SETR/PR

AQUISIÇÕES E/OU RECUPERAÇÕES DE EQUIPAMENTOS CONCLUÍDOS, NO PROGRAMA PrAM, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987

MUNICÍPIOS	ESPÉCIE	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO
Bituruna	Caminhão Basculante novo	Cz\$ 212.674,00
Francisco Alves	Equip. p/caminhão pipa	Cz\$ 5.448,00
Francisco Beltrão	Trator esteiras novo	Cz\$ 536.680,00
Guaratuba	Retroscavadeira nova	Cz\$ 383.000,00
Marechal Cândido Rondon	Motoniveladora e Pá Carregadeira	Cz\$ 1.343.425,00
Santa Helena	Caminhão Basculante	Cz\$ 200.000,00
Guaíra	Motoniveladora nova	Cz\$ 2.940.799,00
Mandirituba	Ônibus usados (09 unidades)	Cz\$ 1.117.306,00
Telêmaco Borba	Motoniveladora nova	Cz\$ 1.500.000,00
Três Barras do Paraná	Retroscavadeira, Motoniveladora e Trator Esteiras, novos	Cz\$ 780.818,00
Nova Olímpia	Ônibus usado	Cz\$ 774.000,00
Joaquim Távora	Recuperação de Motoniveladora	Cz\$ 147.000,00
TOTAL (13 municípios)	24 equipamentos	Cz\$ 9.941.150,00

FONTE: DER/SETR/PR

**AQUISIÇÕES E/OU RECUPERAÇÕES DE EQUIPAMENTOS EM ANDAMENTOS,
NO PROGRAMA PrAM, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	ESPÉCIE	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO
Guaíra	Recuperação de Motoniveladora	Cz\$ 306.675,00
Maria Helena	Caminhão Basculante usado	Cz\$ 240.000,00
Salto do Itararé	Ônibus usado	Cz\$ 243.118,00
Boa Vista da Aparecida	Trator Esteiras Novo	Cz\$ 300.000,00
São Jerônimo da Serra	Motoniveladora usada	Cz\$ 306.000,00
Cruzeiro do Oeste	Retroescavadeira nova	Cz\$ 938.304,00
Barracão	Retroescavadeira nova	Cz\$ 751.900,00
TOTAL (07 municípios)	07 equipamentos	Cz\$ 3.085.997,00

FONTE: DER/SETR/PR

**RELAÇÃO DE OBRAS CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO POR PROGRAMA
ANO 1987**

Tipo Obra	Programa	Concluídas	Em Andamento
PAVIMENTAÇÃO (km)	PROGRAMA NORMAL DO DER	242,55	979,06
	Rodovias Alimentadoras	413,90	359,76
	Rodovias Vicinais	467,83	340,64
	PrAM	1,2	
RESTAURAÇÃO (km)	PROGRAMA NORMAL DO DER	277,61	50,00
	Rodovias Alimentadoras	619,58	534,92
REVESTIMENTO PRIMÁRIO (km)	PROGRAMA NORMAL DO DER	3.987,51	49,00
	Rodovias Vicinais	49,24	62,03
	Pró-Rural	578,80	—
	PrAM	356,03	93,50
OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS (m)	PROGRAMA NORMAL DO DER	1.776,37	3.310,89
	Rodovias Alimentadoras	367,00	466,60
	Rodovias Vicinais	229,00	—
	Pró-Pontes	40,00	—
	Pró-Rural	617,48	—
PrAM	80,00	—	

FONTE: DER/SETR/PR

**PROJETOS CONCLUÍDOS, POR RODOVIA — TRECHO — OBSTÁCULO, SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA — TRECHO — OBSTÁCULO	EXTENSÃO km/m
Barbosa Ferraz	PR-462 — Barbosa Ferraz — BR-487 — Iretama (Pavimentação)	60,00
Boa Vista da Aparecida	PR-484 — Boa Vista da Aparecida — PR-182 (Pavimentação)	22,00
Campo Mourão	PRT-487 Campo Mourão — Cruzeiro do Oeste (Pavimentação)	75,00
Castro	PR-151 Castro — Pirai do Sul (Duplicação)	28,00
Jesuítas	Acesso Jesuítas — Carajá	10,00
Mamborê	Acesso a Mamborê (Pavimentação)	8,00
Pérola do Oeste	PRT-163 Planalto — Pérola do Oeste — Pranchita (Pavimentação)	42,00
Ponta Grossa	PR-151 Ponta Grossa — Castro (Duplicação)	37,00
Prudentópolis	PR-160 Ligação BR-277 — Prudentópolis (Pavimentação)	12,00
Santa Izabel do Oeste	Acesso Santa Izabel do Oeste — PR-182	4,50
São Jorge do Patrocínio	PR-587 São Jorge do Patrocínio — Pérola Boa Esperança	10,00
TOTAL		308,50

FONTE: DER/SETR/PR

PROJETOS EM ANDAMENTO, POR RODOVIA — TRECHO — OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987

MUNICÍPIOS	RODOVIA — TRECHO — OBSTÁCULO	EXTENSÃO km/m
Adrianópolis	BR-476 — Campinho — Bela Vista (Pavimentação)	34,00
Adrianópolis	BR-476 — Adrianópolis — Bela Vista	27,00
Altamira do Paraná	PR-364 — Campina da Lagoa — Altamira — Palmital (Pavimentação)	94,00
Alto Piquiri	Ligação Alto Piquiri — Formosa do Oeste	38,00
Amaporã	Amaporã — Nordestina — Mirador	31,00
Apucarana	Contorno Leste de Apucarana	10,00
Assaí	PR-442 Assaí — BR-369 (Uraf) (Pavimentação)	16,00
Astorga	Ligação Astorga — Santa Zélia — Destilaria do Alcool Cocafe	17,00
Barbosa Ferraz	PR-462 Barbosa Ferraz — BR-487 (Pavimentação)	58,00
Boa Esperança	Rancho Alegre — Boa Esperança — Alto Palmital	30,00
Boa Vista da Aparecida	PR-484 Boa Vista da Aparecida — Três Barras do Paraná	34,00
Bocaiúva	Tunas — Marquês de Abrantes — BR-116	45,00
Borrazópolis	PRT-466 — Entr. BR-369 — Borrazópolis — BR-272 (Restauração)	50,00
Braganey	Braganey — Iguatu — Anahi — BR-369	31,00
Cantagalo	Cantagalo — Marquinhos	50,00
Carlópolis	PR-151 Carlópolis — Salto do Itararé	30,00
Cascavel	Contorno Oeste de Cascavel e Av. Piquiri	12,00
Centenário do Sul	Ligação Centenário do Sul — Miraselva (Pavimentação)	20,00
Cerro Azul	PR-340 Tunas — Cerro Azul	30,00
Cerro Azul	PR-092 Cerro Azul — Varzeão (Cerrado)	47,00
Clevelândia	PR-459 Clevelândia — PR-449 São Pedro	35,00
Cruzeiro do Oeste	PR-477 Cruzeiro do Oeste — São Silvestre — Nova Olímpia (Pavimentação)	38,00
Curitiba	Ligação Campo Comprido — Ferraria — BR-277	15,00
Dois Vizinhos	Ligação Foz do Chopin — Sede Paranhos (Pavimentação)	12,00
Dóradina	Ligação Douradina — Maria Helena	39,00
Douradina	Ligação Indianópolis — São Manoel — PR-466	21,00
Formosa do Oeste	Formosa do Oeste — PR-239	18,00
Francisco Beltrão	Contorno de Francisco Beltrão (Pavimentação)	6,00
Guaratuba	BR-101 Entr. BR-277 — BR-376 — Garuva — Acesso a Guaratuba (Pavimentação)	75,00
Guáratuba	BR-376 km 48 — Entroncamento — PR-412	33,00
Ibaiti	PR-436 Ibaiti — Ribeirão do Pinhal	54,00
Imbituva	PRT-153 Irati — Imbituva	40,00
Irati	PR-364 Irati — São Mateus do Sul	55,00
Ivaí	PRT-487 Ivaí — Três Bicos	78,00
Jaguariaíva	PR-092 Varzeão (Cerrado) — PR-151 (Jaguariaíva)	65,00
Jandaia do Sul	Contorno de Jandaia do Sul (Pavimentação)	2,80
Londrina	BR-369 — Av. Brasília	7,00
Londrina	Contorno Leste de Londrina	16,00
Londrina	Contorno Norte de Londrina	16,00
Mamboré	Ligação Mamboré — Nova Cantú	50,00
Manoel Ribas	PRT-487 Manoel Ribas — Entr. PR-460 — Bela Vista (Pavimentação)	35,00
Ponta Grossa	PR-438 Teixeira Soares — Guaraji	

continua

**PROJETOS EM ANDAMENTO, POR RODOVIA — TRECHO — OBSTÁCULO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1987**

MUNICÍPIOS	RODOVIA — TRECHO — OBSTÁCULO	continuação EXTENSÃO km
	(Pavimentação)	27,50
Toledo	PRT-467 Toledo — Quatro Pontes	37,00
Uraí	Ligação Uraí — Cruzeiro — BR-369	15,00
TOTAL		1.494,30

FONTE: DER/SETR/PR

**RELAÇÃO DOS DESEMBOLSOS POR PROJETOS/ATIVIDADES DO DER
ANO 1987**

PROGRAMA	VALOR PROCESSADO Cz\$ 1.000,00
PRÓ-RURAL	46.348
PROGRAMA NORMAL	3.975.477
MELHORAMENTOS DE RODOVIAS	22.867
RODOVIAS ALIMENTADORAS BID III	3.208.777
RODOVIAS VICINAIS — BNDES	853.148
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO DER	765.987
DIVÍDA PÚBLICA — DER	1.153.588
CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	473.266
APOIO RODOVIÁRIO A MUNICÍPIOS	182.166
TOTAL	10.681.624

FONTE: DER/SETR/PR

**OBRAS E PROJETOS EXECUTADOS PELO DER, SEGUNDO O TIPO,
NO PARANÁ — 1987**

OBRA	Obras Concluídas					Obras em
	1.983	1.984	1.985	1.986	1.987	Andamento 1.987
Pavimentação (km)	280,400	700,64	256,81	662,74	1.125,48	1.679,46
Restauração de Rejuvenescimento do Pavimento (km)	262,700	351,74	490,41	412,87	897,19	584,92
Revestimento Primário (km)	870,700	2.641,03	3.620,07	5.325,05	4.971,58	204,53
Obras de Arte Especiais (m)	1.993,00	7.242,20	4.927,76	5.547,24	3.109,85	3.777,49
Construção de Prédios Públicos (m ²)	8.186,40	12.930,86	2.020,50	1.736,44	—	—
Projetos de Engenharia (km)	1.071,80	647,38	1.760,02	774,36	308,50	1.494,30

FONTE: DER/PR.

**DESAPROPRIAÇÕES
INDENIZAÇÕES AMIGÁVEIS E DOAÇÕES NO PARANÁ — 1983/87**

DISCRIMINAÇÃO	INDENIZAÇÕES AMIGÁVEIS E DOAÇÕES				
	1983	1984	1985	1986	1987
Escrituras Indenizadas	270	479	405	1.795	94
Escrituras Doadas	376	920	1.290	667	944
Área Total Indenizada (km ²)	3.425,0	11.292,7	5.656,2	9.962,0	5.631,84
Área Obtida por Doação (km ²)	3.765,0	10.640,0	14.467,5	25.613,5	16.844,68
Valor da Área Indenizada (Cz\$ 1.000)	127,1	675,5	2.467,3	27.271,5	32.050,18
Valor das Benfeitorias (Cz\$ 1.000)	104,9	423,0	2.176,2	20.583,3	22.956,70
Total das Indenizações (Cz\$ 1.000)	232,0	1.098,5	4.643,6	47.854,8	55.006,88
Valor das Doações (Cz\$ 1.000)	294,0	1.746,6	14.005,1	99.283,4	139.751,36

FONTE: DER-SETR

**MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ
E ANTONINA, SEGUNDO OS ANOS — 1983/87**

ANOS	MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS (1.000 t)				TOTAL
	Porto de Paranaguá Carga Geral	Granéis Sólidos	Granéis Líquidos	Porto de Antonina	
1983	893	6.448	3.608	332	11.281
1984	1.008	6.293	3.903	273	11.477
1985	1.027	8.116	3.671	210	13.024
1986	1.000	7.734	3.170	166	12.070
1987	962	9.095	3.303	196	13.556

FONTE: APPA-SETR

EXPORTAÇÕES DE LONGO CURSO PELO PORTO DE PARANAGUÁ, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1983-87

TIPO DE CARGA	EXPORTAÇÕES DE LONGO CURSO				
	1983	1984	(t) 1985	1986	1987
Carga Geral	716.702	868.508	865.710	716.413	818.114
Café em grão	187.655	134.317	122.561	39.804	52.174
Madeira	99.702	155.451	148.491	156.922	176.969
Algodão	73.677	16.165	35.269	28.455	71.883
Café Solúvel	454	135	254	—	—
Congelados	150.041	159.684	165.720	129.147	136.582
Têxteis	9.012	11.980	7.653	4.468	3.442
Cerâmicas	21.603	42.706	34.478	43.820	31.354
Papel	50.125	157.789	115.181	172.988	157.848
Diversas	124.433	190.281	236.103	140.809	187.862
Granéis Sólidos	5.766.151	5.617.886	7.079.064	5.390.521	6.918.723
Milho em grão	632.885	356.285	63.604	—	1.000
Soja em grão	1.027.123	1.241.046	2.372.140	1.131.839	1.888.728
Farelos	4.077.406	4.009.109	4.633.214	4.245.702	5.012.506
Trigo Mourisco	28.737	11.446	10.106	12.980	7.489
Centeio	—	—	—	—	—
Granéis Líquidos	616.221	1.533.603	1.684.469	1.055.483	1.327.742
Óleos Vegetais	357.253	306.899	450.338	137.914	463.346
Derivados de Petróleo	257.918	1.226.704	1.234.131	917.569	864.396
G.L.P.	1.050	—	—	—	—
TOTAL	7.099.074	8.019.997	9.629.243	7.162.417	9.064.579

FONTES: APPA/SETR

**EXPORTAÇÕES POR CABOTAGEM PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ E
ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1983/87**

TIPO DE CARGA	EXPORTAÇÕES POR CABOTAGEM				
	1983	1984	(t) 1985	1986	1987
Carga Geral	82.795	9.545	5.069	4.143	4.143
Café em grão	1.656	1.676	—	597	—
Feijão	59.730	—	—	—	—
Diversas	21.409	7.869	5.069	3.546	4.143
Granéis Sólidos	267.664	207.459	535.274	1.246.276	1.234.919
Milho	161.487	58.447	126.764	49.189	310.380
Farelos	87.875	83.533	78.015	77.207	50.895
Minérios	18.302	65.479	15.088	20.580	—
Soja em grão	—	—	—	—	—
Trigo em Grão	—	—	315.407	1.099.300	873.644
Granéis Líquidos	2.905.493	2.303.332	1.799.624	1.994.377	1.711.007
Óleos vegetais	16.515	24.865	18.915	42.275	22.100
Deriv. do petróleo	2.577.104	1.990.545	1.477.349	1.654.870	1.439.726
G.L.P.	27.155	39.561	31.532	29.070	8.772
Combust. p/ navios	148.974	170.066	190.860	182.005	155.393
Água p/ navios	76.569	78.295	80.968	86.157	85.016
Alcool	59.176	—	—	—	—
TOTAL	3.255.952	2.520.336	2.339.967	3.244.796	2.950.069

FONTE: APPA/SETR

**IMPORTAÇÕES DE LONGO CURSO PELO PORTO DE PARANAGUÁ, SEGUNDO O TIPO
DE CARGA — 1983/87**

TIPO DE CARGA	IMPORTAÇÕES DE LONGO CURSO				
	1983	1984	(t) 1985	1986	1987
Carga Geral	85.590	110.785	150.725	275.738	132.108
Carga Containerizada	5.666	12.472	11.250	11.616	222.845
Diversas	79.924	98.313	139.475	264.122	109.263
Granéis Sólidos	206.472	208.486	250.241	942.802	731.274
Cevada	—	—	—	—	10.242
Fertilizantes	120.993	144.534	151.689	210.876	339.997
Milho em grão	82.202	27.835	52.496	399.043	169.192
Minérios	3.277	3.228	14.559	42.208	22.411
Soja em Grão	—	32.889	31.497	127.627	135.530
Arroz	—	—	—	163.048	—
Sal	—	—	—	—	53.902
Granéis Líquidos	20.697	8.470	36.991	87.764	93.797
Derivados de petróleo	20.697	1.448	36.991	423	85.150
Produtos químicos	—	7.022	—	65.491	80.664
Óleos vegetais	—	—	—	21.850	—
TOTAL	312.759	327.741	437.957	1.306.304	957.179

FONTE: APPA/SETR

**IMPORTAÇÕES POR CABOTAGEM PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ
E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1983/87**

TIPO DE CARGA	IMPORTAÇÕES POR CABOTAGEM				
	(t)				
	1983	1984	1985	1986	1987*
Carga Geral	26.328	20.526	7.018	3.654	7.233
Diversas	26.328	20.526	7.018	3.654	7.233
Granéis Sólidos	521.505	530.814	459.989	320.878	406.205
Carvão	314.179	271.151	208.489	136.671	174.499
Fertilizantes	12.527	17.086	41.565	28.261	37.339
Milho	3.387	—	2.088	—	—
Minérios	40.215	52.166	—	28.359	45.700
Sal	151.197	190.411	207.847	127.587	148.667
Granéis Líquidos	65.831	57.671	149.734	32.161	170.640
Deriv. de petróleo	58.144	53.205	141.118	26.048	168.398
G. L. P.	7.687	4.466	8.616	6.113	2.242
TOTAL	613.664	609.011	616.741	356.693	584.078

FONTE: APPA-SETR

**RECEITA CAMBIAL — EXPORTAÇÕES LONGO CURSO 1983/87
(US\$ 1.000)**

MERCADORIAS	1983	1984	1985	1986	1987*
Carga Geral					
Algodão	73.317	19.967	25.592	13.824	69.455
Café em grão	575.855	379.754	347.732	236.102	91.469
Café solúvel	4.531	875	1.310	168	—
Congelados	137.408	161.861	151.334	132.132	123.147
Madeira	52.606	88.388	73.367	71.463	86.711
Outras	242.967	315.775	287.967	212.079	202.315
Granéis Sólidos					
Farelos	849.209	759.781	602.388	747.014	867.213
Milho em grão	53.948	41.990	6.711	—	150
Soja em grão	111.493	248.833	442.506	131.221	250.282
Trigo Mourisco	4.168	2.413	2.045	1.796	598
Granéis Líquidos					
Derivados de petróleo	80.153	166.466	258.649	243.171	216.097
Óleos Vegetais	157.359	229.168	285.584	35.235	91.227
TOTAL	2.343.014	2.415.271	2.485.185	1.824.205	1.998.664

FONTE: APPA/SETR

**MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM TONELADAS PELO PORTO DE ANTONINA
1983/87**

MERCADORIAS	1983	1984	1985	1986	? 1987
Longo Curso					
Madeira (exp.)	—	—	—	—	—
Diversas (exp.)	—	—	—	—	—
Fertilizantes (imp.)	—	—	—	1.338	6.783
Cabotagem					
Madeira (imp.)	14.062	—	—	—	—
Minérios (imp.)	—	—	—	28.359	14.880
Carvão (imp.)	314.179	271.151	208.489	136.671	168.558
Diversos (exp.)	3.992	1.610	1.570	—	—
TOTAL	332.233	272.761	210.059	166.368	190.221

FONTE: APPA/SETR

**TERMINAIS RODOVIÁRIOS EM ANDAMENTO, PELO PROGRAMA PRAM,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS — 1987**

MUNICÍPIOS	m²	Cz\$
Nova América da Colina	156,15	—
Altônia	1.009,00	1.616.825,00
Enéas Marques	282,81	210.927,00
Guaraci	812,56	638.721,00
Jesuítas	469,69	565.006,00
Lupionópolis	460,00	621.795,00
Paraíso do Norte	332,19	330.000,00
Pinhalão	364,00	246.691,00
Uniflor	238,51	235.127,00
TOTAL	4.124,91	4.465.092,00

FONTE: DSTC/SETR

**TERMINAIS RODOVIÁRIOS EM ANDAMENTO, PELO PROGRAMA PrAM,
SEGUNDO O MUNICÍPIO — 1987**

MUNICÍPIOS	m²	Cz\$
Jussara	1.373,04	624.990,00
Palmital	550,36	—
Paiçandu	627,16	1.593.240,00
Ortigueira	1.009,47	957.254,00
Iguaraçu	258,48	300.617,00
Tibagi	627,16	1.187.317,00
Mallet	537,11	—
Faxinal	1.009,00	355.452,00
Bom Sucesso	550,36	536.680,00
Pérola	567,60	—
São Jerônimo da Serra	258,76	676.933,00
Tomasina	406,00	213.219,00
TOTAL	7.774,50	6.445.702,00

FONTE: DSTC/SETR

MELHORAMENTOS NO PORTO DE PARANAGUÁ, COM RECURSOS PRÓPRIOS — 1987

DISCRIMINAÇÃO	VALOR/87	EXECUÇÃO
	(BASE DEZEMBRO)	
	Cz\$ MILHÕES	%
Recuperação do Cais de Inflamáveis	13,00	75
Reforma do Cais/Piso junto Az 9/10	49,0	95
Reforma das Balanças de Fluxo Silão	3,2	60
Recuperação eletromecânica do Silão	4,2	100
Reforma de 02 (dois) guindastes	6,9	65
Reforma do piso oitavo andar do Silão	3,0	100
Reforma de 02 (dois) guindastes Canguru	68,7	65
Reforma da Subestação do Silão	18,7	95
Dragagem dos berços	23,7	85
	190,4	

FONTE: APPA/SETR

ENERGIA

REDES DE DISTRIBUIÇÃO E LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO DO SISTEMA COPEL — 1983-87

ANOS	REDES DE DISTRIBUIÇÃO E LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO		
	Número de Postes Instalados	Número de Transformadores (1)	Linhas de Transmissão e Distribuição (km)
§ 1983	553.018	84.872	42.709,4
§ 1984	574.621	95.847	51.793,9
§ 1985	597.103	130.881	71.713,4
§ 1986	612.612	156.871	87.501,8
1987	632.379	185.528	101.977,0

FONTE: COPEL

NOTA: (1) Inclui transformadores de linhas rurais e também equipamentos de propriedades de terceiros atendidos pelo sistema da COPEL.

DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO O BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA, PELO SISTEMA COPEL — 1983-87

BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	§ 1983	§ 1984	§ 1985	§ 1986	1987
Geração Própria	6.416	7.664	5.042	4.878	7.254
Interc. Líquido	229	-517	3.125	3.398	1.913
Energia Requerida	6.645	7.147	8.167	8.276	91.167
Distribuição Direta	5.756	6.436	7.485	7.626	8.226
Concessionárias	141	152	166	278	201
Ande	210	45	—	—	—
Perdas e Diferenças	538	514	516	472	740

FONTE: COPEL

NOTAS: (1) GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).
 (2) Intercâmbio Líquido = Energia Recebida-Energia Suprida

**NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, DO SISTEMA COPEL,
SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES — 1983-87**

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES				
	1983	1984	1985	1986	1987
Residencial	1.001.735	1.053.064	1.123.738	1.187.467	1.243.060
Industrial	16.970	16.899	18.006	21.851	22.988
Comercial	128.728	130.520	134.274	142.987	149.345
Rural	96.362	109.016	148.226	178.717	204.996
Poderes Públicos	11.419	12.175	13.635	15.787	17.380
Iluminação Pública	917	945	976	1.005	1.015
Serviços Públicos	1.126	1.217	1.346	1.490	1.598
Próprio	1.053	1.091	1.078	1.131	1.171
TOTAL	1.258.310	1.324.927	1.441.279	1.550.435	1.641.553

FONTE: COPEL

**CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, DO SISTEMA COPEL, SEGUNDO
AS CLASSES DE CONSUMIDORES — 1983-87**

CLASSES DE CONSUMIDORES	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1983	1984	1985	1986	1987
Residencial	1.397	1.487	1.608	1.685	1.909
Industrial	2.417	2.809	3.500	3.547	3.627
Comercial	898	983	1.059	1.016	1.113
Rural	309	367	448	522	614
Poderes Públicos	143	153	182	186	205
Iluminação Pública	356	379	413	392	457
Serviços Públicos	210	231	243	251	272
Próprio	26	27	32	27	29
TOTAL	5.756	6.436	7.485	7.626	8.226

FONTE: COPEL

NOTA: 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

**CONSUMO INDUSTRIAL DO SISTEMA COPEL, SEGUNDO OS RAMOS
DE ATIVIDADE — 1983-87**

RAMOS DE ATIVIDADE	CONSUMO INDUSTRIAL (GWh)				
	1983	1984	1985	§ 1986	1987
Indústrias Extrativas de Produtos Minerais	28,2	36,3	41,0	32,8	29,5
Indústrias de Transforma- ção	2.291,7	2.693,1	3.374,7	3.414,1	3.477,8
Minerais Não-Metálicos	325,4	293,1	323,6	365,8	400,6
Metalúrgia	158,5	187,8	219,1	212,4	242,7
Mecânica	47,7	72,6	87,0	94,7	80,8
Materiais Elétricos e de Co- municação	39,5	47,8	49,4	38,9	42,6
Construção e Montagem de Transporte	13,6	19,6	28,2	49,9	55,4
Madeira	163,2	146,7	159,9	170,8	188,7
Mobiliário	32,4	31,9	36,1	39,6	39,3
Papel e Papelão	298,5	342,6	653,5	719,5	796,9
Couro, Peles e Produtos Derivados	8,3	10,2	11,9	12,4	13,8
Química	393,9	534,9	621,3	528,9	483,2
Têxtil	99,1	95,4	95,6	104,5	135,0
Vestuários, Calçados e Ar- tefatos de Tecidos	4,4	4,9	6,4	8,2	10,7
Produtos Alimentares	487,1	703,0	863,5	846,2	757,6
Bebidas	45,9	57,4	65,1	63,6	57,8
Editorial e Gráfica	8,7	6,9	7,6	8,5	9,4
Diversas	88,8	58,5	53,4	43,0	46,8
Borracha	8,7	8,2	9,4	11,5	13,3
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	1,6	1,7	2,5	2,1	2,0
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	4,5	3,2	2,3	1,3	1,3
Matérias Plásticas	54,3	58,5	69,6	82,7	88,9
Fumo	6,5	7,2	8,9	9,6	
Indústrias de Construção Civil	96,6	79,7	84,9	100,1	19,7
TOTAL	2.416,6	2.809,2	3.500,6	3.547,0	3.627,0

FONTE: COPEL

NOTA: 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

**DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO O BALANÇO DE
ENERGIA ELÉTRICA, NO PARANÁ — 1983-87**

BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1983	1984	1985	§ 1986	1987
Disponibilidade de Energia					
Elétrica	17.568	22.781	19.657	27.361	39.616
Geração Bruta no Estado	17.478	22.667	19.240	27.267	39.532
COPEL	6.417	7.664	5.042	4.878	7.254
ELETROSUL	7.550	11.619	8.259	8.753	11.114
ITAIPU	—	138	3.164	10.926	17.721
CESP	2.874	2.568	2.084	1.901	2.680
Força e Luz Cel. Vivida	1	2	2	3	3
Autoprodutores	636	676	689	806	760
Recebimentos	90	113	417	94	84
Requisitos de Energia					
Elétrica no Estado	7.051	7.754	8.885	9.056	9.949
Distribuição Direta	6.495	7.220	8.349	8.577	9.184
Concessionárias	5.927	6.626	7.692	7.846	8.466
Autoprodutores	568	594	657	731	718
Perdas e Diferenças Internas	556	534	536	479	765
Fornecimento para outros					
Estados e Exterior	10.517	15.027	10.772	18.305	29.667

FONTE: COPEL

NOTAS: (1) Foi considerada como geração bruta no Estado a metade da energia elétrica gerada em rios limítrofes — Paraná e Paranapanema, explorados respectivamente, pela Itaipu Binacional e pela Companhia Energética de São Paulo.

(2) 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 KWh (quilowatt-hora).

NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES, NO PARANÁ — 1983-87

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES				
	1983	1984	1985	1986	1987
Residencial	1.034.511	1.087.628	1.160.358	1.226.376	1.283.123
Industrial	17.546	17.414	18.538	22.414	23.609
Comercial	132.319	134.149	137.975	147.003	153.437
Rural	98.197	110.924	149.948	180.612	206.993
Poderes Públicos	11.762	12.550	14.046	16.204	17.822
Iluminação Pública	931	957	990	1.019	1.029
Serviços Públicos	1.148	1.240	1.371	1.515	1.627
Próprio	1.073	1.113	1.101	1.154	1.198
TOTAL	1.297.487	1.365.975	1.484.327	1.596.297	1.688.838

FONTE: COPEL

NOTA: Inclusive autoprodutores.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, NAS ÁREAS URBANA E RURAL, SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES, NO PARANÁ — 1983-87

CLASSES DE CONSUMIDORES	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1983	1984	1985	§ 1986	1987
Residencial	1.449	1.540	1.665	1.742	1.970
Industrial	3.030	3.453	4.224	434	4.420
Comercial	918	1.004	1.083	1.041	1.140
Poderes Públicos	146	156	185	189	210
Iluminação Pública	366	391	426	405	472
Serviços Públicos	218	239	250	259	280
Próprio	51	62	61	67	67
Subtotal-Urbano	6.178	6.845	7.894	8.048	8.560
Rural	317	375	455	529	624
TOTAL	6.495	7.220	8.349	8.577	9.192

FONTE: COPEL

NOTAS: (1) 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

(2) Inclusive autoprodutores.

OFERTA DE ENERGIA PRIMÁRIA DESTINADA AO CONSUMO PARANAENSE — 1983/87

FONTES	§ 1983	%	§ 1984	%	§ 1985	%	1986	%	1987*	%
Petróleo	3.243	43,3	3.245	41,1	3.232	38,3	3.542	39,6	3.460	37,0
Energia Hidráulica	1.996	26,7	2.130	27,1	2.453	29,1	2.488	27,8	2.850	30,5
Lenha	1.188	15,9	1.421	18,1	1.416	16,8	1.498	16,8	1.470	15,7
Cana-de-Açúcar	755	10,1	753	9,6	981	11,7	1.119	12,5	1.250	13,4
Carvão Mineral	246	3,3	270	3,4	262	3,1	225	2,5	250	2,7
Xisto	36	0,5	40	0,5	46	0,5	48	0,6	50	0,5
Outras Fontes	19	0,2	18	0,2	44	0,5	20	0,2	20	0,2
TOTAL	7.483	100,0	7.877	100,0	8.434	100,0	8.910	100,0	9.350	100,0

FONTE: COPEL

EDUCAÇÃO

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 1º GRAU, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, NO PARANÁ — 1983-87

LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				TOTAL GERAL
	Federal	Estadual	Municipal	Total	
Urbana					
1983	1	1.541	705	2.247	2.603
1984	1	1.579	739	2.319	2.672
1985	1	1.604	783	2.388	2.751
1986	1	1.623	788	2.412	2.787
1987	1	1.647	822	2.470	2.849
Rural					
1983	10	1.219	8.391	9.620	9.734
1984	11	1.196	8.286	9.493	9.578
1985	11	1.174	8.163	9.348	9.434
1986	13	1.190	8.166	9.369	9.451
1987	14	1.169	8.116	9.299	9.378
Total					
1983	11	2.760	9.096	11.867	12.337
1984	12	2.775	9.025	11.812	12.250
1985	12	2.778	8.946	11.736	12.185
1986	14	2.813	8.959	11.786	12.238
1987	15	2.816	8.938	11.769	12.227

FONTE: FUNDEPAR-SEED

MATRICULAS NO ENSINO DE 1º GRAU, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO,
NO PARANA — 1983-87

LOCALIZAÇÃO	Federal	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			Particular	TOTAL GERAL
		Estadual	Municipal	Total		
Urbana						
1983	491	793.108	201.040	994.639	139.751	1.134.390
1984	568	838.309	205.687	1.044.564	136.995	1.181.559
1985	532	846.948	207.032	1.054.512	141.704	1.196.216
1986	347	871.646	215.505	1.087.498	144.317	1.231.815
1987	207	862.996	225.771	1.088.974	151.052	1.240.026
Rural						
1983	497	61.820	314.727	377.044	9.125	386.169
1984	539	62.991	309.121	372.651	7.208	379.859
1985	564	62.413	294.430	357.407	6.647	364.054
1986	650	66.313	289.823	356.786	6.181	362.967
1987	603	64.616	271.359	336.578	5.038	341.616
Total						
1983	988	854.928	515.767	1.371.683	148.876	1.520.559
1984	1.107	901.300	514.808	1.417.215	144.203	1.516.418
1985	1.069	909.361	501.462	1.411.919	148.351	1.560.270
1986	997	937.959	505.328	1.444.284	150.498	1.594.782
1987	810	927.612	497.130	1.425.352	156.090	1.581.642

FONTE: FUNDEPAR-SEED

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO QUE OFERTAM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, NO PARANÁ - 1983-87

LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
Urbana					
1983	338	542	287	495	1.662
1984	781	549	251	538	2.119
1985	654	620	354	601	2.229
1986	40	666	935	635	2.276
1987	18	714	953	675	2.360
Rural					
1983	206	40	119	7	372
1984	399	29	68	10	506
1985	298	47	97	11	453
1986	25	59	395	13	492
1987	13	63	437	14	527
Total					
1983	544	582	406	502	2.034
1984	1.180	578	319	548	2.625
1985	952	667	451	612	2.682
1986	65	725	1.330	648	2.768
1987	31	777	1.390	689	2.887

FONTE: FUNDEPAR-SEED

MATRICULAS NA EDUCACAO PRÉ-ESCOLAR, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, NO PARANÁ - 1983-87

LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
Urbana					
1983	14.722	26.300	17.183	58.205	105.507
1984	30.988	27.095	16.002	74.085	122.929
1985	23.471	30.853	20.775	75.099	130.193
1986	1.824	34.314	42.649	78.787	141.286
1987	832	36.185	45.026	82.043	150.031
Rural					
1983	4.917	982	2.749	8.648	8.927
1984	9.533	740	1.532	11.805	12.160
1985	6.397	1.211	2.246	9.854	10.131
1986	585	1.355	8.666	10.606	10.965
1987	303	1.569	9.355	11.227	11.648
Total					
1983	19.639	27.282	19.932	66.853	114.434
1984	40.521	27.853	17.534	85.890	135.089
1985	29.868	32.064	23.021	84.953	140.324
1986	2.409	35.669	51.315	89.393	152.251
1987	1.135	37.757	54.381	93.273	161.679

FONTE: FUNDEPAR-SEED

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 2º GRAU, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, NO PARANÁ — 1983-87

LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
Urbana					
1983	2	358	4	364	177
1984	2	364	1	367	179
1985	2	381	1	384	181
1986	3	389	1	393	178
1987	3	399	1	403	176
Rural					
1983	—	2	1	3	3
1984	—	2	1	3	3
1985	—	3	—	3	4
1986	—	2	1	3	5
1987	—	2	1	3	7
Total					
1983	2	360	5	367	180
1984	2	366	2	370	182
1985	2	384	1	387	185
1986	3	391	2	396	183
1987	3	401	2	406	183

FONTE: FUNDEPAR-SEED

MATRICULAS NO ENSINO DE 2º GRAU, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, NO PARANÁ - 1983-87

LOCALIZAÇÃO	Federal	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			TOTAL
		Estadual	Municipal	Particular	
Urbana					
1983	5.733	124.300	423	130.456	170.592
1984	6.396	133.132	61	139.589	177.837
1985	7.010	135.357	58	142.425	181.168
1986	6.179	140.701	92	146.972	187.560
1987	6.060	134.727	149	140.936	185.881
Rural					
1983	—	218	80	298	641
1984	—	245	58	303	692
1985	—	318	—	318	784
1986	—	216	40	256	721
1987	—	215	39	254	872
Total					
1983	5.733	124.518	503	130.754	171.233
1984	6.396	133.377	119	130.892	178.529
1985	7.010	135.675	58	142.743	181.952
1986	6.179	140.917	132	147.228	188.281
1987	6.060	134.942	188	141.190	186.753

FONTE: FUNDEPAR-SEED

**MATRÍCULAS EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM EDUCAÇÃO
ESPECIAL, DA ZONA URBANA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA
ADMINISTRATIVA, NO PARANÁ — 1983-87**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MATRÍCULAS E, INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS				
	1983	1984	1985	§ 1986	1987
Estadual	185	165	322	325	427
Municipal	325	251	258	526	544
Total	510	416	580	851	971
Particular	5.779	6.071	6.654	7.372	7.614
TOTAL	6.289	6.487	7.234	8.223	8.585

FONTE: FUNDEPAR-SEED

**MATRÍCULAS EM CLASSES ESPECIAIS NOS ESTABELECIMENTOS QUE
OFERTAM ENSINO REGULAR, DA ZONA URBANA, SEGUNDO A
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, NO PARANÁ — 1983-87**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MATRÍCULAS EM CLASSES ESPECIAIS				
	1983	1984	1985	§ 1986	1987
Estadual	1.962	1.745	2.004	2.580	3.557
Municipal	315	406	862	400	467
Total	2.277	2.151	2.866	2.980	4.024
Particular	137	173	212	316	273
TOTAL	2.414	2.324	3.078	3.296	4.297

FONTE: FUNDEPAR-SEED

SAÚDE

**NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL,
NO PARANÁ — 1983-87**

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE CONSULTAS				
	§ 1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Menor de 1 ano	158.798	171.839	177.093	167.452	159.916
1 a 4 anos	214.528	248.615	259.550	231.839	219.995
5 a 14 anos	209.204	247.809	251.031	225.384	223.433
15 e mais anos	638.542	794.604	900.639	857.037	869.765
Gestantes	110.015	123.468	137.413	132.612	125.920
Puérperas	10.167	11.003	12.503	13.467	13.773
TOTAL	1.341.254	1.597.338	1.738.229	1.627.891	1.612.802

FONTE: FCMR-SESA

**ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR PRESTADA PELOS HOSPITAIS DA
FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA, NO PARANÁ — 1983-87**

DISCRIMINAÇÃO	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR				
	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Internamentos	22.086	24.569	24.213	23.381	25.626
Saídas (1)	28.705	25.620	24.494	23.325	21.299
Pacientes/Dia/Ano	531.331	525.729	469.279	432.293	390.912
Taxa de Ocupação	67,0	60,0	57,0	53,2	53,6
Consultas Médicas	82.350	105.436	80.675	96.800	98.010
Exames Radiológicos	15.797	16.329	14.564	40.015	49.744
Atendimentos Odontológicos	13.948	13.018	7.701	6.987	5.697
Cirurgias	2.317	2.308	2.281	1.819	2.000
Ações Obstétricas	3.069	3.435	4.316	4.858	4.930
Eletrodiagnósticos	655	1.104	1.119	1.213	1.358
Exames de Laboratório	63.143	82.192	97.871	122.784	125.767
Ações de Serviço Social	49.443	43.145	53.812	66.763	45.284

FONTE: FCMR-SESA

(1) Estão incluídos os pacientes remanescentes do ano anterior.

NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1983-87

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM				
	§ 1983	1984 ⁽¹⁾	§ 1985 ⁽²⁾	§ 1986	? 1987
Menor de 1 ano	151.290	49.340	380.945	577.113	665.070
1 a 4 anos	162.623	63.439	479.212	710.086	897.419
5 a 14 anos	118.208	41.846	432.518	570.464	663.144
15 e mais anos	356.132	106.416	1.187.200	1.790.316	2.084.724
Gestantes	64.331	29.664	261.479	335.822	362.494
Puérperas	9.644	4.249	31.608	59.459	89.668
TOTAL	862.228	294.954	(3)3.211.165	(4)4.755.574	(5)5.692.677

FONTE: FCMR-SESA

- (1) No ano de 1984, houve mudança no critério de registro de atendimento de enfermagem, deixando de ser computadas tarefas como aplicação de injeção, preparo, entrega de medicamentos, pós-consulta e consulta de enfermagem.
- (2) Em 1985, todas as atividades já citadas acima, voltaram a ser computadas em um novo formulário, exceto consulta de enfermagem.
- (3) Inclui 438.203 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.
- (4) Inclui 712.314 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.
- (5) Inclui 930.158 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.

NÚMERO DE CONSULTAS DE ENFERMAGEM, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1984-87

GRUPO POPULACIONAL	1984	1985	§ 1986	? 1987
Menor de 1 ano	8.676	10.806	9.036	7.912
1 a 4 anos	11.113	12.098	7.083	7.215
5 a 14 anos	8.619	10.777	7.100	7.019
15 e mais anos	16.481	27.150	19.370	22.493
Gestantes	8.645	8.334	8.139	6.625
Puérperas	911	1.097	896	699
TOTAL	54.445	70.262	51.624	51.963

FONTE: FCMR-SESA

NOTA: Os dados sobre consultas de enfermagem passaram a ser coletados a partir de 1984.

**ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PRESTADA, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL,
NO PARANÁ — 1983-87**

GRUPO POPULACIONAL	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA				
	1983	1984	1985	1986	1987
Aplicação do Flúor (crianças)	788.708	927.513	1.034.246	1.129.469	1.213.588
Escolares e Pré-Escolares	133.851	146.956	194.894	392.524	510.281
Gestantes e Outros Grupos	100.657	87.287	97.766	175.760	210.912

FONTE: FCMR-SESA

NÚMERO DE CONSULTAS E ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL, NO PARANÁ — 1983-87

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE CONSULTAS E ATENDIMENTOS				
	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Consultas Médico-Psiquiátricas	41.994	47.857	49.685	45.904	46.427
Consultas Psicológicas	40.424	51.246	50.924	53.085	59.611
Atendimento Preventivo — Individual e em Grupo	18.098	32.256	30.313	27.765	30.363

FONTE: FCMR-SESA

AÇÕES PRESTADAS PELO SERVIÇO SOCIAL, NO PARANÁ — 1983-87

AÇÕES	ATENDIMENTOS À CLIENTELA INSCRITA				
	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Individualizados	39.942	48.591	67.502	64.859	129.602
Grupais	56.302	116.084	92.714	49.737	83.242

FONTE: FCMR-SESA

**NÚMERO DE MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE,
NO PARANÁ — 1983-87**

DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985	1986	? 1987
Unidades Distribuídas	35.557.633	45.210.394	54.968.775	61.544.767	89.129.650

FONTE: FCMR-SESA

**COBERTURA VACINAL DE ROTINA EM CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO, SEGUNDO
O TIPO DE DOENÇA, NO PARANÁ — 1983-87**

TIPO DE DOENÇA	COBERTURA VACINAL (%)				
	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Contra a Tuberculose (BCG)	102,8	100,6	95,9	90,9	93,6
Contra a Difteria, Tétano e Coqueluche (Tríplice) ⁽¹⁾	82,5	76,7	76,9	80,5	81,8
Contra o Sarampo	101,9	84,7	80,4	87,1	88,4
Contra Pólio ⁽¹⁾	73,7	73,5	74,1	79,6	81,5

FONTE: FCMR-SESA

NOTA: As diferenças verificadas no período 1983-84 são consequência de aperfeiçoamento da metodologia de apropriação de dados.

(1) Refere-se à 3ª dose.

COBERTURA VACINAL NOS DIAS NACIONAIS CONTRA A POLIOMIELITE EM CRIANÇAS DE 0 A 4 ANOS, SEGUNDO AS FASES, NO PARANÁ — 1983-87

FASES	COBERTURA VACINAL (%)				
	1983	1984	1985	1986	? 1987
1ª Fase	94,9	93,0	88,8	90,6	88,0
2ª Fase	99,9	89,9	87,4	78,6	93,6

FONTE: FCMR-SESA

**NÚMERO DE EXAMES LABORATORIAIS REALIZADOS, SEGUNDO O TIPO DE EXAME,
NO PARANÁ — 1983-87**

TIPOS DE EXAMES	NÚMERO DE EXAMES				
	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Exames Físico-Químicos, Microbiológicos e Microscópicos, para Análises Fiscais e Controle de Alimentos	8.123	9.708	10.426	9.341	7.039
Exames Microbiológicos para o Diagnóstico, Controle e Tratamento das Doenças Infecto Contagiosas	(1) 52.117	37.361	35.486	34.219	35.961
Exames Cito e Histopatológicos	16.808	10.164	11.884	15.412	8.922
Exames Imunológicos	15.568	21.470	31.136	20.601	15.212
Exames de Análises Clínicas	321.498	435.936	466.779	471.904	536.718
TOTAL	414.114	514.639	555.711	551.477	603.852

FONTE: FCMR-SESA

(1) Aumento em razão do número de surtos de toxinfecção alimentar ocorridos nesse ano.

**NÚMERO DE INVESTIGAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS REALIZADAS,
NO PARANÁ — 1983-87**

DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Investigações Realizadas	18.672	24.017	10.804	23.488	14.018

FONTE: FCMR-SESA

NÚMERO DE SINTOMÁTICOS, COMUNICANTES E PACIENTES PORTADORES DE TUBERCULOSE, CONTROLADOS PELO SERVIÇO DE PNEUMOLOGIA SANITÁRIA, NO PARANÁ — 1983-87

DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Sintomáticos Respiratórios					
Examinados	16.127	18.428	19.149	16.146	13.989
Comunicantes Examinados	8.974	11.167	10.846	8.277	6.538
Casos de Tuberculose Diagnósticos e Tratados	3.124	3.733	3.355	3.525	3.055
Casos de Tuberculose que Receberam Alta por Cura	2.241	2.511	2.239	1.716	1.040

FONTE: FCMR/SESA

NÚMERO DE PACIENTES PORTADORES DE HANSENÍASE, CONTROLADOS PELO SERVIÇO DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA, NO PARANÁ — 1983-87

DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Doentes Controlados	13.824	13.024	13.499	13.695	14.207
Pacientes Submetidos às Técnicas de Prevenção de Incapacidades Físicas	2.356	3.457	10.353	4.626	6.894

FONTE: FCMR/SESA

NÚMERO DE AMOSTRAS COLETADAS EM ANIMAIS SUSPEITOS DE RAIVA PELO SERVIÇO DE ZONÓSES, NO PARANÁ — 1983-87

DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Amostras Coletadas em Animais Suspeitos, para Exame de Raiva	1.023	1.310	1.796	1.280	1.393

FONTE: FCMR/SESA

**NÚMERO DE ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO CENTRO DE INFORMAÇÃO
TOXICOLÓGICA, NO PARANÁ — 1983-87**

DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Atendimentos Prestados às Solicitações de Todo o Estado	1.408	1.545	2.183	2.467	4.072

FONTE: FCMR/SESA

**NÚMERO DE INSPEÇÕES REALIZADAS PELO SERVIÇO DE HIGIENE E CONTROLE
DE ALIMENTOS, NO PARANÁ — 1983-87**

DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Inspeções em Estabelecimentos Comerciais e Industriais	380.980	417.716	52.952	87.924	170.036

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: Até 1984, incluem estabelecimentos prestadores de serviços; em 1985, somente estabelecimentos de alimentos.

**NÚMERO DE REFORMAS EM UNIDADES DE SAÚDE, SEGUNDO O TIPO DE UNIDADE,
NO PARANÁ — 1983-87**

TIPO DE UNIDADE	NÚMERO DE REFORMAS				
	1983	1984	1985	1986	1987
Centros de Saúde	6	15	68	11	45
Escritórios Distritais	2	—	3	—	—
Laboratórios	2	2	—	—	—
Hospitais	—	3	2	17	6
Centro Social Rural Adaptado para Hospital	—	1	—	—	—
Postos de Saúde	—	—	7	42	14

FONTE: FCMR/SESA

NÚMERO DE CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES, SANITÁRIAS, SEGUNDO O TIPO DE UNIDADE, NO PARANÁ — 1983-87

TIPO DE UNIDADE	NÚMERO DE CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES									
	1983		1984		1985		1986		1987	
	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)
Postos de Saúde Construídos	8	500	5	315	186	10.240	114	6.599	135	8.025
Postos de Saúde Ampliados	1	40	—	—	3	179	—	—	4	193
Centros de Saúde Construídos	2	252	—	—	17	3.545	15	3.028	16	3.368
Centros de Saúde Ampliados	1	79	1	35	16	593	1	107	34	1.532
Hospitais Ampliados	—	—	—	—	1	73	1	264	2	303
Centros Sociais Rurais Construídos	25	5.355	22	4.032	28	5.345	16	3.138	—	—
Hospital Construído	—	—	—	—	1	778	2	1.556	3	1.589
Escritório Distrital Ampliado	—	—	—	—	1	80	—	—	—	—

FONTE: FCMR-SESA

HABITAÇÃO

**PROGRAMAÇÃO DA LINHA DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,
PARA PRODUÇÃO HABITACIONAL POPULAR NO PARANÁ**

PROGRAMAS	1987/88 (12 meses)	1988/89 (12 meses)	TOTAL
1) Crédito Aberto (87)			
Especial	6.847	10.434	17.281
Convenção	1.443	3.422	4.865
Especial	10.350	12.650	23.000
Convenção	9.000	11.000	20.000
Convenção	—	2.000	2.000
2) Crédito Existente			
Especial	5.000	—	5.000
Convenção	1.200	—	1.200
Total Lotes	10.350	12.650	23.000
Total de Unidades Habitacionais	23.490	26.856	50.346
Total de Contratos	33.840	39.506	73.346

POSIÇÃO DA PRODUÇÃO HABITACIONAL DA COHAPAR EM 31/12/87.

PROGRAMA	Con- cluído	Exe- cução	Auto- rizado	Pro- jeto	Aná- lise	Total
Especial						
Mutirão	(1)4.665	2.572	1.489	7.969	5.109	21.804
Mutirão — MHU	—	757	174	—	—	931
Auto Construção	4	73	—	292	1.001	1.370
Lotes Urbanizados	—	86	—	2.638	1.106	3.830
Habitação Rural	—	—	25	26	50	101
Total	4.669	3.488	1.688	10.925	7.266	28.036
Convencional						
Conjunto	1.073	5.483	3.912	7.287	(2)14.156	31.911
Unid. Isolada (FICAM)	26	330	163	259	—	778
Total	1.099	5.813	4.075	7.546	14.156	32.689
Total Geral	5.768	9.301	5.763	18.471	21.422	60.725

NOTAS: (1) Deste total, 4.346 foram concluídas entre 16/03 a 31/12/87

(2) Editais abertos: 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, e 22/87

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO TESOURO DO
ESTADO E DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PELO SISTEMA MUTIRÃO,
CONCLUÍDOS SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1987.**

MUNICÍPIOS	Unidades Habitacionais	Área Total m²	Valor do Investimento OTN's
Alto Paraná	24	1.066	4.920
Alto Piquiri	8	355	1.640
Ampére	20	888	4.100
Apucarana	332	14.741	68.060
Arapoti	55	2.442	11.275
Araruna	39	1.732	7.995
Assis Chateaubriand	40	1.776	8.200
Astorga	20	888	4.100
Atalaia	16	710	3.280
Bandeirantes	80	3.552	16.400
Boa Esperança	54	2.398	11.070
Bom Sucesso	39	1.732	7.995
Cafelândia	32	1.421	6.560
Califórnia	34	1.510	6.970
Cambará	50	2.220	10.250
Campina da Lagoa	19	844	3.895
Campo Mourão	30	1.332	6.150
Campo Mourão	38	1.688	7.790
Campo Mourão	38	1.688	7.790
Campo Mourão	21	932	4.305
Campo Mourão	45	1.998	9.225
Campo Mourão	23	1.021	4.715
Campo Mourão	47	2.087	9.635
Cantagalo	18	799	3.690
Capanema	40	1.776	8.200
Capitão Leônidas Marques	34	1.510	6.970
Cascavel	231	10.256	47.355
Céu Azul	30	1.332	6.150
Cianorte	66	2.930	13.530
Cidade Gaúcha	46	2.042	9.430
Cidade Gaúcha	54	2.398	11.070
Colorado	12	533	2.460
Colorado	25	1.110	5.125
Congonhinhas	30	1.332	6.150
Congonhinhas	20	888	4.100
Dois Vizinhos	55	2.442	11.275
Dois Vizinhos	57	2.531	11.685
Douradina	24	1.066	4.920
Doutor Camargo	16	710	3.280
Engenheiro Beltrão	51	2.264	10.455
Engenheiro Beltrão	18	799	3.690
Engenheiro Beltrão	48	2.131	9.840
Engenheiro Beltrão	48	2.131	9.840
Figueira	30	1.332	6.150
Floraí	8	355	1.640
Flórida	26	1.154	5.330
Flórida	11	488	2.255
Foz do Iguaçu	70	3.108	14.350
Francisco Beltrão	32	1.421	6.560

continua

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO TESOURO DO
ESTADO E DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PELO SISTEMA MUTIRÃO,
CONCLUÍDOS SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1987. continuação**

MUNICÍPIOS	Unidades Habitacionais	Área Total m²	Valor do Investimento OTN's
Grandes Rios	8	355	1.640
Guaíra	31	1.376	6.355
Guaíra	37	1.643	7.585
Guapirama	13	577	2.665
Guapirama	10	444	2.050
Guaraci	29	1.288	5.945
Guaraci	41	1.820	8.405
Guarapuava	6	266	1.230
Guarapuava	70	3.108	14.350
Ibaiti	36	1.598	7.380
Ibiporã	33	1.465	6.765
Iguaçu	13	577	2.665
Inácio Martins	9	399	1.845
Ipiranga	20	888	4.100
Iporã	22	977	4.510
Irati	40	1.776	8.200
Irati	23	1.021	4.715
Irati	43	1.909	8.815
Iretama	24	1.066	4.920
Itambaracá	21	932	4.305
Itambé	13	577	2.665
Ivaí	23	1.021	4.715
Jandaia do Sul	21	932	4.305
Janiópolis	20	888	4.100
Janiópolis	15	666	3.075
Janiópolis	34	1.510	6.970
Laranjeiras	10	444	2.050
Lobato	22	977	4.510
Mamboré	19	844	3.895
Mamboré	20	888	4.100
Mandaguaçu	26	1.154	5.330
Manoel Ribas	46	2.042	9.430
Manoel Ribas	22	977	4.510
Marechal Cândido Rondon	32	1.421	6.560
Maria Helena	20	888	4.100
Matelândia	45	1.998	9.225
Medianeira	46	2.042	9.430
Mirador	12	533	2.460
Miraselva	18	799	3.690
Nossa Senhora das Graças	30	1.332	6.150
Nossa Senhora das Graças	21	932	4.305
Nova Aurora	40	1.776	8.200
Nova Cantu	30	1.332	6.150
Nova Esperança	21	932	4.305
Ortigueira	16	710	3.280
Palotina	100	4.440	20.500
Palotina	58	2.575	11.890
Paranacity	36	1.598	7.380
Paulo Frontin	19	844	3.895

continua

CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO TESOURO DO ESTADO E DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PELO SISTEMA MUTIRÃO, CONCLUÍDOS SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1987. continuação

MUNICÍPIOS	Unidades Habitacionais	Área Total m²	Valor do Investimento OTN's
Pérola	20	888	4.100
Pérola do Oeste	21	932	4.305
Piên	20	888	4.100
Piên	30	1.332	6.150
Pinhão	31	1.376	6.355
Planalto	31	1.376	6.355
Planalto	18	799	3.690
Porto Vitória	13	577	2.665
Quatiguá	15	666	3.075
Quinta do Sol	17	755,	3.485
Realeza	30	1.332	6.150
Rebouças	10	444	2.050
Rio Azul	14	622	2.870
Sabáudia	31	1.376	6.355
Salto do Lontra	30	1.332	6.150
Santa Amélia	23	1.021	4.715
Santa Cruz do Monte Castelo	47	2.087	9.635
Santa Fé	36	1.598	7.380
Santa Fé	36	1.598	7.380
Santa Terezinha do Itaipu	16	710	3.280
Santo Antônio do Sudoeste	36	1.598	7.380
São Jerônimo da Serra	20	888	4.100
São Jorge do Patrocínio	15	666	3.075
São Pedro do Ivaí	45	1.998	9.225
Sapopema	17	755	3.485
Tamboara	15	666	3.075
Tapejara	31	1.376	6.355
Terra Boa	78	3.463	15.990
Tibagi	21	932	4.305
Toledo	65	2.886	13.325
Toledo	20	888	4.100
Toledo	24	1.066	4.920
Três Barras do Paraná	30	1.332	6.150
Tuneiras do Oeste	15	666	3.075
Umuarama	52	2.309	10.660
União da Vitória	53	2.353	10.865
União da Vitória	41	1.820	8.405
Verê	30	1.332	6.150
Total: (104 Municípios) (136 Conjuntos)	4.665	206.829	956.325

FONTE: COHAPAR

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PELO SISTEMA CONVENCIONAL,
CONCLUÍDOS SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1987.**

MUNICÍPIOS	Unidades Habitacionais	Área Total m²	Valor do Investimento OTN's
Cascavel	136	5.440	92.480
Cascavel	92	3.680	62.560
Cascavel	122	4.880	82.960
Cascavel	421	16.840	286.280
Francisco Beltrão	208	8.320	141.440
Grandes Rios	16	640	10.880
Rio Bom	24	960	16.320
Sabáudia	20	800	13.600
Sta. Cecília do Pavão	34	1.360	23.120
Total: (6 Municípios)	1.073	42.920	729.640

FONTE: COHAPAR

VALOR DA OTN: Cz\$ 522,99.

**CASAS ISOLADAS FINANCIADAS COM RECURSOS DA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PELO SISTEMA CONVENCIONAL (FICAM),
CONCLUÍDAS SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1987.**

MUNICÍPIOS	Unidades Habitacionais	Área Total m²	Valor do Investimento OTN's
Apucarana	12	480	10.735
Campo Mourão	3	120	2.684
Janiópolis	5	200	4.473
São Sebastião da Amoreira	6	240	5.367
Total: (4 Municípios)	26	1.040	23.259

FONTE: COHAPAR

VALOR ONT Cz\$ 522,99

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO
TESOURO DO ESTADO E DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PELO SISTEMA MUTIRÃO,
EM CONSTRUÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1987.**

MUNICÍPIOS	Unidades Habitacionais
Alto Piquiri	16
Alto Piquiri	22
Astorga	100
Atalaia	41
Barra do Jacaré	20
Bela Vista do Paraíso	108
Califórnia	86
Campo Mourão	30
Cantagalo	20
Catanduvás	38
Colorado	8
Colorado	16
Colorado	18
Coronel Vidida	27
Doutor Camargo	15
Engenheiro Beltrão	59
Faxinal	52
Floraf	11
Grandes Rios	15
Grandes Rios	15
Guaira	24
Guaraci	30
Guaraci	34
Guarapuava	118
Guarapuava	90
Irati	58
Ivaiporã	100
Kaloré	27
Laranjeiras do Sul	25
Loanda	39
Lupionópolis	27
Manoel Ribas	63
Marechal Cândido Rondon	45
Maringá	343
Munhoz de Mello	17
Nossa Senhora das Graças	34
Nova Aurora	40
Nova Londrina	91
Nova Santa Rosa	32
Ortigueira	12
Paula Freitas	12
Querência do Norte	26
Realeza	12
Realeza	25
Rio Azul	16
Rio Negro	82
Roncador	38
Santa Helena	30
Santo Inácio	45
São Jerônimo da Serra	13

continua

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO
TESOURO DO ESTADO E DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PELO SISTEMA MUTIRÃO,
EM CONSTRUÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ – 1987.**

MUNICÍPIOS	continuação	Unidades Habitacionais
São Miguel do Iguçu		54
Sengés		20
Santa Cruz do Monte Castelo		43
Tamboara		30
Teixeira Soares		32
Toledo		25
Toledo		21
Toledo		20
União da Vitória		62
Total: (50 Municípios) (59 Conjuntos)		2.572

FONTE: COHAPAR

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO MHU,
PELO SISTEMA MUTIRÃO, EM CONSTRUÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
DO PARANÁ — 1987.**

MUNICÍPIOS	Unidades Habitacionais
Abatiá	20
Castro	100
Centenário do Sul	60
Corbélia	25
Cornélio Procopio	60
Douradina	40
Ipiranga	26
Ivaí	20
Jandaia do Sul	50
Nova Londrina	30
Palotina	56
Piraí do Sul	120
Telêmaco Borba	100
Tibagi	50
Total: (14 Municípios)	757

FONTE: COHAPAR

**CASAS ISOLADAS FINANCIADAS COM RECURSOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,
PELO SISTEMA AUTO CONSTRUÇÃO, EM CONSTRUÇÃO SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1987.**

MUNICÍPIOS	Unidades Habitacionais
Cambé	32
Centenário do Sul	1
Curitiba	1
Francisco Beltrão	9
Guarapuava	4
Lobato	12
Toledo	10
Vitorino	4
Total: (8 Municípios)	73

FONTE: COHAPAR

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PELO SISTEMA CONVENCIONAL, EM CONSTRUÇÃO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1987.**

MUNICÍPIOS	Unidades Habitacionais
Alto Piquiri	22
Altônia	56
Andirá	100
Apucarana	254
Arapongas	400
Bela Vista do Paraíso	100
Bela Vista do Paraíso	77
Cambará	126
Cambé	48
Campo Mourão	426
Campo Mourão	11
Centenário do Sul	222
Cianorte	173
Colorado	100
Colorado	62
Colorado	18
Cornélio Procópio	99
Cruzeiro do Oeste	59
Engenheiro Beltrão	58
Engenheiro Beltrão	19
Francisco Beltrão	92
Ibiporã	91
Jardim Alegre	6
Lupionópolis	85
Lupionópolis	20
Mandaguari	92
Marilândia do Sul	9
Maringá	112
Maringá	250
Maringá	201
Maringá	257
Matinhos	245
Medianeira	92
Missal	50
Nova Cantu	36
Palmital	98
Pérola	48
Ponta Grossa	328
Realeza	15
Rio Negro	49
Rolândia	228
Rolândia	22
Rolândia	69
Sabáudia	25
Santo Antônio da Platina	100
São Miguel do Iguçu	52
Sarandi	80
Umuarama	76
Umuarama	61
Umuarama	114

continua

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PELO SISTEMA CONVENCIONAL, EM CONSTRUÇÃO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1987.** continuação

MUNICÍPIOS	Unidades Habitacionais
União da Vitória	50
Total: (38 Municípios) (51 Conjuntos)	5.483

FONTE: COHAPAR

**CASAS ISOLADAS, FINANCIADAS COM RECURSOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,
PELO SISTEMA CONVENCIONAL, (FICAM), EM CONSTRUÇÃO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ – 1987.**

MUNICÍPIOS	Unidades Habitacionais
Agudos do Sul	1
Apucarana	65
Arapongas	1
Assaí	7
Astorga	8
Barbosa Ferraz	2
Boa Esperança	4
Campina da Lagoa	2
Campo Mourão	45
Cascavel	4
Catanduvas (Ibema)	60
Cornélio Procopio	7
Curitiba	1
Francisco Beltrão	7
Goio-Erê	11
Guarapuava	21
Irati	5
Iretama	1
Janiópolis	6
Lapa	8
Leópolis	1
Mamborê	4
Maringá	9
Matelândia	2
Medianeira	2
Mirassolva	5
Peabirú	4
Ponta Grossa	21
Quinta do Sol	1
Roncador	1
Sabáudia	2
Santa Terezinha do Itaipu	2
São Sebastião da Amoreira	9
União da Vitória	1
Total: (34 Municípios)	330

FONTE: COHAPAR

**LOTES FINANCIADOS COM RECURSOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,
PELO SISTEMA LOTES URBANIZADOS, EM OBRAS, SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1987.**

MUNICÍPIOS	Unidades
Dois Vizinhos	43
Realeza	43
Total: (2 Municípios)	86

FONTE: COHAPAR

**ADMINISTRAÇÃO
FAZENDÁRIA**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA, NO PARANÁ — 1986-87

RECEITAS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					Valores Correntes	
	Realizada em 1986 A	Previsão em 1987 (Cz\$ 1.000,00) B	Variação Percentual B/A	Realizada em 1987 (Cz\$ 1.000,00) C	Variação Percentual C/A	C/B	
ICM	11.484.087	13.320.000	16,0	30.615.512	166,6	129,9	
ITBI	261.493	234.000	(10,5)	529.935	102,7	126,5	
IPVA	195.139	245.000	25,5	263.265	34,9	7,5	
Outras Receitas Correntes (1)	775.269	592.806	(23,5)	3.018.827	289,4	409,2	
Transferências Federais	1.809.560	2.279.585	26,0	5.593.564	209,1	145,4	
Operações de Crédito	2.571.572	7.875.609	206,3	10.360.408	302,9	31,6	
TOTAL	17.097.120	24.547.000	43,6	50.381.511	194,7	105,3	

FONTE: CAFE-SEFA

(1) Este ítem inclui Taxas, Receita Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços, Outras Receitas Correntes, Alienação de Bens e Amortização de Empréstimos aos Municípios. Estas receitas só poderão ser detalhadas por ocasião da elaboração do Balanço Geral do Estado.

COMPORTAMENTO HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL, NO PARANÁ - 1983-87

Valores Correntes

ANOS	COMPOSIÇÃO DA RECEITA (Cz\$ 1.000,00)									
	Tributária Valor	%	Outras Valor	%	Operações de Crédito Valor	%	Transferências Federais Valor	%	TOTAL Valor	%
1983	288.209.461	67,5	15.561.151	3,6	71.832.936	16,8	51.604.274	12,1	427.207.822	100,0
1984	1.006.203.762	73,1	73.682.461	5,3	163.108.967	11,8	135.346.526	9,8	1.378.341.716	100,0
1985	3.878.188.110	63,9	313.787.016	5,2	1.241.891.225	20,4	638.500.083	10,5	6.072.366.434	100,0
1986	12.126.266.587	70,9	589.721.907	3,4	2.571.572.003	15,1	1.809.559.520	10,6	17.097.120.017	100,0
1987	31.824.672.525	63,2	2.602.866.215	5,2	10.360.407.799	20,5	5.593.564.326	11,1	50.381.510.865	100,0

FONTE: CAFE-SEFA

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS, PARA O ESTADO DO PARANÁ — 1986-87

DISCRIMINAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS						Valores Correntes	
	Receita Executada em 1986	Receita Orçamentária Prevista em 1987 (Cz\$ 1.000,00)	Variação Percentual B/A	Receita Orçamentária Executada em 1987 (Cz\$ 1.000,00)	Variação Percentual C/A	C	C/A	C/B
	A	B	B/A	C	C/A	C	C/A	C/B
Fundo de Participação dos Estados	939.388	910.000	(3,1)	2.419.907	157,6	2.419.907	157,6	165,9
Imposto de Renda Retido na Fonte	187.668	130.000	(30,7)	1.079.628	475,3	1.079.628	475,3	730,5
Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos	68.169	72.925	6,9	515.859	656,7	515.859	656,7	607,4
Fundo Rodoviário Nacional	60.609	65.155	7,5	461.140	660,8	461.140	660,8	607,8
Adicional	7.560	7.770	2,7	54.719	623,8	54.719	623,8	604,2
Taxa Rodoviária Única	1.537	—	—	—	—	—	—	—
Conservação e Melhorias	69	—	—	—	—	—	—	—
Programa de Mobilização Energética	1.468	—	—	—	—	—	—	—
Salário Educação	241.079	295.218	22,4	692.549	187,3	692.549	187,3	134,6
Imposto sobre Serviços de Transporte	100.898	116.707	15,6	309.639	206,9	309.639	206,9	165,3
Imposto Único sobre Energia Elétrica	209.070	171.545	(17,9)	406.845	94,6	406.845	94,6	137,2
Imposto Único sobre Minerais	36.382	33.190	(8,8)	82.513	126,8	82.513	126,8	148,6
Outras Transferências da União	25.369	550.000	116,8	86.624	241,5	86.624	241,5	(84,2)
TOTAL	1.809.560	2.279.585	26,0	5.593.564	209,1	5.593.564	209,1	145,4

FONTE: CAFE-SEFA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, SEGUNDO AS ÁREAS E OS ÓRGÃOS, NO PARANÁ — 1986-87

Valores Correntes — Cr\$ 1.000,00

ÁREAS E ÓRGÃOS	Realizada em 1986 A	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA Realizada em 1987			Total B	Variação Percentual B/A
		Pessoal	Correntes	Capital		
Institucional	6.710.482	11.752.298	2.304.864	1.502.891	15.560.053	231,8
ALE	208.685	527.013	154.539	3.587	685.139	328,3
TC	139.742	368.410	13.526	2.913	384.849	275,3
TJ	674.980	1.356.821	83.814	590.853	2.051.488	300,9
TA	34.382	92.318	6.164	2.833	101.315	294,6
GOV	404.804	2.199.872	231.785	190.072	2.621.729	647,6
SETA	44.482	111.346	71.807	65.926	249.079	559,9
SEPL	92.278	116.079	42.538	8.600	167.217	181,2
SEFA	563.536	703.326	207.154	71.707	912.387	174,3
SEAD	309.440	163.719	439.190	138.753	741.662	239,6
AGE/SEPL	312.450	—	284	308.080	308.364	98,6
AGE/SEFA	3.846.761	5.995.855	792.220	119.535	6.907.610	179,5
SECS	45.092	41.963	249.067	32	291.062	645,4
PGE	33.850	75.376	12.776	—	88.152	260,4
Social	5.972.218	13.605.090	1.656.870	685.801	15.947.761	267,0
PGJ	141.755	439.123	4.236	8	443.367	312,7
SEEC	129.833	157.108	78.593	5.777	241.478	185,9
SEED	3.914.642	9.119.042	987.819	462.733	10.569.594	270,00
SESA	598.679	776.390	275.058	64.873	1.116.321	186,4
SESP	1.078.002	2.920.599	263.541	96.471	3.280.611	304,3
SEJU	109.307	192.828	47.623	55.939	296.390	271,1
Econômica	4.387.414	1.365.775	1.650.905	8.557.254	11.573.934	263,7
SEAB	552.902	426.724	985.995	343.551	1.756.270	317,6

continua

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, SEGUNDO AS ÁREAS E OS ÓRGÃOS, NO PARANÁ — 1986-87
Valores Correntes — Cz\$ 1.000,00

ÁREAS E ÓRGÃOS	Realizada em 1986 A	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA Realizada em 1987			Total B	Variação Percentual B/A
		Pessoal	Despesas Correntes	Capital		
SEDU	752.491	172.541	128.946	1.674.368	1.975.855	262,5
SETR	2.974.854	727.222	362.488	6.483.696	7.573.406	254,5
SEIC	107.167	39.288	173.476	55.639	268.403	250,4
TOTAL	17.070.114	26.723.163	5.612.639	10.745.946	43.081.748	252,3

FONTE: CAFE/SEFA

(1) Despesa paga COC 315 de 20/01/88

(2) Não incluído Resíduos Passivos e 1986 e 1985

SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA PÚBLICA, NO ESTADO DO PARANÁ — 1986-87

DISCRIMINAÇÃO	SALDO DEVEDOR EM 31/12		EVOLUÇÃO DO SALDO DA DÍVIDA	
	1986	1987	1986	1987
	Moeda Original em 1.000	Equivalente em Czf 1.000	Moeda Original em 1.000	Equivalente em Czf 1.000
				Moeda Original %
Dívida Interna				
Czf ⁽¹⁾	2.613	2.613	2.370	2.370
OTN ⁽²⁾	4.635	493.159	15.230	7.965.096
US\$	131.835	1.969.485	241.241	17.300.128
UPC	8.551	909.828	4.940	2.267.238
TOTAL		3.375.085		27.534.832
Dívida Externa				
US\$	286.316	4.277.588	276.494	19.828.197
DM	83.696	642.532	84.115	3.792.430
Sw.Fr.	74.947	688.676	72.346	4.027.167
YEN	22.127.281	2.066.887	22.013.391	12.817.958
FL	19.164	130.208	18.571	744.283
Libra	9.666	212.073	9.594	1.281.009
TOTAL		8.017.964		42.491.044

FONTE: CAFE-SEFA

(1) Não considerado Cz/2.600.000 — Antecipação Receita Orçamentária

(2) Dados de Balanço.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO, INTERNAS E EXTERNAS, NO PARANÁ — 1987

Valores Correntes — Cz\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS (INGRESSADAS EM 1986)
Interna	2.732.043	7.698.125
Vinculada	1.006.320	1.419.343
Não Vinculadas	1.725.723	6.278.782
Externa	5.143.566	2.093.765
Vinculadas	1.507.326	1.597.675
Não Vinculadas	3.636.240	496.090
TOTAL	7.875.609	9.791.890
Antecipação da Receita Orçamentária		2.600.000
TOTAL		12.391.890

OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS E CONTRATADAS, NO PARANÁ — 1987

Valores Correntes — Cz\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	Realizadas no Exercício	Contratadas	Exercícios Anteriores
		Exercício 1987	
Dívida Interna	7.698.125	7.280.216	417.909
CEF/Sanepar/FAE	769.620	769.620	—
BNDDES	394.378	—	394.378
Aviso 09 MF-BB	4.048.784	4.048.784	—
Resolução 63	229.998	229.998	—
FAS/SEJU	6.912	—	6.912
CEF/PPS	169.217	152.598	16.619
CURA/Litoral	55.155	55.155	—
FIPLAN	4.472	4.472	—
Banco do Brasil (Sec. Finanças)	2.000.000	2.000.000	—
Escriturais	19.589	19.589	—
Dívida Externa	2.093.765	496.090	1.597.675
BID III	1.064.458	—	1.064.458
PrAM	336.978	—	336.978
4131 - Rolagem	496.090	496.090	—
Escriturais	196.239	—	196.239
TOTAL	9.791.890	7.776.306	2.015.584
Ant. Receita Orçamentária	2.600.000	2.600.000	—
TOTAL	12.391.890	—	—

BANESTADO S/A — APLICAÇÕES TOTAIS — 1983-87

DISCRIMINAÇÃO	APLICAÇÕES TOTAIS (Cz\$ 1.000,00)				
	1983	1984	1985	1986	1987
Agropecuária	979	562	802	2.125	4.150
Indústria	813	671	725	1.419	8.131
Comércio	279	199	295	1.554	2.566
Instituições Financeiras	—	4	—	4	4
Outras Atividades	520	301	390	1.223	2.597
Pessoa Física	253	92	297	561	1.051
Operações Especiais	5.511	5.359	7.416	5.538	32.047
Demais Operações do Setor Público	328	340	—	—	—
Adiantamentos a Depositantes	1	14	19	19	124
Desconto de Títulos	130	700	1.456	—	3.007
Crédito em Liquidação	524	357	577	326	711
Rendas de Crédito em Liq. a Apropriar	(167)	(145)	(189)	(118)	(261)
Rendas a Apropriar de Operações de Crédito	(3)	(39)	(105)	(103)	(186)
Provisão para Crédito em Liq. Duvidosa	(356)	(252)	(387)	(208)	(633)
TOTAL	8.416	8.163	11.296	12.340	53.308

FONTE: BANESTADO

COMPOSIÇÃO DA REDE DE AGÊNCIAS DO BANESTADO S/A — 1983-87

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE AGÊNCIAS				
	1983	1984	1985	1986	1987
Agências no Paraná	287	287	287	286	287
Agências em Outros Estados	22	22	22	22	20
Total de Agências	309	309	309	308	307
Agências Pioneiras	45	42	41	47	42
Postos Especiais de Prestação de Serviços	58	61	68	140	196
Caixas Avançadas	9	28	58	—	—
Postos Avançados de Crédito Rural	9	6	6	2	1
Municípios Atendidos no Paraná	249	249	250	252	252

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — INDICADORES — 1983-87

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	INDICADORES (Cz\$ 1.000,00)				
	1983	1984	1985	? 1986	1987
Capital Social	437	485	455	769	1.947
Patrimônio Líquido	841	1.231	1.486	1.460	7.672
Depósitos Totais	2.626	2.796	4.380	8.648	27.278
Empréstimos Totais	8.812	8.163	11.296	12.340	53.363
Financiamentos Rurais	979	562	802	2.125	4.150
Financiamentos à Exportação	348	914	1.325	1.166	1.260
Financiamentos à Importação	4	10	41	101	—

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A - EXECUÇÃO FINANCEIRA - 1983-87

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000,00)											
	1983		1984		1985		? 1986		1987			
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
Receitas	1.750	3.507	2.127	4.200	3.049	6.520	2.715	2.725	19.869	29.523		
Operacional	1.748	3.503	2.124	4.191	3.047	6.506	2.696	2.700	19.834	29.451		
Não Operacional	2	4	3	9	2	14	19	25	35	72		
Despesas	2.033	3.562	2.239	4.173	2.936	6.295	2.656	2.530	19.309	28.660		
Operacional	2.032	3.561	2.237	4.172	2.936	6.293	2.653	2.524	19.299	28.626		
Não Operacional	1	1	2	1	—	2	3	6	10	34		
Correção Monetária	27	86	124	132	(12)	(30)	(55)	(60)	(103)	(107)		
Resultado do Semestre	(256)	31	12	159	101	195	4	135	410	602		
Resultado do Exercício	—	(225)	—	171	—	296	—	139	—	1.012		

FONTE: BANESTADO

**BANESTADO S/A — CRÉDITO IMOBILIÁRIO — EXECUÇÃO
FINANCEIRA — 1983-87**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1983	1984	1985	1986	1987
Capital Social	79	83	80	139	331
Patrimônio Líquido	289	285	288	302	1.283
Depósitos de Poupança	3.317	3.813	5.039	3.529	25.286
Letras Imobiliárias	36	46	25	7	2
Recursos do BNH	843	967	1.212	1.602	8.237
Aplicações Imobiliárias	3.287	3.787	5.573	5.303	16.587
Receita	3.102	4.066	5.109	572	31.389
Despesa	2.965	3.940	4.999	664	30.544
Correção Monetária	(118)	(123)	(101)	—	(753)
Resultado	18	3	9	(92)	92

FONTE: BANESTADO

**BANESTADO S/A — CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO —
EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1983-87**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1983	1984	1985	1986	1987
Capital	33	28	29	86	122
Patrimônio Líquido	92	94	134	158	750
Refinanciamentos e Repasses	2	—	—	—	—
Títulos Cambiais ⁽¹⁾	228	542	711	271	39
Financiamentos ⁽²⁾	289	650	1.002	447	770
Receita	243	348	871	372	1.728
Despesa	188	285	707	289	1.063
Correção Monetária	(51)	(56)	(56)	(46)	(525)
Resultado	4	7	108	37	139

FONTE: BANESTADO

(1) Estão sendo consideradas as despesas com recursos de aceites cambiais a apropriar.

(2) Estão sendo consideradas as rendas de financiamentos a apropriar.

**FINANCIAMENTOS REALIZADOS PELO BANESTADO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO,
SEGUNDO AS GERÊNCIAS REGIONAIS - 1983-87**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	FINANCIAMENTOS REALIZADOS (C=§ 1.000.000,00)					NOVA DISCRIMINAÇÃO	1987
	1983	1984	1985	1986			
Apucarana	23	—	—	—	—	Gerência Regional Campos Gerais	275
Campo Mourão	28	—	—	—	—	Gerências Regionais de Curitiba	547
Cascavel	46	227	475	537	—	Gerência Regional Noroeste	559
Correio Procópio	26	—	—	—	—	Gerências Regionais do Norte	1.215
Curitiba	94	103	193	229	—	Gerência Regional do Oeste	519
Francisco Beltrão	28	—	—	—	—	Gerência Regional de São Paulo	54
Jacarezinho	24	—	—	—	—	Gerência Regional Sudoeste	357
Londrina	26	225	474	403	—	Gerência Regional de Poderes Públicos	17
Maringá	36	216	471	535	—		
Paranavai	33	—	—	—	—		
Pato Branco	17	—	—	—	—		
Ponta Grossa	43	73	153	141	—		
São Paulo	16	22	32	37	—		
Toledo	40	—	—	—	—		
Umuarama	50	—	—	—	—		
Balçao	45	92	—	96	—		
Prefeituras	5	1	—	—	—		
Poderes Públicos	—	4	—	—	—		
Funcionários Públicos	—	41	—	33	6		
TOTAL	580	1.004	1.831	2.036			3.543

FONTE: BANESTADO

BANESTADO LEASING S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL – 1983-87

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	ARRENDAMENTO MERCANTIL (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1983	1984	1985	1986	1987
Serviços	16	5	16	328	646
Indústria	4	5	26	491	397
Comércio	7	1	18	242	400
Prefeitura	—	—	—	—	1
Outros	—	1	27	20	230
TOTAL	27	12	87	1.081	1.674

FONTE: BANESTADO

BANESTADO LEASING S/A – EXECUÇÃO FINANCEIRA – 1983-87

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1983	1984	1985	1986	1987
Capital	10	18	10	20	29
Patrimônio Líquido	29	15	41	51	387
Arrendamento a Receber	321	174	254	484	1.674
Receita	238	170	153	181	806
Despesa	271	193	174	233	1.277
Correção Monetária	5	(6)	35	61	740
Resultado	(28)	(29)	14	9	269

FONTE: BANESTADO

**BENS ARRENDADOS PELO BANESTADO LEASING S/A, SEGUNDO O TIPO DE BENS,
NO PARANÁ — 1983-87**

TIPO DE BENS	(Cz\$ 1.000.000,00)				
	§ 1983	§ 1984	§ 1985	1986	1987
Equipamentos em Geral	7	9	53	116	278
Veículos e Afins	1	3	33	149	218
TOTAL	8	12	86	265	496

FONTE: BANESTADO

**BANESTADO S/A — CORRETORA DE SEGUROS — EXECUÇÃO
FINANCEIRA — 1983-87**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1983	1984	1985	1986	1987
Capital	1	2	3	5	9
Patrimônio Líquido	7	11	14	20	85
Receitas Técnicas Líquidas	6	7	12	35	110
Receitas Financeiras e Eventuais	5	10	18	7	95
Despesas Operacionais	4	3	5	6	84
Correção Monetária	(3)	(5)	(8)	(1)	(49)
Resultado Antes do IR	4	9	17	35	72

FONTE: BANESTADO

**EXECUÇÃO FINANCEIRA DO BANESTADO S/A — CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS — 1983-87**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (CZ\$ 1.000.000,00)				
	1983	1984	1985	1986	1987
Capital	135	68	66	96	162
Patrimônio Líquido	218	219	244	217	1.658
Títulos e Valores Mobiliários	250	120	90	126	47.678
Receita	264	287	504	448	35.643
Despesa	153	145	317	335	33.694
Correção Monetária	(69)	(137)	(146)	(59)	(682)
Resultado (antes do IR)	42	5	41	54	1.267

FONTE: BANESTADO

**PROJETOS DE REFLORESTAMENTO DO BANESTADO S/A —
REFLORESTADORA — 1983-87**

DISCRIMINAÇÃO	PROJETOS DE REFLORESTAMENTO				
	1983	1984	1985	§ 1986	1987
Áreas Reflorestadas no Exercício (ha)	1.389	1.389	1.389	2.083	—
Áreas Reflorestadas Acumuladas (ha)	34.211	35.600	36.989	36.989	37.683
Áreas Plantadas no Exercício (milhares)	3.472	3.472	3.472	—	—
Árvores Plantadas Acumuladas (milhares)	111.877	115.350	118.822	118.822	—

FONTE: BANESTADO

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO BANESTADO S/A — REFLORESTADORA — 1983-87

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS				
	1983	1984	(ha) 1985	§ 1986	? 1987 ⁽¹⁾
Reflorestamentos Implantados	1.389	1.389	1.389	2.083	—
Área Preservada Permanente	139	139	139	625	—
Agricultura e Pecuária	—	—	—	—	—
Reserva para Reflorestamento 1984	1.116	—	—	—	—
TOTAL	2.644	1.528	1.528	2.708	—

FONTE: BANESTADO

(1) Foi protocolada junto ao IBDF — Instituto Brasileiro e Desenvolvimento Florestal, Carta-Consulta de 4.000,00 hectares para o programa 1987/88, em via aprovação.

BANESTADO S/A — REFLORESTADORA — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1983-87

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA				
	1983	§ 1984	1985	1986	1987
Capital	17	14	14	26	39
Patrimônio Líquido	21	31	24	11	(25)
Receita	26	23	10	10	25
Despesa	46	26	23	31	211
Correção Monetária	10	14	7	6	114
Resultado	(10)	11	(6)	(15)	(72)

FONTE: BANESTADO

**BANESTADO S/A — PROCESSAMENTO E DADOS E SERVIÇOS —
EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1983-87**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1983	1984	1985	1986	1987
Capital	23	19	39	41	161
Patrimônio Líquido	84	84	118	112	605
Receita	225	234	318	293	897
Despesa	233	252	321	276	941
Correção Monetária	22	21	12	1	80
Resultado	14	3	9	18	36

FONTE: BANESTADO

BANCO DEL PARANÁ S/A — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1983-87

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1983	1984	1985	1986	1987
Capital	103	70	26	71	93
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	108	163	14	41	65
Depósitos	550	370	169	602	922
Empréstimos	394	272	109	35	388
Receita	92	79	34	125	166
Despesa	94	86	42	123	161
Resultado	(2)	(7)	(8)	1	4

FONTE: BANESTADO

NOTA: As taxas utilizadas para a conversão do guarani em cruzeiros (1983-85) e cruzados (1986-87) foram as seguintes:

- 1983 — 6,0883
- 1984 — 13,1740
- 1985 — 15,9070
- 1986 — 0,092446
- 1987 — 9,65

(1) As modificações neste item devem-se à adoção do critério de dedução do item "Perdidas y Ganancias".

BANESTADO CLUBE S/C — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1983-87

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1983	1984	1985	1986	1987
Donativos	1	1	7	13	40
Fundo Social	2	1	—	—	—
Patrimônio Líquido	1	9	8	6	10
Receita	6	11	16	19	65
Despesa	3	3	10	17	62
Saldo	3	8	6	2	3

FONTE: BANESTADO

ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO PARANÁ SEGUNDO OS SETORES — 1987.

(Cz\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	OBRAS DE CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO		REPAROS/MELHORIA		REPAROS/CONSULTORIA		TOTAL	
	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento
Educação	242	244.589	299	114.926	3	70	544	359.585
Segurança	49	32.260	105	21.738	19	344	173	54.342
Finanças	12	5.275	24	2.929	3	34	39	8.238
Saúde	156	153.220	17	21.589	8	535	181	175.344
Outras	48	606.984	202	71.689	27	1.189	277	679.862
TOTAL	507	1.042.328	647	232.871	60	2.172	1.214	1.277.371

FONTE: DECOM

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, SEGUNDO O TIPO DE COMBUSTÍVEL, NO PARANÁ — 1983-87

TIPO DE COMBUSTÍVEL	CONSUMO (1.000 l)				
	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Gasolina	5.034	4.799	4.488	3.129	2.616
Álcool	7.146	8.194	10.574	11.982	12.624
Diesel	13.368	14.313	15.133	11.850	11.239
TOTAL	25.548	27.306	30.195	26.961	26.479

FONTE: DETO-SEAD

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, SEGUNDO O TIPO DE COMBUSTÍVEL, NO PARANÁ — 1983-87

TIPO DE COMBUSTÍVEL	CONSUMO (1.000 l)				
	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Gasolina	2.513	2.526	2.253	1.654	1.621
Álcool	2.399	3.254	4.136	4.764	6.319
Diesel	567	597	567	406	460
TOTAL	5.479	6.377	6.956	6.824	8.400

FONTE: DETO-SEAD

**SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO PODER EXECUTIVO, SEGUNDO
A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA, NO PARANÁ — 1983-87**

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA	RECURSOS HUMANOS				
	1983	1984	1985	§ 1986	? 1987
Ativos	86.649	90.094	92.942	99.120	974.487
Inativos	25.718	29.014	32.087	34.245	37.526
TOTAL	112.367	119.108	125.029	133.365	135.013

FONTE: DRH-SEAD

FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS, NO PARANÁ — 1983-87

DISCRIMINAÇÃO	FROTA DE VEÍCULOS				
	1983	1984	1985	1986	1987
Direta	2.271	2.417	2.586	2.875	3.070
Indireta	5.036	5.432	5.921	6.278	6.788
TOTAL	7.307	7.849	8.507	9.153	9.858

FONTE: DETO-SEAD

E R R A T A

NA TABELA :

'RECURSOS HUMANOS DO PODER EXECUTIVO'
COLUNA 1987 :

ONDE SE LE : 974.487
LEIA-SE : 97.487